

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**IDENTIDADE TERRITORIAL BRASILIENSE EM QUESTÃO:
conversações em redes sociais sobre a capital federal**

JULIANO ROSA GONÇALVES

Tese de Doutorado

Brasília
Novembro/2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

A IDENTIDADE TERRITORIAL BRASILIENSE EM QUESTÃO
Conversações em redes sociais sobre a capital federal

Juliano Rosa Gonçalves

Orientadora: Profa. Dra. Marília Luiza Peluso

Tese de Doutorado

Brasília-DF
Novembro/2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

A IDENTIDADE TERRITORIAL BRASILIENSE EM QUESTÃO
Conversações em redes sociais sobre a capital federal

Juliano Rosa Gonçalves

Tese de Doutorado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor em Geografia, área de concentração Gestão Ambiental e Territorial, opção acadêmica.

Aprovado por:

Profa. Dra. MARILIA LUIZA PELUSO – UnB
Orientadora

Prof. Dr. FERNANDO LUIZ ARAÚJO SOBRINHO – UnB
Membro Interno

Profa. Dra. REGINA DE SOUZA MANIÇOBA – UnB
Membro Interno

Profa. Dra. ESTEVANE DE PAULA PONTES MENDES – UFG
Membro Externo

Profa. Dra. MARISIA MARGARIDA SANTIAGO BUITONI – UERJ
Membro Externo

Brasília, 29 de novembro de 2017.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

GG635i Gonçalves, Juliano Rosa
A identidade territorial brasiliense em questão:
conversações em redes sociais sobre a capital federal /
Juliano Rosa Gonçalves; orientador Marília Luiza Peluso. --
Brasília, 2017.
209 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Geografia) --
Universidade de Brasília, 2017.

1. Identidade. 2. Identidade territorial. 3. Redes
sociais. 4. Brasília. I. Peluso, Marília Luiza, orient. II.
Título.

evangelho da realidade
contra jotakristo
segundo são lúcio
naquele dia, jotakristo,
subindo aos céus num pé de
pequi, disse aos candangos:
felizes os que construíram
comigo esta cidade pois
irão todos para as satélites
(Nikolas Behr)

Toda cidade é uma lenda.
(Zé Ramalho & Fausto Nilo)

Well I'm New York City born and raised
But nowadays
I'm lost between two shores
L.A.'s fine, but it ain't home
New York's home
But it ain't mine no more
(Neil Diamond)

AGRADECIMENTOS

A Deus,
Onisciente,
Onipresente, Onipotente,
Misericordiosas mãos segurando as
Minhas, enquanto trôpegos pés, coração
Avariado e mente vacilante imaginavam não mais avançar.

A Marília,
Orientadora, amiga, mestre,
Alma gentil, sabedoria transbordante,
Mente interdisciplinar, aberta a ousadia das novidades
Gratidão eterna pela confiança e superlativa paciência

A Estevane,
Mestra dos anos da graduação
Responsável pelo bê-á-bá científico e pelas primeiras lições do ser professor,
Que, espero, não se decepcione com o afeiçoado discípulo.

A Marísia,
Alma generosa, competente, sorrisos sempre,
Educadora na arte de divergir e pensar para além do óbvio.

Ao Fernando,
Riguroso sem jamais perder a ternura,
Professor em sua condição mais radical: professar
Conhecimento e, sobretudo, fazer dos ouvintes apaixonados pelo saber.

A Regina,
Profunda conhecedora do espaço geográfico brasiliense.
Calorosa e gentil, tal qual a cidade de Brasília.

Banca com minha irrestrita admiração intelectual e ligação afetiva: **muito obrigado**.

A Nelba e Dante, professores da Pós-Graduação, por aulas que serão sempre lembradas.

Ao Jorge e Agnelo, sempre prestativos na secretaria da Pós-Graduação.

Aos colegas do Instituto Federal de Brasília, Campus Planaltina, companheiros nos
sonhos, frustrações e conquistas.

A Marcia Maria, pela confecção do Abstract.

A Caio e Ronaldo, portadores de energia positiva sempre.

Ao Instituto Federal de Brasília, pelo afastamento durante dezenove meses para a
integralização dos créditos do doutorado.

Ao Governo do Distrito Federal, por autorizar o uso das imagens que antecedem a Introdução e Referências Bibliográficas, claramente referenciais à geografia de Brasília.

Ao Saulo, compreensivo nas minhas ausências no serviço voluntário aos finais de semana.

A Acilma, pela paciência e tolerância.

Aos progenitores
Mamãe, papai, seu filho conseguiu.

A Eugenia,
Apoio amigo e cheia de dicas nesse labirinto angustiante da pós-graduação,
Oferecedora de constante e fundamental estímulo, do princípio ao final,
E sendo co-partícipe dessa conquista.

Aos familiares
Irmã, Tios, Primos, etc., acompanhantes
Da labuta, torcedores a distância, obrigado!

À segunda família, pelo
Acolhimento e compreensão de sempre,
Cessão da rede às margens do São Marcos,
Washington, Marinalva, Ricardo e Angelita... valeu, valeu.

Aos amigos de lá, Nei,
Weslene, Jaziel, Danúbia, Welcio, Regina,
Mais os amigos de cá, Gilmar, Rita, João, Maria,
Entre um “termine essa tese logo”
E outro “olhe as mensagens do celular”
Fiamam minha lucidez em tempos difíceis.

Muito obrigado a todos.

Inclusive, e especialmente, a você, que não se encontra citado aqui e ressentiu-se da ausência. Perdoe minha memória. Seu interesse e ressaibo são a prova do quanto também sou devedor a você.

RESUMO

Brasília é considerada um exemplo do urbanismo moderno. O aspecto monumental da cidade impressiona. Sua área inicial, o Plano Piloto, consagrou-se como Patrimônio da Humanidade (1987). Alcinhada como “capital da esperança”, Brasília atraiu populações de todas as regiões brasileiras, marcando a história do Brasil como um ícone da identidade nacional. Como objetivo geral, essa pesquisa propõe uma análise sobre o reconhecimento da formação da identidade brasiliense, cujos dados empíricos foram obtidos em redes sociais virtuais. Metodologicamente, a pesquisa se serviu da netnografia e da análise de redes sociais para fundamentar as fases de coleta e interpretação dos dados, possíveis através do uso de dois softwares, Netvizz e NodeXL. Símbolo da modernidade, Brasília, com insólita morfologia urbana, apresentou um paradoxo: a identidade territorial brasiliense não é nada moderna. A singularidade do espaço urbano de Brasília está na forma: seu tecido se constitui de maneira esparsa, fragmentada, marcada pela heterogeneidade. Assim, os limites territoriais de Brasília são colocados em questão. Nessa cidade difusa a identidade territorial é marcada pela controvérsia. Um breve levantamento de estudos de pós-graduação já realizados possibilitou o agrupamento de duas interpretações mais recorrentes nesse debate: ou percebem-na como uma “não-identidade” ou como “identidade-mosaico”. Núcleos urbanos dispersos e estrutura demográfica composta por migrantes ou seus descendentes compõem o contexto de construção da identidade brasiliense e fomentam esse processo. As suspeitas da formação identitária sendo gestada para além da modernidade se confirmaram, de modo a estabelecer um aparente contrassenso: a mais moderna das cidades brasileiras apresenta uma pós-moderna identidade territorial.

Palavras-chave: Identidade. Identidade territorial. Redes sociais. Brasília.

ABSTRACT

Brasília is considered an example of the modern urbanism. The monumental aspect of the city impresses. Its initial area, the Plano Piloto, was chosen as a World Heritage Site in 1987. Also known as the “capital of hope”, Brasília has attracted populations from all Brazilian regions, marking the history of Brazil as an icon of national identity. This research proposes an analysis on the recognition of the formation of the Brazilian identity, whose empirical data were obtained in virtual social networks. Methodologically, the research used netnography and social network analysis to base the data collection and interpretation phases, through the use of two softwares, Netvizz and NodeXL. Brasilia, as a symbol of modernity, with its unusual urban morphology, has brought a paradox: its territorial identity is not modern. The singularity of Brasilia's urban space is in its form: its contexture is fragmented, marked by heterogeneity. Thus, the territorial limits of Brasilia are put into question. In this diffuse city, its territorial identity is marked by controversy. A brief survey of existing postgraduate studies identified two recurrent interpretations in this debate: either it is perceived as a "non-identity" or as a "mosaic-identity". The construction of Brasilia's identity is fostered by scattered urban nuclei and by a demographic structure composed of migrants or their descendants. The suspicions of identity formation being generated beyond modernity have been confirmed, in order to establish an apparent contradiction: the most modern of the Brazilian cities presents a postmodern territorial identity.

Keywords: Identity. Territorial Identity. Social Network. Brasilia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização do Quadrilátero Cruls	49
Figura 2	Proposta de localização da capital segundo a Comissão Polli Coelho	51
Figura 3	Localização dos cinco sítios indicados pelo Relatório Belcher.....	52
Figura 4	O Distrito Federal: primeira divisão administrativa (1964)	56
Figura 5	Fragmentação das regiões administrativas do Distrito Federal	57
Figura 6	Concepção urbanística de Brasília (Brasília tombada).....	63
Figura 7	Delimitação da cidade de Brasília, segundo Melo (2015).....	65
Figura 8	A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno com destaque para a Área Metropolitana de Brasília	69
Figura 9	O Enigma de Königsberg.....	95
Figura 10	O mundo à noite.....	109
Figura 11	Acesso a internet.....	110
Figura 12	Transição da “era dos multiperfis” (real versus fake) para a “era do eu único”	116
Figura 13	Nuvem de palavras representativa da discussão no tópico do Orkut.....	163
Figura 14	Grafo do Grupo “Nós que amamos Brasília” (Dez. 2014)	159
Figura 15	Grafo do tópico “#Nova Marca” (2015).....	161
Figura 16	Grafo do nó representativo do perfil F41	161
Figura 17	Grafo do nó representativo do perfil F7	162
Figura 18	Nuvem de palavras representativa da discussão no tópico do Facebook ..	163
Figura 19	Placas indicativas do limite entre Valparaíso e Brasília/Goiás e Distrito Federal (BR-040).....	178
Figura 20	Placa de boas-vindas a Brasília, a 2km de Planaltina (BR-020).....	178
Figura 21	Placa de orientação sinalizando acesso a Brasília, a 13km do Plano Piloto (DF-001)	179

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Percentual de domicílios com utilização da internet segundo o tipo de equipamento – 2013 a 2015.....	113
Gráfico 2	Distribuição dos perfis por número de intervenção.....	138
Gráfico 3	Quantidade de intervenções por perfis	138
Gráfico 4	Países com maior número de usuários do Facebook, 2016 (em milhões).	151
Gráfico 5	Redes sociais mais utilizadas no mundo (em milhões de usuários)	152
Gráfico 6	Redes sociais mais utilizadas no Brasil (2014).....	153
Gráfico 7	Tags com maior número de tópicos.....	156
Gráfico 8	Tags com maior engajamento.....	156
Gráfico 9	Relação entre número de tópicos e nível de engajamento (%).....	157

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Países com mais usuários de internet (2016).....	111
Tabela 2	Países com mais usuários de internet em relação a quantidade de habitantes (2016).....	111
Tabela 3	Quantidade de usuários de internet – Brasil (2006-2016)	111
Tabela 4	População coberta com tecnologia 3G (WCDMA) no Brasil	112
Tabela 5	Posse de telefone celular e acesso a internet no domicílio	112
Tabela 6	Métricas e valores para a análise do grupo “Nós que amamos Brasília” (Dez. 2014).....	158
Tabela 7	Métricas e valores para a análise do tópico “#Nova Marca” (2015)	160

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Modalidades de territorialização.....	31
Quadro 2	Propostas de regiões administrativas do Distrito Federal (2011-2016).....	58
Quadro 3	O Distrito Federal nas Constituições Republicanas	60
Quadro 4	Níveis de interação em redes sociais virtuais	93
Quadro 5	Grandes manifestações populares instadas pelas redes sociais	108
Quadro 6	Correspondência entre as fases da internet e das redes sociais digitais.....	114
Quadro 7	Comparação entre comunidade e sociedade, segundo Tönnies (1995).....	124
Quadro 8	Comparação entre redes sociais on-line e off-line.....	132
Quadro 9	Tópicos com maior engajamento no grupo (2015).....	132

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	IDENTIDADE, IDENTIDADES: uma perspectiva geográfica.....	9
2.1	Identidade moderna	12
2.2	Características de uma identidade líquida?.....	13
2.3	Identidades territoriais	17
2.4	Uma tentativa de síntese	20
3	CONSTELAÇÃO DE CONCEITOS MOBILIZADA PELA IDENTIDADE TERRITORIAL	22
3.1	Os conceitos.....	22
3.2	Constelação de Conceitos	24
3.3	O lugar	26
3.4	O território	28
4	IDENTIDADE NACIONAL E BRASÍLIA	34
4.1	Percursos da identidade nacional: território, população e raça.....	36
4.2	Marcha para o Oeste: a ocupação territorial a favor da identidade nacional	40
4.3	A constituição histórica de Brasília	47
5	BRASÍLIA E O DISTRITO FEDERAL	55
5.1	Brasília em sentido restrito	61
5.2	Brasília em sentido amplo	66
5.3	A identidade territorial brasiliense.....	69
6	IDENTIDADE BRASILIENSE: um esboço do estado da arte	72
6.1	Marcas do espaço de Brasília na identidade brasiliense.....	73
6.2	Uma Brasília cindida	76

6.3	Literatura, música, cinema... Identidade brasiliense nas artes.....	78
6.4	Brasília, identidades em trânsito.....	82
6.5	Um balanço do estado da arte.....	86
7	APORTES METODOLÓGICOS PARA A PESQUISA EM AMBIENTES VIRTUAIS	89
7.1	Netnografia	90
7.2	Análise de redes sociais	94
7.4	Metodologia de coleta de dados e a ética na pesquisa.....	98
8	A ATUALIDADE DA INTERNET ENQUANTO PARTE DA VIDA SOCIAL	105
8.1	Perfis <i>fakes</i> e o anonimato	115
8.2	Sobre o ciberespaço	116
8.3	Redes sociais na internet.....	120
8.4	Comunidades virtuais	123
9	IDENTIDADES FRATURADAS: a comunidade “Brasília” no Orkut	136
10	A CIDADE PARTIDA: o grupo “Nós que amamos Brasília” no Facebook	151
11	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
	REFERÊNCIAS	183



f FB.COM/GOVDF

GOVERNO DE
BRASÍLIA

1 INTRODUÇÃO

*brásília
não envelheceu*

abrasileirou-se.
Nicolas Behr

O presente trabalho tem a identidade como tema. Preocupa-se, sobretudo, a respeito de como se dá a formação da identidade em um mundo onde as trocas culturais estão se intensificando. A identidade essencialista, cartesiana, enquanto produto do centramento do sujeito há muito já foi questionada, em favor de outra, não-essencialista, descentrada, múltipla, fluida, em construção. A identidade passa a ser entendida a partir da alteridade. Assim, deixa de ser absoluta e torna-se relacional. Existe, portanto, apenas em função do Outro.

O caráter não-essencialista é fortalecido em função do atual período histórico em que vivemos. A maior interconectividade entre as diversas nações, povos e culturas tem permitido fluxos cada vez mais intensos. O trânsito de informações, capitais e pessoas tem impactado a identidade, colocando-a sob o signo da mistura, das combinações, do hibridismo.

No Brasil, a questão da identidade também transita, já desde as primeiras discussões sobre o tema, do caráter essencialista para a identidade relacional, fluida, em construção. É possível argumentar, como fazem os grandes intérpretes da identidade brasileira, como Oliveira Viana, Silvio Romero, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sergio Buarque de Holanda, que o Brasil foi construído sob a égide da miscigenação, da hibridização cultural.

É a partir da independência do Brasil que emerge a questão da identidade. O Brasil procurou se posicionar frente ao Outro, as outras nações. A princípio, não se afastava da mentalidade colonial: a identidade brasileira pretendia ser a continuidade da identidade portuguesa em terras americanas, como se depreende da leitura de Hipólito da Costa ou de Vanhargen.

A propósito, são desses dois intelectuais, Hipólito da Costa e Vanhargen, que se verá, entre as vozes pioneiras¹, a defesa da mudança da capital do litoral do país para

¹ Antonio Martins de Azevedo Pimentel, médico higienista e membro da Comissão Cruls, indica o cartógrafo genovês Francesco Tosi Colombina como primeira referência para a transferência da capital do litoral para o interior, segundo informação verbal dada a ele por Capistrano de Abreu: “Ao que parece,

seu interior². Apontavam para a interiorização como uma acertada medida geopolítica do Estado brasileiro. Lançada a ideia oficialmente na constituição republicana (1891), a proposta política de transferência da capital seguiu por avanços e recuos até a década de 1950, quando no Governo de Juscelino Kubistchek, Brasília se transformou na meta síntese do seu governo.

Do ponto de vista das políticas públicas para a interiorização do Brasil, entretanto, a construção de Brasília foi uma das etapas do processo iniciado, pelo menos, a partir da Marcha para o Oeste, no Governo Vargas. Nas palavras de Souza (1997, p. 109), a interiorização do Brasil era uma estratégia de “refazer o Brasil”. Tratava-se de mais uma tentativa em prol da identidade nacional brasileira, integrando o território disperso em arquipélagos que pouco se conectavam e haviam construído diferentes imagens de si.

Além de síntese do Plano de Metas, Brasília foi, no discurso de seus idealizadores, uma síntese do Brasil, “um microcosmo da cultura brasileira” (NUNES, 2004, p. 14). Convergiram para a nova capital os desejos de um Brasil do futuro construído pelas mãos dos brasileiros do presente. Reproduzia-se o discurso do pioneirismo desbravador do candango enquanto um novo bandeirante. Trabalhadores de todas as regiões brasileiras chegavam em massa nas imediações do sítio escolhido para construção de Brasília, mesmo antes do concurso para a escolha do projeto da capital selecionar a proposta vencedora. Sotaques e origens misturavam-se.

Construída a cidade, acelerou-se seu processo de “satelitização”. A intenção era criar as cidades-satélites³ quando a população do Plano Piloto se aproximasse de

desta mudança cogitou Francisco Tosi Colombina, goyano de origem (sic), e que no século XVII muito viajou pelo interior do Brasil, em exploração de minas de ouro, construção de estradas reais, etc. Deixou Colombina escriptos de 1750 e mappas geographicos pela Bibliotheca Nacional e pelo Archivo Publico Mineiro adquiridos no leilão da grande bibliotheca do Conde de Linhares, em Portugal” (PIMENTEL, 1910, p. 280).

²Hipólito José da Costa e seu *Correio Braziliense* (1808-1822), editado em Londres, ao apontar, em 1813, a necessidade de interiorização do Brasil, sugeria que a capital fosse instalada na nascente do rio São Francisco, uma vez que “em suas vizinhanças estão as vertentes de caudalosos rios, que se dirigem ao norte, ao sul, ao nordeste, e ao sudeste” (COSTA, 1813, p. 374), com abundância de recursos naturais. Já Vanhagen (1877, p. 12), vivenciando a consolidação do império, ao perceber que as capitais das principais nações do mundo não estavam no litoral, recomendava a transferência da capital para o ‘coração’ do país. Para o autor, é a própria “natureza quem aponta, e de modo mui terminante... É a em que se encontram as cabeceiras dos afluentes Tocantins e Paraná – dos dois grandes rios que abraçam o Imperio; i. é, o Amazonas e o Prata, com as do S. Francisco”.

³Cidades-satélites, como se verá à frente, foi um termo proscrito pelo Governo do Distrito Federal. Tornou-se mais uma noção mergulhada na polissemia dos sentidos de Brasília. Rua, bairro e cidade, dentre outras nomenclaturas facilmente reconhecidas pelo brasileiro, na capital federal apresenta pouca solidez e raro consenso, abolidas em favor de novidades, tais quais via, quadra, setores. Não bastasse, a confusão é estimulada pelo próprio planejador urbano oficial, o Estado: ali se condena o uso de cidades-satélites em favor de cidade, apenas; acolá se sugere que as antes denominadas cidades-satélites hoje são regiões

quinhentos mil habitantes. Imaginava-se que os trabalhadores que construíram Brasília mantivessem o *status* de migrantes temporários. Finda a construção, voltariam para seus locais de origem. Não foi isso que ocorreu. “Assim”, escreve Costa (1974, p. 26), “as cidades-satélites anteciparam-se à cidade inconclusa”. O desafio estava posto: o que fazer com a quantidade de migrantes que teimavam em se instalar em Brasília? Não havia possibilidade de alocá-los no Plano Piloto, destino dos funcionários públicos que seriam transferidos do Rio de Janeiro. Vários núcleos urbanos, então, foram construídos ao redor do Plano Piloto, caracterizados sobretudo pela precariedade e improviso. Foi uma saída, também, para a alocação de crescente população que margeava o Plano Piloto em favelas.

O crescimento populacional da capital favoreceu o processo de conurbação, especialmente ao longo das principais vias (PAVIANI, 2010b). A paisagem urbana prevalece no Distrito Federal acompanhando as principais vias urbanas à oeste e sul de seu território. O tecido urbano, agora cada vez progressivamente mais contínuo, adentrando inclusive no território goiano, fomenta a polêmica sobre os limites da cidade. Paviani (2010b), por exemplo, considera a existência de três Brasília: Brasília 1, restrita ao centro planejado e hoje objeto de tombamento; Brasília 2, em arco urbano alargado pela expansão urbana para os núcleos populacionais constituídos pelas cidades-satélites; e Brasília 3, já adentrando, em tecido urbano conurbado, às vizinhas cidades goianas ao Distrito Federal. As três Brasília constituem a metrópole brasiliense. Essa compreensão inclusivista e ampla, do ponto de vista territorial, contrasta com outras, mais restritivas.

Por muitos anos (1964-1987 e 1990-1997), “Brasília” também foi a nomeação atribuída a Região Administrativa I (RA-I), que englobava o Plano Piloto e cercanias. Como demonstrado por Cidade e Moraes (2004), parte significativa da população do Distrito Federal ainda considera “Brasília” no seu sentido restritivo. Placas nas vias de acesso a Brasília expressam bem a confusão, dando boas-vindas aos viajantes quando adentram o Distrito Federal, quando se aproximam dos primeiros núcleos urbanos e, também, quando indicam acesso ao Plano Piloto. Documentos oficiais não ajudam a dirimir dúvidas. Até a atual gestão à frente do governo distrital (2014-2018), a RA-I era referenciada como “Brasília”, hoje renomeada para “Plano Piloto”. A confusão se estabelece na singular condição do Distrito Federal: não é um estado, não é um município,

administrativas, insinuando equivalência entre ambas. Entretanto, se é possível identificar as antigas cidades-satélites como parte das regiões administrativas atuais, a maioria dessas últimas nunca foram cidades-satélites, como ParkWay e Sudoeste, ambos setores de Brasília. Eis o caso clássico da RA-I, em hipótese alguma a ser confundida com cidade-satélite. Cidade-satélite e região administrativa não se sinonimizam, portanto.

e seu território é indivisível por limitação constitucional. Esse sentido plástico, polissêmico, de Brasília contribui, de certa maneira, para tornar ainda mais complexa a análise sobre a identidade territorial brasiliense.

A capital federal tem sido marcada pela fragmentação planejada de seu tecido urbano e pela dispersão espacial (PENNA, 2003). Em 1960, por ocasião da inauguração de Brasília, já haviam oito cidades-satélites: Planaltina, Brazlândia, Cidade Livre (Núcleo Bandeirante), Cruzeiro, Taguatinga, Paranoá, Sobradinho e Gama (COSTA, 2011). Há uma contradição entre um rígido planejamento urbanístico para o centro da capital, cidades-satélites mais antigas e de novos núcleos urbanos planejados, como Santa Maria, Águas Claras e Sudoeste, de um lado, e o espraiamento espontâneo, não-controlado de inúmeras áreas urbanas posteriores, como os condomínios irregulares que deram origem a densos núcleos urbanos (Jardim Botânico, Itapoã e Vicente Pires, por exemplo). Essa dualidade marca o espaço geográfico de Brasília. Tal realidade desperta interesse de pesquisa sobre a identidade como conceito e sobre a identidade brasiliense como caso específico.

A propósito, a discussão sobre identidade não é algo recente, embora tenha emergido em vários campos disciplinares em considerável pujança apenas nas últimas três décadas. O interesse por esse debate está intimamente relacionado à importância dada à individualidade no decorrer da história ocidental. O fortalecimento do individualismo após a expansão capitalista praticamente inaugurou as discussões sobre identidade (JACQUES, 2013). A emergência do capitalismo, enquanto nova forma de produzir, enfraqueceu antigas hierarquias rígidas do mundo feudal. O capitalismo, em sua fase comercial, empoderou a nascente classe burguesa. Hall (2006) aponta para a formação, no Renascimento, de uma identidade enquanto uma entidade una, centrada, coesa, recebida pelo indivíduo ao nascer e preservada no transcorrer da vida. Posteriormente, a visão cartesiana iluminista contribuiu para o fortalecimento dessa identidade centrada. O sujeito era indivisível, soberano. Ou, como queria Locke, a permanência da “mesmidade” do indivíduo (MIGUENS, 2002). Na modernidade, ocorre progressivamente o processo de descentramento do sujeito, livre dos estamentos do medievo.

Assim, a identidade do sujeito se complexifica, de modo que, ao deixar de ser essencialista, passa a ser fruto de uma gama de relações travadas no interior de uma sociedade. A complexidade dos estudos identitários no mundo atual exige a cooperação de vários campos científicos para “articular pensamento e práticas sobre a realidade do mundo em que vivemos e das pessoas que os habitam, pois são eles, com sua

complexidade e dinamismo, os verdadeiros objetos científicos” (PELUSO, 2003a, p. 326). A interdisciplinaridade, portanto, tem sido a marca dos estudos sobre identidade. A emergência de um mundo cada vez mais multicultural a tem colocado em relevância.

A Geografia também oferece subsídios ao debate. Dispõe, nesse sentido, de um importante instrumental teórico por meio de seus conceitos-chave, como território e lugar (HAESBAERT, 2014). Assim, se há certo consenso de que existe uma identidade coletiva e individual construída na relação entre os homens, não se deve negligenciar que, na relação desses com o espaço cotidiano se fomenta, certamente, uma identidade territorial. A espacialização da identidade talvez seja a principal contribuição do olhar da Geografia para o tema. Como ressalta Almeida (2005, p. 22), na discussão sobre identidade social, nas demais ciências humanas, “quase nada é mencionado sobre o espaço composto pelas relações entre os indivíduos e deles com o meio, tampouco acerca dos elementos que influenciam na constituição subjetiva das pessoas”.

Em Brasília, uma cidade constituída pioneira e exclusivamente por migrantes - o Outro, por excelência - apresenta-se como um importante laboratório de pesquisa a respeito de como a identidade contemporânea é constituída. A identidade brasiliense já foi objeto de estudo em pesquisas realizadas em outras áreas do conhecimento. É o caso de Andrade (2006) e Barbosa (2002), elaboradas sobre fundamentos da Linguística; Albernaz (2009) sob a perspectiva do turismo; Clímaco (2008) e Luiz (2007) sob o olhar História; Mota (2006) lança as luzes sobre o tema a partir da Antropologia; Castelo Branco (2006) e Barroso (2008) abordam de um ponto de vista da Sociologia. O território, nesses estudos, tangencia a discussão, mas não é o foco.

Ainda fica por ser explicada a relação existente entre a espacialidade da cidade e a identidade de seus moradores ou, em outras palavras, sobre como a espacialidade da capital federal imprime particularidades na identidade brasiliense. Ao problematizar essa relação, é possível apontar algumas fontes da tensão identitária do brasiliense. Para tanto, essa pesquisa se estruturará em torno de um conjunto de perguntas de partida que principia de uma questão de ordem mais geral, qual seja: hoje, depois de mais de meio século de vida da capital, é possível reconhecer uma identidade territorial brasiliense?

Investigar a identidade territorial de Brasília alavanca outras questões. Assim, como articular o conceito de “identidade” à “identidade territorial” para, dessa conjugação, analisar a identidade brasiliense? Qual seria a influência do espaço geográfico da capital na formação de uma identidade territorial brasiliense? O histórico

polinucleamento, esmaecido nos últimos anos pelo intenso processo de conurbação provocado pelos condomínios e ocupações irregulares, bem como a indefinição conceitual do que seja Brasília podem influenciar os múltiplos sentidos dessa identidade? Como essa identidade territorial se expressa?

Ao equacionar essas questões, pretende-se alcançar, como objetivo geral, uma análise sobre o processo de formação da identidade brasiliense através de seu correspondente vínculo espacial, e como objetivos específicos: a) entender a formação da identidade brasiliense no conjunto da identidade nacional; b) compreender as bases territoriais da formação da identidade territorial do “ser brasiliense”; c) mobilizar uma constelação de conceitos geográficos, tais como lugar e território, para verificar a influência do espaço na formação das identidades; d) identificar as representações espaciais de Brasília por meio da incorporação das redes sociais *on-line* como universo empírico.

A perseguição a esses objetivos será realizada, na pesquisa, considerando, como hipótese geral, a identidade de Brasília estando intimamente ligada à sua formação histórico-espacial, caracterizada pela dispersividade dos núcleos urbanos. Como hipóteses específicas, serão consideradas (1) o tensionamento da identidade territorial do brasiliense ocorrendo em função do conceito de Brasília possuir certa plasticidade, variando desde um caráter restritivo, como circunscrita a Região Administrativa I, a uma conceituação mais ampla, como conjunto composto pelo Plano Piloto e cidades-satélites; (2) Brasília, ao se inscrever no processo de interiorização do país, não escapa às discussões sobre a identidade nacional, participando ativamente dela; (3) o tecido urbano de Brasília, fragmentado, disperso e se estendendo para além dos limites territoriais do Distrito Federal, influencia a formação de uma identidade territorial ambígua; e (4) a identidade territorial brasiliense surge como resultado da interrelação de diferentes fragmentos culturais brasileiros.

A presente tese está dividida em nove seções, além da introdução e considerações finais. Na primeira delas apresentou-se o conceito de identidade a partir de uma proposta de periodização proposta por Hall (2011). Discute, sobretudo, as razões pelas quais o tema foi frequentemente recorrido nos últimos anos. Em seguida, e se aproximando dos marcos conceituais da Geografia, discutiu-se o conceito de identidades territoriais.

O objetivo da segunda seção, já voltado inteiramente para os conceitos geográficos, foi apresentar a base teórica escolhida para interpretar as identidades

territoriais. É aí que foram expostos os conceitos adotados, nesse trabalho, para lugar, território e territorialidade.

A terceira seção tem a identidade nacional brasileira como tema central, transitando de suas origens racialistas para, já em meados do século XX, focar-se no território. A “Marcha para o oeste”, esforço estatal getulista de ocupação do território, é um exemplo da “virada territorial” da identidade. A partir de então, se assiste um processo gradativo de obliteração da vertente racialista na interpretação identitária do Brasil. A construção de Brasília, obra dos celebrados “titãs anônimos” que são os candangos, representa, monumentalmente, o esforço estatal em integrar o território e, também, adensar de sentido o nacionalismo brasileiro.

Já a quarta seção se aproximou, mais detidamente, da realidade empírica abordada pela tese, ao investigar a constituição histórica do Distrito Federal no Planalto Central. Abordou também a legislação sobre a constituição de Brasília para, em seguida, investigar as concepções mais usuais que se fazem, tanto em pesquisas acadêmicas, quanto no senso comum, sobre a cidade. Por fim, a identidade territorial brasiliense, em uma primeira aproximação, foi esboçada em sua parte final.

Na quinta seção apresentou-se o estado da arte da pesquisa, em nível de pós-graduação, da identidade brasiliense. A organização do espaço urbano do centro da capital e a excelente qualidade de vida de Brasília serve, para as representações espaciais, como um reforço da identidade de uma cidade que deu certo. O tombamento urbanístico de parte da capital colaborou também para que Brasília fortalecesse sua identidade de uma cidade singular, distinta do universo das cidades brasileiras (NUNES, 2003). Entretanto, para que essa imagem de Brasília se fortaleça é conveniente que os limites conceituais da capital sejam restritivos à “parte que deu certo”, em contraponto com o tecido urbano que se expandiu em núcleos dispersos ao redor do Plano Piloto, fracionando a cidade e instituindo uma ambiguidade sobre o que é Brasília. Fora isso, o crescimento rápido da cidade via migração proporcionou uma diversidade cultural típica de metrópoles cosmopolitas. As várias pesquisas realizadas em nível de pós-graduação transitam, nesse cenário, entre o reconhecimento de uma *identidade-mosaico*, uma complexa justaposição de pedacinhos do Brasil, e uma *não-identidade*, em função da dificuldade de reconhecer um conjunto de costumes e tradições peculiares e características da cidade.

Na sexta seção foi apontado o caminho metodológico da pesquisa, assentado na netnografia e na análise de redes sociais (ARS). Mais claramente, a intenção é fazer uma defesa do uso dessas duas abordagens em estudos que tenham as redes sociais

existentes na internet como objeto de pesquisa ou como fonte de dados. Por fim, é também apresentada a pormenorização da coleta e tratamento de dados.

Já na sétima seção discutiu-se a atualidade da internet na vida social. É debatido o conceito de virtualidade e da dificuldade que é, hoje, dissociar as dimensões *on-line* e *off-line*, uma vez que ambas estão entranhadas no modo de vida contemporâneo. Em seguida, apresenta-se o conceito de redes sociais na internet, analisando mais detidamente o conceito de comunidade, em geral, e de comunidade virtual, em particular.

Ao equacionar as questões levantadas, considerou-se a possibilidade de reconhecer a pertinência e a validade, para o estudo das identidades, dos caminhos metodológicos apontados para a abordagem de fenômenos sociais observados na internet. É importante anotar a condição dos discursos veiculados pelos usuários das redes sociais. Não é um discurso *desespacializado* porque o sujeito não é *a-espacial*. O internauta fala de algum lugar, e é a partir desse discurso que é possível tecer considerações a respeito da identidade territorial que há entre o indivíduo e o espaço geográfico do qual se refere. Os dados (e os discursos) possuem dimensão geográfica e, portanto, tornam-se também passíveis de uma análise geográfica. Jansson (2005, p. 1), ao insistir em uma “Geografia da Comunicação”, indica a relação intrínseca que há entre as narrativas, as informações, os fluxos, e o espaço, de modo que “(a) todas as formas de comunicação ocorrem no espaço e que (b) todos os espaços são produzidos através da representação”⁴. É, pois, na oitava e nona seções que os dados serão apresentados, detalhados e discutidos - tendo por referência a mineração de dados realizada em comunidades de duas redes sociais, o Orkut e o Facebook - assim como confrontados com hipóteses e pressupostos já considerados em outras investigações sobre a identidade brasileira.

Como pressuposto inicial, compreender a identidade brasileira só é possível afastando-se da perspectiva essencialista, que por muitos anos tem norteado o debate sobre identidades. A sociedade atual, marcada por intensos fluxos materiais e simbólicos, impacta a identidade como jamais antes na história da humanidade. É o que se verá na discussão, já na seção seguinte, travada nas ciências humanas sobre identidades.

⁴ “all forms of representation occur in space, and that (b) all spaces are produced through representation”

2 IDENTIDADE, IDENTIDADES: uma perspectiva geográfica

*Preciso ser um outro
para ser eu mesmo*

[...]

*Existo onde me desconheço
aguardando pelo meu passado
ansiando a esperança do futuro*

*No mundo que combato morro
no mundo por que luto nasço*
Mia Couto

Mia Couto é um premiado escritor moçambicano. Em suas obras, apresenta “repertório temático incidente sobre identidades culturais híbridas” (PETROV, 2014, p. 13). Revela também a condição da identidade migrante sempre em trânsito. Envolve combate, luta, mas ao mesmo tempo exige alteridade. A identidade caracteriza-se, sobretudo, por um “sentimento de pertencimento, uma sensação de natureza compartilhada, de unidade plural, que possibilita e dá forma e consistência a própria existência” (GOMES, 2012, p. 60). Em um mundo caracterizado pelos intensos fluxos culturais, não é fortuita o aparecimento da identidade enquanto um discurso frequente.

Com efeito, o debate sobre a identidade tem se tornado crescente desde os anos 1970. O aprofundamento das tensões entre a globalização e o fortalecimento da identidade local tem, de certa maneira, recondicionado essa discussão. Se, a princípio, o conceito de identidade era compreendido enquanto um núcleo duro, estático, hermético, com significados mais ou menos consensuais – que Hall (2011) denomina de “sujeito iluminista” – hoje a identidade tende à maior fluidez, que possui opostos muitas vezes contraditórios e dos quais, em movimento, produzem uma configuração identitária em constante devir.

De que maneira as identidades se espacializam? Ou, de outra forma, como se constitui uma identidade territorial? As identidades, como já alerta Haesbaert (1999), são antes de tudo sociais. Como se manifesta, então, em sua perspectiva espacial? De que forma as novas territorialidades impactam as identidades contemporâneas?

É evidente que a espacialidade contemporânea, marcada pela mundialização das técnicas, tem deixado marcas profundas na constituição da identidade. Não é acidental, reforça Maffesoli (2011, p. 22), “o regresso em força, nos diversos discursos

sociais, de termos como ‘país’, ‘território’, ‘espaço’, coisas essas que remetem para um sentimento de pertença reforçado, para a partilha emocional.”

Na identidade territorial, em específico, o aumento dos fluxos de pessoas, informações e artefatos culturais tem proporcionado significativo impacto, tendendo a cada vez mais a uma hibridização cultural. A cosmopolitização do mundo, mesmo no que pese a recusa, às vezes violenta, de diferentes grupos sociais, é um fenômeno progressivo.

Na discussão que segue são apresentados os conceitos de identidade e identidade territorial, procurando-se contextualizá-los. Se inicialmente é possível se referir à identidade enquanto um conceito que visa, sobretudo, dar coesão ao discurso sobre o que e quem somos, sua constituição, ao longo dos anos, passa de uma versão essencialista (tida como um fato dado), em sua condição moderna, iluminista, para uma versão construtivista (identidade enquanto uma construção sobretudo relacional). Não se pode furtar, portanto, da complexa discussão sobre a crise da modernidade atual.

Nesse sentido, a fluidez se torna poderosa metáfora da instabilidade do momento atual, caracterizado pela insegurança, mobilidade, incerteza. A solidez da modernidade é posta em xeque. A identidade, fonte de segurança, sofre rachaduras. Tais identidades em trânsito, líquidas, como se verá, são de muita importância para esclarecimento das identidades territoriais atuais. Na crise da modernidade, as identidades territoriais sofrem abalos. Entretanto, por mais que se diminua discursivamente a importância do território, é nele que as identidades se reafirmam e se fortalecem.

Já há alguns anos que o conceito de identidade tem sido amplamente discutido, a reboque das teorizações sobre as consequências da globalização. Se antes as reflexões sobre a identidade restringiam-se ao campo da Filosofia e Psicologia, agora elas estão em visibilidade nas ciências humanas em geral (BAUMAN, 2005a). Uma explicação para a emergência desse conceito, nos tempos atuais, é que, segundo Bauman (2003, p. 20) a identidade tem se tornado “a substituta da comunidade: do ‘lar supostamente natural’ ou do círculo que permanece aconchegante por mais frios que sejam os ventos lá fora.”

Uma das principais conquistas desses debates foi qualificar o conceito de identidade como um constructo social (RAJAGOPALAN, 2002). Abandonou-se progressivamente o conceito de identidade em sua perspectiva essencialista (a identidade enquanto fruto de uma tradição estável, duradoura, unificada e conservada por longos anos) por outra, não-essencialista (a identidade como uma construção fluida, em disputa, incompleta). A perspectiva essencialista percebe no âmago da identidade uma substância

imutável, reconhecida em todos aqueles que a compartilham; essa substância imutável, a essência, serve de referência de agrupamento, um marcador, uma categoria. Assim, “o essencialismo postula que estas categorias têm uma existência real: são essas categorias que garantem a permanência dos seres, sua mesmidade” (DUBAR, 2006, p. 8). Em sua oposição, a perspectiva não essencialista firma-se na perspectiva do movimento, da construção constante, do estado de permanente relação. A identidade passa a ser vista como um conceito relacional, não mais absoluto. É relacional porque se forma em função do Outro, isto é, a identidade existe porque reconhece a existência de um Outro, diferente, de fora, distinguindo-se “por aquilo que ela não é” (WOODWARD, 2011, p. 9).

É nesse sentido também que Hall (2011) reconhece o caráter excludente da identidade, uma vez que, ao processar a identificação, esboça-se também os limites que separam os “de dentro” em relação aos “de fora”. Invocar a diferença é fundamental para que a identidade seja forjada. Não havendo a diferença, não há identidade, ou, como quer Silva (2011c, p. 75), “em um mundo imaginário totalmente homogêneo [...] as afirmações de identidade não fariam sentido”. Mais que isso: é no processo de construção da identidade que a diferença é produzida, em concomitância.

Como um processo social, diferentes atores disputam simbolicamente os sentidos da identidade. Essa marcação simbólica – a qual recorre a diferentes narrativas, como o “mito fundador” (CHAUI, 2000) ou as “narrativas da gênese” (BAUMAN, 2003) – confere significados de referência para a constituição da identidade. Assim, a identidade “é um ato de poder. As identidades são construídas no interior do jogo do poder e da exclusão. Não são naturais, mas definidas em lutas históricas” (REIS, 2006b, p. 12).

A hegemonia de um conceito de identidade – e da identidade em si – pressupõe o reconhecimento de um grupo vencedor na imposição de seus anseios. Distante da ideia de um todo homogêneo, a identidade, ao se afirmar, tem “à sua margem, um excesso, algo mais” (HALL, 2011, p. 110). Suas margens a pressionam, possibilitando choques, intrusões, crises e reformulações contínuas, em frequente processo de desestabilização. É um jogo de poder, uma trama em que diferentes grupos sociais depositam desejos e aspirações de uma identidade, virtualmente sólida e segura.

É possível, segundo Lash e Friedman (1992), periodizar a identidade em três fases principais. A primeira delas seria a pré-moderna, em que a relação da identidade é “externamente determinada”, em função, por exemplo, de laços consanguíneos ou da participação em uma tradição religiosa, exemplificado pelas relações travadas em sociedades tribais e, também, como percebido nas primeiras civilizações antigas. Na

identidade moderna, por sua vez, diminui-se a sujeição do indivíduo a determinações externas. Diminuindo o papel do Estado absolutista e da religião no controle dos indivíduos, a identidade moderna se vê mais autônoma, mais livre. Já nas identidades pós-modernas, o foco, que anteriormente na modernidade estava na esfera da produção, passa agora para o consumo e o lazer. Para esse trabalho, entretanto, dada a sua natureza espaço-temporal, são consideradas para sua fundamentação teórica apenas as duas últimas fases.

2.1 Identidade moderna

A Idade Moderna representou, na história da civilização ocidental, a afirmação da racionalidade e do antropocentrismo como valores substitutivos à fé e ao teocentrismo no eixo da vida social. O homem se via cada vez menos preso às explicações religiosas e, de certa maneira, a razão científica fortaleceu-se em oposição às ideias metafísicas. O homem é trazido para o centro da reflexão. Então, se para a identidade pré-moderna o nascimento é o marco fundador da identidade, na modernidade é a biografia que toma o papel central. Para ser burguês, exemplifica Bauman (2005a), não basta nascer na burguesia; é necessário viver como burguês. A solidez da identidade, nesse caso, era garantida por regras claras, por uma trajetória sem sobressaltos e por segurança em si e nos outros, representada pela confiança na sociedade e na trama por ela urdida.

Ao considerar, como faz Guiddens (2002), que a modernidade produziu distintas formas sociais – das quais o estado-nação é uma das mais importantes – é possível indicar a identidade nacional como um dos exemplos de solidez por ela invocada. Assim, quando a identidade nacional apela para um todo unitário, homogêneo, atua no sentido de “despojar os ‘outros’ de sua ‘alteridade’: torná-los indistinguíveis do resto do corpo da nação, digeri-los completamente e dissolver sua idiossincrasia no composto uniforme da identidade nacional” (BAUMAN, 2003, p. 85). A lealdade à tribo ou à religião, típica de uma identidade pré-moderna, passa a ser tributada agora à nação.

Para Hall (2011), a identidade transitou, na modernidade, de um núcleo iluminista para um outro, de caráter sociológico. A identidade iluminista era centrada no indivíduo enquanto uma entidade coesa, o “sujeito-da-razão”. Entretanto, à medida que a sociedade se torna mais complexa, uma concepção mais social aparece ao sujeito. Como uma comunidade imaginada, o indivíduo se irmanará a milhares de outros, mesmo jamais os conhecendo, de maneira que “na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão” (ANDERSON, 2005, p. 25).

Evidentemente, a ideia de que a nação representa uma unidade indivisível já foi há muito questionada. A raça, que seria um elemento pioneiro para legitimar uma nação, se mostrou demasiada frágil - e contestada mesmo no século XIX, quando Renan (2006)⁵ limitou, em virulenta crítica, a capacidade da etnografia fundamentar uma nação pelo viés racial. Na transição do século XIX para o século XX operou-se uma transferência da centralidade da raça para a cultura nas discussões sobre o delinear de uma nação. A cultura seria, agora, um conjunto de práticas que, ao diferenciarem povos, sustentaria uma identidade. A unidade, mesmo assim, ainda continuaria sob o signo da fragilidade. Culturas são silenciadas para que outras emergem como hegemônicas.

Entretanto, se na pouca mobilidade espacial anterior ao século XX a unidade harmônica de uma identidade é posta em cheque, o trânsito intenso de fluxos no mundo, principalmente a partir do final da II Guerra Mundial, sinalizou ainda mais fraturas no conceito de identidade. A revolução nos meios de comunicação, especialmente com o avanço da internet, proporcionou uma integração intensa entre diversos lugares. Hall (2006) aponta, como consequência, três possibilidades: (1) fragilização das identidades nacionais, (2) identidades locais (e mesmo algumas nacionais) se reforçam como resistência a globalização e (3) a emergência de novas identidades, híbridas, em substituição às identidades nacionais. É nesse contexto que emerge e se populariza o conceito baumaniano de identidade líquida.

2.2 Características de uma identidade líquida?

Talvez uma primeira consideração a ser feita seja sobre a mobilidade. A identidade não é uma entidade estática. Portanto, a rica produção simbólica e de trocas que há no interior de uma sociedade propulsiona a identidade, movendo-a continuamente em diferentes direções e significados. Em tempos de alta fluidez de informações, de

⁵ O texto de Renan é a transcrição de uma conferência realizada em Sorbonne, em 1882. Sua análise é um petardo nas discussões raciais que, infelizmente, fomentaram identidades nacionais ao ponto de promoverem genocídio e destruição em massa – como ocorreu na II Grande Guerra. À frente de seu tempo, Renan (2006, p. 11) assegura que “a consideração etnográfica não contribuiu, então, para nada na constituição das nações modernas. A França é céltica, ibérica e germânica. A Alemanha é germânica, céltica e eslava. A Itália é o país onde a etnografia é a mais embaraçada. Gauleses, etruscos, pelasgos, gregos, sem falar de muitos outros elementos, aí se cruzam em uma indecifrável mistura. As ilhas britânicas, em seu conjunto, oferecem uma mistura de sangue céltico e germânico cujas proporções são singularmente difíceis de definir. A verdade é que não há raça pura e que fazer repousar a política sobre a análise etnográfica é fazê-la exprimir-se sobre uma quimera. Os mais nobres países, a Inglaterra, a França, a Itália, são aqueles onde o sangue é o mais misturado. A Alemanha representa, a esse respeito, uma exceção? Ela é um país germânico puro? Que ilusão! Todo o sul foi gaulês. Todo o leste, a partir do Elba, é eslavo.”

contatos culturais motivados pela maior interconexão planetária, as culturas tendem a se apropriar de outros elementos com maior rapidez, assim também como podem, em função da reação às influências externas, recriarem-se com olhos voltados ao passado. Se é difícil “impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural” (HALL, 2006, p. 74), também é honesto reconhecer que, para além do nivelamento das identidades, o mundo assiste esforços, às vezes truculentos, em manter aparentemente estáveis as identidades, como são demonstrados pelo crescimento da xenofobia e fortalecimento de ideologias nacionalistas, especialmente em países capitalistas centrais. Assim, “ao invés de pensar no global como substituindo o local, seria mais acurado pensar numa nova articulação entre o global e o local” (HALL, 2006, p. 77).

Celebra-se, aqui, a identidade-em-movimento, cambiante, móvel. É, por essa razão, entendida numa perspectiva “construtivista” (HALL, 2006) ou “existencialista” - porque “não existem essências, mas sim existências contingentes” (DUBAR, 2006, p. 9). As “existências contingentes” operam em dois movimentos: diferenciação, processo para distinguir “nós” dos “outros”, e generalização, que atua no processo de buscar aquilo que é comum, partilhado. Na construção da identidade, segundo Dubar (2006), dois processos atuam concomitantemente: a identificação atribuída e a identificação reivindicada. A identificação atribuída é aquela que nos é dada, pela qual somos reconhecidos. É uma identidade para o outro. Na identificação reivindicada, por sua vez, trata-se das aspirações, dos desejos, de como queremos ser vistos. É uma identidade para si, que invoca o pertencimento. Ambas as identificações são resultantes de processos sociais; entretanto, a identificação atribuída tende a ser mais essencialista. É nesse cenário de tensão que a identidade é constituída. Em tempos de globalização, a tensão recrudesce.

Os efeitos da globalização na contemporaneidade têm atraído atenção de inúmeros pesquisadores. Embora as perspectivas variem em maior ou menor grau, autores chegam a diferentes conceitos da atual fase da história em função de abordagens também diferenciadas. Assim, ao lado da mais recorrente “pós-modernidade” aparecem “modernidade radicalizada”, “modernidade tardia”, “alta modernidade”, “modernidade reflexiva” (GIDDENS, 1991; GIDDENS, 2002), “modernidade líquida” (BAUMAN, 2001), “hipermodernidade” (LIPOVETSKY, 2004), entre outros. Em comum, os conceitos apresentam uma proposta analítica de compreender a crise da modernidade e o cenário atual.

A crise da modernidade, portanto, parece ser consensual, mesmo para aqueles que consideram a pós-modernidade uma ilusão. Giddens (1991, p. 12), por exemplo, ressalta que “não basta meramente inventar novos termos” para esses novos tempos. Para o sociólogo inglês, ao contrário de sugerir fim da modernidade, o atual período indica “que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes” (GIDDENS, 1991, p. 13). Por essa razão, Giddens (1991) prefere “modernidade radicalizada”, que traz o sentido de aprofundamento das características da modernidade. Em outro momento, Giddens (2002), para evitar o termo “pós-modernidade”, recorre a três conceitos (modernidade tardia, modernidade reflexiva e alta modernidade) com sentidos muito aproximados daquele organizado em torno da “modernidade radicalizada”, e todos trazem à baila o caráter de aprofundamento na natureza da modernidade – e não sua superação.

Lipovetsky (2004) também é cuidadoso ao usar o termo pós-modernidade ao considerar que havia uma modernidade limitada antes da “proclamação” da pós-modernidade e, agora, vivencia-se uma “modernidade consumada”, não havendo, portanto, nenhuma possibilidade de superação da modernidade conforme o prefixo *pós* poderia indicar – e a discordância maior do filósofo francês é entorno dessa semântica, e não da fase, considerada por ele como a segunda em direção a hipermodernidade. A hipermodernidade, portanto, seria a terceira etapa da modernidade. Assim, a pós-modernidade é passado:

[...] ao clima de epílogo segue-se uma sensação de fuga para adiante, de modernização desenfreada [...]. Tudo foi muito rápido: a coruja de Minerva anunciava o nascimento do pós-moderno no momento mesmo em que se esboçava a hipermodernização do mundo (LIPOVETSKY, 2004, p. 53).

A hipermodernidade seria, então, o fortalecimento crescente (uma “espiral hiperbólica”) de características da modernidade percebidas na solidez do “liberalismo globalizado, na mercantilização quase generalizada dos modos de vida, na exploração da razão instrumental até a ‘morte’ desta, numa individualização galopante” (LIPOVETSKY, 2004, p. 53). A palavra-chave do momento é “excesso”. Excesso de informação, de produtos, de técnica, de espetáculos.

Bauman, embora use o termo “pós-moderno” como sinônimo de “tempos modernos tardios”, “moderno final”, “tempos modernos avançados” (BAUMAN, 1999) ou “líquido-modernos” (BAUMAN, 2011), emprega-o com parcimônia. Em uma de suas várias entrevistas concedidas, Bauman explica que esse cuidado se deve à conjuntura atual da sociedade, que “ainda se mantém eminentemente moderna nas suas ambições e

modus operandi” (BAUMAN, 2004, p. 321). A preferência de Bauman, entretanto, é para “modernidade líquida”, conceito formulado para descrever a atual fase da modernidade, em contraponto a anterior, a “modernidade sólida”. A metáfora da liquidez⁶ ilustraria, para o sociólogo polonês, a vida social em constante mudança, volátil e flexível. Bauman (2001) estabelece, por fim, duas características essenciais da modernidade líquida: um ceticismo generalizado a respeito de anteriores certezas (o progresso como meta possível, a capacidade de não se surpreender mais com o futuro – em função do conhecimento adquirido) e a uma maior individualização na sociedade.

Hall (2006), por fim, não cria polêmica em usar “modernidade tardia” para tempos pós-modernos e não cria distinção entre um e outro: enquanto anuncia, no princípio da obra, a concepção de uma identidade pós-moderna (as outras duas, anteriores, são a iluminista e a sociológica), a mesma é abordada na mesma seção que discute a modernidade tardia, tal qual enunciada originalmente por Giddens (1991). Se uma das diferenças fundamentais entre as sociedades modernas e as tradicionais é o caráter, das primeiras, “de mudança constante, rápida e permanente” (HALL, 2006, p. 14), o atual período agudiza ainda mais essa característica dos processos sociais.

Certamente é um emaranhado ardiloso de conceitos, cheio de armadilhas semânticas. De qualquer forma, parece mais consensual a ideia de que as últimas cinco décadas ofereceram bastante novidades à modernidade e que se uma boa dose de precaução deve ser tomada quanto aos conceitos, ignorá-las ainda é mais temeroso. Entretanto, dada a necessária discussão, esse texto tomará posição semelhante à de Bauman, isto é, evitando o conceito de “pós-modernidade” como um período, uma etapa sequencial à modernidade. Nesse sentido, o texto se aproxima também da leitura de Hall (2006), ao considerar a pós-modernidade como similar, em seu significado, ao que se extrai de “modernidade tardia” ou “modernidade líquida”.

A questão, dessa maneira, é que a modernidade líquida traz novos elementos para a discussão da identidade. Ao considerar a possibilidade de usar o conceito de identidades líquidas, é razoável aplicá-lo também nas identidades espaciais de uma forma geral? Que novidades esse instrumental teórico baumaniano disponibiliza, em termos de

⁶ Como os líquidos, ela [a sociedade atual] caracteriza-se pela incapacidade de manter a forma. (...) Sem dúvida a vida moderna foi desde o início “desenraizadora”, “derretia os sólidos e profanava os sagrados”, como os jovens Marx e Engels notaram. Mas enquanto no passado isso era feito para ser novamente “re-enraizado”, agora todas as coisas – empregos, relacionamentos, know-hows etc. – tendem a permanecer em fluxo, voláteis, desreguladas, flexíveis (BAUMAN, 2004, p. 322).

possibilidades conceituais, para a análise das identidades territoriais? E, ainda mais especificamente, como tratar a identidade territorial no conjunto conceitual da identidade?

2.3 Identidades territoriais

As identidades presumem um componente espacial na medida em que “estão localizadas no tempo e espaço simbólicos” (HALL, 2006, p. 71). É preciso, entretanto, que as identidades sejam construídas via apropriação simbólica do território para, desse modo, se configurarem enquanto territoriais (HAESBAERT, 1999). Assim, embora deva se reconhecer que nem todas as identidades são identidades territoriais, “a identidade de um povo é fundada em uma identidade territorial” (GOMES, 2012, p. 88). Na formação da identidade territorial, assume papel importante a formação da territorialidade, isto é, “a expressão de um comportamento vivido: ela engloba, ao mesmo tempo, a relação com o território e, a partir dela, a relação com o espaço ‘estrangeiro’” (BONNEMAISON, 2002, p. 107).

Para esse trabalho, território será entendido como “um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial” (SOUZA, 2002, p. 97). O território é um produto das relações humanas travadas espacialmente. Ultrapassa, portanto, tanto a clássica conceituação do território entendido na escala do Estado-Nação quanto ao frequente uso conceitual enquanto substrato, suporte material das relações humanas. Por essa razão, a produção das identidades territoriais não se sinonimiza, muitas vezes, aos territórios oficialmente reconhecidos.

Haesbaert (1997), ao definir o conceito de território, reconhece três dimensões fundamentais em seu bojo: jurídico-político (o território enquanto um espaço delimitado, reconhecido e formalizado legalmente), econômico (o território enquanto materialidade das relações sociais, em sua perspectiva concreta) e cultural (o território enquanto um espaço apropriado simbolicamente). Tal distinção é didática e é evidente que as dimensões se entrecruzam e se inter-relacionam. Por outro ângulo, Claval (1999), fazendo um balanço histórico do conceito de território, identifica três dimensões e aspectos principais: território enquanto poder e controle (numa interpretação geopolítica do termo), território como realidade social (valorizada numa abordagem crítico-marxista, especialmente) e o território mediado por símbolos e representação (bastante comum em

estudos de geógrafos humanistas) – que se aproximam, de certa maneira, da análise de Haesbaert (1997). De qualquer maneira, é possível inferir que, para ambos, o território é constituído de um conteúdo material, concreto, objetivo, e também de outro, imaterial, subjetivo, simbólico. Assim, Haesbaert (2012, p. 95-96) reconhece que o território “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva, ‘cultural-simbólica’”. Em função da opção metodológica, ou ancorada na Geografia Cultural, ou sustentada na Geografia Crítica, uma dimensão ou outra serão privilegiadas na abordagem; entretanto, é preciso compreender que o aspecto simbólico não está desassociado da materialidade.

Enquanto aspecto simbólico, território e territorialidade são ainda capazes de articular-se com o conceito de lugar, importante no destaque das relações íntimas travadas por um indivíduo ou uma coletividade com o espaço geográfico, uma vez que “é uma das formas de manifestação do território” (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 44). Converte a essa posição Holzer (1997, p. 84), ao concluir que “tomando-se os lugares como constituintes essenciais do território, e procedendo-se à investigação dos modos intersubjetivos dessa constituição, estaremos proporcionando a tarefa de fazermos uma geografia voltada para sua essência, a do estudo do espaço geográfico”. Em Santos (1999, p. 8), essa aproximação fica ainda mais clara: “O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”.

Daí que, ao discutir as identidades territoriais, se torna também necessário compreender os processos psicossociais de formação da identidade dos quais, na territorialização, o conceito de lugar tem importante papel. O imaginário, as subjetividades, a memória, são invocados para sustentar uma identidade que ao mesmo tempo é coletiva e individual. De todo modo, essas identidades, ao se ancorarem no espaço, trazem um conteúdo geográfico para sua constituição. A identidade “é simultaneamente uma forma de relação social e uma forma de representação social que resulta em um certo tipo de territorialidade” (GOMES, 2012, p. 118). Assim, quando se faz uso da identidade territorial, manifesta-se o sentimento de pertencimento àquele espaço geográfico (HAESBAERT, 1999).

Como qualquer outra identidade, a identidade territorial não é uma entidade coesa e harmônica. É constituída de franca tensão, em que sentidos são negociados continuamente. O tensionamento, entretanto, tem se agudizado nas últimas décadas. Se, por um lado, a globalização tem favorecido as trocas culturais (mesmo assimétricas) por

meio do intenso fluxo de informação, a mobilidade humana alcançou números nunca atingidos antes na história. A migração tornou-se um perigo para a solidez de identidades. As políticas de controle de migração recrudescem e a xenofobia torna-se fenômeno recorrente em países e regiões atraentes ao fluxo migratório. Na modernidade líquida, as identidades territoriais são tomadas pela fluidez, não obstante, e ao mesmo tempo, em que buscam tornarem-se mais coesas, mais sólidas.

As metrópoles se tornam um desafio para a sociabilidade humana ao possibilitar “a coexistência de diversos mundos sociais e correntes culturais que expressam diferentes modos de relacionamento e interação com a realidade, assim como múltiplos pertencimentos e identidades simultâneas” (VELHO, 2010, p. 16). Daí a lembrança costumeira de se reconhecer, nas grandes cidades, sua característica cosmopolita. Como sublinha Fischer (2011), a condição cosmopolita encerra, na sua origem etimológica, a dialética entre o provinciano (polis) e o universal (cosmo). Em uma metrópole, portanto, há diferentes graus de cosmopolitismo, até porque sua existência está intimamente ligada ao provincianismo. Beck (2006, p. 7) ressalta, por exemplo, que entre os princípios do cosmopolitismo está o entendimento de que “as culturas e tradições locais, nacionais, étnicas, religiosas e cosmopolitas se interpenetram, se interligam e se misturam”⁷, de modo que “o cosmopolitismo sem o provincianismo está vazio, o provincianismo sem o cosmopolitismo é cego”⁸.

Em crescente processo de fragmentação, as cidades tornam-se, cada vez mais, obrigadas a lidar com as dificuldades do cosmopolitismo. Grupos de afinidades se territorializam, organizando microidentidades por todo o tecido urbano. É o processo reconhecido por Maffesoli (2010, p. 35) como tribalismo: “tudo serve para celebrar um estar junto cujo fundamento é menos a razão universal do que a emoção compartilhada, o sentimento de fazer parte”. Dessa forma, “uma parte da cidade é assim virtualmente ocupada por uma dinâmica tribal, que funda sobre o espaço público uma ideia de território identitário fechado e exclusivo” (GOMES, 2012, p. 182).

Nesse sentido, quanto mais as microidentidades se fortalecem, mais fraturada fica a identidade urbana. Às identidades urbanas nativas são adicionadas novas características externas, trazidas pelos migrantes, que delas se servem para, em síntese, produzir novas identidades. A metamorfose da identidade se intensifica. Dessa maneira,

⁷ “local, national, ethnic, religious and cosmopolitan cultures and traditions interpenetrate, interconnect and intermingle”.

⁸ “cosmopolitanism without provincialism is empty, provincialism without cosmopolitanism is blind”.

“construções identitárias singulares estão sendo substituídas por identidades fundadas na miscigenação cultural, no tráfego intercultural, em vez de demarcação clara de limites”⁹ (MACDONALD, 2003, p. 7). As metrópoles, dessa forma, comportam diferentes “identidades”, o que, de imediato, faz lembrar Maalouf (1999, p. 12), que, na perspectiva de um sujeito portador de várias tradições culturais, afirma que “não é que eu tenha várias identidades: tenho somente uma, produto de todos os elementos que a configuram”¹⁰. Um exemplo interessante, portanto, da caracterização de uma identidade na modernidade tardia, ou, a seguir o exemplo do pensamento baumaniano, uma “identidade líquida”.

2.4 Uma tentativa de síntese

O sentimento de pertencimento é a espinha dorsal da formação da identidade territorial. Não basta, portanto, uma certidão de nascimento ou o “coabitar um espaço [...], mas sim a significação que essa contiguidade espacial ganha dentro de um contexto específico” (GOMES, 2012, p. 119). É necessário que o espaço faça parte do cotidiano do indivíduo, instalando-se em estados topofílicos¹¹. Tais estados são manifestação de familiaridade, de afeição ao espaço, de modo a enlaçar intimamente os sujeitos aos seus respectivos ambientes. Espaço e tempo se concatenam. “A consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar”, pontifica Tuan (2012, p. 144), seja na construção do sentimento de pertencimento a terra por um pequeno agricultor, em sua lide diária, ou ao pertencimento a uma nação, mediada pela cultura, a um nativo.

Mobilizadas pelos avanços da técnica e conseqüente aumento de fluxos (informações, pessoas, mercadorias), as reordenações territoriais implicam, inexoravelmente, em impactos sociais. As identidades não estão incólumes. Pelo contrário: sua notável fluidez, a inerente disputa por sentidos em seu interior se agudizam, cada vez mais.

A crise da modernidade tem provocado ainda uma nova perspectiva conceitual para a identidade. Posta na modernidade em bases sólidas e seguras, a identidade se viu atacada por diversos flancos: ora são questionadas antigas tradições, ora são ameaçadas pela hostilidade do “outro” que invade suas fronteiras. A versão

⁹ “singular identity constructions are being superceded by identities predicated on cultural mixing and crossover, on intercultural traffic rather than boundary demarcation”.

¹⁰ “no es que tenga varias identidades: tengo solamente una, producto de todos los elementos que la han configurado”.

¹¹ Topofilia é o “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 2012, p. 19).

essencialista, do sujeito iluminista, definitivamente não mais se sustenta nas condições apresentadas pela vida contemporânea. As fraturas sofridas pela identidade poderiam sugerir sua fragilidade, ou até mesmo a obsolescência e progressiva irrelevância dessa discussão, em tempos que a instabilidade impera e que as fronteiras aparentemente perdem a nitidez. Entretanto, tal enfraquecimento esconde, na verdade, uma revitalização das identidades, agora reconstruídas em bases cada vez mais híbridas. Híbridez que, como demonstra Massey (2012, p. 106), são características eminentemente identitárias, repletas de trocas culturais, uma vez que “nem sociedade nem lugares são vistos como tendo qualquer autenticidade atemporal. Eles são e sempre foram interconectados e dinâmicos”.

A interconexão entre lugares reposiciona, em importância, o saber geográfico. É a “virada espacial” (SOJA, 2013; HARVEY, 2012), que recolocou o espaço em centralidade no debate em ciências sociais. Tratar do espaço exige, por sua vez, o domínio de determinadas ferramentas conceituais. Pelas searas da Geografia, e especificamente se tratando de identidades territoriais, essa tese fará uso dos conceitos de lugar, território e territorialidade, conforme abordagem apresentada na próxima seção.

3 CONSTELAÇÃO DE CONCEITOS MOBILIZADA PELA IDENTIDADE TERRITORIAL

*Se eu vir aquela árvore como toda a gente a vê,
não tenho nada a dizer sobre aquela árvore.
Não vi aquela árvore.
É quando a árvore desencadeia em mim
uma série conexas de emoções que a vejo diferente e justa.
E na proporção em que essas ideias e emoções
forem aceitáveis a toda a gente,
e não só individuais,
a árvore será A Árvore.
Álvaro de Campos*

Movido pela temática “identidade territorial”, esse trabalho recorrerá aos conceitos de identidade, território e lugar; apoia-se, portanto, na ideia de que o sentimento de pertencimento dos indivíduos e grupos sociais é produto de sua própria territorialização no espaço (HAESBAERT, 1999, p. 178). Avaliar tal sentimento de pertencimento aciona uma “constelação de conceitos”, conforme apontado por Haesbaert (2014). Assim, admite-se que, na pesquisa teórica, um conceito haverá sempre de mobilizar outros conceitos.

3.1 Os conceitos

A escolha de conceitos, por parte do pesquisador, não é uma tarefa das mais fáceis. Além das diferentes possibilidades de leitura da realidade, os conceitos variam a depender das teorias as quais se vinculam. Guerra (2012, p. 14) ilustra bem essa dificuldade, uma vez que a escolha de conceitos não é (ou não deveria ser) arbitrária, uma vez que “dependerá também da eficácia explicativa deles para a explicação do fenômeno que escolhermos como objeto de nossa pesquisa”.

Para Cruz (2010), duas situações são recorrentes na Geografia: ou o conceito serve como forma de ilustração da realidade, ressaltando o histórico caráter de ciência empírica que a Geografia carrega, ou, em outro extremo, o próprio conceito é tido como um ente real – uma espécie de fetichização do conceito. Haesbaert (2014) detalha ainda mais essa diferenciação, ao reconhecer que dois polos se apresentam. De um lado, empiristas defendem o conceito como uma representação do real, uma perfeita tradução da coisa-em-si. Em outro polo, os racionalistas/idealistas que advogam a existência do conceito enquanto mero artífice do pensamento em ordenar a realidade. O debate se estende em variações que tende de um extremo a outro. De qualquer forma, esse trabalho

aceita, para a definição de conceito, que o mesmo “não é nem simples reflexo ou espelho nem uma pura idealização a priori e ‘correta’” (HAESBAERT, 2014, p. 24). Os conceitos são uma construção sobre a realidade, mas, ao mesmo tempo, fundantes de realidade também, na medida em que “possibilitam ‘produzir realidade’, reinventando o real ao proporem sobre ele – e com ele – novas questões” (HAESBAERT, 2014, p. 31).

De fato, se percebidos ontologicamente, a possibilidade de fetichização dos conceitos é muito grande. Isto é, ao se tratar da natureza do conceito enquanto algo que aí está, exemplificado na realidade, o conceito passa a ser compreendido como uma representação do real, se não o real-em-si. O conceito se objetifica, coisifica-se, abandonando seu papel de “ferramenta” de análise da realidade. Assim, a polêmica se instaura para saber se onde se utiliza o termo “espaço” seria mais apropriado “território”, ou “lugar”, ou “região”.

Em breve revisão de literatura sobre os conceitos geográficos, Haesbaert (2014) indica conteúdos semelhantes veiculados em termos diferentes. Ocorre, por exemplo, em construções teóricas feitas em outros campos disciplinares (como a filosofia tratando de espaço com sentido semelhante a território) ou mesmo na Geografia, quando comparadas a comunidade científica anglo-saxã à latina, em que há a aproximação do conteúdo de lugar (na primeira) a território (na segunda). De qualquer forma, como atesta Haesbaert (2014, p. 29), “não é a palavra que sintetiza um conceito, mas seu conteúdo teórico-filosófico”. A discussão está, portanto, para além do “nome” que o conceito enceta.

O conceito não é construído isoladamente; “o conceito se encontra sempre, em nexos, em relação com outros conceitos” (LENCIONI, 2008, p. 112). Há uma mobilização de outros conceitos que, em coerência com as referências teórico-metodológicas do pesquisador, formam uma “família de conceitos” ou “constelação de conceitos” (HAESBAERT, 2014). Quando se tem, por exemplo, o conceito de “região” em tela, não é incomum abordá-lo “a partir do **espaço vivido** (a **identidade regional** – aqui enfatizada pelo conceito de **lugar**) e dos **regionalismos** como movimentos políticos (aqui priorizados na dimensão do **território**)” (HAESBAERT, 2014, p. 39). Se tomados em sua condição ontológica, e não analítica, poder-se-ia referir a esse excerto como um conjunto confuso de conceitos: o espaço que ao mesmo tempo pode ser lugar, ou território, ou região. É uma questão, portanto, de abordagem da análise, do objetivo da pesquisa e do recorte temático que se fará da realidade. Outro exemplo é oferecido por Haesbaert (2014, p. 43): os conceitos lefebvrianos de espaço vivido e concebido

aproximam-se dos conceitos de “paisagem – que, nitidamente, hoje, prioriza o campo das representações – ou lugar – que [...] acaba sempre envolvendo questões que se manifestam em torno de processos de construção identitária e/ou do espaço vivido”. Ao pesquisar especificamente a identidade territorial, Cruz (2006, p. 40) desvela a intersecção de conceitos: “no que diz respeito à consciência de pertencimento a um lugar, a um território, essa é construída a partir das práticas e reapresentações espaciais que envolvem ao mesmo tempo o domínio funcional-estratégico sobre um determinado espaço (finalidades) e a apropriação simbólico/expressiva do espaço (afinidades/afetividades)”. Lugar, território, espaço, apropriação simbólica, portanto, são conceitos que se articulam, lançando luzes sobre o fenômeno da formação das identidades territoriais.

De qualquer forma, assume-se aqui que os conceitos não se comportam de forma insular, como luzes isoladas no conjunto da teoria. Os conceitos conectam-se, aproximam-se, sombreiam-se. Ao se conectarem, formam uma rede de sentidos, uma “caixa de ferramentas” disposta ao pesquisador para a análise do recorte da realidade. Em conjunto, aproximam-se da metáfora da constelação: há um conceito regente que ilumina a realidade estudada e que, a depender da abordagem (ou foco), coloca em relevância determinado fato ou fenômeno tratado. Tal conceito se articula com outros que, a rigor, apresentam-se como auxiliares na compreensão e na leitura do mesmo fato ou fenômeno abordado. Ainda utilizando a caixa de ferramentas como metáfora, Souza (2013, p. 11), mesmo não fazendo uma defesa da “constelação de conceitos” enquanto proposta metodológica alega convergentemente, considerando que “privilegiar um determinado conceito [...] me parece algo tão bizarro quanto um artesão que, independentemente do trabalho almejado e do material, insiste em só trabalhar com uma única ferramenta”.

3.2 Constelação de Conceitos

Considera-se “constelação de conceitos”, para fins desse trabalho, a delimitação de um conjunto de conceitos escolhidos em função do objeto de pesquisa. Tais conceitos se vinculam em maior ou menor grau de aproximação. Deleuze e Guattari (1992, p. 29) consideram que é da natureza dos conceitos, em seu movimento histórico, serem organizados de modo que “se acomodam uns aos outros, superpõe-se uns aos outros, coordenam seus contornos, compõem seus respectivos problemas, pertencem à mesma filosofia, mesmo se têm histórias diferentes”. A contiguidade da realidade exige

interconectividade dos conceitos. Assim, “cada conceito remete a outros conceitos, não somente em sua história, mas em seu devir ou suas conexões presentes” (DELEUZE; GUATTARI, p. 30).

Essa interdependência entre os conceitos qualifica ainda mais o olhar sobre como os pesquisadores fazem suas opções teórico-metodológicas. Levantamentos de estado da arte de um tema expõe essa diversidade. É assim, por exemplo, que ao procurar uma relação entre a Geografia e a Música, Panitz (2011) encontra uma diversidade de abordagens conceituais: há pesquisadores que mobilizam o espaço, ou o território, ou o lugar, ou a região, ou a paisagem, como conceito central, ao redor do qual orbitam os demais. Evidentemente, tratar do território enquanto conceito-chave para análise atrai, para o recorte da realidade na qual o cientista se volta, uma possibilidade de “iluminar” um fato ou fenômeno sob determinadas lentes que, historicamente, estão agregadas de sentidos mais ou menos consensuais. A escolha por território, a continuar o exemplo, é motivada pelo interesse do pesquisador em ressaltar um aspecto (poder, apropriação, ação dos Estados ou grupos sociais) que, se tomado o lugar ou a paisagem como conceitos-chave, não se teria o equacionamento do problema – e das questões postas – satisfatoriamente. Em outras palavras, ao se manejar o conceito de território no plano analítico se cria a expectativa de que se projete luz e nitidez à realidade investigada de tal maneira que, se usado outro conceito, não desvelaria sua opacidade.

É nesse jogo metafórico de luzes e sombras que Cruz (2010) aborda os conceitos centrais da Geografia inspirado na proposta conceito-filosófica deleuziana de conceito. O conceito possui uma linha de visibilidade que “ilumina de um certo modo a superfície do real, dando forma, contorno, maior nitidez e resolução a certos aspectos, dimensões e fenômenos da realidade” (CRUZ, 2010, p. 5). O conceito de território, continua o autor, se relaciona às questões de poder, de posse; é esse o aspecto intensamente iluminado, mesmo que, secundariamente, evoque o sentido de apropriação, de símbolos emanados pela posse do espaço. É na opacidade (os tais aspectos secundários, na penumbra da luz lançada) do território que o conceito de “lugar” lança luzes; isto é, os sentidos antes secundarizados no conceito de “território” agora são trazidos à frente, assumindo protagonismo. Privilegia-se a dimensão do cotidiano, das experiências vividas, da afetividade, da memória. É a conjugação da política à poética (CRUZ, 2010, p. 6): se há entre os conceitos de território e lugar notáveis diferenças, é na zona de somreamento entre ambos que “vemos elementos que se assemelham como, por exemplo, da questão do pertencimento e da identidade que tanto um quanto outro conceito

recobre parcialmente”. Se no território o foco é político, isto é, como as relações sociais se espacializam, no conceito de lugar a dimensão é predominantemente simbólica (SOUZA, 2013).

Como premissa da pesquisa, é necessário o reconhecimento do conceito de identidade como um constructo social, isto é, não é algo naturalmente dado, e, por conseguinte, é instável e provisório, como já discutido na seção anterior. Em segundo lugar, a identidade somente existe em função do Outro, ou seja, é preciso diferenciar-se do Outro para garantir a singularidade da identificação. Dessa forma, a identidade “plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2006, p. 13). A identidade territorial, embora possa se apresentar como um todo coeso e aparentemente consensual, também é constituída de um processo em que segmentos hegemônicos a moldam, ignorando ou expurgando aquilo que, na disputa dos sentidos, não se compatibiliza com a identidade forjada pelos grupos dominantes. Assim, “o território compõe também o ‘ser’ de cada grupo social, por mais que sua cartografia seja reticulada, sobreposta e/ou descontínua” (HAESBAERT, 1999, p. 186).

As identidades são construídas na concomitância do processo que Cavalcante e Elias (2011) chamam de “apropriação”. Para as autoras, “a apropriação é um processo psicossocial central na interação do sujeito com seu entorno por meio do qual o ser humano se projeta no espaço e o transforma em um prolongamento de sua pessoa, criando um lugar seu” (CAVALCANTE e ELIAS, 2011, p. 63). Assim, por meio do relacionamento com o ambiente cotidiano, homens e mulheres constroem suas identidades; em outras palavras, “interiorizados os significados das formas espaciais, os sujeitos dotam-nas de sentidos e estabelecem identidades” (PELUSO, 2005, p. 27). Territorializam-se, na medida em que se apropriam simbolicamente do espaço. Ao fazerem de um espaço reificado, comum, “seu lugar”, os sujeitos carregam-no de sentido pela vivência cotidiana.

3.3 O lugar

O lugar é “o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo” (CARLOS, 2007). Nos últimos anos, dado o avanço nas telecomunicações, o entorno do corpo do indivíduo tem se ampliado. Nesse sentido, Giddens (2002, p. 175) reforça que “eventos distantes podem tornar-se tão familiares ou mais familiares que influências próximas”. O lugar se torna multiescalar. Diferencia-se,

portanto, de mera localidade. Assim, “os lugares humanos variam grandemente em tamanho. Uma poltrona perto da lareira é um lugar, mas também o é um estado-nação” (TUAN, 1995, p. 149). O sentimento de pertencimento se dá tanto a nível micro, como o lar, a rua, o bairro, quanto ao macro, como é o caso das regiões ou do país. A densidade dessa relação de pertencimento não é necessariamente mediada pela proximidade. Sentimentos nacionalistas podem ser cultivados mais intensamente do que o pertencimento ao bairro de sua cidade. Berdoulay e Entrikin (2012) expressam bem essa condição: as identidades nacionais são, frequentemente, tidas como de “intenso pertencimento”, enquanto que aquelas vinculadas a divisões administrativas menores são geralmente percebidas como “relativamente fracas”.

Os lugares são construção humana. É o espaço geográfico sendo dotado de sentido. Assim, “como sujeitos, os seres humanos constroem lugares – de pertencimento e identidade” (BERDOULAY; ENTRIKIN, 2012, p. 112). Trata-se do enraizamento do homem, na perspectiva do rizoma: o enraizamento se dá em múltiplas direções, recebendo influências e modificando-se constantemente. A multiescalaridade do lugar provoca essa identidade rizomática. A identidade se constitui “no movimento, na movência, na relação constante, na fronteira diluída e não mais a partir de uma raiz única, tida como universal e absoluta” (LOYOLA, 2013, p. 207). Liberta-se, aqui, da perspectiva do lugar enquanto “pausa no movimento” (TUAN, 1983, p. 153). Assim, Haesbaert (2014, p. 47) considera que o lugar “torna-se muito mais complexo pela crescente mobilidade”; Massey (2012, p. 199-200), por sua vez, indica que “se tudo se move, onde está o aqui? [...] O ‘aqui’ é nada mais (e nada menos) do que o nosso encontro e o que é feito dele. É, irremediavelmente, aqui e agora. Não será o mesmo ‘aqui’ quando não for mais agora”. Em defesa da atualidade e importância do conceito de lugar, Berdoulay e Entrikin (2012, p. 101) ressaltam que “os indivíduos sempre teceram os laços entre identidade e espaço [...]. A característica dominante dos lugares no seio da modernidade é sua mutabilidade”.

Aproximando-se de uma leitura mais marxista, Carlos (2007) destaca a importância do “plano do vivido” na constituição do lugar. Assim, são as relações homem/homem e homem/natureza que permitem a “a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade” (CARLOS, 2007, p. 17). A formação da identidade territorial se constitui a partir da vivência cotidiana dos sujeitos. Dessa maneira, é evidente que “o lugar se define, inicialmente, como a identidade histórica que liga o homem ao local onde se processa a vida, mas cada vez mais a ‘situação’ se vê influenciada, determinada, ou mesmo

ameaçada, pelas relações do lugar com um espaço mais amplo” (CARLOS, 2007, p. 21). Com os avanços nos transportes e telecomunicações, as interconexões entre os lugares se intensificaram. As identidades formam-se e transformam-se tanto por uma identificação reivindicativa quanto por uma identificação atribuída, favorecidas, em rapidez e amplitude, pelo fenômeno da internet e as correspondentes trocas culturais por meio de conexões e conversações *on line*.

De todo modo, lugar e território estão associados semanticamente quando se compara a literatura especializada latina e anglo-saxônica, como demonstra Haesbaert (2014). Assim, se Massey adota o conceito de lugar para analisar o espaço a partir da realidade londrina, Haesbaert usa o conceito de território para embasar sua leitura da realidade brasileira. Em questão está a interconectividade dos lugares em redes – reticulares ou superpostas. É também no princípio da interconectividade e não mais apenas em sua singularidade e unicidade que Marandola Jr. (2012, p. 232) põe em evidência a importância do conceito do lugar; tal interconectividade responde “pela relação estabelecida com outros lugares (interações espaciais), com os entes, os homens e o ser”.

Portanto, de um lado, o lugar responde pela “significação e experimentação concreta do mundo” (HAESBAERT, 2014, p. 46); de outro, em sentido muito próximo, está o território compreendido para além da análise do exercício do poder macro (ações do Estado ou das corporações capitalistas), visto aqui também como manipulação de símbolos, de modo que “diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2014, p. 57).

3.4 O território

O conceito de território é frequentemente utilizado como sinônimo de espaço geográfico (SPOSITO, 2004). O exercício do poder na organização espacial é, entretanto, apontado por Souza (2013) como o diferenciador do conceito de território. O território é “um olhar sobre o espaço geográfico que coloca seu foco nas relações de poder”. Tal “poder” não deve ser entendido apenas em sua manifestação jurídico-política (o Estado atuando como dominador do espaço geográfico), mas, como bem aponta Haesbaert (2014, p. 57), também como apropriação do espaço geográfico por grupos sociais, em “um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do vivido”. O território se torna um

“campo de forças”, a expressão espacial de “uma relação social tornada espaço – mesmo que não de modo diretamente material” (SOUZA, 2013, p. 98).

Haesbaert (2008) propõe uma identificação dupla para o conceito de território, hoje território-zona e território-rede. Território-zona, tomado em seu sentido tradicional, em que emerge a figura protagonista do Estado, dispendo do território com vistas à organização e contenção dos fluxos. As fronteiras são, quase sempre, bem delimitadas. Território-rede está mais relacionado à lógica empresarial, uma vez que o território é orientado para a organização de fluxos entre diferentes pontos, organizando uma rede. As fronteiras são fluidas, móveis, provisórias. Na complexidade do espaço geográfico, as duas lógicas territoriais (zonais e reticular) interpenetram-se e superpõem-se.

“Por que razões se deseja territorializar um espaço e manter o controle sobre ele?” é a questão fundamental, segundo Souza (2013, p. 88), para identificar as motivações e tensões na formação do território. Entre as várias possibilidades estão desde aquelas ligadas à materialidade, como “os recursos naturais da área em questão”, como aquelas ligadas às dimensões mais simbólicas, como as “ligações afetivas e de identidades entre um grupo social e seu espaço”. De fato, como demonstra Haesbaert (2014, p. 57), o território “desde sua origem nasce com uma dupla conotação, material e simbólica”. É assim que o território comporta “um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural/simbólica” (HAESBAERT, 2012, p. 95-96).

A fronteira é um bom exemplo de como os aspectos mais concretos se associam aos aspectos mais subjetivos. Afinal, é a fronteira “que define o grupo e não o conteúdo cultural por ela delimitado” (BARTH, 2000, p. 34); embora o antropólogo norueguês ressalte que não se trata da fronteira no sentido territorial, mas no sentido de fronteira social, os limites territoriais tornam-se consequências, demandas incontornáveis da afirmação do grupo sobre o espaço. Postas as fronteiras, explica Bauman (2005b, p. 203), primeiramente ocorre o conflito, “uma tentativa desesperada de separar ‘nós’ e ‘eles’; então os traços cuidadosamente espiados ‘neles’ são tomados como prova e fonte de uma estranheza que não admite conciliação”. A fronteira se faz referência para a emersão das diferenças (BAUMAN, 2001; BAUMAN, 2005b). Todavia, a ausência de marcos territoriais ancorados juridicamente também tende a suscitar nos grupos sociais a ânsia pela definição do território. A identidade territorial clama pela legitimidade e

reconhecimento do que já é experimentado pelo pertencimento simbólico. O pertencimento, por sua vez, floresce concomitante à construção da territorialidade.

A territorialidade, enquanto conceito derivado de território, expressa tanto sentidos simbólicos quanto funcionais. Nascente na etologia, o conceito de territorialidade tratava da apropriação dos animais de um determinado espaço (HAESBAERT, 2012). Na antropologia tem se recuperado também o sentido da territorialidade como “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico” (LITTLE, 2002, p. 3). Os vínculos afetivos entre os indivíduos e o ambiente são, segundo o autor, um dos elementos para identificar e analisar a formação da territorialidade.

O sentido simbólico da territorialidade é reforçado também por Soja (1971, p. 34), quando aponta para o senso de identidade que o conceito evoca, manifestando-se “no desenvolvimento de um simbolismo territorial ou iconográfico (bandeiras, imagens, insígnias, certas estruturas físicas ou locais, etc.)”¹². Não se pode negar a força do aspecto simbólico na territorialidade e é, por exemplo, entre aqueles que não possuem juridicamente seu território que se percebe maior apego às identidades territoriais (HAESBAERT, 2014).

A territorialidade não se traduz apenas em sentidos simbólicos (relações de apropriação subjetiva), mas também funcionais (relações de dominação político-econômicas). É preciso ter claro isso, ou corre-se o risco, como alertado por Haesbaert (2014), de distinguir os conceitos de território e territorialidade a partir de seus aspectos funcionais e simbólicos, respectivamente, e em virtude disso empobrecer a análise da realidade. Ambos os conceitos se servem dos aspectos funcionais e simbólicos. Mesmo as identidades territoriais, produtos simbólicos da territorialização, movimentam-se constantemente nessas duas dimensões, ora sendo reação a aspectos funcionais, como, por exemplo, identidades forjadas por grupos sociais destituídos de seu território, ora reforçando sua condição simbólica, quando grupos sociais evocam a terra como a alma de seu povo. Assim, tanto o território gera territorialidade, no sentido de que os grupos sociais forjam sua identidade territorial, quanto a territorialidade produz condições de construção do território, especialmente no caso de grupos sociais que utilizam da territorialidade “como argumento para a construção efetiva do território” (HAESBAERT, 2014, p. 62).

¹² “usually manifested in the development of a territorial symbolism or iconography (flags, imagery, insignia, certain physical structures or locations, etc)”

Dadas a combinação das lógicas territoriais zonais e reticulares, Haesbaert (2008) propõe o conceito de multiterritorialidade, produzidas em diferentes modalidades de territorialização (Quadro 1). A rigor, a vida cotidiana em sociedade, dada a condição gregária do homem, passa pelo encontro de várias territorialidades. Hoje, entretanto, a velocidade e densidade desses encontros ocorrem em maior intensidade dado o avanço da técnica, permitindo liquidez cada vez maior dos fluxos. A sociedade contemporânea processa uma intensa “vivência concomitante de diversos territórios” (HAESBAERT, 2012, p. 8). A multiterritorialização, de acordo com Haesbaert (2008), pode ser identificada em duas fases. A primeira delas, moderna, está ligada à produção territorial em sua forma zonal. São geralmente hierárquicas, produzindo o pertencimento identitário escalar, do bairro ao país. A segunda delas, pós-moderna, relaciona-se à multiterritorialidade reticular. Nessa última, a contiguidade espacial “sucumbe à descontinuidade, à fragmentação e à simultaneidade de territórios” (HAESBAERT, 2008, p. 348). É o que permite, por exemplo, aos usuários das metrópoles transitar por territórios, vivê-los em variados graus e, a partir dessa relação, constituir suas identidades.

Quadro 1 - Modalidades de territorialização

Territorialização	Características
Mais fechada (quase uniterritorial)	Correspondência entre poder político e identidade cultural
Político-funcional mais tradicional	Pluralidade cultural sem pluralidade de poderes
Mais flexível	Sobreposição territorial, sucessiva (territórios periódicos/espacos multifuncionais)
Efetivamente múltipla	Construção territorial em conexão com territórios multifuncionais e multi-identitários

Fonte: Organizado por Gonçalves, J. R. (2017) a partir de Haesbaert, 2008, p. 25.

As duas últimas modalidades de territorialização são mais recentes e mais comuns nas grandes metrópoles atuais. Territórios de “baixa intensidade”, isto é, territórios que aludem a irrisórias modificações espaciais podem ser combinados das mais variadas formas possíveis (HAESBAERT, 2008). Transitar por uma metrópole permite o constructo dessas combinações. Evidentemente, deve-se considerar as especificidades de classe, gênero, etc, como pré-requisitos para tal territorialização. Como pontifica Haesbaert (2008, p. 352), “diferenças socioeconômicas definem diferentes territorialidades”.

O espaço da cidade, apesar de evocar o sentido público, efetivamente nem sempre o é. A fragmentação do espaço urbano acelera a privatização da cidade e a anulação da rua (transformada agora em via de circulação) como possibilidade de encontro com o Outro. Ao tecido urbano contíguo, clássico à cidade moderna industrial, assiste-se, hoje, o surgimento de outras formas urbanas, descontínuas, espalhadas. A dispersão urbana é, sobretudo, uma característica da organização da cidade pós-industrial, marcada pela intensificação da especulação imobiliária (PESCATORI, 2015).

A tribalização do espaço urbano auxilia também na constituição de microterritórios, fragmentados, sem contiguidade, esparsos pelo tecido urbano. É o caso das metrópoles contemporâneas. Brasília não se exclui desse processo, evidentemente, como demonstram os estudos sobre a microterritorialização dos bares gays (QUEIROZ, 2008), da prostituição (RODRIGUES, 2003), dos skatistas (DIAS, 2011). Por essa razão, não é absurdo afirmar que Brasília, fruto de arrojado projeto urbano modernista, é uma “cidade ‘pós-moderna’ *avant la lettre*” (HOLANDA, 2010a, p. 90). O urbanismo pós-modernista, sublinha Harvey (2010, p. 69), cultiva “um conceito do tecido urbano como algo necessariamente fragmentado”, em íntima comunhão com os valores do mercado, representado pela especulação imobiliária e o consumo da paisagem urbana na forma da crescente privatização do espaço público, especialmente como apresentados nos condomínios fechados e centros comerciais.

Se se pode aventar, hoje, a possibilidade de considerar a fragmentação espacial urbana como uma característica eminentemente pós-moderna, e, também, encontrar em Brasília essas condições territoriais, a história da cidade a colocou no panteão do urbanismo moderno. O arrojado da modernidade urbanística apresentado na construção de Brasília apontava para um projeto centrado na urdidura da unidade (e identidade) nacional. Como atesta Cardoso (2015, p. 112),

[...] desde o governo Vargas parece se manifestar uma clara relação entre o espaço construído e os símbolos cívicos de constituição da nacionalidade. Brasília, todavia, levará esta relação ao extremo, ao criar um cenário ideal para reafirmação dos elementos básicos da nacionalidade, por meio da visão do Estado, sob uma ótica modernizadora [...]. Brasília devia expressar não a temporalidade em que se inseria, mas devia estar além, simbolizando – e materializando – a possibilidade da nação assumir a construção de seu destino.

O passado e o futuro estavam imanentes no projeto de construção da nova capital. Justificativas para Brasília se moviam em terrenos míticos até, invocando vínculos religiosos e lastreando historicamente o desejo de interiorização da capital como destino inexorável (OLIVEIRA, 2005). O processo de mudança da capital, para além dos

já sabidos motivos políticos e geopolíticos, deliberadamente provocou o discurso da identidade nacional. “A integração nacional do território brasileiro”, a “capital da esperança”, a “cidade que apontaria o novo rumo de desenvolvimento do Brasil”, o “litoral encontra o sertão”, a “capital do futuro”, entre tantas outras alegorias, permitiu a nova capital posição privilegiada no processo de construção da identidade nacional, especialmente sob a lente do imaginário construído a partir de então. Assim, o propalado arrojo na construção de Brasília, o esforço argumentativo oficial de trazer o futuro para o presente (“50 anos em cinco”) e reconduzir a história do Brasil sob novos rumos tornam-se um fático exemplo de como o desenvolvimento é tomado como um mito integrador, na medida em que “é a modernização que caracterizará a unidade da nação se o Estado aumentar sua capacidade de integração e iniciativa” (CARDOSO; RIBEIRO, 2015, p. 56).

Na tentativa de compreender a identidade brasiliense, assegura Amorim (2014, p. 5), torna-se possível ajudar “na construção de uma cartografia imaginária do que é ser brasileiro no Brasil contemporâneo”. Não é só isso, no entanto. O empenho analítico se desenvolve dialogicamente, em mão dupla, porque a percepção da construção de Brasília como um dos esforços do Estado brasileiro para articular e fortalecer a unidade territorial brasileira precede qualquer tentativa de cartografar a identidade brasiliense. Isto é, antes de constatar que Brasília pode ser, iconicamente, a representação da cidade dos brasileiros, está o fato de que ela foi, necessariamente, construída como produto do discurso de integração do território brasileiro e da consolidação da identidade nacional. É exatamente da identidade nacional e sua vinculação à construção de Brasília que a próxima seção tratará, em perspectiva histórica.

4 IDENTIDADE NACIONAL E BRASÍLIA

Pensando bem, saquei qual é a tua, Brasília. Descobri a razão de seres assim, distante, à primeira vista. É porque quanto mais íntimos nos tornamos de ti, mais percebemos que por trás do concreto, no arrabalde das tuas linhas retas, moram tuas contradições tupiniquins. São muitas Brasília, Brasília, porque são muitos os Brasis. Tu és, para mim, a típica cidade brasileira.
Liziane Guazina

A presente seção tem por objetivo analisar a identidade nacional brasileira e como esses esforços transitam da raça para o território possibilitando, dessa maneira, discursos eminentemente territoriais na proposta de mudança da capital federal do litoral para o interior. Nessa empreitada, será evidenciada a conjugação população/território como vetor da formação da identidade nacional. A hipótese central é de que o empenho em centralizar a raça, em um primeiro momento, e a ocupação do território como eixo da brasilidade, em um segundo momento, consolidou, pioneiramente, as características identitárias do Brasil, refletindo no discurso de transferência da capital. Nesse discurso, frequentemente se percebia a alusão da interiorização da capital como propulsora de um novo Brasil, como demonstra Silva (1997, p. 70): “fortalecia-se a ideia de que a renovação do Brasil era possível e de que o melhor instrumento para isso era a nova capital”. Destarte, assumia centralidade, nos discursos oficiais, a ideia de que se tornava necessário erigir “uma Nova Capital para construir um novo país e um novo tempo. Brasília era a ruptura com o passado, com o arcaico, com o tradicional” (GOMES, 2008, p. 41).

Marcada pela presença do latifúndio e do modo de produção escravocrata, a composição diversificada da população no país, sob domínio português, estampava a dificuldade inicial em se pensar a identidade brasileira. A crescente quantidade de negros alforriados a partir da segunda metade do século XIX e da população de brancos pobres tornou ainda mais complexa a tarefa de se pensar em uma identidade nacional, uma vez que a temática racial dominava os discursos identitários. A formação inicial do “sentimento nacional” teve, tanto na Europa como no Brasil, suas raízes fincadas na racialidade. Nas palavras de Seyferth (2000, p. 90-91), “o Estado-Nação precisava de um povo qualificável como raça, e nisso nossos ‘construtores’ de mitos raciais não diferiam muito dos ideólogos de outros nacionalismos”.

No intuito de delinear a identidade brasileira, os intelectuais dialogavam com o cenário teórico da época, marcado por visões racialistas da sociedade, em um contexto

em que o país se encontrava em relativa paz interna, visto que os principais conflitos separatistas haviam sido sufocados. No processo de identificação, o Brasil lança um olhar para si mesmo, mas, como em qualquer outro processo similar, tendo por referência o Outro (nesse caso, especialmente os países desenvolvidos). A preocupação se centrava em desvelar quais condições o Brasil seria, portanto, *singular* (CHAUÍ, 2000). Depois de pacificado internamente, conflitos com os países vizinhos serviram para consolidar o sentimento de pertencimento ao território unificado. Dessa maneira, embora se parta inicialmente do “território”, através da declaração de independência e a consolidação das fronteiras, no período de 1822-1870, é essencialmente nas reflexões sobre a “população do território”, no contexto da decadência do regime escravocrata e no desafio de um país etnicamente desigual (1870-1930) que o debate sobre a identidade nacional se torna premente, em um primeiro momento, para depois retornar ao território, na forma da campanha da “Marcha para o Oeste” e na preocupação da interiorização das políticas públicas.

Iniciar o ciclo interpretativo da identidade nacional mediatizada pela raça tem dois objetivos principais. Primeiro, colocar no mesmo plano teórico a indissociável busca pela identidade nacional via pressupostos raciais, instância privilegiada de reflexão sobre a identidade no século XIX. Segundo, evidenciar que, ao final desse ciclo, o território triunfa sobre a raça na medida em que, ao consagrar o mestiço como o ‘tipo brasileiro’, pacificando, ao menos academicamente, o tema, se estabelece, notadamente com Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, o ocaso das teorias racialistas. Agora, o debate que motiva as políticas públicas dirige-se para interiorização/integração do país e também no equacionamento dos crescentes problemas urbanos das grandes cidades brasileiras. Não é fruto do acaso, como se verá adiante, o apontamento pacífico, sem maiores polêmicas, do candango enquanto representação arquetípica do brasileiro mestiço como celebração da brasilidade na construção de Brasília.

Para consecução desses objetivos, é preciso, primeiramente, compreender a trajetória da identidade nacional, tendo seu núcleo transitando da raça para o território. Com efeito, na segunda metade do século XIX persistia uma dificuldade em operar com o sentido da nacionalidade brasileira, mesmo passadas várias décadas da autonomia administrativa obtida. Era necessário “que se forjasse uma população plenamente identificada com a ideia de pátria, de sociedade, não só em termos de limites geográficos como principalmente no sentido de uma ética nacional” (AZEVEDO, 1987, p. 60). Por fim, se discute o desdobramento, por meio do centramento do debate na ocupação do

território, esforçando-se para pensar a identidade brasileira para além das discussões racialistas – ou, pelo menos, não mais nelas centradas.

4.1 Percursos da identidade nacional: território, população e raça

Numa das primeiras tentativas de interpretar o Brasil, Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência, argumentava a favor da necessidade de “harmonizar racialmente” o país (DOLHNIKOFF, 1996). Em perspectiva semelhante, Karl Friedrich Phillip Von Martius, em 1844, em concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, reforça a identidade nacional em bases raciais, criando o assim chamado “mito das três raças”, “uma fórmula para entender o Brasil” (SCHWARCZ, 2002, p. 112). O caso brasileiro, sublinhe-se, não foi uma excepcionalidade. Dar forma identitária ao país por meio da constituição étnica do seu povo, na história contemporânea mundial, aconteceu simultaneamente à formação dos primeiros estados-nação e ao fortalecimento dos nacionalismos, na Europa, no século XIX¹³. Concomitante a esse processo, a América Latina conheceu um amplo fenômeno de descolonização dos países até então sob dependência luso-espanhola. É nesse contexto que, no Brasil, o sentimento nacionalista ganha força.

O discurso nacionalista procurava nas qualidades raciais de sua história genealógica legitimar as aspirações sobre determinado território. Essa estratégia pretendia fornecer coesão ao sentimento de pertencimento a uma comunidade (ANDERSON, 2005). Foi assim no fortalecimento do sentimento patriótico francês, germânico, russo, e que, em tempos mais recentes forneceu justificativa para a curta existência da Iugoslávia. Procurava-se a identidade espacial de um povo para legitimar as fronteiras da nação; o povo, para tanto, precisava ser imaginado em termos de constituição racial, pois cada nação era constituída por povos de diversas origens étnicas e religiosas¹⁴.

¹³ Antes disso, prevalecia o estado dinástico (ANDERSON, 2005), desassociado do *corpus* de uma nação no sentido que hoje a conhecemos, como era, por exemplo, a Casa de Habsburgo, que governou simultaneamente diversos reinos europeus até o início do século XX.

¹⁴ Falar em países ‘multinacionais’ seria um contrassenso, uma vez que diferentes grupos de diversas origens étnicas se estabelecem no interior de um país; contraria, portanto, qualquer ideia de uma provável pureza homogênea do caráter nacional. É possível, no entanto, identificar países em que a heterogeneidade desses grupos acaba constituindo a própria identidade do país, como é o caso da Espanha e, em tempos mais recentes, da Iugoslávia. Embora a Espanha subsista enquanto Estado uno, é notável a instabilidade provocada por interesses separatistas no País Basco e na Catalunha, principalmente. O colapso da Iugoslávia, aliás, não se deve somente a questões de identidades étnicas, como aponta Araújo (2001). Em todo caso, demandas autonomistas de grupos populacionais europeus têm adentrado no século XXI, como tem sido explicitado, recentemente, no fracassado plebiscito para a separação da Escócia do Reino Unido.

No Brasil, não é exagero afirmar que, a princípio, a identidade brasileira iniciou-se como uma extensão da identidade portuguesa na América. Em outras palavras, “o Brasil queria continuar a história que os portugueses fizeram na colônia [...] O Brasil não queria ser indígena, negro, republicano, latino-americano e não-católico. [...] O Brasil queria continuar a ser português” (REIS, 2006a, pp. 31-32). Sintetizando o pensamento corrente pós-independência, Vanhagen, pioneiro historiador, operacionalizou o conceito de nação delimitando-a internamente e restringindo a identidade brasileira aos portugueses e seus descendentes. Excluía, assim, índios e negros e situava o país no cenário das demais nações.

Desde a independência política do Brasil, portanto, há um esforço no delineamento da identidade nacional por meio do viés racial assim como ocorreu na Europa. Na segunda metade do século XIX, esse viés é assumido por grandes intérpretes do Brasil: Silvio Romero (1851-1914), de forma pioneira, passando por, entre outros, Nina Rodrigues (1862-1906), Euclides da Cunha (1866-1909), e, tardiamente, Oliveira Viana (1883-1951). No que pese as diferenças teórico-metodológicas de abordagem, “esses autores mostravam um real interesse em compreender o povo brasileiro [vinculando] à criação do ideal de nação” (BECHELLI, 2009, p. 58).

Conflitos internos¹⁵ (Confederação do Equador, em Pernambuco, em 1824; Balaiada, no Maranhão, de 1838 a 1840; Cabanagem, no Pará, de 1834 a 1840; Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, de 1835 a 1845; Sabinada, na Bahia, de 1837 a 1838; Revolta Praieira, em Pernambuco, de 1848 a 1850) e enfrentamento de vizinhos (Guerra da Cisplatina, de 1825 a 1828; Guerra do Prata, de 1851 a 1852; Guerra do Uruguai, de 1864 a 1865; Guerra do Paraguai, 1864 a 1870) serviram para fortalecer o sentimento de unidade no território brasileiro pós independência. Especialmente na Guerra do Paraguai, o conflito mais violento ocorrido na América do Sul, a contribuição à nação era dada por todos os brasileiros, independente de origem étnica. Araújo (2012, p. 103), por exemplo, indica que “o governo imperial brasileiro utilizou o conflito platino como catalisador da identidade nacional”, argumentando em bases muito próximas do conclusivo painel de Sodré (1998, p. 141), ao afirmar que “a guerra trouxe uma realização admirável: coroara a obra de unificação. Todas as províncias forneceram homens. Combatendo pela mesma bandeira, os brasileiros sentiram-se irmanados”.

¹⁵ Como reforça Moraes (1991, p. 170), “a repressão a esses movimentos atuou no reforço da tese da unidade nacional, veiculada cabalmente na defesa da integridade do território”.

É preciso antes, entretanto, fazer um parêntesis. Procurar a identidade brasileira no século XIX associando-a ao nascente nacionalismo que então eclodia pode levar a interessantes paradoxos. Como demonstra Anderson (2005), as dinastias europeias transcendiam os nacionalismos. Isso, por sua vez, demonstra o quão recente é o nacionalismo moderno, aqui entendido como a identificação comunitária de língua, história e cultura territorialmente compartilhada. É conveniente, por essa razão, “aceitar que, em seu sentido moderno e basicamente político, o conceito de nação é historicamente muito recente” (HOBBSAWM, 1990, p. 30). Não era, por exemplo, nenhuma contradição o governo ser exercido por pessoas que não falassem a língua majoritária do país. Hobsbawm (2002) indica, por exemplo, o caso célebre de Giuseppe Mazzini, um exemplo de nacionalista do século XIX, que propunha um mapa da Europa em que as fronteiras seriam definidas com muita semelhança às desenhadas pelos Estados Dinásticos e ignorava as diferenças de língua, geografia e história compartilhadas. Não houve, assim, nenhuma incongruência para o nacionalismo brasileiro do século XIX separar-se de Portugal, por um lado, e manter as mesmas tradições e costumes do período colonial, herdando inclusive todo o aparato jurídico-institucional, transformando-se num Estado carente de nação e conservador em sua estrutura (FAORO, 2001).

As diferenças entre Portugal e Brasil, entretanto, forçaram o olhar interpretativo para as singularidades do país. Não dava para excluir a composição étnica e o espaço totalmente distintos de Portugal na análise da identidade brasileira. É aí que o olhar interpretativo se volta, inicialmente, para os índios – os brasileiros por excelência, segundo os literatas românticos – e depois para os mestiços. Há, na literatura, inúmeros exemplos da busca da identidade brasileira, especialmente no final do século XIX, ápice do movimento romântico no Brasil, como em José de Alencar e Gonçalves Dias, e início do século XX, como o modernismo e o recrudescimento do sentimento nacionalista, como em Cassiano Ricardo e Oswald de Andrade.

A procura da nacionalidade na composição étnica reforça a condição de que os nacionalismos são fabricados em estratégias mais ou menos deliberadas no que, de forma perspicaz, Anderson (2005) denominou de *comunidades imaginadas*. Assim, analisando o caso português, Sobral (2004) aponta a hegemonia dos critérios étnicos para encorpar o discurso nacionalista na segunda metade do século XIX. Em um de seus expoentes, Teófilo Braga, primeiro presidente de Portugal (1910-1911), as origens da nação portuguesa foram creditadas aos arianos (romanos, germânicos, gregos), estabelecidos principalmente no norte do país, e semitas (fenícios, cartagineses), fixados

principalmente na região meridional, mas com o predomínio dos primeiros, e por essa razão a unidade nacional portuguesa era mais estável do que a vizinhança ibérica. O mesmo exercício genealógico foi realizado na França para provar a distinta origem racial das elites (GAHYVA, 2013).

A popularização dos estudos etnológicos, no esteio do avanço da fé na ciência ao final do século XIX, proporcionou a associação entre raça e nação nos debates sobre a nacionalidade. Porém, na América Latina no geral, e no Brasil, em específico, os debates intelectuais apontavam para além da matriz europeia; isto é, os latino-americanos não foram apenas consumidores das teorias elaboradas pelas mentes europeias. Como demonstra Ortiz (2001), as teorias eram reinterpretadas, recontextualizadas, e não simplesmente aplicadas, encaixadas sobre a realidade local.

É assim que, no Brasil, a origem da identidade nacional brasileira foi traçada de forma tal qual se fazia nos nascentes debates sobre as nacionalidades europeias, baseadas em uma árvore genealógica comum para lustrar a nobreza do caráter nacional, mas com arranjos e modificações que, de certa maneira, comprometiam a teoria original. O desafio estava posto para os intelectuais nativos, uma vez que, na corrente de visão etnocentrista europeia, “os argentinos eram vistos, na melhor das hipóteses, como europeus pobres. O México, com seus índios e mestiços, jamais foi considerado próximo à norma branca dos racistas. No Brasil, o clima tropical era visto como fator adicional de deterioração de sua população mestiça” (STEPAN, 2005, p. 150). Para um intelectual envolvido nas questões nacionais, era preciso enfrentar esses problemas com as armas teóricas de que dispunham.

É nesse cenário de identificação da nação próxima das bases raciais que se situou o desafio dos intelectuais na última metade do século XIX e no principiar do século XX. Se, por um lado, se pode afirmar, como faz Chauí (2000), que Silvio Romero foi o primeiro a assentar essa discussão em bases científicas, procurando referências na então recente etnologia, Oliveira Viana encerrou o ciclo de grandes obras centradas na interpretação do Brasil pelo viés da raça. De um lado, tentativas pioneiras de explicação científica da identidade nacional brasileira tendo a raça como um de seus componentes em um período conturbado, marcado pelo progressivo abandono da mão de obra escrava e, concomitantemente, pela aceleração do processo de imigração europeu. De outro, a figura de Oliveira Viana que, mesmo com prestígio na esfera política, assistiu ao próprio ocaso nos debates acadêmicos das recém-criadas universidades brasileiras, onde se preferiam explicações culturalistas, como em Gilberto Freyre, ou leituras marxistas como

em Caio Prado Jr, à explicações fundadas em teorias racialistas, já esgotadas na capacidade de fornecer explicações sobre a realidade.

As ideias políticas autoritárias de Viana, entretanto, ajustaram-se com precisão ao Estado Novo varguista, do qual dele foi ideólogo e por vários anos nele trabalhou como consultor no Ministério do Trabalho. A “Marcha para o Oeste”, programa elaborado pelo Governo de Vargas em 1940, respondia positivamente às ideias defendidas por Viana a respeito da necessidade de integração do território nacional e do povoamento do interior do país. Fortalecia, entretanto, a transferência do eixo da identidade nacional calcado em origens étnicas para outro, agora tendo no território sua base de formação. Não é mera coincidência, como aponta Moraes (1991), o fato de que o Estado se lançou efetivamente na empresa de reforçar a identidade nacional por meio do território a partir da década de 1930, no Estado Novo, através da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos cursos universitários de Geografia e da promoção de uma geografia escolar engajada no nacionalismo patriótico por meio da exaltação das grandezas territoriais.

4.2 Marcha para o Oeste: a ocupação territorial a favor da identidade nacional

Embora não tivesse ligação direta na formulação da Política Nacional Rumo ao Oeste, popularmente conhecida como Marcha para o Oeste, Oliveira Viana foi um dos importantes ideólogos da primeira era Vargas (1930-1945). Nesse período, o Estado lançou mão de seu aparato visando “atender esse novo momento histórico da nação em construção” (COSTA; SUZUKI, 2012, s/p). O Estado centralizador getulista invocou para si o protagonismo na construção do sentido nacional ao Brasil.

A crítica ao atraso do interior do território brasileiro e a defesa da integração do espaço nacional transformaram-se em repetidos discursos do Estado Novo. Procurava-se, à semelhança do que ocorreu nos Estados Unidos, promover o *avanço da civilização* em meio ao *inóspito sertão* como uma estratégia de unificar o espaço nacional. A comparação entre Estados Unidos e Brasil, como forma de investigar o desenvolvimento territorial de ambos os países, atraiu a atenção de diversos estudiosos desde o final do império, como, por exemplo, o próprio Oliveira Viana (OLIVEIRA, 1993). Claramente inspirado na conquista do oeste americano e na unificação de todo território estadunidense – da costa leste à costa oeste – a “Marcha para o Oeste” pretendia equalizar o

desenvolvimento territorial, de modo que a fronteira do desenvolvimento fosse progressivamente alargada em direção aos limites territoriais oficiais.

Por outro lado, a associação da identidade nacional à grandeza do território esmaeceu, de certa maneira, a força da identidade brasileira forjada no discurso racial. Ao transferir o foco para o território, o discurso racial se secundariza. Não há mais esforços para insistir na distinção racial. Pelo contrário: a miscigenação, agora transmutada para mestiçagem se torna na essência da brasilidade (NASCIMENTO, 2005). Fortalece, então, o sentimento do Brasil enquanto um país multirracial. Todas as raças oferecem um cadinho na composição da identidade do brasileiro. O discurso desagregador das raças foi substituído, paulatinamente, por um discurso agregador, visto tanto em Getúlio Vargas,¹⁶ no esforço do Estado centralizador contra o provincianismo regional típico em discursos separatistas, quanto em Juscelino Kubitschek, no sentido de uma capital, a meta-síntese de seu programa de governo, que expressasse a integração nacional. Kubitschek (1975, p. 129), nesse sentido, é explícito: “uma nação é mais que uma unidade étnica”.

Cassiano Ricardo, um dos defensores entusiastas da interiorização do Brasil – e a qual dedicou inteiramente um de seus livros, “Marcha para Oeste” (1940) - representa bem a obliteração do debate racial em função do território. Nesse caso, não se debate mais a importância da origem racial para a composição da identidade brasileira; apenas reconhece o brasileiro como tributo do negro, índio e branco. Dessa forma, o mestiço, brasileiro por excelência, passa a ser o “substrato da nação brasileira coesa e homogênea” (NASCIMENTO, 2005, p. 74). Enquanto os debates racialistas perdem fôlego, fortalece o mito de uma “democracia racial” em solo nacional. Assim como nos Estados Unidos – onde Frederick Turner logrou ser um dos principais nomes na interpretação da marcha para o oeste americano por meio do conceito de ‘fronteira’, Cassiano credita ao leste, mais “europeizado”, o papel civilizador do interior do país (VELHO, 2009).

É compreensível que, ao focar-se no território, o problema das fronteiras emergisse. Desde o início da República os principais litígios territoriais entre os países vizinhos haviam sido resolvidos¹⁷. Entretanto, a definição dos limites territoriais acende

¹⁶ O próprio presidente Getúlio Vargas, em discurso por ocasião do lançamento da “Marcha para o Oeste”, a reconhece como a busca pelo “verdadeiro sentido de brasilidade” (AMARAL, 1958, p. 369).

¹⁷ Questão da Zona de Palmas (ou Missões, 1890-1895, com a Argentina), Questão do Amapá (1894-1900, com a França), Questão da Ilha de Trindade (1895-1896, com a Inglaterra), Questão do Acre (1899-1903, com Peru e Bolívia), Questão do Pirara (1904, com Inglaterra) e a definição dos limites com a Guiana Holandesa (1906), Colômbia (1907), Uruguai (1908) e Peru (1910).

uma outra discussão: a diferenciação entre o território legal e as fronteiras existentes de fato. É nesses termos que Viana (1991, p. 367) distingue dois tipos de fronteira: a que “está expressa na configuração geográfica do território nacional e a que decorre da nossa própria estrutura econômica e social e está expressa na posse, na apropriação e exploração efetiva deste território nela compreendido”. Era preciso, pois, tomar posse do país.

Uma espécie de balanço da iniciativa da Marcha para o Oeste pode ser encontrada em Viana Moog¹⁸, em *Pioneiros e Bandeirantes* (1956). Tendo, também, os Estados Unidos como referência para avaliar a política oficial do Brasil para a dilatação da fronteira à oeste, Viana Moog procurou distinguir o bandeirante do pioneiro para explicar o sucesso da ocupação norte-americana de seu território quando comparada ao caso brasileiro. No caso do pioneiro, sua meta era criar uma nova pátria; já o bandeirante, visava um enriquecimento rápido sem se conectar com o espaço conquistado. Entretanto, via com otimismo o caso do Brasil ao identificar a perda progressiva dos ideais bandeirantes, exatamente pela fixação cada vez mais intensa das levas de brasileiros em projetos de colonização em áreas fronteiriças (OLIVEIRA, 1993).

A criação de diversos projetos de colonização no interior do país respondeu por um efetivo estímulo estatal para a ocupação dessas áreas. Investiu-se em construção de ferrovias. Pretendia-se, assim, conectar os diferentes polos regionais do Brasil em favor da construção de uma unidade. Em discurso de um deputado mato-grossense, tornou-se evidente a repercussão da Marcha para o Oeste nos estados em que a fronteira agrícola progressivamente se estendia, na medida em que “a voz do caboclo vem, pela minha boca, dizer que está satisfeito, que confia, que tem certeza de ser integrado na vida nacional, de que se achava há pouco, dolorosa e injustamente, segregado” (MESQUITA, 1943, p. 18).

A interiorização das políticas públicas possibilitou o prenúncio de Brasília. Na década de 1940, a inauguração de Goiânia como a nova capital do Estado de Goiás tornou-se símbolo da consolidação da Marcha para o Oeste. Sua construção, em posição cercada de terras férteis, atraiu também população para as áreas rurais próximas. Projeto de colonização como a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) incrementou a produção agropecuária da região. Na construção da capital, o interior goiano se conectou

¹⁸ Clodomir Viana Moog (1906-1988), gaúcho de São Leopoldo, foi um importante ensaísta, romancista e crítico literário. Formou-se advogado em 1930, ocasião em que participou ativamente da Aliança Liberal. Dois anos depois, entretanto, rompeu com o governo getulista. Entusiasta da retomada do ‘espírito das bandeiras’, foi ativo defensor da Marcha para o Oeste.

de imediato às áreas mais dinâmicas do Brasil, através do fornecimento de materiais para a construção da cidade e do atendimento da demanda urbana por bens industrializados. Pouco mais de uma década após a inauguração de Goiânia, o Centro-Oeste brasileiro recebeu nova onda de migração, agora voltada para a construção de Brasília, numa espécie de “sobrevida da marcha para o oeste” (PADUA, 2007). O discurso de integração nacional, por meio da interiorização, era explícito em Juscelino Kubitschek. Vangloriava-se, sobretudo, da cidade enquanto fruto de seu esforço criativo: “Brasília foi construída, e o país, como por encanto, no curtíssimo período de apenas três anos e 10 meses, tornou-se uno. Inteiro. Homogêneo. Enfim, uma autêntica unidade socioeconômica” (KUBITSCHEK, 1975, p. 14). Se se pode questionar a eficiência da construção de Brasília na estruturação territorial da nação em desfavor da economia-arquipélago, caracterizada pela pouca articulação entre os vários polos econômicos, é crível argumentar, como faz Silva Neto (2009, p. 2011), que “Brasília é, e continuará sendo por muito tempo, a personificação do país”.

Com efeito, a integração nacional somente seria possível pela incorporação, em uma única rede, de todo território brasileiro. Assim, o uso recorrente do território nas práticas discursivas se tornou fundamental no forjar da identidade nacional. Daí, portanto, ser lugar-comum a explicação da construção de Brasília como uma forma de representar a unidade da nação brasileira em função de sua localização central, “marco simbólico da nacionalidade brasileira” (SILVA NETO, 2009, p. 209). Por isso a acertada asseveração de Costa e Suzuki (2012, s/p), ao reconhecer que Brasília “[talvez] seja o último reduto simbólico da busca do Estado pela brasilidade”. Kubitschek (1959, p. 71) não era alheio a esses termos, na medida em que, para ele, Brasília seria “a integração de mais de 6 milhões de quilômetros na comunhão brasileira. [...] O que nós agora estamos fazendo é fundar a nação que os bandeirantes conquistaram”.

De fato, como assegura Oliveira (2005, p. 65), “com Brasília, o governo JK assegurava a continuidade da trajetória mítica da construção da nação”. A construção de Brasília se apresentou como referência simbólica entre o que se interpretava como o passado do Brasil e o que se esperava de seu futuro. A inauguração da capital e a anunciada construção da Rodovia Belém-Brasília expôs os novos tempos de uma segunda marcha para o Oeste, imersa na construção da unidade nacional e do fortalecimento da identidade brasileira, agora no avanço da fronteira pelo interior do país (VELHO, 2009). O considerável afluxo de migrantes para o Planalto Central, em sua maioria constituída

por brasileiros pobres de diferentes regiões do país, serviu de matéria-prima para a composição do candango.

Para os dois mais importantes dicionários de língua portuguesa no Brasil, Houaiss e Aurélio, candango é corruptela de *kungundu*, palavra oriunda do kimbundu, língua africana pertencente à família etnolinguística bantu, presente em boa parte da África Subsaariana; é registrado como equivalente a vilão, ruim, ordinário. Era por esse nome que os africanos, notadamente aqueles oriundos de onde hoje se localiza Angola, reconheciam de forma depreciativa os traficantes de escravos e, após a chegada ao Brasil, os senhores de engenho. Como demonstrou Holston (1993), o termo “candango” transitou entre sentidos de positividade e negatividade. Transmutou-se para traduzir a figura do mestiço brasileiro, originário produto da miscigenação entre brancos e indígenas, inicialmente, para depois ser atribuído à mestiçagem mais ampla. No final dos anos 1950, “candango” era a atribuição dada a trabalhadores pobres, migrantes, habitantes do interior do país. No decorrer da edificação da capital, entretanto, o vocábulo recebe valoração positiva. Discursos oficiais, matérias jornalísticas e publicidade em geral o reposicionam no campo semântico. Videsott (2008, p. 22), ao fazer um inventário sobre a palavra candango, reconhece que durante a construção de Brasília processou-se seu enriquecimento, “projetando sobre ela um determinado imaginário referente à Nação”, de modo que candango, agora, ecoava “valores da coragem, da ousadia, da perseverança, da fé, da dedicação ao trabalho. Resumia enfim todas as boas qualidades do brasileiro, os aspectos positivos da identidade nacional”.

De fato, não há dúvidas de que o discurso oficial incorporou e impulsionou a positividade do candango. Entretanto, é acionado em pronunciamentos oficiais apenas no último ano do mandato presidencial. Nos quatro primeiros anos de seu mandato, Kubitschek refere-se sempre ao trabalhador na construção civil de Brasília como “operário” ou “pioneiro”¹⁹. Em seu último ano de exercício na presidência, a figura do candango distingue-se como partícipe da “grande família” fundadora de Brasília, da qual ele mesmo, Kubitschek, se incluía - “esta família aqui reunida, a vós todos, candangos, a que me orgulho de pertencer” (KUBITSCHEK, 1961, p. 141) - perdendo “seu sentido ofensivo [e se transformando] em significado de bandeirante moderno, dotado de espírito de luta, tenaz, resistente, enfim, do homem pioneiro de Brasília” (KUBITSCHEK, 1975, p. 169). Assim, especula Kubitschek (1961, p. 13),

¹⁹ Cf. Kubitschek (1957, 1958, 1959, 1960, 1961).

os futuros intérpretes da civilização brasileira, ao analisar este período de nossa história, hão de deter-se com assombro ante a figura bronzeada desse titã anônimo, que é o candango, herói obscuro e formidável da construção de Brasília.

A figura bronzeada faz alusão ao mestiço, ao homem sertanejo, interiorano. É o triunfo da mestiçagem como arquétipo positivo do brasileiro. “Mais do que apenas representar o homem do interior”, ressalta Bechelli (2009, p. 235), ao analisar *Os sertões*, “o mestiço sertanejo representaria nossa própria formação enquanto nação”. A referência a Euclides da Cunha, conquanto agora revertido de seu sentido negativo, é explícita:

A aparência triste de um inválido esmorecido²⁰, com que Euclides da Cunha pintou o retrato do nosso sertanejo, tende a apagar-se do panorama brasileiro. Não a encontrareis no tipo do candango a quem devemos esta cidade. Uma pena de sopro épico, como a do estilista genial de *Os Sertões*, há de fixar-lhe o perfil, numa página de ressonâncias eternas, quando outras gerações meditarem sobre o feito que aqui está. E aí então se há de compreender que, acima do desânimo do sibarita citadino, que só vê o Brasil no horizonte de sua janela, está o herói humilde que luta por um Brasil maior e há de morrer sem que lhe guardem o nome. Esse herói tem no candango uma de suas encarnações prodigiosas. Ao homem do povo, que deixou a sua terra, no norte, no centro e no sul, e subiu confiante este planalto para construir Brasília, quero aqui expressar o reconhecimento do Brasil do futuro, que tem nesta obra monumental a chave de sua grandeza (KUBITSCHKEK, 1961, p. 14).

A cidade assistiu e alimentou a conflituosa construção da identidade brasiliense desde o princípio. O esforço em distinguir pioneiros de candangos nos momentos iniciais da história de Brasília é demonstrativo dessa tensão identitária. Depois de inaugurada a cidade, o termo candango perdeu prestígio. Para os trabalhadores de baixa qualificação mantinha-se o epíteto; aos funcionários públicos, especialmente aqueles com posição de mando (administradores, engenheiros, etc), distinguiam-se por *pioneiros* (HOLSTON, 1993).

Como bem demonstra Silva Neto (2009), o empenho em transformar a nova capital em símbolo nacional recebeu considerável estímulo no urbanismo modernista de Lúcio Costa. Símbolos, aliás, abundam em Brasília. A começar pelo desenho do Plano Piloto: no ideário popular, um avião ou uma borboleta – metafóricos também na ideia de modernidade e de metamorfose, respectivamente; para Lúcio Costa, uma cruz, a lembrar o gesto de marcação do território para dele tomar posse.

²⁰ Na verdade, o sertanejo de Euclides da Cunha aproxima-se mais do candango perfilado por Kubitschek do que demonstrado nesse discurso. Lê-se, em notas do autor acrescentadas à segunda edição de *Os Sertões*: “Quer dizer que neste composto indefinível — o brasileiro — encontrei alguma coisa que é estável, um ponto de resistência recordando a molécula integrante das cristalizações iniciadas. E era natural que, admitida a arrojada e animadora conjectura de que estamos destinados à integridade nacional, eu visse naqueles rijos caboclos o núcleo de força da nossa constituição futura, a rocha viva da nossa raça” (CUNHA, 1998, p. 580).

No ordenamento territorial da capital federal, as cidades-satélites serviriam de nova moradia aos candangos, removidos que eram das favelas que se proliferavam nas imediações do centro da cidade. A estruturação da capital de forma polinucleada já havia, inclusive, sido sugerida pelo júri²¹ na proposta de Lucio Costa, inspirada nas cidades-jardins teorizadas pelo urbanista Ebenezer Howard (PELUSO, 2003b), embora, na realidade, a improvisação e urgência do problema da moradia para os trabalhadores que construíram a capital deram, como se verá, logo adiante, um caráter segregador, a princípio, às cidades-satélites.

Brasília surge, portanto, como uma interessante mescla de tendências urbanistas modernas: de um lado, a inspiração em Le Cobursier, caracterizando a cidade por, no seu interior, preservar o campo, mesmo que em sua forma mimética representada pelos parques; de outro, a inspiração em Howard para construir núcleos urbanos descontínuos cercados por ruralidades. É o campo na cidade do urbanista francês associado a cidade no campo da proposta howardiana (CAMPOFIORITO, 2012). Mas não foram só influências modernistas que serviram de inspiração no projeto da capital, como faz lembrança Holanda (2010a, p. 90), na medida em que “incorpora elementos históricos: perspectivas barrocas, terraplenos monumentais, gregarismo colonial brasileiro, acrópole cerimonial”.

É uma bricolagem de estilos que deixa Brasília a frente de seu tempo. Entretanto, para além do estilo urbanístico arrojado apresentado pela cidade, está a morfologia urbana brasiliense. Enquanto a cidade tradicional, monocêntrica, contínua, densa, com propensão a verticalização crescente, reinava absoluta, Brasília representou o aparecimento de novas formas urbanas, tendência que seria percebida de maneira espontânea nas grandes metrópoles apenas algumas décadas depois. Essas transformações produziram morfologias urbanas caracterizadas, sobretudo, como não-contínuas, fragmentadas, segregadas, heterogêneas. Urbanistas, sociólogos, geógrafos, entre vários outros cientistas sociais, preocupavam-se em formular conceitos que desvelassem esse processo contemporâneo.

Nesse sentido, Catalão (2013, p. 28) organizou uma ampla lista com mais de trinta conceitos ou noções sobre as recentes mudanças na morfologia da cidade, esclarecendo que a “abundância de termos e expressões na literatura especializada tende a descrever fenômenos similares ou mesmo idênticos”. É assim que, de certa maneira, se

²¹ “O tamanho da cidade é limitado: seu crescimento após 20 anos se fará pelas penínsulas e por cidades satélites” (COSTA, 1991, p. 35)

equivalem “metápolis”, “exópolis”, “cidade difusa”, “cidade dispersa”, “cidade policêntrica”, “pós-metrópoles”, “cidade pós-moderna”, “metrópole fractal”, “*edge cities*”. Conjugam, para tanto, fenômenos que são caracterizados pela “multipolarização, hibridismo sócioespacial, reificação de diferenças, construção de heterotopias e múltiplas e por vezes surpreendentes articulações cidade-campo e cidade-região” (MONTE-MOR, 2006, p. 80).

Nessa realidade urbana cada vez mais complexa, multifacetada, “se cruzam uma multiplicidade de redes e territórios que não permitem definições ou identidades claras” (HAESBAERT, 2002, p. 186). A fragmentação territorial favorece, portanto, a fratura na identidade. No caso de Brasília, isso resultaria, no seu desenrolar histórico, uma conformação *sui generis* quando comparada com outras territorialidades e identidades urbanas. Isto é, a fragmentação territorial e a fratura na identidade estão associadas em Brasília desde a construção da cidade.

É frequente o reconhecimento de Brasília como uma cidade que possui sua identidade marcada ou por uma curiosa espécie de *não-identidade*, ou por uma aceitação de *identidade-mosaico*, síntese dos diversos brasis, como se verá, mais adiante, em breve revisão de literatura sobre pesquisas de pós-graduação desenvolvidas sobre o tema. Não há similaridades espaciais entre Brasília e suas respectivas cidades de origem; predomina a estranheza, uma “angústia territorial”, embora não o suficiente para fazê-los sonhar com um retorno a terra de origem, uma vez que na capital nacional continua depositada toda a esperança de uma vida melhor – o que bem traduz a alcunha de “capital da esperança”, como diz o título de seu hino oficial.

4.3 A constituição histórica de Brasília

A sugestão de identidade fragmentada, como veiculada na ideia de uma identidade-mosaico, tem correspondência no tecido urbano historicamente descontínuo de Brasília. Entretanto, é importante salientar que a ambiguidade dessa caracterização (identidade-mosaico ou mesmo a não-identidade) da cidade de Brasília é inusitada quando comparada com a situação do Rio de Janeiro, capital anterior do Brasil. Cidade e Moraes (2004, p. 35) anotam que o tecido urbano carioca, mesmo sendo fragmentado e disperso, não contribuía com a fratura na identidade da cidade, diferentemente de Brasília, que apresenta historicamente “segregação entre a área central e suas proximidades, o Plano Piloto e áreas adjacentes, e a periferia, constituída pelas cidades-satélites e

assentamentos”. Moradores da favela do Cantagalo, localizada entre os bairros de Copacabana e Ipanema, se sentem tão cariocas quanto seus vizinhos, em um processo de coincidência e equilíbrio entre identidade reivindicada e identidade atribuída. Costa e Lima (2010, p. 62) chegam a comparar as semelhanças entre a cidade do Rio de Janeiro à nova capital: “as superquadras seriam a zona sul e as cidades-satélites os subúrbios e a zona norte”. A existência das favelas na zona sul apenas se explica pela desfavorável topografia da cidade; plana fosse, asseguram os autores, a zona sul estaria menos heterogênea. Ainda fazendo analogias, Nunes e Costa (2007, p. 37) também apontam para o problema de levar em consideração Brasília em seu conceito mais restritivo, isto é, fragmentando territorialmente a cidade e circunscrevendo-a apenas a seu centro histórico:

Guardadas as devidas proporções, seria como se resumíssemos, por exemplo, o Rio de Janeiro à sua Zona Sul ou São Paulo à região dos Jardins. Tudo se passa como se déssemos o privilégio a uma única área e, nesse caso, a um único grupo social, o monopólio da representação de uma realidade social heterogênea.

Município Neutro desde a chegada de Dom João VI ao Brasil (1808) e transformado em Distrito Federal já no governo republicano, a unicidade do Rio de Janeiro, enquanto capital, não apresentava dúvidas a respeito da coincidência territorial entre a capital federal e o Distrito Federal. A capital nacional, aliás, era nomeada como Distrito Federal nas constituições republicanas desde 1891, como se verá na próxima seção.

O fim do império reacendeu discursos que apontavam para a importância da transferência da capital para o interior do país. Pela primeira vez, esse desejo se consubstanciou em arranjo constitucional. A Constituição Federal de 1891, em seu artigo terceiro, indicava uma área de 14.400 km² no Planalto Central brasileiro a ser futuramente delimitada para a instalação da nova capital.

O governo de Floriano Peixoto (1891-1894) nomeou a “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil”, chefiada pelo astrônomo belga Luís Cruls, para, efetivamente, apontar a melhor delimitação da área constitucionalmente indicada. O relatório foi apresentado em 1893 com a sugestão dos limites do Distrito Federal (Figura 1). A Comissão Cruls foi mobilizada novamente, em 1894, para definir a posição dentro do assim chamado Retângulo Cruls da construção da Capital e oficialmente nomeada como “Comissão de Estudo da Nova Capital da União”. Entretanto, a eleição de Prudente de Moraes (1895-1898) serviu para o arrefecimento do interesse em interiorizar a capital. O primeiro presidente civil republicano, comprometido com a

oligarquia cafeeira paulista e pouco interessado no descentrar do poder político à Oeste, diminuiu progressivamente a importância da Comissão: cortou verbas, atribuiu novos objetivos e, finalmente, suprimiu a comissão em 1897 (VIDAL, 2009).

Figura 1 - Localização do Quadrilátero Cruls.



Fonte: Cruls (1893, s/p - encarte).

Tentativas de congressistas para incluir a transferência da capital na agenda política nacional se mantiveram no decorrer das primeiras décadas do século XX. O senador Nogueira Paranaguá colocou a questão sob apreciação do Congresso em duas ocasiões – 1905 e 1911 - sendo derrotado em ambas. Apenas às vésperas do centenário da Independência do Brasil (1922) a ideia foi apreciada com mais entusiasmo. Na ocasião, Americano do Brasil e Rodrigues Machado, senadores por Goiás e Maranhão,

respectivamente, propuseram o lançamento da Pedra Fundamental da construção de Brasília. O Congresso aprovou e Epiácio Pessoa, então presidente, comprometeu-se a instalá-la no “ponto mais apropriado do futuro Distrito Federal”²² por ocasião das comemorações do centenário da independência, o que ocorreu nas proximidades do arraial de Mestre d’Armas, hoje Planaltina, um dos vários núcleos urbanos do Distrito Federal. Entretanto, medidas concretas para a transferência da capital foram rechaçadas pelo Congresso, preocupado que estava em proteger os interesses oligárquicos regionais (VIDAL, 2009).

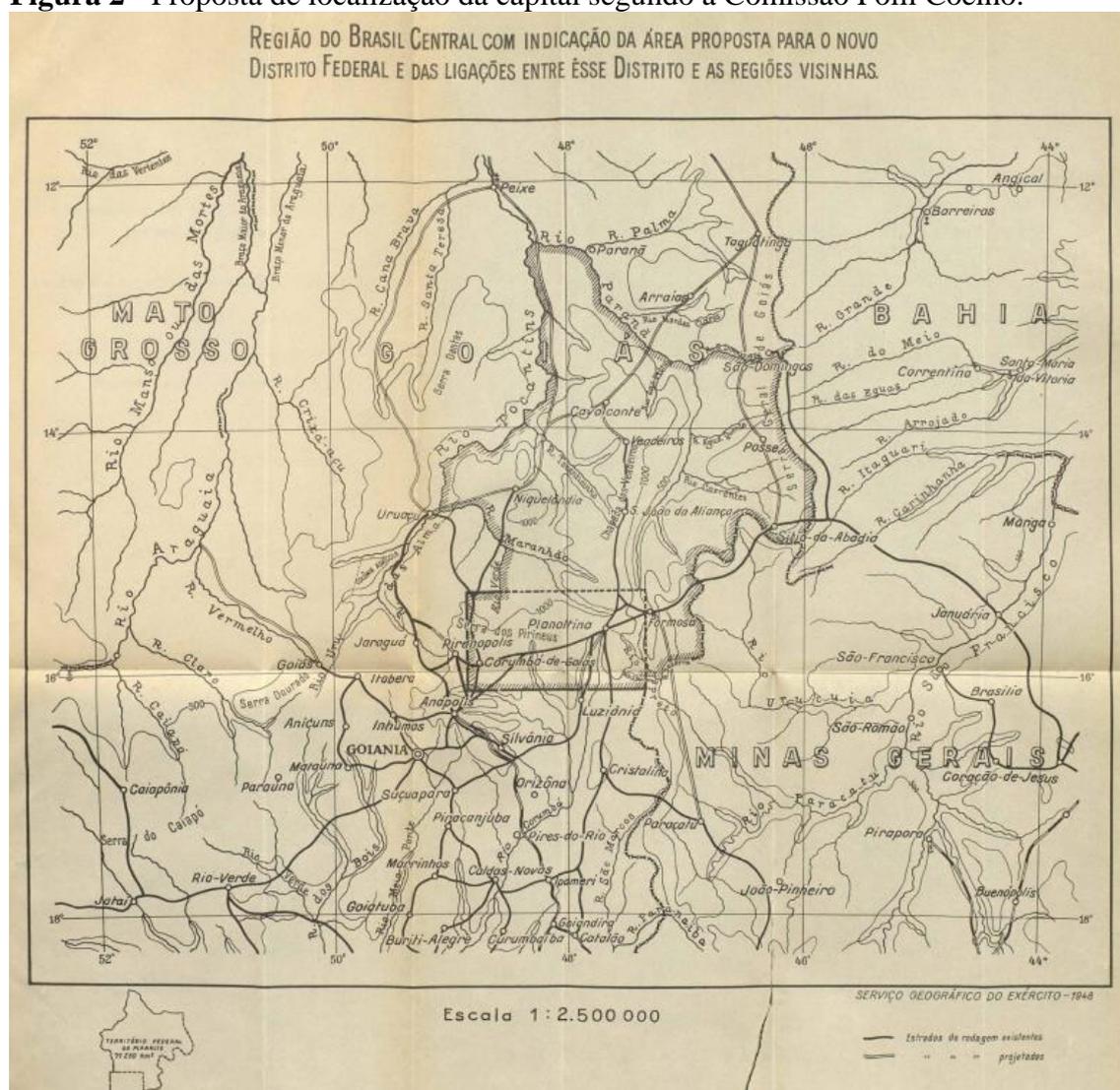
O enfraquecimento do pacto oligárquico da República Velha (1889-1930) entre as elites mineira e paulista poderia proporcionar um novo fôlego à ideia da transferência da capital; entretanto, a era Vargas (1930-1945), ao romper com a oligarquia regional que governara o país até então, fez outra opção. Ao invés de construir uma nova capital, Vargas optou por um plano de interiorização mais amplo. A Marcha para o Oeste foi então formulada. Movida, sobretudo pela noção de brasilidade, de sentimento de identidade e integração nacional, a Marcha para o Oeste contribuiu com o avanço da fronteira agrícola e a ocupação do território brasileiro. Em outra frente, Vargas nomeou uma comissão para realizar uma nova divisão territorial brasileira para amenizar as diferenças regionais, concorrendo para uma maior integração do país. Nessa comissão, presidida por Everardo Backheuser, a transferência da capital foi novamente retomada. Contudo, a compreensão era de que a transferência da capital para o interior deveria ser o coroamento das políticas interiorizantes e não seu ponto de partida.

Findado o primeiro período Vargas, os debates no Congresso sobre uma nova constituição recuperaram a ideia de mudança da capital. Havia divergências sobre a nova posição geográfica da capital entre os congressistas favoráveis à transferência, porém. Triângulo Mineiro, Goiânia e o Retângulo Cruls dividiram a preferência dos “mudancistas”. Goiânia, defendida pelo deputado Café Filho, seria uma opção temporária. A bancada mineira, incluindo o deputado Juscelino Kubitscheck, considerava o Triângulo Mineiro a melhor opção – opinião compartilhada também por geógrafos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como Fabio de Macedo e Soares Guimarães (OLIVEIRA, 2005). Promulgada em 1946, a Constituição referendou, mais uma vez, a necessidade da mudança da capital e, como na primeira constituição republicana, encarregou o Executivo para, no prazo de sessenta dias da publicação da

²² Decreto nº 4.494, de 28 de janeiro de 1922.

nova Carta Magna, nomear uma comissão para desenvolver estudos sobre a nova localização da capital. O presidente seguinte, Eurico Gaspar Dutra, assim o fez em seu primeiro ano de mandato como presidente (1946) e nomeou o general Djalma Polli Coelho para comandá-la. Dois anos depois, em 1948, Polli Coelho apresentou seu relatório, fazendo uma releitura da posição ideal defendida por Cruls, mas ampliando a área para 77.254 km². Em 1953, o Congresso Nacional determinou novos estudos para a localização do sítio da capital, mas reduzindo a área sugerida por Polli Coelho para 52.000 km², posteriormente conhecida como “Retângulo do Congresso” (Figura 2). Em seguida, Vargas criou a Comissão de Localização da Nova Capital e nomeou como seu presidente o general Aginaldo Caiado de Castro. Com o suicídio de Vargas e posse de Café Filho, Caiado de Castro deu lugar ao marechal José Pessoa.

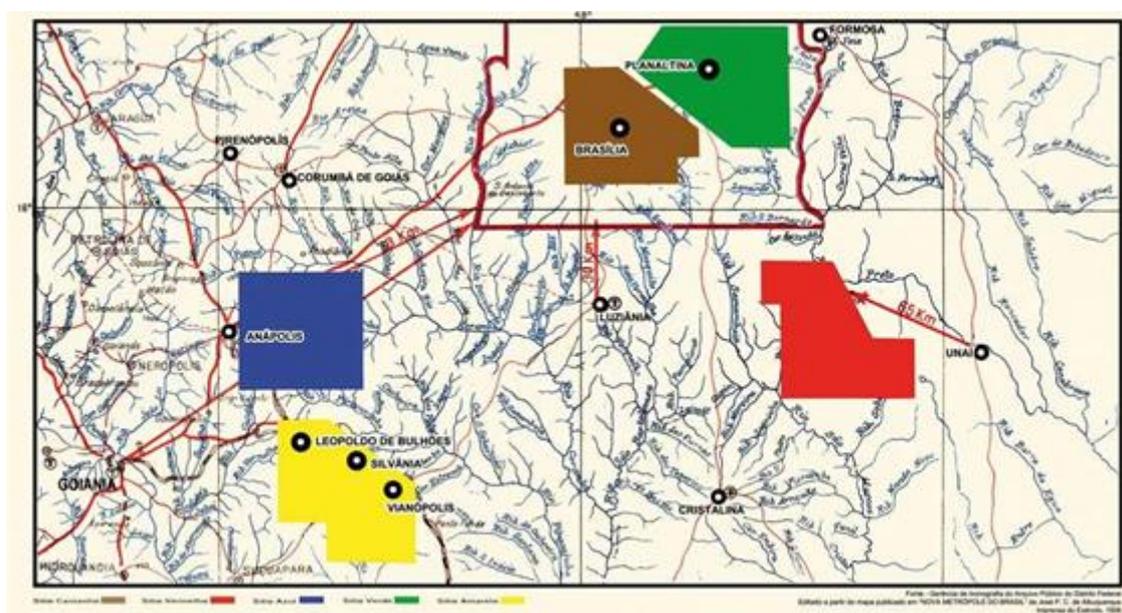
Figura 2 - Proposta de localização da capital segundo a Comissão Polli Coelho.



Fonte: Coelho (1948, p. 33).

Uma das primeiras atividades da Comissão foi contratar a Cruzeiro do Sul Aerofotogrametria para fazer um levantamento aerofotogramétrico do Retângulo do Congresso. Para estudos de foto-análise e foto-interpretação contratou-se uma empresa americana, Donald J. Belcher and Associates. No relatório Belcher foram indicados cinco sítios favoráveis à instalação da capital (Figura 3). Foram utilizadas cinco cores para identificação dos sítios: castanho, verde, azul, amarelo e vermelho a serem avaliados e ranqueados pela Comissão de Localização segundo dez critérios²³. Apuradas as notas dadas por todos os membros, o Sítio Castanho ficou em primeiro lugar (OLIVEIRA, 2005).

Figura 3 - Localização dos cinco sítios indicados pelo Relatório Belcher.



Fonte: Freitas (2013).

Em seguida, a “Subcomissão Encarregada do Estudo da Demarcação dos Limites do Distrito Federal”, constituída pelos engenheiros Allyrio de Matos, Aureliano de Farias e Luiz Eugenio de Abreu procedeu à delimitação da área do Distrito Federal, respeitando o limite colocado pela Lei nº. 1.803/53, artigo 2º, qual seja, 5.000 km² aproximadamente (ALBUQUERQUE, 1955). Os limites foram aceitos pelo presidente Café Filho, que homologou por meio do Despacho 19.685/55, os resultados do Relatório da Comissão Pessoa; encaminhados para o Ministério da Justiça, o Despacho converteu-

²³ Clima e salubridade favoráveis; facilidade de abastecimento de água; topografia adequada; energia elétrica (facilidade); existência de materiais de construção; facilidade de acesso às vias de transporte terrestre e aéreo; solos favoráveis a edificação; proximidade de terras para agricultura; paisagem atraente; e facilidade de desapropriação (OLIVEIRA, 2005, p. 104)

se na Lei nº. 2.874/56, sancionada já no governo de Juscelino Kubistchek. Ainda no Governo Café Filho, o marechal Pessoa solicitou a presidência a desapropriação imediata das terras, o que foi negado. O então governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, favorável à construção de Brasília, remeteu projeto de desapropriação a Assembleia Legislativa goiana e as primeiras desapropriações aconteceriam ainda em 1955 (OLIVEIRA, 2005). Além de oficializar os limites do Distrito Federal entre as latitudes 15°30'S/16°03'S e longitudes 47°25'O/48°12'S, a Lei nº. 2.874/56 designou "Brasília" como o nome da nova cidade.

Desde a primeira demarcação da Comissão Cruls, em área de 14.400 km², conforme recomendação constitucional (artigo terceiro da Constituição Federal de 1891), passando pela ampliação da Comissão Polli Coelho (77.254 km²) e Retângulo do Congresso (52.000 km²) a, finalmente, redução proposta pela Comissão Pessoa (5.850 km²), manteve-se preservada a forma geométrica quadrilátera. Para os limites desenhados em linhas regulares, numa combinação de arcos latitudinais e longitudinais, Cruls inspirou-se nos recortes territoriais das unidades federativas componentes dos Estados Unidos. Para ele, o quadrilátero oferecia a vantagem "de evitar para o futuro questões litigiosas, que não raras vezes suscitam-se entre estados limitrophes, acerca dos próprios limites" (CRULS, 1893, p. 32). Portanto, a forma geométrica proposta por Cruls foi respeitada dos primeiros estudos (1893) para a criação do Distrito Federal no Planalto Central brasileiro (1956). Já a extensão territorial, arbitrariamente instituída na Constituição de 1891, não foi objeto de discussão no Relatório Cruls. Polli Coelho argumentou favoravelmente a ampliação da área do Distrito Federal indicando que para a autossuficiência da capital federal, era necessária uma maior extensão territorial. Conjugam-se, nesse caso, a coincidência de interesses e consequente superposição entre a capital e o Distrito Federal, sendo esse último a configuração territorial da primeira. Assevera Coelho (1948, p. 16) que, primeiramente, teve

[...] a Comissão de precisar rigorosamente a verdadeira compreensão que deveria dar à sua tarefa específica de proceder 'ao estudo da localização da nova Capital da União'; aí a palavra "Capital" evidentemente não poderia caber dentro do conceito restrito de uma cidade de maiores ou menores dimensões e sim do próprio Distrito Federal, como, aliás, assim a define a Constituição Federal de 1946 quando, no § 2.º do seu Art. 1.º, afirma que "o Distrito Federal é a Capital da União". Dêsse modo, teria a Comissão de propor, não a localização, o sítio de uma cidade, e sim a localização do Distrito Federal onde deveria ser estabelecida a sede do Governo; e esse Distrito Federal deveria ser escolhido no Planalto Central do País como estipula o Art. 4.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A coincidência territorial entre os limites de Brasília e do Distrito Federal possui, como se vê, ancoragem na história. É demonstrada também pelos legisladores no trato da delimitação da capital e do Distrito Federal, a partir da instauração da república. A consensualidade sobre esse tema, entretanto, será desfeita a partir da transferência da capital para o interior do país. A correspondência entre a sede da República e sua área territorial tornou-se progressivamente turva, como se verá na seção seguinte.

5 BRASÍLIA E O DISTRITO FEDERAL

*Há quem te gostaria só Plano Piloto, teu lado nobre,
mas eu também te encontro na periferia, teu lado pobre.
Há quem só te reconheça nos cartões postais
mas eu te vejo inteira, planaltina,
cercada de gamas, guarás e taguatingas.*
Marcus Garcia

Se a questão sobre o conceito de Brasília se reduzisse a uma genealogia das regulamentações, leis e arranjos jurídicos, nem por isso a situação do pesquisador estaria mais fácil. Há um cipoal nebuloso de definições que ora se aproximam de uma versão estrita, ora se aproximam de uma versão mais abrangente da definição de Brasília. Não há consenso entre especialistas jurídicos, como será demonstrado no decorrer do texto. Mesmo entre os urbanistas, onde o tema está praticamente pacificado, há margem para disputas. Instados em reportagem publicada por um periódico brasiliense (MACHADO, 2014), dois especialistas se pronunciaram sobre o conceito de Brasília por ocasião do quinquagésimo quarto aniversário da Capital. De um lado, o reconhecimento de que Brasília é apenas o conjunto central da cidade²⁴; de outro, a interpretação de que Brasília é constituída pelo conjunto dos núcleos urbanos do Distrito Federal²⁵.

A lei²⁶ que dispôs sobre a transferência da capital apresentou o Distrito Federal como a área demarcada para sua localização. Na lei²⁷ que regulamenta o território do Distrito Federal se expressa que uma das incumbências dessa unidade federativa é “zelar pela cidade de Brasília, pelas cidades-satélites e comunidades que a envolvem, no território do Distrito Federal”. Em 1961 foram criadas as subprefeituras, instaladas em sete cidades-satélites²⁸: Planaltina, Taguatinga, Sobradinho, Gama, Paranoá, Brazlândia e Núcleo Bandeirante. A reestruturação administrativa promovida pelo governo militar, em 1964²⁹, dividia o Distrito Federal em oito regiões administrativas (RAs), sendo elas Planaltina, Taguatinga, Sobradinho, Gama, Paranoá, Brazlândia, Jardim e Brasília (Figura 4). Comparadas a estrutura de subprefeituras, apenas três modificações: a criação da Região Administrativa de Brasília, com a incorporação das competências da

²⁴ Alberto de Faria, então presidente do Conselho Regional dos Arquitetos e Urbanistas do Distrito Federal (CAU-DF),

²⁵ Frederico Flósculo, professor do Departamento de Arquitetura da Universidade de Brasília,

²⁶ Lei nº. 2.874/56.

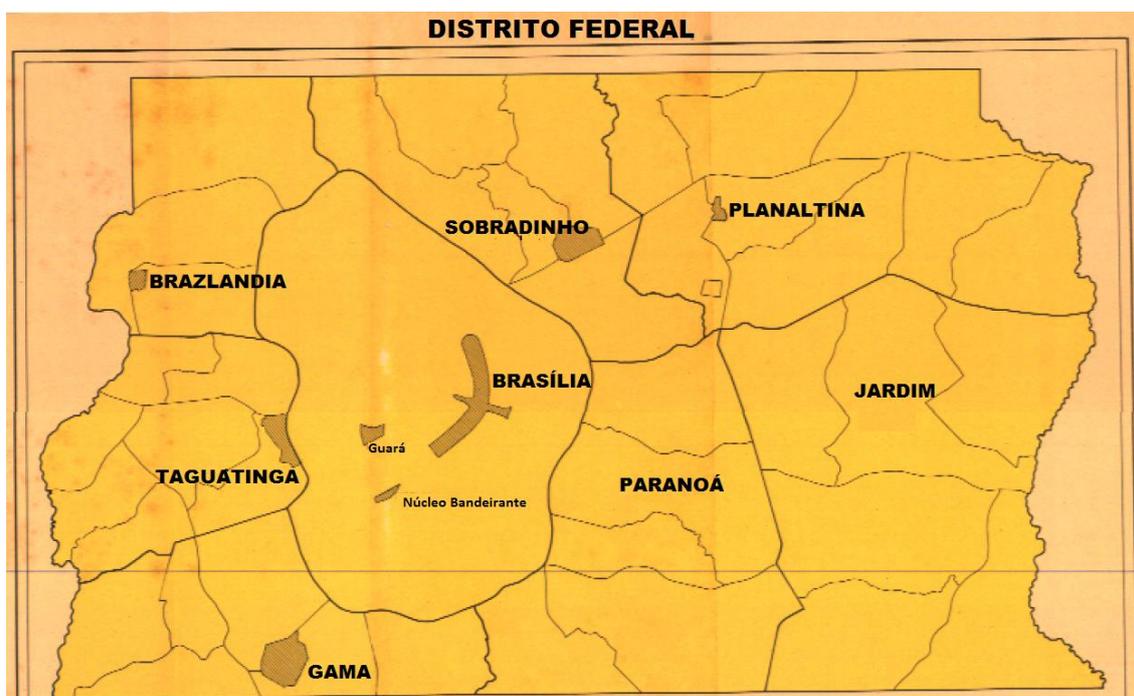
²⁷ Lei nº. 3.751/60

²⁸ Decreto nº. 43/61.

²⁹ Lei nº. 4545/64.

subprefeitura do Núcleo Bandeirante, e a instituição da Região Administrativa do Jardim, compreendendo áreas rurais adjacentes à atual Região Administrativa do Paranoá. Das oito regiões administrativas, apenas três não foram implantadas: Brasília, Paranoá e Jardim (COSTA, 2011).

Figura 4 – O Distrito Federal: primeira divisão administrativa (1964)

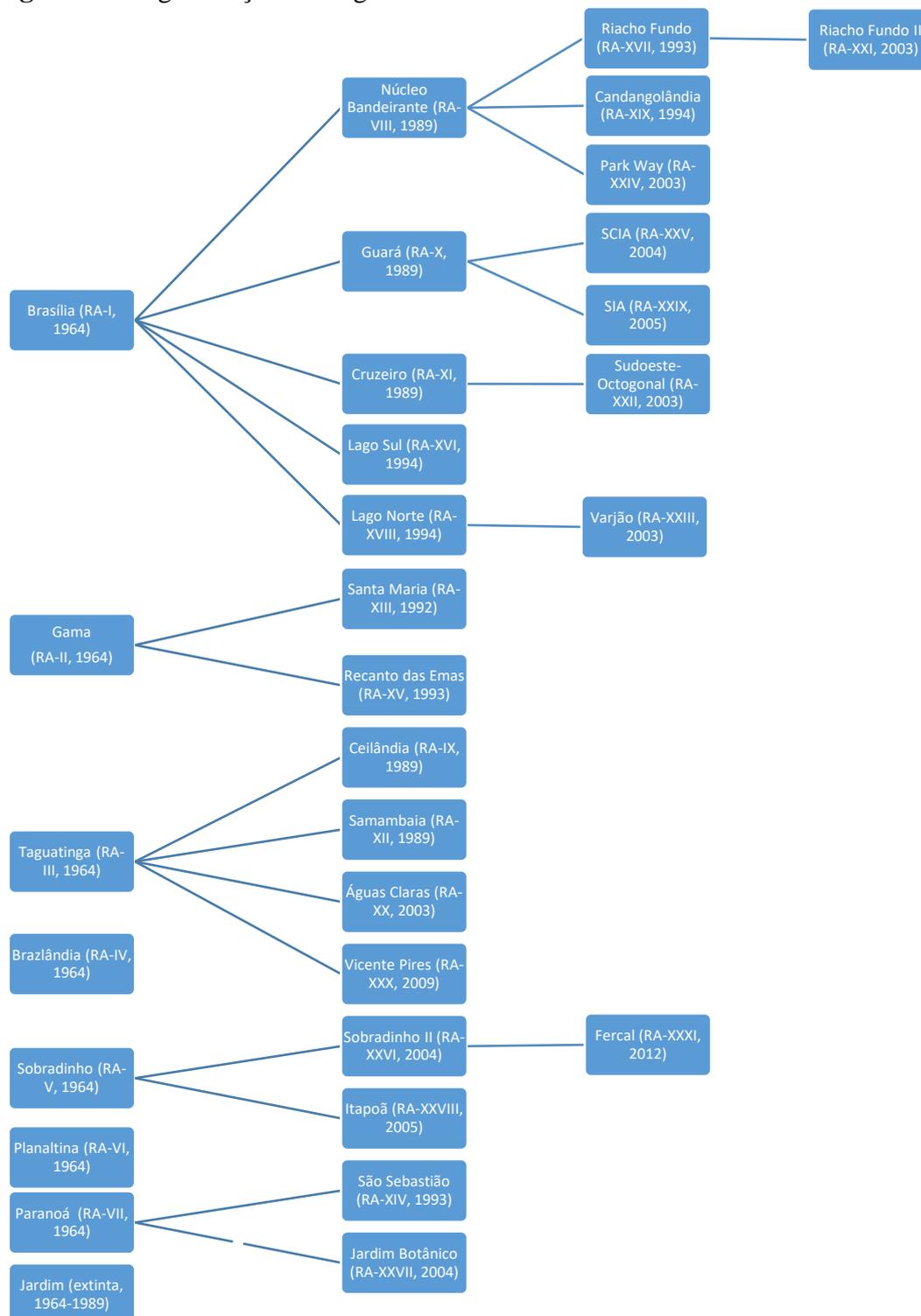


Fonte: IBGE (1971, p. 27).

Uma nova reforma político-administrativa foi executada em 1989, ampliando para doze o número de regiões administrativas. A RA Jardim foi extinta e cinco novas RA's apareceram pelo desmembramento das RA's de Brasília e Taguatinga. Nos vinte anos seguintes, em intenso processo de fragmentação, as regiões administrativas saltaram para trinta. A última, a RA da Fercal (XXXI), foi criada em 2012 por uma iniciativa do Poder Executivo³⁰ (Figura 5).

³⁰ Projeto de Lei nº. 685/11.

Figura 5 - Fragmentação das regiões administrativas do Distrito Federal³¹



Fonte: Organizado por Gonçalves, J. R. (2017) a partir de Costa (2011) e Peluso; Candido (2012).

³¹ A RA-I manteve designada como Brasília no período de 1964-1989 e de 1990-1997. No intervalo de 1989-1990 e 1997 a atualidade a RA-I é, por força de lei, designada de Plano Piloto. Já as RA-XXII, Sudoeste-Octogonal, RA-XXVII, Jardim Botânico, e RA-XXVIII, Itapoã, foram constituídas também por parte de territórios desmembrados da RA-I, Plano Piloto, RA-XIV, São Sebastião e RA-VII, Paranoá, respectivamente.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, por sua vez, demonstra bastante interesse na criação de regiões administrativas. Nesse mesmo ano, quando discutida na casa legislativa a criação da RA XXXI, quatro outros projetos foram debatidos; desde então, contabilizam-se dezoito propostas apresentadas por deputados distritais (Quadro 2).

Quadro 2 - Propostas de regiões administrativas do Distrito Federal (2011-2016)

Proposição	Nova Região Administrativa	Região Administrativa Desmembrada	Deputado proponente
IND 3517/2011	Arniqueiras	Águas Claras	Agaciel Maia
IND 149/2011	Grande Colorado	Sobradinho	Agaciel Maia
IND 3497/2011	PAD-DF	Planaltina	Marcio Michel
IND 3736/2011	Vale do Amanhecer	Planaltina	Agaciel Maia
IND 4513/2012	Água Quente	Recanto das Emas	Charles Lima
IND 5270/2012	Água Quente	Recando das Emas	Wasny de Roure
PL 1362/2013	Arapoangas	Planaltina	Raad Massouh
PL 1553/2013	Por do Sol e Sol Nascente	Ceilândia	Raad Massouh
IND 20354/2014	Alexandre Gusmão ³²	Brazlândia	Liliane Roriz
IND 18557/2014	Arapoanga	Planaltina	Robério Negreiros
IND 20775/2014	Por do Sol	Ceilândia	Paulo Roriz
IND 20776/2014	Sol Nascente	Ceilândia	Paulo Roriz
IND 15905/2014	Tororó	Santa Maria	Israel Batista
IND 14404/2014	Vila Planalto	Plano Piloto	Agaciel Maia
IND 136/2015	Novo Horizonte	Ceilândia	Rodrigo Delmasso
IND 630/2015	Por do Sol e Sol Nascente	Ceilândia	Sandra Faraj
IND 904/2015	Sol Nascente e Por do Sol	Ceilândia	Cristiano Araujo
IND 8422/2016	Café Sem Troco	Paranoá	Ivonildo di Lira

Fonte: Organizado por Gonçalves, J. R. (2017) a partir de levantamento realizado no site da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

No que pese a forte suspeita de motivação político-eleitoral, as regiões administrativas têm sido criadas sob a justificativa de descentralização administrativa e não é uma exclusividade de Brasília. Todas as dez maiores cidades brasileiras optaram por esse expediente político-administrativo. Na cidade de São Paulo as regiões administrativas, criadas em 1965³³, foram substituídas pelas subprefeituras em 2002³⁴, em caminho inverso ao que ocorreu na capital federal. No Rio de Janeiro, as regiões administrativas foram criadas ainda no governo de Carlos Lacerda (1960-1965) e

³² Iniciativas de criação dessa região administrativa ocorreram reiteradas vezes. Nos últimos quinze anos, foram, além da Indicação 20354/2014, apresentadas propostas em quatro ocasiões: 2003, 2005, 2007 e 2009. Com exceção de 2005, proposição feita pelo Deputado Pedro Passos, todas as outras foram de autoria do Deputado Rubens Brunelli Jr.

³³ Decreto-Lei nº 6.236/65.

³⁴ Lei nº 13.399/02.

agrupadas, em 1993³⁵, em Áreas de Planejamento, hoje popularmente conhecidas por subprefeituras, recuperando a antiga denominação proposta pela Lei Orgânica do Distrito Federal de 1948³⁶. Salvador possui dezoito Regiões Administrativas, instituídas em 1987 e mantidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano aprovado em 2004³⁷. Já em Fortaleza, recebem o nome de Secretarias Executivas Regionais, regulamentadas em 1997³⁸. Em Belo Horizonte as Regiões Administrativas foram instituídas em 1983 e reorganizadas em 2011³⁹. A primeira Lei Orgânica de Manaus (LOMAN), sancionada em 1990, também dedicou importância às Regiões Administrativas, que permanecem ainda hoje na atual legislação municipal⁴⁰. Em Curitiba, as Regiões Administrativas foram criadas em 1986 e funcionam desde 2016 sob designação de subprefeituras⁴¹. No Recife, foram instituídas doze Regiões Político-Administrativas, organizadas no contexto do Programa Prefeitura nos Bairros, no final da década de 1980, para, em 1997, serem reorganizadas em seis regiões⁴². Já em Porto Alegre, os Centros Administrativos Regionais (CAR) foram instituídos em 1992⁴³. Atualmente são dezessete, respondendo pela descentralização administrativa pensada dentro da discussão do orçamento participativo. Em suma: embora varie o grau de autonomia, as regiões administrativas são realidade presente há bastante tempo nas grandes cidades brasileiras.

A divisão em regiões administrativas não tem relação direta, portanto, com a criação de autonomias semelhantes à municipalidade. A propósito, a indivisibilidade territorial do Distrito Federal em municípios tem sido preservada nas diversas alterações jurídicas de seu estatuto. Em seu artigo 32, a Constituição Federal proíbe expressamente a divisão do Distrito Federal. Como no Brasil a cidade é, legalmente⁴⁴, sede jurisdicional, não se torna possível considerar que haja “cidades” no Distrito Federal. Há apenas uma e ela atende pelo nome de Brasília. A primeira lei⁴⁵ que organizou a vida administrativa de Brasília, nesse mesmo espírito, propunha um executivo comandado por um prefeito, e não um governador; a câmara distrital seria constituída por vereadores, e não deputados. Já a Lei Orgânica do Distrito Federal (1993), em seu artigo 165, diz que é uma das

³⁵ Decreto nº. 11935/93.

³⁶ Lei nº. 217/48.

³⁷ Lei nº. 6586/04.

³⁸ Lei nº. 8.000/97.

³⁹ Lei nº. 10.231/11.

⁴⁰ Decreto nº. 2.924/95.

⁴¹ Decreto nº. 870/16.

⁴² Lei nº. 16293/97.

⁴³ Lei nº. 273/92.

⁴⁴ Decreto-lei nº. 311/38.

⁴⁵ Lei nº. 3751/60.

competências desta unidade federativa “a compatibilização do ordenamento de ocupação e uso do solo com a concepção urbanística do Plano Piloto e das cidades-satélites”, sugerindo que a capital federal é um conjunto composto de seu núcleo inicialmente projetado para tal, o Plano Piloto, e os demais núcleos urbanos adjacentes.

Com efeito, a celeuma sobre os limites de Brasília em parte é alimentada pelo ordenamento legal. A natureza jurídica do Distrito Federal tem atraído atenção de vários juristas. Longe de ser um debate meramente retórico, os efeitos do posicionamento do Distrito Federal no pacto federativo “tem implicações muito importantes, no campo das finanças públicas e nas relações com as unidades federativas” (SZKLAROWSKY, 2001, p. 62). A propósito, o Distrito Federal tem tido diferentes graus de importância na federação desde quando foi incluído na primeira constituição republicana, em substituição ao antigo “Município Livre” (Quadro 3).

Quadro 3 – O Distrito Federal nas Constituições Republicanas

CONSTITUIÇÃO	CARACTERÍSTICAS ATINENTES AO DISTRITO FEDERAL
1891	Distrito Federal é a capital da União. Províncias constituídas em Estado e Município Livre dando lugar a figura do Distrito Federal; passa a fazer parte como unidade federada. Após efetivada a transferência para o Planalto Central, o Distrito Federal seria alçado a condição de Estado. Tutela federal, bancada estadual e administração municipal.
1934	Sem referência ao Rio de Janeiro (ou Distrito Federal) como capital federal. Mantida inclusão como ente federativo. Prefeito passa a ser eleito de forma indireta.
1937	Distrito Federal como sede da União. Distrito Federal deixa de ter representação no legislativo federal e o prefeito é indicado pelo presidente. Sem referência à mudança da capital para o interior.
1946	Distrito Federal é a capital da União. Retorna a condição de unidade federada plena (participação no legislativo federal). Retorna referência à mudança da capital para o interior.
1967	Distrito Federal é a capital da União. Partícipe da federação, mas sem representação legislativa federal
1969	Distrito Federal é a capital da União. Apenas em 1985 o DF volta ao cenário legislativo federal. Prefeito dá lugar a governador
1988	Brasília é a capital da união. Distrito Federal como ente federativo pleno.

Fonte: Organizado por Gonçalves, J. R. (2017) a partir de Lyrio (1983), Laubé (1990) e Szklarowsky (2001).

Como se vê, Brasília - e não o Distrito Federal - como capital do Brasil é uma das novidades apresentadas pela atual constituição. Daí a margem para a ambiguidade. Antes, o território da então capital federal, Rio de Janeiro, coincidia com os limites do Distrito Federal; o mesmo ocorreu com Brasília até a Constituição de 1988. O texto constitucional atual alimentou a dubiedade. Segue, nas duas próximas sessões, a apresentação dessa dubiedade na forma de duas perspectivas conceituais para Brasília: uma, mais restritiva, identificando as áreas centrais como Brasília, e outra, mais inclusiva, baseada na identificação da cidade às áreas urbanas do Distrito Federal.

5.1 Brasília em sentido restrito

*blocos, eixos,
quadras
senhores, esta cidade
é uma aula de geometria*
Nikolas Behr

Mantem-se preservado em boa parte da população o sentido restrito de Brasília ao núcleo projetado inicialmente para a capital federal, o Plano Piloto, de Lúcio Costa, e cercanias. É favorecido pela antiga nomenclatura da RA-I. Oficialmente nomeada como “Brasília”, em legislação editada no início do período militar, a RA-I atendeu por “Plano Piloto” em um curto intervalo de tempo (1989-1990). Entre 1990 e 1997, voltou a ser designada “Brasília”. Desde 1997, entretanto, a RA-I, por meio da Lei nº 1648, é denominada de Plano Piloto, embora até recentemente (final da gestão Agnello Queiroz, 2011-2014) nos documentos oficiais ainda persistisse “Brasília”. Na gestão Rodrigo Rollemberg (2015-2018), a RA-I oficialmente foi reconhecida como Plano Piloto.

A concepção restritiva de Brasília recebe, além da contribuição oficial na confusão do conceito de Brasília, a defesa de pesquisadores interessados na história da Capital desde sua transferência para o Planalto Central, muitos deles membros ativos do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHG-DF)⁴⁶, como o caso de, entre outros, Adirson Vasconcelos, Cristina Costa Leite e Adalberto Lassance. É assim em Leite (2007) e Leite e Garcia-Filice (2015), por exemplo, quando estabelecem o conceito de “não Brasília” para identificar o território para além das fronteiras da RA-I. Dessa

⁴⁶ O IHG-DF é inspirado na vocação de “guardiões da história” do Instituto de História e Geografia do Brasil (IHGB). Tais Institutos têm, como primeira e mais antiga função, buscar “ser sempre a voz oficial” (SCHWARCZ, 2002). Discussões históricas e geográficas poderiam, dentro dessa vocação, serem equacionadas, a exemplo de ambiguidades da língua portuguesa sendo resolvidas pela Academia Brasileira de Letras (ABL). O IHG-DF é, segundo o depoimento de um de seus membros, “o único lugar onde realmente se ensina a história do Distrito Federal e da construção de Brasília” (MENEZES, 2015, p. 21).

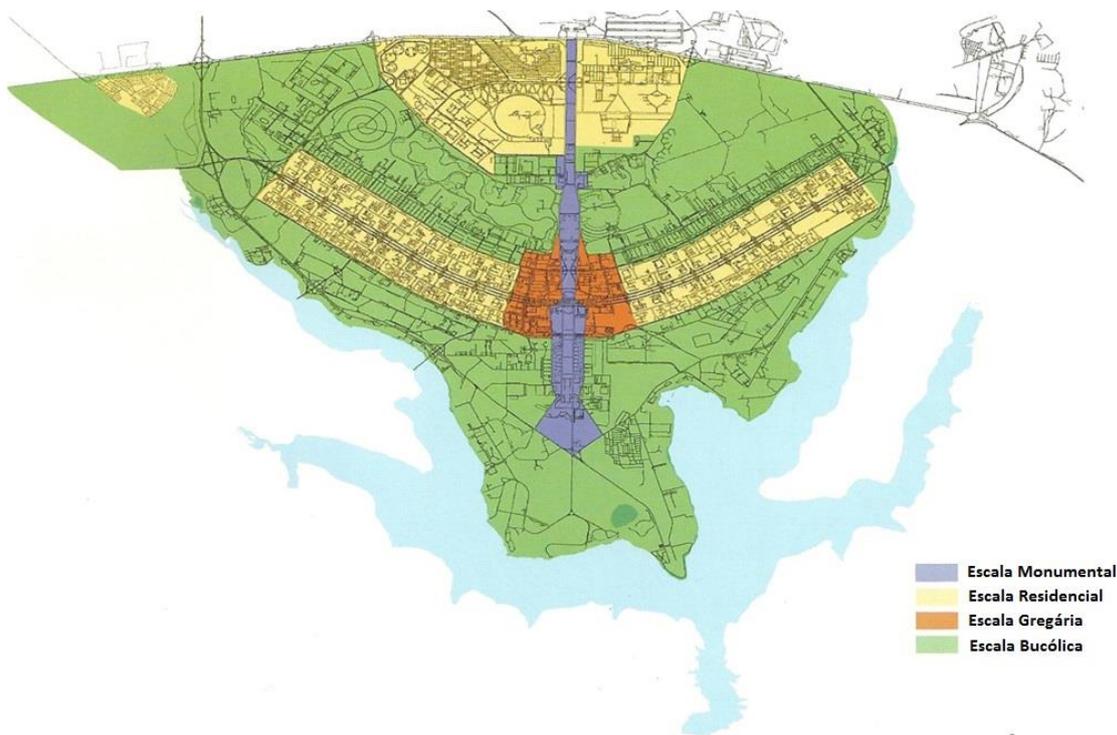
forma, “Brasília não se confunde com o DF, e é a Região Administrativa I” (LEITE, GARCIA-FILICE, 2015, p. 72). Lassance (2002), em consonância, defende que a Constituição Federal e a Lei Orgânica são, em sua interpretação, claras ao diferenciar Brasília de Distrito Federal. Brasília, para o autor, se restringiria a RA-I. A Brasília patrimonializada, conjunto formado pelo Plano Piloto e adjacências – as regiões administrativas do Cruzeiro, Candangolândia, Octogonal e Sudoeste, corresponde, a seu ver, ao Plano Piloto⁴⁷ (LASSANCE, 2002).

Lassance (2002) recupera o conceito de Brasília, enquanto RA-I, no arcabouço jurídico a partir de 1989. Não é alheio, por certo, ao fato de que, desde 1964, a RA-I recebe oficialmente o nome de Brasília; alude como “primeira agressão” o breve período em que se nomeou a RA-I como Plano Piloto (1989-1990) e como “segunda agressão” a Lei 1.648/97, que, de forma definitiva, estabeleceu a denominação “Plano Piloto” para a RA-I. Em todo caso, se a perspectiva restritiva do conceito de Brasília retroagisse à primeira menção legal ao território da RA-I, os limites defendidos para a capital federal ampliariam-se. O apego a legislação é, assim, historicamente seletivo; ora, porque 1989 e não 1964? E mais: se, por exemplo, da RA-I originasse outras RA’s⁴⁸, e seu território se reduzisse apenas a Asa Norte, Asa Sul e Eixo Monumental, essa seria, por lógica, a Brasília defendida. A tendência histórica de fragmentação territorial do Distrito Federal fragiliza a concepção restrita do conceito de Brasília à uma região administrativa ou a sua parte tombada. O tecido urbano de Brasília se amplia concomitante às sucessivas redivisões das regiões administrativas; em outras palavras, enquanto o urbanista observa o crescimento da cidade real (o tecido urbano), o observador das leis percebe a cidade (Brasília enquanto circunscrita a uma região administrativa) progressivamente tendo seu território reduzido. No Decreto 10.829/87, que trata da preservação da concepção urbanística de Brasília para fins de tombamento, a área tombada foi um recorte espacial do que, naquele momento, era apenas uma parte do território da RA-I: limites estabelecidos a dois córregos para sul e norte (Vicente Pires e Bananal, respectivamente), a Estrada Parque Indústria e Abastecimento a oeste e o Lago Paranoá a Leste (Figura 6). Atualmente, a Brasília patrimonializada não se mantém nos limites restritos da RA-I.

⁴⁷ Há, aqui, uma contradição notável: a Brasília patrimonializada, a cidade tombada como Patrimônio da Humanidade em 1987, se estende, após a fragmentação e criação de novas regiões administrativas em 1989, para além da RA-I, como se verá a seguir.

⁴⁸ Como a proposta de criação das regiões administrativas de Vila Planalto (2014) ou do Lago Centro (1999), por exemplo.

Figura 6 - Concepção urbanística de Brasília (Brasília tombada)



Fonte: Francisconi (2011).

O Decreto 10.829/87 procurou firmar regras para o bem tombado voltado tão-somente à ideia original de Lucio Costa, no intuito de reconhecimento de patrimônio da humanidade pela UNESCO. O documento trata o Plano Piloto de Brasília como o conjunto urbano derivado do projeto do urbanista. No memorial descritivo, o território da Brasília patrimonializada é parte significativa da RA-I. Dois anos depois, por força do Decreto 11.921/89, a RA-I foi fragmentada, dando origem as RA do Núcleo Bandeirante e do Cruzeiro. A Brasília patrimonializada, agora, estava para além da RA-I, renomeada no mesmo decreto para Região Administrativa do Plano Piloto. Para recuperar o sentido de Brasília enquanto Patrimônio da Humanidade, o Decreto nº 11.921/89, em seu anexo, definiu como “Área Metropolitana da Cidade de Brasília⁴⁹” a descrição territorial da Brasília patrimonializada, que seria parte da RA-I e alguns trechos em outras RA’s, como o caso de Candagolândia (até então parte da RA do Núcleo Bandeirante) e Cruzeiro. Não há limites específicos de Brasília na referida lei. De todo modo, embora harmonizada com

⁴⁹ Não há nenhuma relação com a Área Metropolitana de Brasília pensada posteriormente pelo IBGE, agregando, além da mancha urbana situada no Distrito Federal, os municípios goianos de Cristalina, Luziânia, Cidade Ocidental, Novo Gama, Valparaíso de Goiás, Alexânia, Santo Antônio do Descoberto, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás e Formosa (PELUSO; CANDIDO, 2012). Tal nomenclatura para o centro de Brasília já havia sido colocada no início dos anos 1960 quando, por meio do Decreto nº 163/62, se propôs o primeiro zoneamento para o Distrito Federal. Três regiões foram delimitadas: Área Metropolitana, compreendendo o Plano Piloto de Lucio Costa, Área das Cidades-satélites e Área Rural (COSTA, 2011).

o Decreto 10.829/87, ao desfazer a confusão causada pelo homônimo cidade/região administrativa, o primeiro período de vigência de “Plano Piloto” enquanto designação a RA-I foi curto. Em 1990, a nomeação da referida RA foi revertida por meio da Lei 110/90. Em mais uma reviravolta, já sete anos depois, a Lei nº 1648/97 restabeleceu a RA-I como “Plano Piloto”, válida ainda hoje.

Um exemplo da ambiguidade instalada no desencontro entre a Brasília patrimonializada e a fragmentação da RA-I, logo após o Decreto nº 11.921/89, está no Código de Obras e Edificações (COE), aprovado pelo Decreto 13.059/91. Nele, conceitua-se Brasília como “a Capital Federal do Brasil, o principal núcleo urbano do DF e corresponde às seguintes Regiões Administrativas: Região Administrativa de Brasília – RA-I, Região Administrativa do Lago Sul – RA-XVI e Região Administrativa do Lago Norte – RA-XIX” (DISTRITO FEDERAL, 1993, p. 6). A dubiedade de sentidos amplia contorno quando, no mesmo documento, se define o Plano Piloto: “O PLANO PILOTO, **objeto do decreto de preservação de Brasília**, engloba as áreas da RA-I - Brasília, em sua grande maioria, da RA-XI - Cruzeiro, como um todo, e pequena parte da RA-XIX - Candangolândia” (DISTRITO FEDERAL, 1993, p. 7, grifos meus). O Plano Piloto se transformou em sinônimo para a “Brasília patrimonializada” e a cidade de Brasília, por sua vez, foi entendida legalmente com território para além da RA-I, também nomeada, à época, de Brasília. Existiriam, portanto, oficialmente três Brasília no referido documento.

Mesmo assim, há quem defenda o arcabouço jurídico como fonte de esclarecimento para essas questões e o fazem no intuito de defender a concepção restritiva de Brasília. Para Lassance (2015), por exemplo, “só não compreende a diferença entre Brasília e Distrito Federal quem não entende de legislação”. Mas recorrer à legislação para definição de Brasília não parece ser, como já discutido, a melhor forma de elucidar a confusão instalada.

Duas tentativas de esclarecimento propostas por operadores do direito exemplificam bem essa questão: para Amaral (2001), a capital federal é o Distrito Federal, não Brasília – esta é o seu principal núcleo urbano. A seu ver, há uma inadequação, na Constituição Federal em assinalar Brasília como a capital federal, uma vez que a ideia da existência do Distrito Federal só subsiste enquanto território necessário para função de sediar o governo da União. Para o autor, a capital federal não é Brasília, mas sim o Distrito Federal. Daí, “Taguatinga não é Brasília e a capital federal é mais que Brasília, é todo o DF” (AMARAL, 2001, s/p). Já Melo (2015), em sua defesa de uma concepção restrita de

neutro, à parte do pacto federativo e subordinado diretamente ao governo federal. Encerrada a legislatura 2011/2015 sem a apreciação do mérito, a PEC foi arquivada.

5.2 Brasília em sentido amplo

*Candanga, a alma leve dos cerrados,
a moça e seus cabelos, nos longes de Goiás.
Candangos nós, teus filhos de adoção.
Candangos nossos filhos,
nascidos do teu chão.*
Paulo Bertran

Já na elaboração do plano piloto da cidade de Brasília se previa uma cidade que se ampliaria para além de seu projeto inicial. Esperava-se que, ao superar o meio milhão de habitantes, o crescimento de Brasília se daria por meio das cidades-satélites, seguindo a mesma lógica do núcleo central, ou seja, expandindo-se “ordenadamente, racionalmente projetadas, arquitetonicamente definidas” (COSTA, 1974, p. 26). As cidades-satélites seriam, portanto, uma extensão da capital em função de seu crescimento natural. Nas palavras do próprio Lucio Costa (1987, p. 7), “a implantação de Brasília partiu do pressuposto que sua expansão se faria através de cidades-satélites, e não da ocupação gradativa das áreas contíguas ao núcleo original”.

A concepção de Brasília enquanto um conjunto de núcleos urbanos recebe ainda adesão de diversos pesquisadores. É assim, por exemplo, em Cidade (2003, p. 157), ao indicar que Brasília é a “denominação pela qual é conhecido o Distrito Federal”; em Peluso (2003c, p. 181), ao caracterizar a cidade como um “conjunto de núcleos urbanos composto pelas cidades-satélites e pela área central, o Plano Piloto, de Lúcio Costa”; em Paviani (2003, p. 19), ao apontar Brasília como o “Distrito Federal urbano, ou seja, o conjunto que se formou com o Plano Piloto de Brasília e todos os outros núcleos urbanos anteriormente chamados de cidades-satélites” e em Holanda (2010a, p. 19), ao indicar que Brasília “é a parte da metrópole intrafronteiras do DF”.

O rápido afluxo de migrantes antes mesmo do início da inauguração de Brasília forçou a antecipação do plano da construção das cidades-satélites. A previsão de um conjunto urbanístico harmônico expandido para outros núcleos urbanos, como sugerido pelo júri na apreciação da proposta de Lucio Costa, foi duramente posto à prova pela realidade em decorrência da ameaça constante de favelização nas imediações do centro da capital. Cidades-satélites foram construídas às pressas – Taguatinga estava, simultaneamente, sendo pensada na prancheta enquanto as máquinas abriam ruas;

Ceilândia foi instalada sem nenhuma infraestrutura (energia, água encanada, asfalto). A pauperização da periferia, clássica nos países subdesenvolvidos, repetia o velho Brasil na nova capital (HOLSTON, 1993); a novidade apresentada estava na sua periferização planejada, em deliberada iniciativa estatal de segregação espacial (PAVIANI, 2010b).

A construção de assentamentos urbanos distantes do centro respondeu a diversos interesses. O esforço em preservar áreas verdes e os recursos hídricos ao redor do Plano Piloto era recorrente nos discursos oficiais. Tal esforço de preservação foi visto por seus críticos como um cordão sanitário, faixa verde de até 10 quilômetros em torno do Plano Piloto, parte de um empenho no processo de gentrificação da parte central da capital do Brasil (FICHER et al, 2010). Era necessário lidar com um problema urgente: o que fazer com a população atraída para a construção de Brasília assim que a demanda de mão de obra na construção da cidade diminuísse? A expectativa do poder público de que voltasse para seus locais de origem não se concretizou. Emergencialmente, e bem distante do projeto inicial do polinucleamento pensado para Brasília, se deu a expansão da cidade, “caracterizada por aglomerações dispersas, densidades extremamente baixas e forte apartação espacial e social” (FICHER et al. 2003, p. 11).

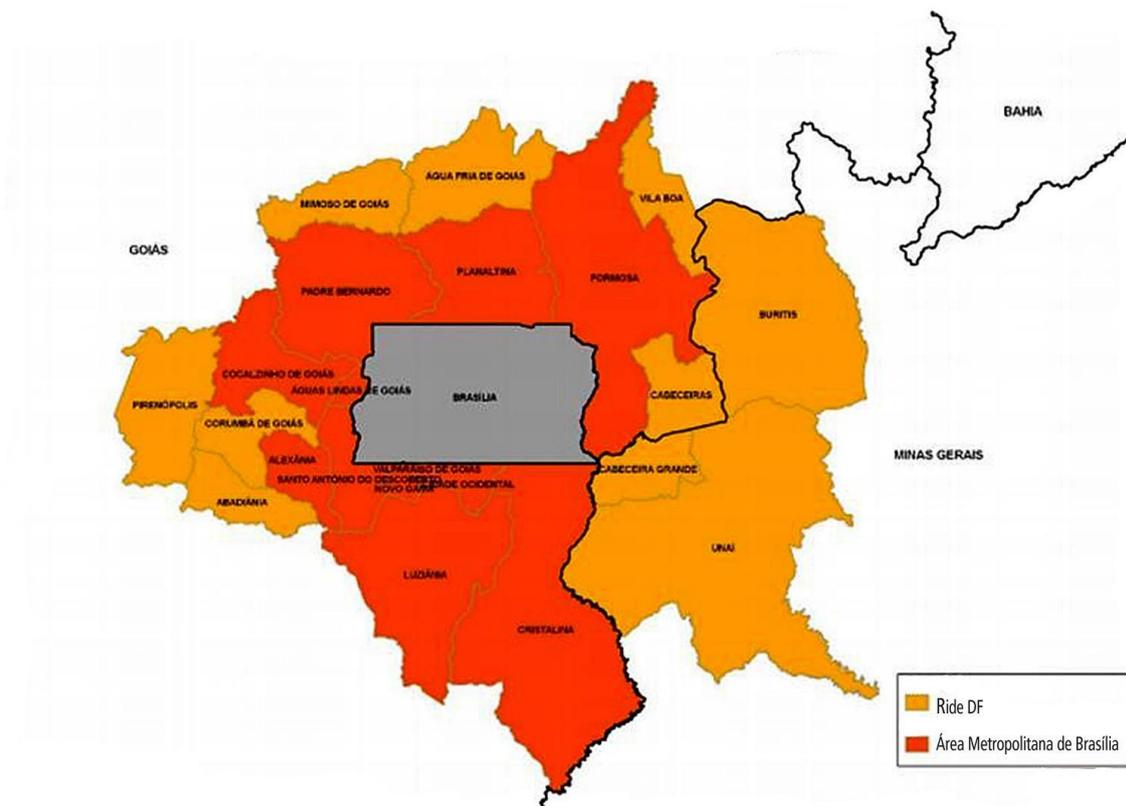
A ideia de Brasília como cidade polinucleada tem tido também insistente defesa de Paviani (2003; 2010; 2010b, entre outros). Subsiste, nessa argumentação, a ideia comumente aceita de que uma cidade cresce e se expande. Opõe-se, aqui, à concepção da cidade como um conjunto estático, fixo, imóvel. Assim, a cidade de Brasília nasce no Plano Piloto, se expande pelas cidades-satélites e, como área metropolitana, ultrapassa os limites do Distrito Federal, constituindo-se na Grande Brasília (PAVIANI, 2004). A intenção de constituir núcleos em que a mancha urbana se caracterizasse pela não-contiguidade, isto é, manchas intermitentes, revezando-se com espaços rurais, é afastada por força do processo de conurbação, através da criação de novos loteamentos e também pelo avanço dos condomínios irregulares, que aos poucos vão sendo regularizados. A conurbação crescente é uma tendência dos últimos anos no crescimento da cidade, uma vez que “o Plano Piloto se emenda ao Cruzeiro, ao Sudoeste, ao Setor de Indústrias e Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Águas Claras, os dois Guarás e outras – Gama, Recanto das Emas, Santa Maria e Riacho Fundo – formando um aglomerado relativamente compacto” (PAVIANI, 2010a, p. 228).

A rápida expansão da mancha urbana de Brasília provocou o adensamento populacional para além do Distrito Federal. Esse fato provocou a criação da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) do Distrito Federal e Entorno, em 1998. Uma

RIDE se caracteriza por ter a área de influência urbana situada em mais de uma unidade federativa. É o caso de Brasília. A partir de sua inauguração, municípios goianos próximos à capital receberam intenso afluxo de migrantes. O surgimento e rápido crescimento de outros municípios nas áreas lindeiras do Distrito Federal comprovam a importância de Brasília na atração populacional. A par de uma relação mais próxima com Brasília, várias municipalidades receberam a denominação de “Entorno de Brasília”.

Dez municípios goianos que possuem relações mais intensas com a capital federal formam a Área Metropolitana de Brasília como proposto recentemente pelo GDF (CODEPLAN, 2014). Essas cidades (Figura 8) são constituídas, hoje, sobretudo por migrantes. Como afirma Silva (2012), são e estão migrantes: depois da migração regional, submetem-se à migração pendular, dada a concentração de empregos no Distrito Federal. Como moradores da área metropolitana, entretanto, possuem identidade ambígua. Afinal, a vivência da maioria deles é na capital federal, o que promove o fortalecimento de uma identidade com Brasília (CATALÃO, 2008). Amplia-se, portanto, o sentido do viver e perceber a metrópole brasiliense para muito além do Plano Piloto, adicionando ainda mais diversidade na cosmopolita capital brasileira e expandindo os sentidos da identidade territorial brasiliense.

Figura 8 - A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno com destaque para a Área Metropolitana de Brasília



Fonte: CODEPLAN (2014).

5.3 A identidade territorial brasiliense

Colocar a questão da identidade sob o olhar da Geografia possibilita fazer uma aposta teórica de que “o meio geográfico tem influências notáveis na formação da identidade” (ALMEIDA, 2005, p. 23). Particularmente ao objeto dessa tese, a identidade brasiliense, pesquisas apontam que o sentimento de pertencimento a Brasília extrapola os limites territoriais do Distrito Federal, abrangendo residentes de municípios no seu entorno (CATALÃO, 2008; SILVA, 2011a). Por outro lado, o sentimento de identidade territorial brasiliense se torna ambíguo para muitos moradores dos diferentes núcleos urbanos localizados no interior quadrilátero do Distrito Federal.

Cidade e Moraes (2004), por exemplo, ao investigarem a imagem que o brasiliense tem da cidade, constataram que, quanto mais longe do centro da capital, mais abrangente o conceito de Brasília se torna. Ou seja, para a população do Plano Piloto e imediações, predomina a ideia do sentido restrito de Brasília ao seu núcleo inicial. Essa compreensão tende a se enfraquecer quando é dada a voz aos moradores das cidades-satélites e do entorno do Distrito Federal. As representações sociais tendem a variar em

função da morfologia urbana, e “refletir sobre a identidade cultural de Brasília é enfrentar as peculiaridades da experiência urbana da capital”, assevera Pilati (2010, p. 6).

Por sua vez, Brasília carrega em si uma simbologia muito forte⁵⁰. Traz consigo sentidos diversos por ser capital da república, cidade artificial, originalmente planejada e construída (física e também simbolicamente no imaginário do brasiliense e do brasileiro) como monumento da arquitetura nacional, símbolo do urbanismo modernista. Especialmente no Brasil, o modernismo “se concentrou muito mais em categorias espaciais, se incumbindo da busca da brasilidade num espaço territorial e geográfico” (HAGIHARA, 2011, p. 144). A gênese da formação identitária brasiliense caracteriza-se de forma muito semelhante à apresentada pela identidade brasileira: composição etno-geográfica variada, “sincrética”. Assim, “a formação cultural de Brasília guarda estreitas relações com o processo de formação identitária que ocorreu no Brasil” (ARRUDA, 2008, p. 14). Nesse sentido, Brasília ensejou a emergência de uma identidade pós-moderna, uma vez que uma das principais características da pós-modernidade é sua “construção plural, feita de pedaços diferentes” (MAFFESOLI, 2004, p. 32).

Todavia, as referências espaciais são também aspecto fundante das identidades locais, regionais ou nacionais. Como lembra bem Claval (1999, p. 16), “os problemas do território e a questão da identidade estão indissociavelmente ligados”. O tecido urbano brasiliense é, não é demais repetir, singular quando comparado com as outras cidades brasileiras, uma vez que foi originalmente projetado como “um espaço pensado, com funções predefinidas, implantado numa área física relativamente desocupada, sem nenhuma barreira social que se contrapusesse ao projeto original” (NUNES, 2004, p. 56).

De acordo com Haesbaert (1999, p. 180), recorrer-se “à uma dimensão histórica, do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referência ‘condense’ a memória do grupo” é uma característica da identidade no geral, e não somente da identidade territorial. Nesse sentido, a memória dos brasilienses é, em parte, fragilizada pela constituição migrante de boa parte de sua população. O depoimento colhido por Grande (2007, p. 126) é assertivo quanto à dificuldade da pertença a Brasília: “não me

⁵⁰ Não é de surpreender a quantidade de religiões e movimentos espiritualistas que se instalaram em Brasília. Há um misticismo muito forte em torno da capital, a ponto de considerar que a “aura mística de Brasília é considerada uma importante característica da cultura local” (TEIXEIRA, 2011, p. 50). A começar pela abordagem da história oficial, que recupera o registro de um sonho de Dom Bosco, padre italiano, como uma espécie de profecia sobre a capital.

sinto brasileiro porque faz muito pouco tempo que moro aqui e também por um outro aspecto que acho que talvez não me deixe sentir um cidadão brasileiro nunca. Esse aspecto é a falta de uma identidade brasileira”. A falta da identidade brasileira, assegura a depoente, está na condição da cidade formada “por diversas pessoas oriundas de diversas regiões do Brasil, com diversos costumes e regras de condutas diferentes”. Expõe, aqui, dois eixos de referência na construção do discurso da brasilidade⁵¹: a falta de uma identidade brasileira (entendida aqui como a ausência da expressão da *essência* da identidade, que lhe falta) e da justaposição de diferentes expressões culturais oriundas dos mais diversos lugares do país. Ao considerar, como faz Costa (2015, p. 49), “que as identidades do cidadão são forjadas na alteridade, no jogo da diferença, da polifonia das vozes na cidade e com a visibilidade do outro”, Brasília torna-se, por excelência, um espaço geográfico privilegiado: o brasileiro traz, em sua história e/ou em gerações passadas, “uma dimensão comum, [qual seja, são] iguais por serem todos de outros lugares e trazerem consigo suas raízes partidas, condição peculiar a migração” (COSTA, 2015, p. 48-49). Associada ainda a identidade reivindicada está a identidade atribuída: como bem lembra Nunes (2004, p. 137), o cotidiano de Brasília se relaciona, “de forma pejorativa, com a clássica representação de ‘ilha de fantasia’, uma cidade que se descola das demais”. Em meio a tantas possibilidades de interpretação identitária do cidadão de Brasília, será apresentado, na próxima seção, um estado da arte das pesquisas realizadas versando, direta ou indiretamente, a identidade brasileira, onde se torna mais evidente as várias percepções sobre o tema entre aqueles que o investigaram.

⁵¹ Não há muitas referências acadêmicas ao termo. A proposta aqui é de indicar o sentimento de pertencimento à cidade de Brasília. “Brasilidade”, então, pode ser tomado em mesmo sentido à brasilidade, lusitanidade, africanidade, isto é, o sufixo “idade” apontando para qualidades ou propriedades inerentes à Brasília, sua gente, sua cultura, seu espaço.

6 IDENTIDADE BRASILIENSE: um esboço do estado da arte

*Brasília é também o que não queriam que ela fosse.
Os arquitetos projetaram a Brasília ideal.
Os candangos inventaram a Brasília que eles queriam para si.
Brasília seria triste, rançosa, viciada, elitista
não fossem os brasileiros que bagunçaram a maquete
e fizeram dela uma cidade de verdade.
Brasília queria ser só uma, o Plano Piloto.
Quando muito, duas ou três, com os lagos e o Park Way.
Brasília são 31.
Brasília são as cidades-satélites
que vieram quebrar a monotonia
das coisas perfeitamente organizadas.
Conceição de Freitas*

A presente seção tem como objetivo apresentar um panorama do estado da arte da identidade brasiliense. Foram consultados, em 2014, o banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o repositório institucional da Universidade de Brasília (UnB). Foi possível, dessa forma, acessar tanto a produção acadêmica de outras universidades brasileiras sobre Brasília como, mais detidamente, as teses e dissertações produzidas no âmbito da UnB. Das 139 dissertações e teses encontradas tendo Brasília como objeto de estudo foram selecionadas 33 que pesquisaram, de forma direta ou indireta, a identidade brasiliense.

Primeiramente, desse levantamento são expressivas duas características centrais, aparentemente antagônicas, mas em última instância complementares, que podem ser resumidas em duas teses: “Brasília é uma síntese da cultura brasileira” e “Brasília não possui identidade própria”. A primeira característica indica uma identidade; a segunda não, supostamente. Entretanto - e é essa a hipótese por ora levantada - a aparente contradição está na capacidade que Brasília possui, uma cidade nova e construída sob o signo da multiculturalidade brasileira, de sugerir, paradoxalmente, sua identidade através da *não-identidade*. Brasília, nesse sentido, renunciaria a sua identidade local em função de outra, maior, mais representativa da sua condição de capital federal, plasmando-se na identidade brasileira e, por isso, sendo “a mais brasileira das cidades” (WISNIK, 2010, s/p).

Essa seção está estruturada em quatro partes. Na primeira delas, reúnem-se comentários sobre as teses e dissertações que consideram o espaço urbano de Brasília como importante elemento para decifrar a identidade brasiliense. Ressalta-se, ainda, Brasília como um produto do processo de construção da identidade nacional. Na segunda

parte são apresentados os estudos que focalizam a identidade brasiliense na espacialidade cindida da capital: um núcleo central histórico, rico em imagens urbanas de monumentos que povoam o imaginário do brasiliense e uma distante periferia. Escapa a alguns, entretanto, o fato de que a periferia de Brasília se encontra em crescente processo de requalificação via condomínios de classe média e classe média-alta, enfraquecendo, portanto, análises embasadas no par centro-periferia como explicação da desigualdade manifesta nas cidades. Spósito (2007, p. 243), nesse sentido, afirma que, hoje, o olhar para a relação centro-periferia deve estar direcionado “mais por seus conteúdos e papéis do que por suas posições geográficas nas estruturas urbanas”; Serpa (2016, p. 106), em consonância, admite que “o espaço não pode mais ser visto a partir do que está localizado”. Na terceira parte se concentram as teses e dissertações que têm na arte o seu material empírico de pesquisa. Nessa seção, os trabalhos citados se encarregam de analisar a identidade brasiliense por meio da música, literatura e cinema. Por fim, a última seção agrupa as pesquisas que focam o caráter migrante da identidade do brasiliense. Essa migrância implica, também, na amplificação da solidão urbana, tema já recorrente na sociologia das cidades.

6.1 Marcas do espaço de Brasília na identidade brasiliense

A construção de Brasília serviu para dar força à narrativa mítica do encontro do Brasil com suas raízes. Era o desbravamento do sertão, a ampliação do “viver-o-Brasil” em sua plenitude territorial. Assim, Gomes (2008) aponta a cidade de Brasília funcionando como o encontro do litoral com o sertão, rompendo as diferenças entre os dois brasis. A autora explora também a falta de capitalidade apresentada por Brasília: ainda hoje o Rio de Janeiro continua sendo a “caixa de ressonância” do país. Entretanto, já na conclusão, argumenta que Brasília “está muito além da representação ou não da cabeça-da-nação ou da capitalidade do país. Ser capital talvez seja muito pouco para tudo aquilo que significou Brasília durante os anos de sua construção simbólica e em concreto” (GOMES, 2008, p. 308).

Andrade (2006) utilizou o arcabouço teórico da análise do discurso para traçar um perfil identitário do brasiliense a partir da morfologia da cidade. Entretanto, considerou Brasília apenas como o Plano Piloto. Aposta nas múltiplas identidades do brasiliense como uma consequência da modernidade tardia. A Brasília feita pelos brasilienses é diversificada. Caracteriza, ainda, três rupturas que impactam o brasiliense:

a estrutura da cidade desestimula a sociabilidade; a mudança para Brasília é geralmente motivada pelo emprego, causando abalos na estrutura familiar; e, por fim, como consequência das duas rupturas, há uma corrosão da identidade anterior e, por conseguinte, a formação de uma nova identidade. Assim, “é possível afirmar que a sociedade brasiliense em formação retira do desenho arquitetônico e urbanístico da cidade parâmetros e símbolos necessários à reconstrução da sociabilidade” (ANDRADE, 2006, p. 23).

Castello Branco (2006) registrou narrativas sobre Brasília nas vozes de três grupos focais: um, representando as cidades-satélites e Plano Piloto; o segundo, com participantes recém-chegados nas cidades-satélites e recém-chegados no Plano Piloto; e, por fim, um grupo de pioneiros. Dos olhares desses grupos, destaca-se o sentimento de pertencimento a Brasília das cidades-satélites, ancorando-se em ícones do centro da capital (como a Esplanada dos Ministérios e o Congresso Nacional) e da pouca sociabilidade entre os moradores do Plano Piloto (como, por exemplo, o relato de um dos entrevistados conhecendo seu vizinho em uma praia brasileira). A ambiguidade de Brasília é expressa na condição de uma cidade que “une e fraciona simultaneamente seus moradores. Seu simbolismo é tão forte que rouba qualquer espaço das satélites, que só são nomeadas no âmbito local. Fora da cidade, ninguém diz que mora no Distrito Federal, e sim em Brasília, expandindo sua imagem para além das fronteiras do Plano Piloto” (CASTELLO BRANCO, 2006, p. 115). No grupo focal dos nascidos nas cidades-satélites, há a noção de que “a cara do Brasil está nas satélites, nas pessoas e seus sotaque [...] As satélites são Brasília” (CASTELLO BRANCO, 2006, p. 99).

Brasília como “cidade do automóvel” é uma das conclusões do diagnóstico que Rocha Neto (2012) realiza da capital federal. O carro é um forte símbolo na identidade brasiliense na medida em que, para além de símbolo de *status*, as longas distâncias a serem percorridas são um obstáculo cotidiano ao morador da metrópole. A singularidade de Brasília está, sobretudo, na “racionalidade do movimento modernista na arquitetura e no urbanismo, que permitiu deliberadamente a construção de uma cidade pensada e devotada para o completo desfrute dos automóveis” (ROCHA NETO, 2012, p. 66). Mais de 70% dos brasilienses se deslocam cotidianamente por distâncias superiores a 25 km. A concentração de serviços no Plano Piloto e a dispersão espacial dos núcleos urbanos de Brasília favorecem a cultura do automóvel. Dessa forma, o carro passa a ser “*status* privilegiado no imaginário do brasiliense, seja como signo de ingresso para a cidadania, sociabilidade, reconhecimento e, sobretudo, de individualidade” (ROCHA

NETO, 2012, p. 158). Radicalizando ainda mais, o autor defende que “é como se a cidade dissesse que é necessário ter um carro para viver em Brasília em todas as suas dimensões e potencialidades de sociabilidade. Ou seja, é como que para existir socialmente em e na Brasília modernista seja necessária a utilização do automóvel” (ROCHA NETO, 2012, p. 162).

Estudando o pilotis, arranjo arquitetônico comum aos blocos residenciais do Plano Piloto, Oliveira (2014) identifica-o como uma das raízes da sociabilidade do brasileiro, uma espécie de ‘alpendre’ modernizado, substituindo o papel clássico de uma rua numa cidade tradicional e, nessa perspectiva, possui um olhar mais positivo sobre a cidade que aquela apresentada por Rocha Neto (2012). É a extensão do espaço privado para o espaço público, provocando e estimulando a socialização dos moradores. O pilotis, dessa maneira, projeta no espaço urbano de Brasília sua identidade. Assim, o pilotis cria um ambiente que “se sedimenta na cabeça e no coração dos brasilienses [...] cuja estrutura define sua identidade com o lugar” (OLIVEIRA, 2014, p. 25). O transeunte brasileiro encontra o solo da cidade, mais do que em qualquer outra brasileira, à sua disposição. Com o vão do pilotis, as construções residenciais não são impedimentos ao tráfego das pessoas. O pilotis, “somado ao conteúdo da memória, seria o lugar que, com suas frágeis paredes, poderia absorver o local, um espaço humanizado que possui uma narrativa própria” (OLIVEIRA, 2014, p. 100). Entretanto, é interessante observar que o pilotis representa valores e percepções mais intensamente para aqueles que dele fazem uso (moradores dos blocos, especialmente), contribuindo parcialmente, portanto, para a abrangente identidade brasileiro.

Brasília como mosaico também aparece na pesquisa de Pinto (2011). O objeto de estudo do autor é a superquadras, onde “Brasília se faz pertencer aos brasileiros” (PINTO, 2011, p. 255). O conceito de Brasília objetivado é aquele, restrito. Por se enveredar nas discussões sobre patrimônio, as cidades-satélites pouco aparecem. Embora focalize o morador do plano piloto, boa parte das conclusões podem ser ampliadas para toda Brasília: a cidade como uma síntese do Brasil, como uma cidade que, diferente de qualquer outra no país, traz para si a representação da nação como jamais outra poderia. Além disso, consegue identificar “várias Brasília” em Brasília: a cidade é muito mais do que suas representações mais populares, seja na crítica à política, o centro decisório do país, seja na crítica à sua moderna arquitetura, acusada de obstaculizar a sociabilidade. As superquadras possibilitam a emergência das marcas culturais da identidade brasileiro.

A arquitetura de Brasília como marcação da brasilidade é investigada por Rodrigues (2013). O impacto da cidade não foi apenas na identidade do Planalto Central, mas em toda a sociedade brasileira, assegura a autora. Brasília fez o Brasil ser reconhecido de forma diferenciada por outros países. Nesse sentido, “a arquitetura será percebida como ‘ideia nacional’” (RODRIGUES, 2013 p. 82). Ao pretender investigar a identidade da cultura brasiliense (mais como ‘origem’ do que como ‘panorama atual’), a autora pesquisou as representações dos pioneiros sobre Brasília – desconsiderando, para tanto, a diferenciação há muito notada em estudos sobre Brasília entre pioneiros e candangos, tratados, na tese, como sinônimos. Selecionou 44 migrantes para a pesquisa. Da análise das entrevistas, confirmou uma hipótese da pesquisa: o espaço urbano de Brasília representa o modelo colonial da casa-grande e senzala. Plano Piloto e adjacências foram planejados para serem vividos por um estrato social bem diferenciado daquele que, desde os primeiros anos de Brasília, ocupou a periferia. A cidade moderna refletiu o (arcaico) espaço brasileiro. A artificialidade da cidade, setorizada, e a nova forma de organizar os espaços públicos dificultou a socialização dos brasilienses, que vivem a cidade por meio da tríade “trabalho – barzinho – casa”.

6.2 Uma Brasília cindida

É no terreno da desigualdade social que Andrade (2007), pesquisando sobre a violência juvenil urbana no Distrito Federal, conseguiu identificar parte da tensão identitária do brasiliense. Detectou-se uma aversão aos jovens do Plano Piloto no discurso comum da juventude da periferia em função do contraste de renda. É a espacialização da desigualdade. A identificação como brasiliense dos jovens da periferia é móvel, instável, variável, influenciada pelo contraste da desigualdade socioespacial da cidade. Daí que não seja tão espantoso o fato de que prolifere um sentimento de ódio. Assim, “o ódio generalizado aos jovens de classe média e alta, expresso verbalmente, se encontra objetivado numa prática comum, qual seja, eles são o principal alvo de roubos e assaltos dos jovens da periferia” (ANDRADE, 2007, p. 85)

Assumpção (2009) confirma a tensão na identidade do brasiliense pela música rap. A periferia de Brasília é contraposta ao plano piloto. É como se, às margens de uma cultura oficial, se manifestassem subculturas brasilienses – mesmo que não legítimas desse solo, mas importadas e rearranjadas aqui – para melhor expressar os desejos e anseios da população periférica. A espacialização da cidade dita também os

relacionamentos sociais, oferecendo barreiras para a integração da cidade. Assim, em função da setorização da cidade “os bairros e as cidades-satélites existentes são utilizados pela população local para mapear economicamente os indivíduos com quem se estabelece qualquer tipo de relação” (ASSUMPCÃO, 2009, p. 240-241).

Tendo como objeto de estudo o Plano Piloto, Camargo (2010) investigou a interação entre o medo e a segregação socioespacial. O centro urbano da capital se apresenta relativamente homogêneo do ponto de vista socioeconômico como se fosse um gigantesco condomínio residencial de classe média. Tal homogeneidade, entretanto, não é suficiente para aplacar o medo da insegurança. O ‘Outro’ está à espreita, e com endereço certo: estigmatizado, o espaço periférico de Brasília (cidades-satélites) e seus habitantes personificam-no. “O espaço urbano expressa simbolicamente o espaço social” (CAMARGO, 2010, p. 112), numa assertiva muito próxima de Nunes (2003, p. 88), que indica o “espaço urbano como uma verdadeira expressão simbólica, uma linguagem que explica o espaço social”.

Ao estudar a metropolização de Brasília, Catalão (2008) foca na espacialização do cotidiano do habitante da metrópole, com foco nos moradores das cidades goianas ao redor do Distrito Federal. No seu universo de pesquisa, encontra tanto moradores que, embora tenham seu cotidiano espacializado em Brasília, não se reconhecem como brasilienses como aqueles que se viam como tais mas sem o direito efetivo de serem reconhecidos como. De qualquer forma, “num primeiro momento, há a separação entre Brasília, onde há o trabalho, os serviços, e seu entorno metropolitano, onde há a casa; porém, no cotidiano, ambos os espaços estão de tal forma conectados que permitem o sentimento de apropriação” (CATALÃO, 2008, p. 95).

Pesquisando “narrativas-comuns” de Brasília, Diniz (2013) mapeou os discursos de moradores do plano-piloto. Detectou a centralidade do “concurso público” enquanto meta e desejo comum desses sujeitos. Desse modo, focou-se nas práticas urbanas desses sujeitos para identificar um “modo de vida brasiliense”. O espaço cindido se manifesta nas representações dos entrevistados, que recorrem à tensão homogeneidade *versus* heterogeneidade para caracterizarem as diferenças entre o Plano Piloto e as cidades-satélites. É o concurso público que permitirá o acesso aos melhores setores de Brasília.

A confusão entre setor/bairro é muito comum no Distrito Federal. Luiz (2007), ao investigar a identidade da população na periferia (teve por foco a cidade-satélite de Ceilândia), identificou um problema básico ao se tratar da “identidade

brasiliense”: definir o que é Brasília. Não obstante, detectou nos filhos de candangos (operários que trabalharam na construção de Brasília), moradores das cidades-satélites, intenso sentimento de pertencimento a Brasília. A segregação espacial causou, entretanto, marcas profundas na periferia. Luiz (2007, p. 109) ressalta que

o preconceito tem causado prejuízos a alguns moradores a ponto de dificultar-lhes o acesso ao mercado de trabalho. Às vezes, para fugir do estigma de residir na Ceilândia, muita gente tinha que mentir, indicar o endereço de um conhecido em Taguatinga, por exemplo, para ser admitido.

Objetivando mapear a cultura de Brasília, Soares (2010, p. 36) identifica que “a história de seus habitantes é exterior à cidade e gera uma ‘mistura de culturas’ que acaba por conferir diferentes identidades aos diversos espaços da capital”. Talvez isso não seja uma singularidade de Brasília, uma vez que a ‘mistura de culturas’ é típica de qualquer metrópole; mas na capital federal, dado seu contexto de uma cidade planejada, inicialmente sem nativos e rapidamente povoada por sujeitos de diferentes culturas, essa característica ainda é mais acentuada. A cidade fragmentada influencia também no fomento à cultura: a maioria dos cinemas, teatros e espaços culturais está concentrada no Plano Piloto. No entanto, são nas cidades-satélites que florescem os polos culturais. Tal fato é explicado, segundo o autor, pelo maior adensamento populacional. Não é possível, no entanto, categorizar espacialmente as culturas (Ceilândia como espaço do hip hop, por exemplo), em função da diversidade existente no espaço brasiliense.

6.3 Literatura, música, cinema... Identidade brasiliense nas artes

Para Barroso (2008), em inferência a textos literários de autores brasilienses, a diminuída sociabilidade do brasiliense o leva a uma “angústia existencialista”. Capta a característica impessoal, monótona, monofônica do tecido urbano brasiliense. Na literatura, as representações de Brasília refletem-na “no ceticismo diante da ideologia do progresso, no cosmopolitismo crítico, na ironia e no sarcasmo das alegorias dominantes” (BARROSO, 2008, p. 221). Nos poemas, contos e romances a identidade de Brasília oscila entre o que é e aquilo que desejaria ser. É possível, segundo a autora, utilizar-se da literatura para identificar “as representações simbólicas que formam a identidade de um povo” (BARROSO, 2008, p. 191).

Carvalho (2010), ao procurar formular um cânone da literatura brasiliense, obteve importantes pistas da identidade brasiliense. Na imensa massa de migrantes que chegaram a Brasília estavam, também, os escritores. Eles carregaram suas histórias e

percepções do mundo de suas antigas cidades, antigas regiões, proporcionando a convergência para Brasília das “literaturas regionais de todo o Brasil [e fomentando] um novo cenário e uma nova temática literária” (CARVALHO, 2010, p. 20). É o fortalecimento da ideia de que Brasília se torna um mosaico da cultura, uma síntese do que se produz no Brasil.

O delinear de uma identidade em construção é também o objetivo da pesquisa de Santos (2008), tendo como universo empírico a poesia de Nicolas Behr, Turiba e Luis Martins da Silva publicada entre 1968 e 1981. Tais poetas, tidos como inscritos na ‘poesia marginal’⁵², resgatam em seus poemas o cotidiano urbano de Brasília – aqui entendida em seu sentido restrito. A forma e a vida de Brasília são apreendidas pelos poemas, de modo que “a cidade não foi apenas à moldura dos poemas, ela era constitutiva da prática poética brasiliense” (SANTOS, 2008, p. 117). Nos primeiros anos de Brasília, a poesia transitava na solidão urbana e na tentativa desesperada de tornar esse espaço um lugar de fato, entre estranhamento à nova cidade e à procura de seu sentido. Em suma, as representações da cidade na poesia brasiliense nascente traduziam-na como “uma cidade estranha, solitária, impessoal, geométrica, erma e imersa em contradições” (SANTOS, 2008, p. 128).

A partir de poemas sobre Brasília coletados em diversos autores locais e de músicas de bandas de rock com letras que tivessem a capital federal como espaço, Silva (2011b) abordou diversas representações da cidade. Embora faça eco a diversas vozes que diagnosticam a falta de identidade ao brasiliense, a autora reconhece que “a cidade pode ser tomada como um bom exemplo de ‘unidade na diversidade’” (SILVA, 2011b, p. 25). Os migrantes, ainda boa parte da população de Brasília, carregam seu lugar de origem dentro de si e expõe a necessidade de viver a alteridade em seu máximo grau. Ou em outras palavras: numa comunidade historicamente formada, o estrangeiro é uma minoria migrante que se instala aos olhos ressabiados dos nativos; em Brasília não, já que, a princípio, ainda hoje quase metade da população brasiliense é constituída de ex-migrantes. A geração nativa, filhos dos migrantes já instalados há anos por aqui, constrói sua identidade tendo esse hibridismo cultural como base fundadora comum. Por essa razão, a identidade do brasiliense é fluida, fundamentalmente não-essencialista, caracterizada por ser “híbrida, receptiva e em constante metamorfose. A capacidade de absorver o Outro, o diferente, é o que propicia esta grande receptividade para o novo”

⁵² “Uma das principais características da poesia marginal era o registro e a poetização do cotidiano” (SANTOS, 2008, p. 206).

(SILVA, 2011b, p. 26). Brasília, nessa pesquisa, é entendida em seu sentido restrito. Favorece, de certa maneira, a pesquisa da autora pela comodidade de confirmar algumas hipóteses. Por exemplo, a conclusão de que “a partir dos dados levantados foi possível perceber que os elementos do espaço se entrelaçam formando uma perfeita unidade semântico-simbólica da cidade”; malgrado ao conceito restritivo adotado para Brasília, outras pesquisas identificam que os elementos do modernismo arquitetônico lançados na construção inicial da cidade (que hoje corresponde ao Plano Piloto) fazem parte do imaginário de todo brasileiro, pouco importando se morador do Plano Piloto ou das cidades-satélites (CASTELLO BRANCO, 2006). O estranhamento com a cidade em forma de novidade - planejada, em contraste com a experiência vivida pelos migrantes em suas cidades (espontâneas, não-planejadas) de origem – marca a identidade do brasileiro, provocando sentimentos de tédio, solidão e angústia.

Barral (2006) apresenta Brasília como a cidade do rock, imprimindo no brasileiro uma cultura musical específica. Relata ecos ainda hoje do enfado de Brasília expressado nas canções de rock dos anos 1980/1990. Na voz dos jovens frequentadores de bares do plano piloto, Brasília é também a ‘Cidade do Tédio’, da monotonia, da falta de lazer. Por força da adoção do conceito restritivo de Brasília, não estende a pesquisa para os jovens ou bares da periferia. A grosso modo, sendo filhos de pais migrantes, “a importância de pertencer a uma geração autenticamente de Brasília é, para determinados jovens, de primeira ordem” (BARRAL, 2006, p. 63).

A par da identificação de Brasília como capital do rock, a verve eclética e multicultural de Brasília permite outras identificações. O choro, por exemplo, é um ritmo musical tradicional entre os cariocas. Na transferência da capital, considerável parte dos migrantes vinha da cidade do Rio de Janeiro. Para cá também trouxeram sua cultura musical. Nesse sentido, Clímaco (2008) investiga o choro como um vetor da identidade brasileiro. Constata que a existência do choro em Brasília foi uma forma dos migrantes cariocas re-significarem suas identidades. Assim, Brasília, “pelo cultivo de um dos primeiros gêneros da música popular, com características acentuadamente híbridas, como a própria imagem do país para os brasileiros, cumpre a sua função de representar o Brasil” (CLIMACO, 2008, p. 374).

Também no cenário musical, Oliveira (2011) pesquisou o universo das bandas *covers* (conjuntos musicais que imitam artistas famosos) de Brasília. Para a autora, “não podemos falar de *cover* sem entender melhor aspectos inerentes à cidade de Brasília” (OLIVEIRA, 2011, p. 72). Pretende, com isso, oferecer uma identidade brasileiro às

bandas *covers*. No diálogo que faz com as fontes teóricas, ressalta o caráter de miscigenação de culturas da cidade, a ponto de que “a crença da falta de uma identidade própria desta cidade tende a ser sempre sua marca registrada. Ela criou um espaço social original onde à mistura de culturas regionais agrega-se o Estado” (OLIVEIRA, 2011, p. 73). Aposta, ainda, que a fragmentação do espaço favorece o aparecimento de “nichos culturais”, possibilitando a sobrevivência de culturas localizadas em diferentes espaços da cidade de Brasília. Ao final, o esforço para dotar uma identidade brasiliense às bandas *covers* – distinguindo-as daquelas encontradas em outras cidades – não ficou muito claro. Talvez porque, como identificou a autora, o cenário musical brasiliense se retraiu um pouco – em parte devido às novas leis restringindo atividades sonoras nas proximidades de áreas residenciais.

Albernaz (2009) procurou a identidade brasiliense no cinema. Considerou a cultura brasiliense como uma síntese das várias culturas brasileiras que, ao entrarem em contato, produz algo novo. “Brasília é um retrato da diversidade brasileira” (ALBERNAZ, 2009, p. 42). Dos vários curtas-metragens analisados, as principais imagens evocadas para a cidade se fazem presentes: desde o discurso oficial otimista evidenciado no reconhecimento do alvorecer de uma nova nação a partir da interiorização da capital até aquelas mais críticas, vinculadas a descrição da vida política da cidade, da permanência do tédio e solidão urbanos e, sobretudo, das desigualdades sociais marcadas no tecido urbano brasiliense.

O cinema brasiliense também foi o tema da pesquisa de Mota (2006). Em seu trabalho, o imaginário sobre Brasília também foi identificado nos filmes. Embora adote o conceito restritivo de Brasília (como Região Administrativa I), a autora reconhece a amplitude do brasiliense para além do Plano Piloto. “É como se o Distrito Federal, o território, fosse Brasília, a capital” (MOTA, 2006, p. 15), ressalta. Vista por dentro, Brasília é um mosaico de culturas, e por isso lhe falta identidade (ou seria essa exatamente sua identidade, polimorfa, cosmopolita, *pós-moderna?*). Vista por fora, no olhar do outro, Brasília é uma ‘ilha da fantasia’. Já sobre o cinema brasiliense, a discussão em muito se aproxima do debate sobre o que é uma literatura brasiliense. Seriam filmes feitos em Brasília? Filmes feitos por cineastas brasilienses?

6.4 Brasília, identidades em trânsito

Carvalho (2008) investigou o sentimento de pertencimento dos migrantes em Brasília. Apesar de considerar a identidade brasiliense em formação, identificou no público pesquisado uma imagem negativa da cidade. Para os entrevistados, falta cordialidade em Brasília; a sociabilidade é limitada e a frieza e o distanciamento caracterizam o brasiliense. A explicação estaria na dificuldade de se conectar a alguma rede social. A maioria das famílias que chegam a Brasília está acompanhando o cônjuge, que vem com proposta de emprego (geralmente concursado). Dispersa e exigindo grandes deslocamentos, a cidade dificultaria a socialização dos migrantes. Os endereços, célebres combinações de letras e números, não facilitam a vida de quem chega. “Brasília esconde as pessoas” (CARVALHO, 2008, p. 76).

Ao estudar a identidade de Brazlândia, Chaves (2011) indicou que são as atividades agrícolas da cidade, especialmente a produção de morango, que a moldam. Tal identidade permite à cidade-satélite se sentir pertencente ao Distrito Federal. No entanto, a cultura do morango funciona como simulacro, artificializando Brazlândia como capital do morango. A mais distante cidade-satélite de Brasília aparenta ser, segundo o autor, a mais ausente do imaginário brasiliense e a constituição da identidade de Brazlândia é reconhecida como pura simulação.

Estudando a identidade migrante dos Kalunga, Jesus (2007) apresentou exemplos de identidades que não se conformam mais a uma raiz apenas. A identidade migrante é complexa e o rizoma (várias raízes) melhor simboliza a estrutura dessas identidades. O fato de ser brasiliense não exclui a identidade anterior. Formou-se uma identidade híbrida por excelência. Assim, os Kalunga “sentem que pertencem ao território de origem, assim como a Brasília” (JESUS, 2007, p. 70).

O foco do estudo de Leite (2011) é o conceito de lugar operado nas escolas do Distrito Federal. Usou, para tanto, escolas do Gama, cidade-satélite de Brasília, como universo empírico. A ausência de referências geográficas ao Gama nos livros didáticos é, para a autora, um empecilho à construção da identidade ‘gamense’. Concorre, nesse sentido, para reforçar a hegemonia da identidade brasiliense, uma vez que a autora adota o conceito restrito de Brasília (coincidindo com a Região Administrativa I); ou seja, o gentílico brasiliense seria corretamente usado apenas quando fosse atribuído ao Plano Piloto e cercanias. Em todo caso, a conclusão a que chega é de que “ambas as territorialidades, contraditórias, coexistem simultaneamente, expressando a ambiguidade

dessa noção quando aplicada às identidades no contexto do DF. O gamense é gamense, mas em algumas situações é, também, brasiliense” (LEITE, 2011, p. 198).

Neiva (2008), por sua vez, recupera a discussão sobre o conceito – e a estrutura polinucleada – de Brasília. Tradicionalmente reconhecida como dividida em Plano Piloto e Cidades-Satélites, houve uma alteração oficial, em 1997, proibindo a referência a “satélite”. A justificativa foi o preconceito que residia no termo. A autora opta por coincidir o termo Região Administrativa I à cidade de Brasília. Não percebe, entretanto, que tal opção sacrifica o conteúdo de seu conceito restritivo: afinal, assim como Taguatinga e Samambaia, por serem regiões administrativas, são consideradas ‘cidades’, por consequência as regiões administrativas do Lago Sul, ParkWay, Sudoeste e Jardim Botânico, por exemplo, também o seriam. Para ilustrar o debate, coloca em cena dois pesquisadores: de um lado, Adalberto Lassance, defendendo o conceito de Brasília restrito, de outro, Aldo Paviani, argumentando a favor da ideia de Brasília como um conjunto urbanístico formado por todos os núcleos urbanos do Distrito Federal. Não faz defesa de nenhum ponto de vista, embora trate, como já relatado, o conceito de Brasília em seu viés restritivo, como defende Lassance. Recuperando as representações do urbano em Brasília, Neiva utiliza um termo do escritor João Almino que expressa bem a identidade brasiliense: é constituída de referências cambiantes.

Oliveira (2008) pesquisou a afetividade da família migrante. Selecionou como amostragem de pesquisa algumas famílias de origem cearense que moram em Brasília. Detectou dualidades que passam pelo imaginário do migrante no processo de adaptação e busca de sentido espacial na nova cidade: “o nordestino atrasado x o homem da região bem desenvolvida; o cearense invasor x o brasiliense nativo” (OLIVEIRA, 2008, p. 70). A condição de migrante recém-chegado é dúbia, contraditória: sua inclusão e exclusão no espaço se dão de maneira concomitante. Assim como a migração pode fraturar a sensação de pertencimento, também pode ampliar quando aos vínculos de origem são somados aos atuais. O migrante ocupa um lugar à margem dos lugares já ocupados. E a margem

traz questões de redefinição de significado dos lugares ocupados; por um lado, assumindo o afrontamento e a ruptura nas relações e, por outro, diversificando e estendendo os vínculos, constituindo sociabilidades e solidariedades (OLIVEIRA, p. 71).

Valparaíso de Goiás, cidade goiana localizada no Entorno do Distrito Federal, é reconhecida por Silva (2012) como uma cidade de migrantes. Boa parte de seus habitantes, além de se estabelecerem na cidade vinda de outras partes do país, estabelecem

com a cidade um vínculo temporário, uma vez que as atividades de trabalho e lazer estão relacionadas a Brasília. São e estão migrantes: depois da migração regional, submetem-se à migração pendular. Isso traz uma notável fratura na noção de pertencimento desses sujeitos. Para o autor, migrar “é lutar para produzir a existência em forma de disputa do território com participação efetiva da cultura, impactando os lugares e seus vários destinos” (SILVA, 2012, p. 95). Oferece ainda uma boa caracterização do migrante e de sua relação com os lugares:

A imagem do migrante como 'ladão de lugares', como forasteiro ou intruso, por sua vez se sobressai e é apontada na origem de doenças como o banzo, a síndrome dos sem-lugares. [...] O lugar é um útero para criar eixos de vida, enraizar. A perda do lugar pode cindir referências psicológicas do indivíduo que migra (SILVA, 2012, p. 98).

Valparaíso tem uma relação íntima com Brasília: aqueles migrantes de baixo poder aquisitivo que não se instalaram na capital, afugentados pelo alto preço dos imóveis, dirigiram-se para o entorno goiano – Valparaíso incluso. A intimidade com Brasília permite aos valparaisenses se identificarem, por sua vez, como brasilienses, na medida em que “ao serem perquiridos acerca de seu local de moradia é comum ouvir dos moradores desses municípios que residem em Brasília” (SILVA, 2012, p. 34).

São as práticas cotidianas que fornecem material para construção da identidade. Ao investigar essas práticas, Silva (2011a) apontou para a configuração de uma identidade brasiliense em construção (que, a rigor, todas as identidades são)⁵³. O sentimento de pertencimento do morador do Núcleo Bandeirante foi construído pelo vínculo da solidariedade; milhares de pessoas, de todo o canto do país, se instalaram na cidade-satélite e dela fizeram sua morada. O sentimento de pertença era favorecido pela ameaça comum, a perda da moradia, posto que a Cidade Livre era pensada, desde seu princípio, como um assentamento provisório. A construção de Brasília permitiu, ainda, a manutenção de uma tradição na memória dos moradores. Essa tradição remonta à diversidade, uma vez que é invocada por sujeitos oriundos de diferentes lugares. Corretamente, aponta para a suposta ‘falta de identidade’ como a identidade do brasiliense: um depositário dos cadinhos do Brasil. No Núcleo Bandeirante, a diversidade brasiliense também se faz presente e a gastronomia variada é um exemplo que o autor recorre para prová-la.

⁵³ O fato de, entretanto, ressaltar o “em construção”, para muitos comentadores e pesquisadores da identidade brasiliense, significa dizer que não é possível extrair nenhuma conclusão possível sobre uma ‘identidade brasiliense’, como se, para tanto, toda identidade devesse, como tal, apresentar sólida e destacada coesão constitutiva.

O objetivo central do trabalho de Vasconcelos (2011) foi caracterizar o projeto inicial para a educação na nova capital do país, no qual Anísio Teixeira foi figura de destaque. Uma nova educação para uma nova cidade que, por sua vez, deveria representar um novo país. Deslocava-se a imagem subserviente de um Brasil construído para fora (a partir do litoral) para uma imagem de integração nacional provocada pela interiorização e ocupação do país a partir de sua capital localizada no centro de seu território. Apropriando-se do conceito de marginalidade em Florestan Fernandes, a autora discute o impacto do deslocamento do migrante na formação da identidade brasileira. Assim, a marginalidade se manifesta quando o sujeito se vê entre duas culturas, dois universos simbólicos, mantendo estranhamento em relação a ambos: a primeira referência está distante espacialmente e se distanciando temporalmente; a segunda referência é o novo, que implica num forçoso processo de adaptação, em profundo exercício de alteridade diante do Outro. Outro que antes se manifestava pontual e ocasionalmente, na primeira referência, e agora abunda o universo circundante. Ao estudar os primeiros professores de Brasília, Vasconcelos (2011), além de identificar a marginalidade dos professores, confirmou a sociabilidade intensa promovida pela participação docente em associações classistas. Dessa forma, a marginalidade convive, em par dialético, com o cosmopolitismo – o multiculturalismo proporcionado pela diversidade de origem dos habitantes de Brasília. É da tensão entre marginalidade e cosmopolitismo que a identidade brasileira é forjada. Ao dialogar com suas fontes teóricas, assevera que, para Kant, a experiência cosmopolita é tributária do confronto identitário entre o Eu e o Outro; já para Florestan Fernandes, é o contato de diferentes vivências culturais que expõe o indivíduo à cultura de marginalidade. Por essa razão, conclui a pesquisadora, “cosmopolitismo é, de algum modo, marginalidade. Ambos convivem nas relações traumáticas e em conflitos constantes [...]. A identidade cosmopolita ou marginal está impressa no caos urbano constituído, na angústia dos seus habitantes diante do trauma do desenraizamento” (VASCONCELOS, 2011, p. 134), numa conclusão bastante semelhante a apresentada por Beck (2006) e Velho (2010).

Em estudo na área de linguística, Barbosa (2002) investigou o sotaque do brasileiro. Trabalhou com a ideia do ‘não-sotaque’. Partiu, primeiramente, da ideia de que seria Brasília – adotando o conceito de que não se restringe ao Plano Piloto - para, em seguida, definir o brasileiro como a geração nascida na capital. De forma precisa, define a identidade brasileira como um constructo originário da diversidade. É o que faz também Bortoni-Ricardo (2010), pesquisando o sotaque do brasileiro desde os anos

1980. Na distinção dos sotaques, Barbosa (2002, p. 38) assevera que “o que parece, afinal, determinar o valor social de dialetos regionais é o desenvolvimento econômico das regiões”. O peso econômico, assim, se manteria como importante variável na construção de preconceitos – o que, sem nenhum exagero, também é espacializado.

6.5 Um balanço do estado da arte

Brasília é o ponto de encontro entre o litoral e o sertão. Nessa perspectiva, a cidade capitaliza o sentido de integração nacional e, por consequência, da identidade nacional (GOMES, 2008). A identidade brasileira se evidencia na raiz da identidade brasiliense. De um lado, uma cultura que se vê como acolhedora, por meio da celebração da diversidade e apelo à alteridade; de outro, os mesmos problemas nacionais aqui se vêem refletidos, alimentados pela materialidade desigual manifesta no espaço. A diversidade cultural colore Brasília, especialmente na periferia, onde se localizam os principais polos culturais (SOARES, 2010). No arroubo tecnicista de imaginar que o urbanismo moderno poderia fundar, além de uma nova cidade, uma nova sociedade, a Brasília moderna encetou, e repetiu, o Brasil arcaico, reproduzindo antigos e recorrentes problemas de centenárias cidades (caos no transporte, na moradia, da infraestrutura básica, etc.). Manteve-se o modelo casa-grande *versus* senzala (RODRIGUES, 2013).

Uma identidade pós-moderna é garantida pela fluidez em que se plasma a identidade brasiliense. As referências de origem esmaecem, mas não são esquecidas ou ignoradas, sendo ressignificadas em Brasília, em que o espaço urbano, fragmentado e disperso, tem fulcral importância. As identidades são processadas em um complexo processo de bricolagem em que se articulam diferentes identificações, de modo que não se perdem os vínculos originais, ampliando-se a dinâmica de pertencimento (JESUS, 2007; OLIVEIRA, 2008) e articulam-se no espaço urbano de Brasília múltiplas territorialidades (LEITE, 2011), não obstante ao movediço terreno conceitual em que a cidade se mantém (NEIVA, 2008). Desenvolve-se um contexto de marginalidade, condição do indivíduo que “se situa na divisa de duas condições antagônicas ou à margem de duas culturas” (VASCONCELOS, 2011, p. 117), propiciando condições favoráveis ao desenvolvimento do cosmopolitismo. A pretensa falta de identidade se converte, portanto, em uma identidade polimorfa (SILVA, 2011), um amálgama que, tal como a suavização de sotaques regionais (BARBOSA, 2002), demonstra ser a síntese, para além de um simples produto, o constructo do brasiliense como portador de uma nova identidade.

A estrutura monumental da cidade desprivilegia o contato com o outro, transformando a sociabilidade do brasileiro (ANDRADE, 2008), traduzindo-a como fria, limitada e distante (CARVALHO, 2008). A “cultura do automóvel” (ROCHA NETO, 2012) deixa-o mais próximo do estilo *blasé* típico dos usuários das grandes metrópoles. Mesmo a inovação do *pilotis*, um incremento à escala gregária da cidade (OLIVEIRA, 2014), parece não favorecer o fortalecimento da sociabilidade do brasileiro, uma vez que essa novidade se restringe a parte do centro da cidade e em algumas quadras das cidades-satélites. O mesmo comentário se faz valer quando o olhar se volta para a importância da superquadra na identidade do brasileiro (PINTO, 2011). O impacto, em intensidade, se dá na identificação do brasileiro residente no centro da cidade (Plano Piloto).

Essa introvertida sociabilidade no Plano Piloto, caracterizado como mais homogêneo, é contrastante à periferia, considerada mais heterogênea (DINIZ, 2013). Contudo, é ancorada nos símbolos estéticos de Brasília (Esplanada dos Ministérios, Congresso Nacional, Catedral) que os moradores das cidades-satélites forjam sua identidade territorial (CASTELLO BRANCO, 2008). Identidade territorial que, como demonstram Andrade (2007) e Assumpção (2009), encontra-se cindida pela histórica segregação sócio-espacial, base material do processo de estigmatização da periferia da cidade (CAMARGO, 2010); mesmo assim, isso não impede que sua população assuma intenso sentimento de pertencimento a Brasília (LUIZ, 2007). Explica, portanto, o pertencimento a Brasília avançar para além da fronteira do Distrito Federal, como demonstram Catalão (2008) e Silva (2012).

Nas artes, se replica também a estrutura dialógica da explicação identitária. Move-se entre a “identidade-mosaico” e a “não-identidade”. Para a “identidade-mosaico”, colaboram as regionalidades impressas na produção literária sobre Brasília, colaborando, e não apenas pela somatória das partes, mas como produção de algo novo, para a identidade brasileiro (CARVALHO, 2010). Assim são o rock (BARRAL, 2006) e o choro (CLIMACO, 2008) brasileiros, se estendendo também ao universo das *bandas covers* (OLIVEIRA, 2011). Análises sobre o cinema brasileiro (MOTA, 2006; ALBERNAZ, 2008) também reforçam a dupla qualificação da identidade brasileiro, isto é, como síntese e ausência; “identidade-mosaico” e “não-identidade”, respectivamente. O estranhamento à cidade também é frequente na literatura, como demonstra Santos (2008), em função da espacialidade singular e da junção cultural de diferentes porções do Brasil.

O *outsider*, como o *insider*, assume protagonismo na capital federal. Em Brasília o migrante deixa a margem e toca o centro da narrativa urbana.

Dos trabalhos apresentados, nenhum deles tem na internet o universo empírico de pesquisa. É da observação desse material que se pretende construir o objeto da pesquisa. A metodologia proposta é uma combinação entre etnografia aplicada em ambientes digitais (netnografia) e a análise de redes sociais. Assume-se, de antemão, a opção pela pesquisa qualitativa, “em virtude de suas diversas possibilidades de estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas relações sociais, estabelecidas em vários ambientes” e, também, pelo seu “caráter multimetodológico” (MENDES; SILVA, p. 212-213). Na próxima seção serão detalhados esses procedimentos metodológicos utilizados.

7 APORTES METODOLÓGICOS PARA A PESQUISA EM AMBIENTES VIRTUAIS

*¿En cuantos gigas cabe tu dolor?
¿Dura más el amor en html?
¿Adoras cada píxel de su piel
y no te responde a los mails?*

María Hernandez

A presença crescente da vivência em ambientes *on-line* tem despertado o interesse das ciências sociais em geral. Os estudos realizados pretendem investigar a dinâmica social na vida *on-line*, enquanto novas possibilidades abertas pela revolução nas telecomunicações. Não é difícil encontrar também pesquisas que buscam, como forma alternativa à pesquisa de campo tradicional, dados empíricos extraídos de *sites*, blogues, fóruns e redes sociais na internet.

Trilhas metodológicas são abertas em um campo relativamente novo de pesquisa. Nesse universo, os pesquisadores oscilam entre o fascínio e uma certa insegurança metodológica, movida especialmente pelo receio de trabalhar em novos campos com ferramentas construídas para outros contextos. É o caso da netnografia, metodologia inspirada na etnografia; são os princípios da etnografia adaptados para a investigação de dados extraídos de conversações na internet.

A pesquisa etnográfica remete à importância do pesquisador ir a campo, observar os grupos humanos e, dessa observação, registrar e interpretar as relações, fatos e crenças sociais. Para além das técnicas de observação e levantamento de dados, Geertz reclama para a etnografia a importância de uma “descrição densa”. O pesquisador é mais um “crítico literário” do que um “desvendador de códigos”, para usar a feliz analogia do antropólogo americano. Assim, fazer etnografia é como “tentar ler [...] um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado” (GEERTZ, 2008, p. 7). Entretanto, há ainda hoje desconfiança, especialmente entre os antropólogos, sobre uma etnografia aplicada aos estudos comportamentais *on-line*. Para Lewgoy (2009, p. 189), por exemplo, “da parte de antropólogos formados em época anterior à era da internet, ainda se percebe certo preconceito contra a realização de etnografias virtuais”. Estudos etnográficos na internet têm sido mais frequentes em pesquisas na área de comunicação e marketing. Polivanov (2013, p. 69), apresenta o otimismo, quanto ao método etnográfico, que tem acompanhado as pesquisas em comunicação:

“ainda que haja, sem dúvidas, singularidades quanto à mediação, linguagem e formas de interação entre pesquisadores e pesquisados na internet e ‘fora’ dela, tal relação – mediada mesmo *off-line* – se dá em ambientes virtuais que não podem mais ser tratados como “não-lugares” e menos ainda de forma dicotômica, opondo-se o virtual ao ‘real’”.

Na presente seção será apresentada a netnografia como aporte metodológico, associada, por sua vez, a análise de redes sociais. É essa uma importante vantagem das metodologias de inspiração etnográfica: a possibilidade de combiná-la, como pesquisa qualitativa, com outras metodologias. Essa ampla conexão de diferentes técnicas e métodos de pesquisa “reforça e desvela o caráter epistêmico da netnografia” (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2011, p. 188). Com efeito, nos diz Kozinets (2014, p. 47), “a netnografia, como sua irmã mais velha, a etnografia, é promíscua. Ela se apega e incorpora uma imensa variedade de diferentes técnicas e abordagens de pesquisa”.

7.1 Netnografia

Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p. 171) apontam que muitos cientistas sociais se mantiveram receosos sobre a adaptação do método etnográfico ao estudo dos comportamentos humanos *on-line* em função da “possível dissolução espaço-temporal advinda das tecnologias de informação”. Não obstante, métodos inspirados na etnografia são comuns em pesquisas sobre o fenômeno comportamental na internet. Em diferentes estudos, recebeu denominações diferentes, embora entre eles haja pequenas variações. Rocha e Montardo (2005) apontam, por exemplo, o termo “etnografia virtual” como mais frequente em estudos de comunicação e “netnografia” em pesquisas ligadas a marketing digital.

Em levantamentos da terminologia, entretanto, a sinonímia é mais ampla: Fragoso, Recuero e Amaral (2011) mapearam, além de etnografia virtual (ou digital) e netnografia, mais dois termos: ciberantropologia⁵⁴, reclamada como uma espécie de ‘conceito guarda-chuva’, a cobrir toda e qualquer possibilidade de interpretar fenômenos manifestos na internet com métodos derivados da etnografia, e webnografia, focada na análise de conteúdo aplicada a investigação dos comportamentos de usuários nas mais

⁵⁴ É importante ressaltar a existência de uma ciberantropologia que, mesmo ciente das limitações da aplicação da metodologia etnográfica em ambientes virtuais, tem avançado na discussão sobre a adaptação do método às pesquisas que tenham na internet o seu universo empírico. É o caso, por exemplo, do Grupo de Pesquisa em Ciberantropologia (GrupCiber), ativo desde 1997 e participante, por meio de Grupo de Trabalho, das Reuniões Brasileiras de Antropologia, e com consistente trabalho de pesquisa e publicação na área.

variadas dimensões da realidade em qualquer atividade relacionada a internet. Tal proliferação de termos indica, para além de propostas conflitantes, o fato de que “tais terminologias parecem não propor mudanças substanciais à etnografia em si, mas em relação à maneira de lidar com os diferentes procedimentos de coleta e análises de dados” (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2011, p. 176).

Na tentativa de conceituar o método netnográfico, Kozinets (2014, p. 61-62) o define como “pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo *on-line*”. Em se tratando de comunidades *on-line*, é preciso observar a natureza da investigação proposta: pesquisa de comunidades *on-line* ou pesquisa *on-line* em comunidades. No primeiro caso, investiga-se algum fenômeno *on-line*; ou interações em uma determinada comunidade ou o debate político em torno de algum tema. A internet é utilizada como exclusiva fonte de dados. Já no segundo caso, o estudo da comunidade pretende lançar luzes sobre um fenômeno que não se restringe ao *on-line*. Nesse caso, a observação do fenômeno *on-line*, apenas, é insuficiente. A presente pesquisa se inscreve, portanto, no primeiro tipo.

Na análise e interpretação dos dados são observadas as seguintes etapas, de acordo com Kozinets (2014):

1. Codificação: os dados coletados são organizados e categorizados;
2. Anotação: etapa em que se agregam notas aos dados coletados;
3. Abstração e comparação: para fins de comparação, os dados são classificados e percebidos em suas semelhanças e diferenças;
4. Verificação e refinamento: observando incongruência ou lacunas nos dados, o pesquisador retornará a campo para novas coletas;
5. Generalização: breves generalizações são feitas observando o conjunto dos dados;
6. Teorização: de posse das generalizações, o pesquisador as confronta, elaborando uma teoria que explique os dados coletados.

As principais características do método etnográfico se mantêm quando se interpreta as relações observadas em ambiente *on-line*. Assim, “tais bases seriam a imersão em um caso particular, a referência a uma localidade específica e a observação participante” (POLIVANOV, 2013, p. 66). Amaral, Natal e Viana (2008, p. 38) reforçam a condição de adaptação às pesquisas *on-line* que o método netnográfico oferece, mas, entretanto, é necessário que sejam respeitadas as premissas básicas do método etnográfico:

manter postura inicial de estranhamento do pesquisador em relação ao objeto; considerar a subjetividade; considerar os dados resultantes como interpretações de segunda e terceira mão; e finalmente considerar o relato etnográfico como sendo de textualidades múltiplas.

Estranhamento que, na internet, nem sempre é tão simples de ser realizado. O uso de redes sociais digitais tem se popularizado e os pesquisadores também estão incluídos nesse universo. A possibilidade de estranhamento seja na rede, seja quanto ao conteúdo do que se pesquisa, é reduzida, facilitando o processo de construção da alteridade. Nunes (2014, p. 166) descreve bem essa perspectiva:

“não foi preciso que eu, na condição de etnógrafo, realizasse algum deslocamento físico até o grupo pesquisado para observar e registrar suas performances e discursos, mas, ao contrário, os deslocamentos empreendidos foram simbólicos. Pude fazer isso sem, necessariamente, ter que sair de “casa” e me aventurar em sociedades completamente “exóticas” ao meu olhar, como nas pesquisas etnográficas clássicas. Com isso, o Outro malinowskiano, distante no espaço e no tempo, desfez-se, permitindo-me estudar um “próximo” que vivencia a rede tanto quanto eu”.

Na conversação com o Outro, “[...] eu me represento. Apresento-me como o representante de mim mesmo” (CIAMPA, 1994, p. 171), não como uma representação individual, inata, imanente, essencial, mas construída por meio da relação entre o Eu e o Outro. A conversação, nesse contexto, serve à complexa constituição da identidade do indivíduo no mundo. Em debates, a conversação penetra e transforma não apenas a identidade dos protagonistas, mas, também, a dos silenciosos expectadores. Daí a importância de se compreender os níveis de interação. Souza (2015), ao estabelecer três níveis de interação (Quadro 4), indica o quão complexas são as conversações em redes sociais virtuais para que se estabeleça uma medida que dê conta de abarcar o impacto da interação realizada. Afinal, ideias debatidas *on-line* podem permear um diálogo *off-line* entre leitores e pessoas que não participam do fórum virtual. Além do mais, como as publicações ficam arquivadas na internet, a repercussão das mensagens se prolongam pelo tempo em que a informação estiver acessível aos sistemas de busca.

Quadro 4 - Níveis de interação em redes sociais virtuais

Nível	Características da interação	Indicativos de possibilidade de interação
1	Está registrada na rede a ser analisada; É perceptível aos membros (se grupo fechado) ou a qualquer internauta (se grupo público); Revela os autores das mensagens; Fácil de mapear com ferramentas de tecnologia da informação; Oferece elementos concretos para análises qualitativas.	Texto; Tópicos de fóruns e comentários.
2	Está implícita na rede a ser analisada; É perceptível aos membros (se grupo fechado) ou a qualquer internauta (se grupo público); Não revela quem interagiu consultando a informação; Mapeável, porém sua análise é pouco conclusiva.	Texto; Quantitativo de visualizações do tópico do fórum (<i>page views</i>) ⁵⁵ Quantitativo de <i>likes</i> (curtidas) e <i>reactions</i> (reações) ⁵⁶ .
3	Subentendida; Ocorre fora da rede como desdobramento de interações de primeiro e segundo nível; Mais difícil de mapear e as conclusões dependem de interpretações qualitativas contextuais.	Contexto; Conversa fora da rede com terceiros sobre os conteúdos da rede. Artigos acadêmicos inspirados em discussões na rede Incorporação de ideias e estratégias veiculadas na rede.

Fonte: Organizado por Gonçalves, J. R. (2017) a partir de Souza (2015, p. 66).

A conversação, hoje, especialmente quando tomada em sua modalidade *on-line*, tornou-se cada vez “mais pública, mais coletiva, mais permanentes e rastreáveis do que outras” (RECUERO, 2012, p. 17). Ao transformar as possibilidades de conexão da internet em uma grande ágora de debate, a conversação *on-line* está provocando profundas alterações na vivência cotidiana de crescente quantidade de pessoas. Como consequência, “influenciam a cultura, constroem fenômenos e espalham informações e memes⁵⁷, debatem e organizam protestos, criticam e acompanham ações políticas e públicas” (RECUERO, 2012, p. 17-18). Dos instrumentos para se analisar as

⁵⁵ A contagem de visualizações, no Facebook, está disponível apenas para os vídeos publicados.

⁵⁶ O sistema de curtidas e reações é especificidade do Facebook.

⁵⁷ Richard Dawkins, biólogo britânico famoso por livros de divulgação científica, cunhou o termo em 1976, em “O gene egoísta”. O meme seria uma espécie de “gene cultural”, replicado de pessoa a pessoa, propagando-se via imitação. Na amplificação das redes sociais virtuais, o meme ressignificou-se. Para Recuero (2015, s/p), “são pedacinhos de informações, idéias, que são passadas adiante”.

conversações em rede, a Análise de Redes Sociais tem sido uma das mais populares e prestigiadas entre os pesquisadores voltados para o fenômeno da internet.

7.2 Análise de redes sociais

A Análise de Redes Sociais (ARS) é um conjunto metodológico de pesquisa quanti-qualitativa que procura entender os grupos sociais, identificando os atores e as relações que travam entre si. Os atores e suas relações são tornados visíveis através de representação gráfica. Embora muito popular nos últimos anos pela emergência de estudos sobre a internet, a ARS é anterior às redes sociais virtuais. Em sua origem, tem relação próxima com a sociometria, ramo da sociologia bastante desenvolvido nos Estados Unidos que procurava quantificar as interações observadas em um grupo social. É de Jacob Moreno, nome mais lembrado quando se trata da sociometria, a ideia de representar essas interações em um gráfico, denominado por ele de sociograma (RECUERO, BASTOS, ZAGO, 2015). A ARS é herdeira da sociometria de Moreno (MARQUES, 2015).

Próximo ao sociograma está também a Teoria dos Grafos. Ao que consta, apareceu pela primeira vez na resolução de um problema matemático ainda no século XVIII, no assim conhecido Enigma de Königsberg (ZAGO, 2014). O sítio urbano da cidade (hoje Kaliningrado) estava assentado às margens do rio Pregel, ocupando ambas as margens e duas ilhas fluviais. Sete pontes conectavam as quatro porções da cidade. O problema posto era descobrir uma forma de transitar por toda a cidade utilizando cada ponte uma única vez (Figura 9). Leonhard Euler, um matemático suíço, resolveu o enigma em 1736. Partindo da premissa de que, para ir e voltar, é necessária dupla conexão, o problema se tornava insolúvel, uma vez que as conexões (sete pontes) eram ímpares. Embora não definisse, no momento, a descoberta como uma teoria dos grafos, a descoberta de Euler simplificou o problema para demonstração de várias conexões entre diferentes vértices (NOGUEIRA, 2015).

Figura 9 – O Enigma de Königsberg

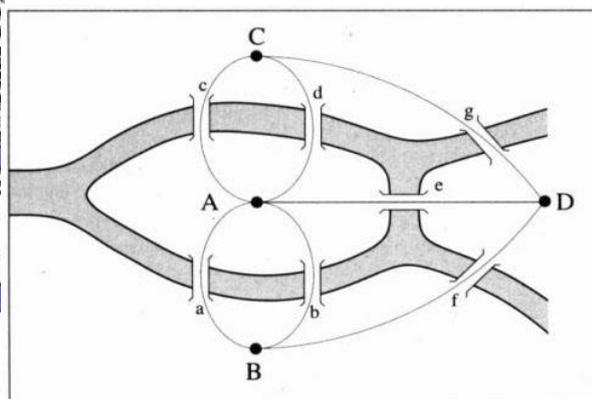
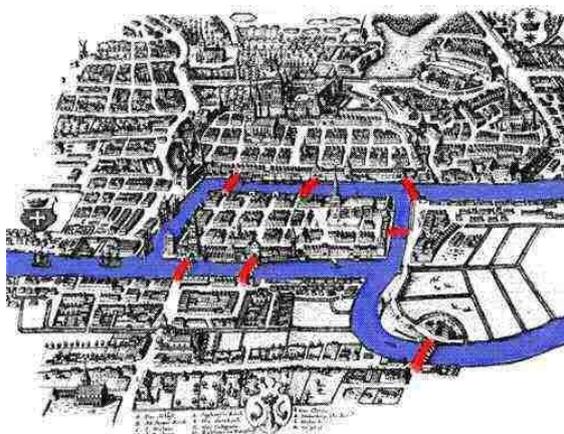


Figura 9A: As sete pontes de Königsberg. Ao centro, a ilha menor, Kneiphof. À direita, a ilha Lamsa.

Fonte:

https://maa.org/sites/default/files/images/cms_upload/Konigsberg_colour37936.jpg.

Acesso em 12 jan. 2017

Figura 9B: Esquema demonstrativo do problema.

Fonte: https://physics.weber.edu/carroll/honors_images/BarbasiBridges.jpg.

Acesso em 12 jan. 2017

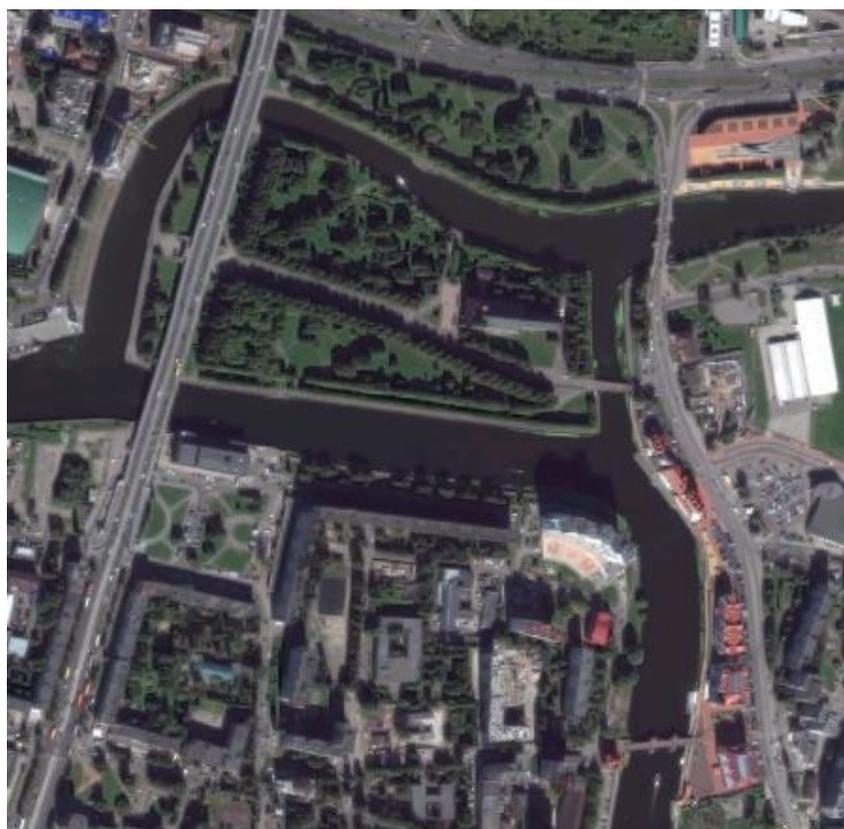


Figura 98C: As pontes *b* e *d* foram destruídas em bombardeios na II Grande Guerra; já as pontes *a* e *c* foram demolidas e deram lugar a autovia.

Fonte: GoogleEarth. Acesso em 12 jan. 2017

Foi na década de 1950, porém, que a Teoria dos Grafos começou a ser utilizada por estudos sociológicos na área de comunicação. Preocupados em metrificar as interações sociais, sociólogos americanos buscaram na estatística o instrumental metodológico (FREIRE, 2015). Estudos na física e matemática da década de 1980 proporcionaram condições técnicas de criação de *softwares* para lidar com algoritmos e análises combinatórias, acelerando o processamento de dados das redes sociais. Nos anos 1990, quando a internet começa, de fato, a se popularizar, a “Teoria dos Grafos e seus métodos que vinham constantemente sendo aplicados sobre questões que analisavam o comportamento humano ‘caiu como uma luva’, propiciando a técnica necessária para a visualização das relações comunicativas” (FREIRE, 2015, p. 77).

A apresentação dos dados em gráficos construídos por logaritmos matemáticos facilita a percepção do fenômeno. Tais logaritmos são aplicados através de métricas fornecidas pelos próprios dados colhidos pelo pesquisador nas redes. O resultado gráfico é a representação da rede - também conhecido como grafo ou sociograma: os dados são representados por linhas (arestas, ligações, vínculos, relações), pontos (nodos, vértices, atores) e cores. Como, entretanto, as redes sociais são dinâmicas, o grafo funciona como um retrato do movimento; é a morfologia de um determinado momento (MARQUES, 2015).

As redes podem ser direcionais ou não-direcionais. O grafo direcionado ocorre quando as arestas apresentam direcionamento entre os vértices. O movimento pode ser unilateral ou recíproco. Já o grafo não-direcionado ocorre quando não é possível identificar o movimento nas arestas (RECUERO, BASTOS, ZAGO, 2015).

As métricas de análise de redes sociais, calculadas estatisticamente, servem para atribuir valor/densidade às redes como um todo e aos vértices em particular, atribuindo-lhes maior ou menor relevância (centralidade). A estatística é essencial para avaliar qualitativamente o grupo, uma vez que “mais do que simples números, os analistas de rede veem nessas ligações, caminhos de fluxo da informação e de poder” (MARQUES, 2015, p. 47). As métricas mais utilizadas são (RECUERO, BASTOS, ZAGO, 2015; ZAGO, 2014; FREIRE, 2015):

I. Redes

- a) Modularidade: o cálculo procura distinguir a densidade das relações travadas entre os nós. Separa-os, assim, em vários módulos ou subgrupos. O módulo indica que, entre aqueles nós, há relação mais intensa do que com outros nós em outras posições na rede.
- b) Coeficiente de clusterização: mede o quanto os nós estão conectados entre si. O cálculo foi estruturado por dois físicos americanos, Duncan Watts e Steven Strogatts. A importância, para o grafo, é perceber a intensidade de ligação entre os nós.
- c) Densidade: refere-se à quantidade de conexões estabelecidas entre os vértices. Quanto mais conexões, mais densa é a rede.
- d) Centralização: diz respeito ao quanto a rede é centralizada, isto é, o quanto os vários nós orbitam em torno de determinado nó. Assim, “se uma rede tem alta centralização, há poucos nós ‘segurando’ a rede como um todo” (RECUERO, BASTOS, ZAGO, 2015, p. 87).

II. Vértices

- a) Grau do nó (ou grau de conexão): mede a intensidade da conexão entre os nós. A métrica percebe tanto as entradas (*indegree*, fluxo recebido) quanto as saídas (*outdegree*, fluxo emitido) dos nós. É uma somatória de conexões. Quanto mais conexões os nós fazem, representadas pela maior espessura da aresta, maior será seu grau na rede.
- b) Centralidade de Intermediação (ou grau de intermediação): o cálculo se preocupa com a localização do nó na rede, tendo por referência as arestas pelas quais passam todos os outros vértices. Quanto maior o valor de intermediação, mais conexão com nós de diferentes modularidades. Um nó com alto grau de intermediação é um propagador na rede, visto que suas informações emitidas alcançam mais rapidamente módulos e nós que estão em pontos diversos da rede, funcionando como “pontes” entre diferentes grupos de nós situados em distintas posições na rede.
- c) Centralidade de Proximidade (ou grau de proximidade): o cálculo procura definir o quão próximo um nó está de todos os outros. É útil para que se preveja a velocidade de propagação da informação pela rede.

Definidas as métricas de análise do grafo, em seguida, a descrição da coleta de dados e discussão sobre a ética envolvida.

7.4 Metodologia de coleta de dados e a ética na pesquisa

Kozinets (2002) indica as quatro etapas do método etnográfico e suas respectivas adaptações aos estudos das relações em ambientes digitais: entrada cultural, coleta e análise de dados, ética da pesquisa e checagem de informações.

Na entrada cultural, fase inicial de primeiro contato com o campo – que, na netnografia, é o espaço textual da internet – duas etapas se distinguem. Primeiramente, há a necessidade de se ter clareza sobre as perguntas motrizes da pesquisa, isto é, quais são as questões de pesquisa que serão levadas adiante. Vencida essa primeira etapa, a seguinte é a seleção do ambiente a ser observado. Assim, fóruns virtuais, blogues, redes sociais, listas de discussão, entre outras possibilidades, deverão ser cogitadas e avaliadas. Escolhido o ambiente, é necessário que se “aprenda o que for possível sobre a estrutura dos fóruns, dos grupos e das participações individuais” (KOZINETS, 2002, p. 4)⁵⁸. As ferramentas de busca, geralmente disponível em todas as plataformas, facilitam o trabalho do pesquisador, possibilitando um amplo levantamento de debates, expressões e terminologias. Seleccionada a comunidade a ser investigada, o pesquisador poderá focar-se em um tópico ou em um debate que melhor ofereça densidade – seja pela extensão e/ou pela qualidade da intervenção dos participantes.

A fase de coleta de dados é caracterizada tanto pela transcrição do material da conversação como pelas observações e anotações do pesquisador sobre a comunidade, sobre as interações desenvolvidas e os perfis dos participantes. Há, aqui, uma diferença fundamental entre a etnografia e sua versão aplicada aos estudos *on-line*: o pesquisador “deve estar consciente que está analisando conversações da comunidade *on-line* em vez do conjunto completo de atos observados em uma comunidade” (KOZINETS, 2002, p. 8).⁵⁹ Como vantagem à netnografia, o trabalho de coleta é facilitado pelo recolhimento dos dados da conversação, uma vez que as interações já estão registradas textualmente. Nesse caso, o investigador poderá se deparar com um volume de conversação considerável. É importante, para Kozinets (2002, p. 6), que se tenha clareza de que

[...] conclusões úteis podem ser retiradas mesmo a partir de um número relativamente pequeno de mensagens, desde que essas mensagens contenham uma

⁵⁸“they must learn as much as possible about the forums, the groups, and the individual participants they seek to understand”.

⁵⁹“researcher must be conscious that they are analyzing the content of an online community’s communicative acts rather than the complete set of observed acts of consumers in a particular community”.

descrição suficientemente rica e ofereçam a possibilidade de ser interpretadas com considerável profundidade analítica⁶⁰.

Na observação e registro de dados do presente estudo, a relação entre o pesquisador e o objeto de pesquisa se deu na modalidade *lurking*, isto é, “apenas como observador, sem participação efetiva” (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2011, p. 192). Morton (2001) a categoriza como “pesquisa distanciada” (*distanced research*), em oposição a “pesquisa envolvida” (*involved research*). Assim, na “pesquisa distanciada” o pesquisador “não necessariamente faz a sua presença conhecida dos participantes dos grupos em estudo”⁶¹ (MORTON, 2001, p. 6). O pesquisador *insider*, que imerge no próprio universo da pesquisa enquanto participante, interagindo na comunidade pesquisada, é uma outra possibilidade metodológica. Há vantagens à prática do *lurking*, pois as interações, ao não serem induzidas pelo pesquisador, oferecem maior espontaneidade do fenômeno social. Para Dholakia e Zhang (2004, p. 5), colabora para isso o fato dos internautas expressarem mais livremente suas ideias do que em uma entrevista face a face, porque, afinal, o ambiente digital “possibilita aos informantes mais abertura à apresentação de seus reais pensamentos”⁶². É no quesito “espontaneidade”, por exemplo, que Gil (2008, p. 101) aponta uma das desvantagens da observação enquanto técnica de pesquisa: “a presença do pesquisador pode provocar alterações de comportamento dos observados, destruindo a espontaneidade dos mesmos e produzindo resultados pouco confiáveis”. A prática do *lurking* contornaria, portanto, essa desvantagem.

A vantagem do *lurking* é também ressaltada por Eysenbach e Till (2001), embora a nomeando de “análise passiva” (*passive analysis*). Citam casos em que, ao descobrirem ser monitorados por um pesquisador, os participantes se tornaram arredios e, em alguns casos, se retiraram das comunidades virtuais. Entretanto, apontam para casos em que é fundamental o termo de consentimento dos participantes, especialmente quando a pesquisa oferece potenciais riscos aos participantes da comunidade e a publicação do resultado pode provocar constrangimentos ou afetar negativamente os participantes. No último caso, deve ser avaliado se o anonimato é suficiente para preservar a identidade do pesquisado. Tanto o anonimato como a confidencialidade são princípios básicos à

⁶⁰“Hence, interesting and useful conclusions might be drawn from a relatively small number of messages, if these messages contain sufficient descriptive richness and are interpreted with considerable analytic depth and insight”.

⁶¹“In research of this kind the ethnographer does not necessarily make his or her presence known to the participants of the groups being studied”.

⁶²“makes it possible for informants to be more open to discuss their own real thoughts”.

pesquisa científica ética com seres humanos (ROMANCINI, 2010). A percepção de como a comunidade lida com a privacidade é outra condição a ser observada pelo pesquisador. Assim, é necessário primeiro “verificar se os textos escritos em uma comunidade de Internet são ‘privados’ ou ‘públicos’” (EYSENBACH; TILL, 2001, p. 1104)⁶³.

Kozinets (2002) insiste também no reconhecimento do caráter público ou privado das comunicações analisadas. Se, portanto, as conversações são retiradas de um ambiente fechado, com restrições, torna-se necessário que haja o consentimento dos participantes. Porém, se o ambiente virtual é de livre acesso, público, não há a necessidade de consentimento, uma vez que esse está “implícito, no ato da publicação das mensagens em uma área pública” (KOZINETS, 2002, p. 61)⁶⁴.

Para Thompson (2002), a atual discussão entre público e privado remonta ao fortalecimento dos Estados, a partir do século XVI, e a conseqüente dicotomia entre, de um lado, o domínio político manifesto pela estrutura estatal e, de outro, o domínio econômico, expresso pela sociedade civil. O público estaria ligado às atividades do Estado, o privado estaria relacionado às atividades dos indivíduos ou, mais genericamente, às atividades desenvolvidas fora da ação estatal. Essa seria uma primeira aproximação do confronto público/privado. A segunda aproximação, que interessa mais de perto a esse trabalho, reforça a condição de público a aquilo que é acessível e/ou visível a uma plateia ampla e irrestrita, e privado ao que é oculto e privativo a um círculo pequeno e restrito de pessoas. Sennett (1988, p. 30) aponta para as mesmas referências, ao reconhecer que, após o século XVII, a distinção entre público e privado já se aproxima do que se entende hoje: “público significava aberto para observação de qualquer pessoa, enquanto privado significava protegida da vida”. Assim, essa dicotomia tem a ver

[...] com publicidade *versus* privacidade, com abertura *versus* segredo, com visibilidade *versus* invisibilidade. Um ato público é um ato visível, realizado abertamente para que qualquer um possa ver; um ato privado é invisível, realizado secretamente atrás de portas fechadas (THOMPSON, 2002, p. 112).

Redes sociais virtuais, como Facebook e Orkut, permitem ao usuário definir suas ações como públicas ou privadas. No Facebook o usuário pode, por exemplo, compartilhar textos e informações apenas com seus “amigos” (perfis participantes de sua rede de contatos) ou torná-los públicos, acessíveis a qualquer usuário da plataforma. Da mesma maneira, os grupos temáticos no Facebook (“comunidades”, no Orkut) podem ser

⁶³“you first have to decide whether postings on an internet community are “private” or “public” communications”.

⁶⁴“was implicit in the act of posting a message to a public area”.

abertos, acessíveis a qualquer usuário; fechados, com mensagens visíveis apenas a membros; ou secretos – nesses, além das mensagens não serem exibidas e o ingresso, sempre por convite, ser controlado pelo administrador do grupo, não aparecem mencionados em buscas realizadas na própria plataforma.

Por fim, a verificabilidade dos dados levantados responde pela quarta etapa do método etnográfico aplicado a ambientes virtuais (KOZINETS, 2002). Essa recomendação é especialmente aplicada àquele que desenvolve sua pesquisa na condição de *insider*. Nesse caso, recomenda-se confrontar os dados obtidos por meio de entrevistas ou grupos focais, de modo que os participantes da comunidade possam avaliá-los. A importância dessa fase é oferecer mais confiabilidade à interpretação do pesquisador.

Com exceção dessa última fase, dispensável em função da modalidade *lurking* na coleta de dados, tomou-se emprestada a metodologia de Kozinets (2002). A “entrada cultural” foi facilitada pelo fato do pesquisador ser usuário de redes sociais.

Quanto à coleta de dados, a consulta às redes sociais foi registrada por meio de *print-screens* (imagens capturadas na tela do computador) como registro das conversações publicadas nas redes sociais, no caso do Orkut. Não foi possível utilizar esses softwares de coleta e tratamento de dados para analisar a rede social Orkut pela dificuldade imposta pelo Google, mantenedor da rede social, aos programas que extraem dados da internet (também conhecidos como “crawlers”). Por meio de um aplicativo que categoriza os termos enunciados nas conversações (WordCloud) foi feita uma apresentação visual das palavras mais recorrentes no tópico selecionado do Fórum. O mesmo aplicativo foi utilizado na análise do post do Facebook, agregando, agora, outras duas ferramentas: uma para mineração dos dados (*data mining*, Netvizz) e outra para feitura dos grafos (NodeXL).

O WordCloud é um site criado e gerido pela Zygomatic, uma empresa de software holandesa. O site possui uma ferramenta que possibilita criar “nuvem de palavras” a partir de textos inseridos na plataforma. A “nuvem de palavras” (Tag Cloud) é uma representação categorizada dos principais termos de um texto. Quanto maior for a frequência de utilização da palavra, maior será o tamanho da fonte em que está escrita. Em um breve olhar, portanto, é possível ter uma ideia dos temas mais frequentemente tratados no texto. Corresponde, assim, a um Método Heurístico de Análise: “uma palavra repetida várias vezes o é por algum motivo. [...] Por si só não vão resolver um problema ou responder a uma questão de pesquisa, mas apontam caminhos para o quê se observar em um texto ou, mais importante ainda, em um grupo de textos” (SILVA, 2013).

O Netvizz é um aplicativo desenvolvido por Bernhard Rieder, professor da Universidade de Amsterdam, incorporado à arquitetura do Facebook. É destinado a mineração de dados em diferentes segmentos do site, extraindo dados das conexões entre pessoas (*personal network*), das curtidas (*likes*) de uma rede pessoal (*personal like network*), das interações (comentários, curtidas e compartilhamentos) existentes em uma comunidade (*group data*), das curtidas entre páginas conectadas por uma rede (*page like network*) e dos dados de postagens e atividades de usuários em uma página. O aplicativo é de uso gratuito.

Também na condição de “*data mining*” está o NodeXL (Network Overview, Discovery and Exploration for Excel), mas possuindo funcionalidades para além da simples mineração de dados, como, por exemplo, manipulação de gráficos e métricas de rede. É um programa desenvolvido e distribuído pela Social Media Research Foundation, resultado dos esforços de pesquisadores de diversas instituições (Universidade do Porto, Cornell University, Stanford University, University of Maryland, Connected Action e Microsoft Research). Até outubro de 2015 foi distribuído gratuitamente. Desde então, se dividiu em duas versões: uma básica, com poucas ferramentas, e outra paga, com todas as funcionalidades. Dada a complexidade da coleta dos dados, optou-se, nesse trabalho, por essa versão premium. É destinado a organizar, formatar e dar tratamento gráfico aos dados das redes sociais. Comporta recursos para manipulação, agrupamento e filtragem de dados. É possível agrupar os dados em clusters, estabelecer hierarquia entre os dados, modular e aproximar informações em um gráfico. Pretende, assim, oferecer ferramentas aos pesquisadores na busca de hipóteses por meio de tratamento estatístico das variáveis. O grafo gerado facilita a compreensão global do fenômeno, possibilitando uma análise mais acurada a partir da interpretação visual dos dados.

Em relação à modalidade ética, foi preservado o anonimato dos participantes, mesmo considerando que as informações são públicas, tacitamente expressas ao publicar opiniões e ideias em um ambiente de participação livre e irrestrita.

O campo da pesquisa esteve delimitado a dois sites: o Orkut, rede social criada em 2004 e encerrada em 2014, com seu banco de dados arquivados até maio de 2017 na internet; e o Facebook, a maior rede social no Brasil atualmente (BRASIL, 2015). Optou-se por escolher grupos (comunidades) públicos, de livre acesso. É o caso de “Brasília” e “Nós que amamos Brasília”, as duas maiores comunidades virtuais públicas criadas tendo a cidade de Brasília como tema exclusivo no Orkut e Facebook, respectivamente.

A consulta aos registros se deu em dois momentos. O contato foi facilitado pelo fato do pesquisador ser, também, usuário das duas redes sociais. A “entrada cultural” (KOZINETS, 2014) já estava realizada.

De posse do primeiro questionamento motriz da pesquisa, qual seja, como é apresentada a identidade brasiliense nas redes sociais, foi feito o primeiro levantamento, em setembro de 2013, na comunidade “Brasília”, no Orkut, à época com quase duzentos mil membros. Na ocasião, um dos participantes criou um tópico sobre a identificação do morador de Brasília por sua origem. O monitoramento desse tópico permitiu avaliá-lo positivamente enquanto amostra de um debate denso e representativo. De acordo com o autor do tópico, a população do Distrito Federal se categorizaria, basicamente, em cinco grandes grupos: brasilienses, pioneiros, candangos, nativos das cidades-satélites (‘gamense’, ‘taguatinguense’) e forasteiros. Houve cento e uma participações.

O segundo levantamento se deu em janeiro de 2016 no Facebook. A comunidade escolhida foi “Nós que amamos Brasília”, com mais de vinte mil membros, aberta ao público, não sendo, portanto, necessário se cadastrar como participante no grupo para ler as discussões travadas. Ao observar os tópicos postados de janeiro de 2015 a janeiro de 2016, através de dados coletados pelos softwares NodeXL e Netvizz, foi selecionado o tópico “#Nova Marca”, que citou uma matéria jornalística sobre a decisão do Governo do Distrito Federal em adotar “Governo de Brasília” como slogan da atual gestão. O tópico recebeu cento e oitenta e quatro comentários. Neles, a condição espacial fragmentada de Brasília foi o *leitmotiv* para a discussão. A dubiedade sobre o que é Brasília, e como isso impacta a identidade brasiliense, manteve-se como característica primordial na conversação. Portanto, as duas discussões partem de pontos distintos para, centralmente, dialogar com o mesmo tema: como se caracteriza a identidade brasiliense. Entre a identificação atribuída e a identificação reivindicada (DUBAR, 2008) se constituem as narrativas sobre Brasília e sobre o brasiliense.

Acredita-se, portanto, que a netnografia e a análise de redes sociais responde como uma metodologia suficiente para equacionar essas emergentes discussões. Essa aposta se dá considerando que a internet, no geral, e as redes sociais, em específico, têm sido intensamente incorporadas à vida social contemporânea. É em torno dessa premissa que se organiza a próxima seção da tese. O advento da internet proporcionou profundas modificações no *habitus* das pessoas, permitindo maior intensidade nas trocas culturais. No Brasil, 42% da população indicam a internet como o meio de comunicação mais utilizado para conversação com outras pessoas. Desses, 75% acessam a internet

diariamente; são mais de quatro horas por dia conectado, em média (BRASIL, 2015). A tendência ainda é de crescimento. No caso das redes sociais, a internet possibilita que haja a reconstituição, agora em espaço sem limites claramente definidos, de uma imensa ágora virtual.

8 A ATUALIDADE DA INTERNET ENQUANTO PARTE DA VIDA SOCIAL

*“Hora de morrer”, disse o andróide,
um dourado ser ariano,
sentindo o tempo digital
de sua vida se acabando;
tempo de pétala, de pústula,
de pressa frívola, de dúvida,
destes fáceis jogos verbais,
coroas de lama e de louro
sobre os cabelos dos mortais;
hora de o ser voltar aos seus
eflúvios cósmicos de Deus.
Alberto da Cunha Melo*

A popularização da internet nas últimas décadas causou um amplo debate em que pode ser, grosseiramente, apresentado em dois extremos, girando em torno de adesão/deslumbramento, fechamento/isolamento. Ambas as posições levam a análises parciais e, geralmente, equivocadas (MARCONDES FILHO, 2012; LEMOS, 2015; RÜDIGER, 2016; DEMO, 2009).

De um lado, uma otimista tecnotopia (ou tecnofilia) anunciando as novidades como uma possibilidade de redenção das mazelas sociais conhecidas pela sociedade pré-informática; são as infovias apontando para um novo mundo possível, prevendo “interconectar todos os bípedes falantes e fazê-los participar da inteligência coletiva da espécie no seio de um meio ubiquitário” (LEVY, 1999, p. 247). Negroponte (1995, p. 272) especula, convergentemente, que “a tecnologia digital pode ser uma força natural que estimule um mundo mais harmônico”⁶⁵.

De outro, uma pessimista tecnofobia prevendo consequências apocalípticas ao futuro da sociedade humana, uma vez que havia a desconfiança de que a internet “substituíria a realidade ‘real’ por uma realidade ‘virtual’ ilusória, mentirosa e pouco estável” (NICOLACI-DA-COSTA, 2006, p. 29). É assim em Baudrillard (1995, s/p), ao se referir que a internet “levou a uma desertificação sem precedentes do espaço real e de tudo que nos rodeia”⁶⁶; Virilio (1999, p. 43) também o acompanha ao argumentar que “o progresso age sobre nós à maneira do legista, violando em primeiro lugar cada orifício do corpo a ser autopsiado”.

⁶⁵ “La tecnología digital puede ser una fuerza natural que propicie un mundo más armónico”.

⁶⁶ “entraîne une désertification sans précédent de l'espace réel et de tout ce qui nous entoure”.

Investigando as origens históricas dessa dualidade, Rüdiger (2016) identifica em Francis Bacon o primeiro a ver na técnica a capacidade redentora da humanidade (perspectiva fáustica) e em Georg Simmel o pioneiro em acentuar o caráter nocivo, possibilitando um vislumbre de um horizonte apocalítico da sociedade humana em tecnificação constante (perspectiva prometeica). Essa ambivalente fascinação ocorre, segundo Ribeiro (1999, p. 2), porque, de um lado há “o desejo de transcendência. Por outro, o medo da subjugação, da desumanização”.

Filósofos analíticos, neomarxistas e sociólogos construtivistas têm elaborado, segundo Rüdiger (2016), alternativas para escapar e superar esse dualismo, avaliando a técnica para além de sua condição. Demo (2009, p. 13), analisando os dois opostos, e tendo a educação como campo reflexivo, ressalta que “nos tecnófobos há uma relação obscurantista, enquanto nos tecnófilos uma relação apressada”.

Com efeito, o aprimoramento e popularização das técnicas produziu narrativas sobre o fim da Geografia, anunciado pioneiramente, ao que parece, por Richard O’Brien, um economista inglês que publicou, em 1992, “Integração global financeira: o fim da Geografia” (HAESBAERT, 2012), mesmo ano em que outra apressada análise havia sido feita para o campo da história, defendida pelo historiador americano Francis Fukuyama (“O fim da história”). Paul Virilio, figura corrente entre os tecnófobos, endossou a ideia da decrepitude da Geografia, ao considerar que “a mundialização anuncia, de fato, o fim da geografia, o fim do espaço de um pequeno planeta suspenso no éter eletrônico de nossos modernos meios de telecomunicações” (VIRILIO, 1997, s/p)⁶⁷.

Castells (2003, p. 170), em lúcida interpretação, indica que a telemática, uma moderna combinação de telecomunicações e informática, permite “redefinir distâncias, mas não cancela a geografia”. O espaço geográfico, como lembra Massey (2012), não é constituído apenas de distância e, ademais, como bem lembra a geógrafa inglesa, o que está sendo suprimido é o tempo – em função dos avanços nos transportes e telecomunicações. Na realidade, a dimensão espacial se notabiliza, uma vez que as relações sociais se dão, cada vez mais intensamente, em escala global. Não alvorece “uma nova realidade, [mas] amplia o espaço da realidade que é única, potencializando o humano que o constitui” (SILVA, 2013, p. 47). Ora, as técnicas refletem as condições materiais desiguais do mundo capitalista. Enquanto aproximam e incluem, também afastam, excluem, em relação dialética. Ou, dito de outra forma, a luminosidade da

⁶⁷ “la mondialisation annonce, en fait, la fin de la géographie, la fin de l'espace d'une petite planète en suspension dans l'éther électronique de nos modernes moyens de télécommunications”.

internet convive com espaços escuros da exclusão. Formam-se espaços lisos e rugosos – para usar a célebre metáfora proposta por Santos (2004).

A discussão sobre a fronteira entre o real e o virtual é, desde há muito, discutida (TURKLE, 1999; CASTELLS, 2003; LEVY, 1999). Se até pouco tempo a vida *on-line* - tida como fetichista, fantasmagórica, fictícia, simulacro - recebia na academia considerável apoio a respeito de sua oposição à vida *off-line*, hoje há forte tendência em rejeitar tal dualidade – ou, pelo menos, se considera essa fronteira bem mais permeável. A internet tem entremeado de tal maneira a vida social que hoje o binômio real/virtual, como uma relação entre diferentes, aproximando-se de opostos, não se sustenta. De fato, como asseveram Malini e Antoun (2013, p. 151), “a mente está aí convertida em bits e pode ser conectada por telefone, cabo ou onda. E o corpo que se imaginava imóvel, fixado em algum monitor, jorra por todas as ruas do mundo”.

Com efeito, atualmente seria difícil um cientista social ignorar o avanço das telecomunicações. Para Castells (2003, p 7), “a internet é o tecido de nossas vidas”. Embora na maioria das vezes a internet não seja objeto de reflexões, dificilmente qualquer etapa de pesquisa seria conduzida sem a participação, mesmo que indireta, de benefícios trazidos pelo avanço na telemática. Por essa razão, entender a internet como o “tecido” da vida cotidiana implica em superar antigas dicotomias entre o que é real e o que é virtual. Ao mesmo tempo em que a informação está situada em determinado lugar, na forma de *bytes* escritos em alguma mídia física, ela está ao alcance de um clique, disponível em qualquer terminal conectado à internet. O virtual se expressa, portanto, “antes da concretização efetiva ou formal” (LEVY, 1999, p. 47). É, sobretudo, “um aspecto da realidade que não é material, embora seja real” (BASTOS, 2009). Opõe-se, portanto, ao corrente uso no senso comum que o coloca como o contraposto do real. Nesse sentido, “realidade virtual” não passaria de um paradoxismo por vincular, em um mesmo termo, conceitos antagônicos (LEVY, 1999).

O virtual se expressa também na linguagem computacional, uma vez que os sons, as imagens e os textos não passam de combinação binária (0 e 1) ilegíveis à nossa linguagem cotidiana. No entanto, o virtual é anterior a telemática. A própria escrita é um movimento da virtualização, uma vez que transporta o “além-daqui” para o “aqui” (LE MOS, 1997, p. 13). Assim, a internet propulsiona a virtualização da sociedade, prosseguindo uma tarefa iniciada “há muito pelas técnicas mais antigas, como a escrita, a gravação de som e imagem, o rádio, a televisão e a imagem” (LÉVY, 1999, p. 49). No

processo de virtualização, há, essencialmente, o “afastamento da experiência imediata, vivida no campo próprio do indivíduo” (CAZELOTO, 2009, p. 2).

A virtualidade não é uma irrealidade. O virtual não é o falso, o simulacro, a imitação ou falsificação da vida *off-line*. Pelo contrário: o virtual potencializa características do real. Não se poderia, como argumenta Turkle (1999), considerar como alheia, fictícia, ilusória, a realidade cotidiana do sujeito que dedica cada vez mais tempo às conversações e relações com outras pessoas mediadas pela telemática. Em tendência crescente, o meio virtual repercute progressiva e intensamente na vida *off-line* e dela se retroalimenta, em dupla e recíproca dependência, de modo que seria, já atualmente, pouco produtivo sugerir uma oposição entre ambas. É nesse sentido também que aponta Gomes (2015), ao avaliar performances artísticas na internet: o sujeito não se descorporifica ao se imergir nas possibilidades oferecidas pela internet, nem se torna uma outra versão de si mesmo. O que ocorre é a ampliação das possibilidades de percepção do mundo por meio da técnica. Ou, como quer Castells (2003, p. 11), “a elasticidade da internet a torna particularmente suscetível a intensificar as tendências contraditórias presentes em nosso mundo”.

A articulação profunda entre o *off-line* e o *on-line*, como dimensões da mesma realidade, e potencializadas pela técnica, tem agregado em densidade a atividade humana. Exemplos recentes da história em diferentes países (Quadro 5) têm mostrado o potencial das redes sociais como motor de mobilização social. Contrária, portanto, previsões apocalípticas, feitas por teóricos situados no espectro da tecnofobia, de que a técnica, de uma forma geral, exercita o imobilismo social. A rua e as redes sociais se encontram, para usar a feliz metáfora de Malini e Antoun (2013).

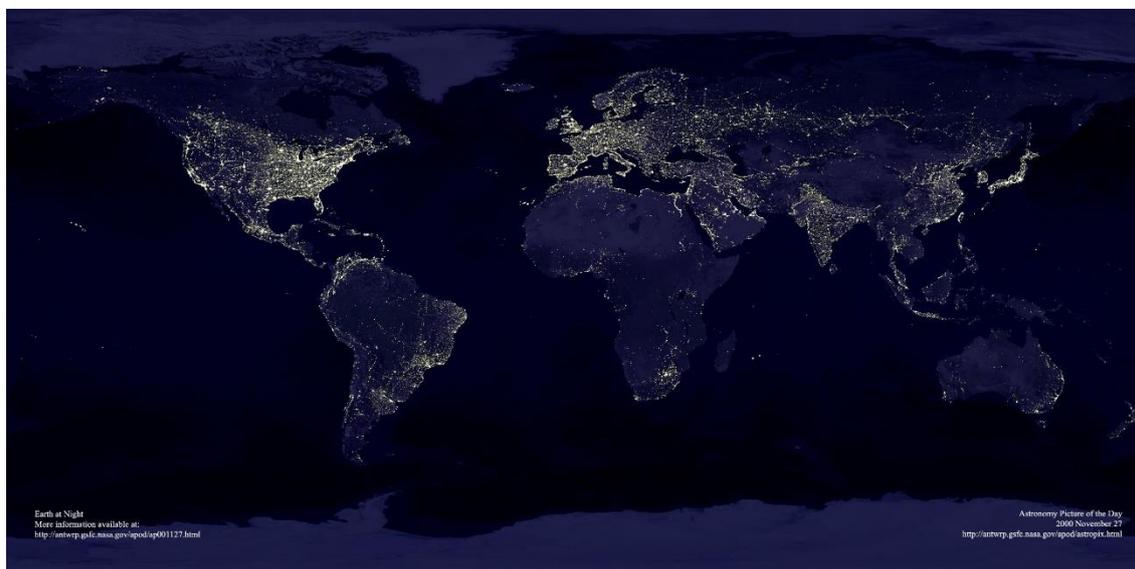
Quadro 5 - Grandes manifestações populares instadas pelas redes sociais

Evento	Ocorrência	Ano
Revolução dos Paneleços	Islândia	2008/2009
Revolução Verde	Irã	2009
Primavera Árabe	Norte da África e Oriente Médio	2010/2011
Geração à Rasca	Portugal	2011
Indignados (15M)	Espanha	2011
Revolução do Nilo	Egito	2011
Occupy Wall Street	Estados Unidos	2011
Occupy Gezi	Turquia	2013
Yosoy132	México	2013
Vem pra Rua	Brasil	2013
Movimento pelo impeachment de Dilma Rousseff	Brasil	2015

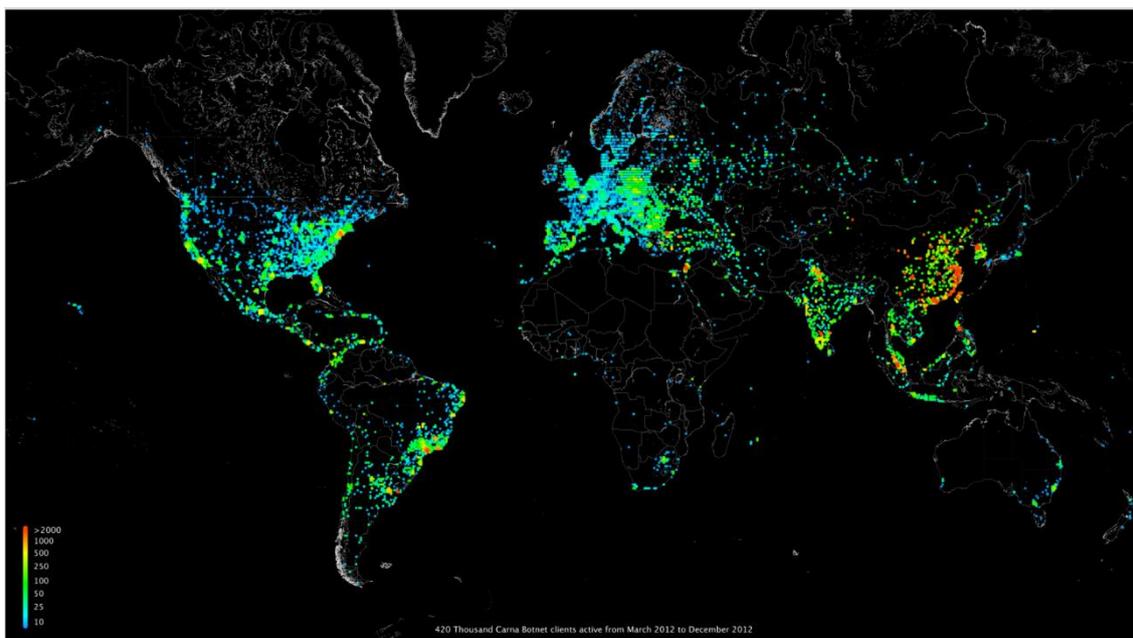
Fonte: Organizado por Gonçalves, J. R. (2017).

Amparados pela relativização das distâncias, os indivíduos tendem a se comunicarem independentes da proximidade física. Isso não é novidade, já que desde remotos tempos a comunicação à distância era possível: primeiro, a comunicação epistolar para, após a invenção do telégrafo, o mundo assistir o processo de criação de meios comunicacionais cada vez mais rápidos. “O Atlântico secou” foi a manchete de um importante jornal na inauguração da conexão telegráfica entre Europa e Estados Unidos, em 1858 (GRAHAM, 2013). Ademais, as novidades técnicas, desde o telégrafo, permitem progressivamente maior volume de informações e dados transitando em tempos cada vez menores. O crescimento da rede mundial de computadores e a crescente inclusão de uma população que, até pouco tempo, assistia passiva a “revolução informática”, respondem pela importância em relevo do avanço da telemática. Entretanto, a rede se espalha pelo mundo em velocidade e intensidade que são determinadas pelas condições sócio-econômicas (Figuras 10 e 11), contrariando a tese de que o mundo está cada vez mais plano e simétrico. A acessibilidade ao meio técnico, aliás, é apenas um dos indicadores da desigual geometria das relações entre os países e de suas estruturas sociais internas; o amplo acesso a televisão, um objeto de luxo há poucas décadas atrás, não tornou o mundo ‘mais plano’, assim como a internet também não o fará.

Figura 10 – O mundo à noite



Fonte: Sanguin (2014).

Figura 9 - Acesso a internet

Fonte: Sanguin (2014).

Se em 1995 o número de usuários da internet era inferior a 1%, cerca de 40% da população mundial tem, passadas mais de duas décadas, conexão à internet⁶⁸. Entre os anos de 1999 e 2013 o número de usuários da internet aumentou dez vezes. A internet se dissemina em telefones celulares, tornando possível a comunicação a qualquer tempo. Como qualquer bem de consumo, entretanto, seu acesso se dá diferenciadamente. Embora países socialmente desiguais como China, Índia, Brasil, Nigéria e México estejam no topo do ranking de países que mais possuem usuários de internet (Tabela 1), a lista dos países em que o acesso é mais democrático é mais seletiva (Tabela 2), sendo reservadas modestas colocações àqueles países (China, 94^a; Índia, 127^a; Brasil, 64^a; Nigéria, 106^a; e México, 109^a). Especificamente no caso brasileiro, dois terços da população brasileira possuem acesso à internet, em considerável taxa de crescimento observada nos últimos anos (Tabela 3).

⁶⁸ Informações divulgadas pela Internet Live Stats, disponível em <http://www.internetlivestats.com/internet-users/>.

Tabela 1 – Países com mais usuários de internet (2016)

Posição	País	Usuários de Internet
1	China	721.434.547
2	Índia	462.124.989
3	Estados Unidos	286.942.362
4	Brasil	139.111.185
5	Japão	115.111.595
6	Rússia	102.258.256
7	Nigéria	86.219.965
8	Alemanha	71.016.605
9	Reino Unido	60.273.385
10	México	58.016.997

Fonte: Internet Live Stats. Disponível em <http://www.internetlivestats.com/internet-users-by-country/>. Acesso em 08 jan. 2017.

Tabela 2 – Países com mais usuários de internet em relação a quantidade de habitantes (2016)

Posição	País	Penetração (% da População)
1	Islândia	100 %
2	Ilhas Faroe	98,5 %
3	Noruega	98,0 %
4	Bermudas	97,4 %
5	Andorra	96,5 %
6	Dinamarca	96,3 %
7	Liechtenstein	95,8 %
8	Luxemburgo	95,2 %
9	Holanda	93,7 %
10	Suécia	93,1 %
64	Brasil	66,4%

Fonte: Internet Live Stats. Disponível em <http://www.internetlivestats.com/internet-users-by-country/>. Acesso em 08 jan. 2017.

Tabela 3 – Quantidade de usuários de internet – Brasil (2006-2016)

Ano	Usuários de Internet	Penetração (% da População)
2016	139.111.185	66,4 %
2015	132.357.306	63,7 %
2014	118.700.869	57,6 %
2013	104.253.986	51,0 %
2012	98.286.209	48,6 %
2011	91.616.484	45,7 %
2010	80.736.676	40,7 %
2009	77.146.249	39,2 %
2008	65.890.588	33,8 %
2007	59.531.860	30,9 %
2006	53.735.675	28,2 %

Fonte: Internet Live Stats. Disponível em <http://www.internetlivestats.com/internet-users-by-country/>. Acesso em 08 jan. 2017.

Os dados de acesso à internet via 3G são ainda mais expressivos. Enquanto mais de dez milhões de domicílios não possuíam água encanada, apenas pouco mais de quatro milhões de domicílios não contavam com acesso a telefonia (IBGE, 2015). A cobertura da rede de internet para celulares cobre 98,1% da população brasileira (Tabela 4). O uso avança significativamente mesmo nas áreas rurais (Tabela 5). Espera-se que, em 2019, o atendimento de internet móvel 3G contemple 100% dos municípios brasileiros (CABELLO; PHILLIPS, 2012). A popularização dos smartphones também foi responsável pela queda da participação dos notebooks e computadores de mesa no quadro de equipamentos utilizados para conexão a internet, indicando tendência a se acentuar para os próximos anos (Gráfico 1).

Tabela 4 - População coberta com tecnologia 3G (WCDMA) no Brasil

Operadora	2013	2014	2015	Nov/16	Dez/16
Vivo	86,8%	87,6%	88,8%	89,7%	89,7%
Claro	72,4%	77,0%	82,5%	88,0%	88,8%
Tim	70,4%	72,3%	75,2%	79,2%	79,2%
Oi(com BrT)	68,5%	71,1%	72,2%	72,2%	72,2%
Algar	1,2%	1,3%	1,3%	1,3%	1,3%
Sercomtel	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%
Nextel	13,4%	47,2%	47,2%	47,2%	47,2%
Total	90,3%	92,5%	95,0%	98,0%	98,1%

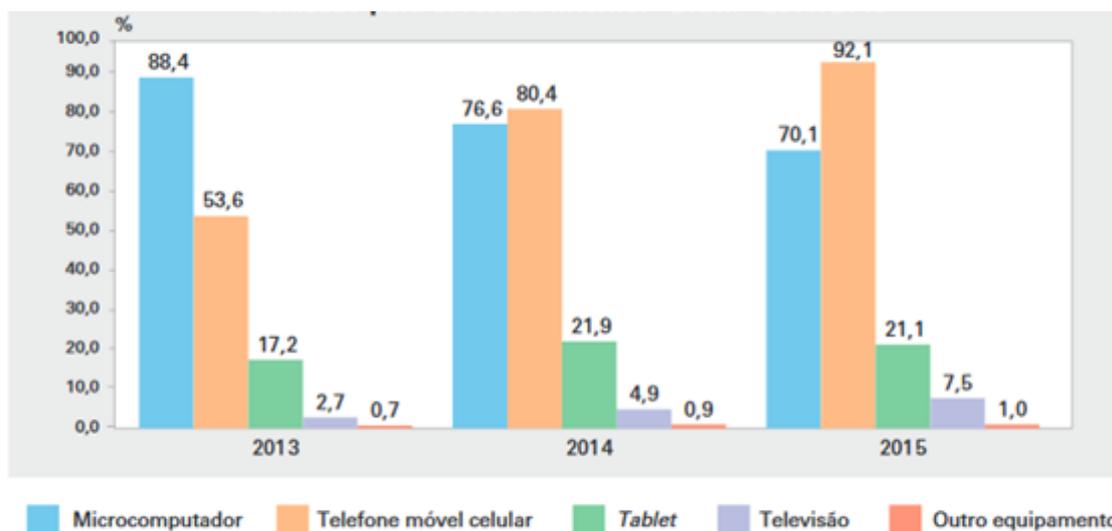
Fonte: Disponível em http://www.teleco.com.br/3g_cobertura.asp. Acesso em 10 jan. 2017.

Tabela 5 – Posse de telefone celular e acesso a internet no domicílio

Ano	Posse de telefone móvel celular para uso pessoal, segundo a situação do domicílio		Acesso à Internet no domicílio	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
2013	80,0	47,9	49,4	<i>Sem dados</i>
2014	82,3	52,5	60,8	18,5
2015	82,8	52,8	63,9	21,2

Fontes: IBGE (2013; 2014; 2015).

Gráfico 1 – Percentual de domicílios com utilização da internet segundo o tipo de equipamento – 2013 a 2015



Fonte: IBGE (2015).

Criada ainda como uma rede fechada e de uso militar nos anos 1960 nos Estados Unidos em tempos de Guerra Fria a internet, ainda conhecida pelo nome de seu projeto, ArpaNet, ampliou-se quando deixou de ser limitada a fins bélicos e pode valer-se para o uso civil. Foi no início da década de 1990, entretanto, que se popularizou em função da criação de uma interface gráfica amigável que facilitava seu uso (CASTELLS, 2003).

Primo (2007) apresenta, em sua periodização da história da internet uma importante transformação na virada do século. Antes uma mídia verticalizada baseada em sites publicados na internet, vigorando a velha comunicação Um-Muitos (Levy, 1999), novas estratégias de comunicação emergiram, representadas agora pelo par Muitos-Muitos. Sites jornalísticos permitiram interação com seus leitores em comentários, blogs assumiram protagonismo na informação e redes sociais proliferaram, pulverizando e democratizando as fontes de informação e ampliando as possibilidades de interação. A comunicação na internet tornou-se cada vez mais horizontal. Era a internet transitando da sua fase 1.0, vertical, estruturada em sites, para a 2.0, mais horizontal, estruturada em redes, valorizando ações colaborativas (CASTELLS, 2003; PRIMO, 2007). Atualmente, vivencia-se a fase 3.0, caracterizada pela agregação de sentidos semânticos à navegação e pelo aprimoramento das plataformas de redes sociais (NUNES, 2014; Quadro 6).

Quadro 6 – Correspondência entre as fases da internet e das redes sociais digitais

Fase	Internet	Redes sociais	Exemplos de Redes Sociais
1.0 (Anos 1990)	Acesso a conteúdos disponibilizados na web.	Coordenação em tempo real (chats)	ICQ, Messenger
2.0 (final do século XX, início do século XXI)	Diversos tipos de interação a partir de ferramentas como blogs e redes sociais	Compartilhamento de preferências, gostos, arquivos pessoais, fóruns de discussão.	Orkut, MySpace
3.0 (Final da primeira década do século XXI)	Organização da web de modo semântico (internet se “adequando” ao perfil do usuário)	Aplicativos, jogos, ferramentas que privilegiam mobilidade.	Facebook, Twitter

Fonte: Organizado por Gonçalves, J. R. (2017) com base em Nunes (2014).

Toda essa evolução na internet não significa, todavia, que a utopia da livre informação se efetivou. Empresas “.com” (empreendimentos comerciais criados na e para internet) tornaram-se gigantes, dominando a rede, como o caso do Facebook e Google. Tais empresas se aperfeiçoaram na coleta e processamento de dados de bilhões de pessoas, permitindo-as identificarem o comportamento dos usuários. De posse desses dados, se pode desde sugerir novos contatos para a rede pessoal do usuário a oferecer-lhe publicidade em torno de produtos que estejam ligados a interação recente registrada na plataforma. Não se trata, entretanto, apenas de interesses financeiros; a associação dessas empresas a programas estatais de vigilância e segurança americanos tornam-nas importantes atores no jogo geopolítico mundial (MACHADO; MORETTO, 2015). Não é mera coincidência que ambas gigantes, Google e Facebook, tenham refinado as técnicas de coleta de dados dos usuários e mantido especial olhar nas redes sociais.

Antes, porém, de detalhar a abordagem metodológica que essa pesquisa adotará na coleta e interpretação dos dados, é necessário apontar quatro noções fundantes do olhar desse trabalho sobre a internet. Em primeiro lugar, registra-se o reconhecimento do fenômeno dos perfis *fakes* e de várias formas de anonimato que se manifestam nas redes sociais virtuais, advogando, porém, que tal fenômeno não interfere na legitimidade dos depoimentos colhidos. Em seguida é feito o esclarecimento a respeito da preterição do vocábulo ciberespaço em favor de termos equivalentes e menos controversos, como internet, redes sociais virtuais, etc. Por fim, são apresentados os conceitos de redes sociais na internet e de comunidades virtuais.

8.1 Perfis *fakes* e o anonimato

Perfis *fakes* são identidades assumidas por internautas que não correspondem à identidade apresentada *off-line*. Nas redes sociais, há suspeição geral de que tais personagens, por não portarem identidades reais, possuem baixa credibilidade. É necessário recorrer a Goffman (2002) para problematizar esse ponto.

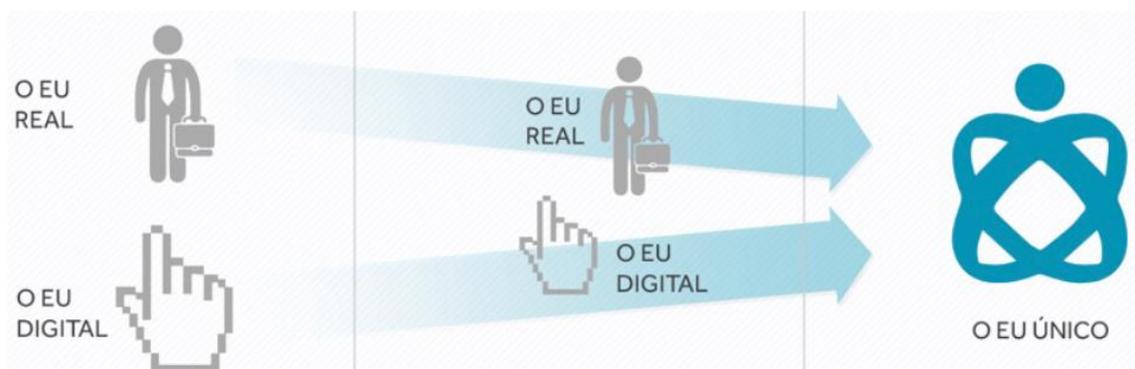
Evidentemente, Goffman não tratava do moderno sistema de pseudônimos (*nicknames*) em redes sociais; a primeira edição de seu livro foi publicada em 1959. Investigando as estratégias de polidez na conversação, Goffman esclarece que as relações sociais se dão teatralmente, variando em uma escala de cinismo à sinceridade. Esses papéis são cambiantes a depender de com qual personagem se contracenam. Em todo caso, o sujeito tem a opção de falsear sua face em função de transmitir algo que lhe pareça, no íntimo, verdadeiro. Valoriza a performance para dizer no que acredita de fato. Usa máscaras – no caso das redes sociais digitais – para dizer com liberdade o que intimamente pensa. Sendo o indivíduo um “atormentado ator fabricante de impressões” (GOFFMAN, 2002, p. 230-231), quanto menos pistas do seu “eu-ator” der, mais plausível e livre se torna sua encenação. O perfil *fake* é desprovido das características do “eu-ator”. Logo, sua performance teatral é mais livre, sem amarras e complicações à posição do sujeito que se esconde por trás da máscara do pseudo-anonimato. Em outras palavras: “os indivíduos que usam *fakes* se escondem para ter uma ação performática ou estabelecer uma performance para expor convicções que eles veem como ‘verdadeira’” (DESIDERIO, 2013, p. 201). Couto e Rocha (2010, p. 29), em consonância, afirmam que, excetuando os perfis que se escondem para praticar crimes virtuais, a maioria dos *fakes* “experimentam outras identidades para demonstrar sentimentos, percepções, desejos, gostos que poderiam ser ridicularizados e promotores de constrangimentos na vida *off-line*”.

É necessário, porém, ressaltar a importância do anonimato para a filosofia hacker. Os hackers valorizam sobremaneira a liberdade e a privacidade na internet. Para Machado (2013, p. 95), o importante, para a comunidade hacker, é que “uma ação ou uma ideia, sejam quais forem, devem ser valorizados por aquilo que são e não pelo gênero, etnia, credo, faixa etária ou posição social de quem os formulou ou realizou. Em suma: ‘vale o que você faz, não quem você é’”. A estratégia de dissimular a identidade pessoal através de *nicknames*, os pseudônimos, é bem antiga, como demonstra Silveira (2009). Se, por um lado, a opacificação do autor permite que o conteúdo da mensagem assumam

protagonismo, por outro, torna o pseudônimo, se não identificado, intangível quanto à responsabilização dos atos cometidos.

Os últimos anos, entretanto, tem evidenciado proporcionalmente uma diminuição dos *fakes* nas redes sociais, no que Keen (2012) tem chamado de “a era do grande exibicionismo”. Desconsiderando a especificidade das duas redes sociais, Orkut e Facebook, os dados coletados com diferença de menos de dois anos (2013 e 2015, respectivamente) demonstram isso. Enquanto que no Orkut a presença de *fakes* era lugar-comum, todos os perfis do Facebook que participaram do tópico selecionado possuíam evidências de não serem *fakes*: muitos amigos, contas antigas, perfis com alto e disperso grau de engajamento - isto é, compartilha, curte e comenta diferentes conteúdos - nomes sociais e predominantemente autofotografias (*selfies*), entre outras (SAKAMOTO, 2016). Gauge (2013), em consonância, vê no fenômeno de diminuição do anonimato um processo em curso. É a transição da “era multiperfil” para a “era do eu único” (Figura 12).

Figura 10 - Transição da “era dos multiperfis” (real versus fake) para a "era do eu único”



Fonte: Gauge (2013, p. 24).

8.2 Sobre o ciberespaço

A pesquisa focou-se na internet, mais especificamente nas redes sociais digitais, enquanto uma fonte de dados. Não é objetivo da tese discutir o conceito de ciberespaço, suas extensões e variações. É uma opção didática e metodológica, sobretudo, mas também teórica. Trata-se de um complexo emaranhado de noções que, na Geografia, deve ser examinada com cuidado. Felizmente, já há muitos pesquisadores envolvidos nessa empreitada.

Como discutido, a ‘realidade virtual’ não é um novo mundo que se descortina, não é uma realidade independente do mundo *off-line* e nem uma entidade fantasmagórica, ilusão criada pelo avanço tecnológico. O que se vive é o avanço sobremaneira da técnica, mas, concretamente, não se institui uma nova realidade. Não há um “novo espaço”, concorrente àquele que é conceito central para a Geografia. Lemos (1996) ainda é mais explícito: o ciberespaço “é um espaço imaginário”.

Partindo dessa premissa, o ciberespaço se torna um neologismo sem densidade de sentido para a Geografia, ou, pelo menos, não traz muita novidade dentro daquilo que é conhecido como geografia das telecomunicações; esforça-se por apresentar uma pretensa novidade que, como bem demonstra Silva (2013), remonta às primeiras inovações técnicas na comunicação – como o telégrafo, o telefone, o rádio e a televisão. Ou seja: o conteúdo veiculado no conceito ‘ciberespaço’, embora vendido como novidade na esteira da popularização da internet e nos sucessos literários e cinematográficos de ficção científica, reporta-se à revolução técnica informacional ocorrida ainda na II Revolução Industrial. Assim, torna-se possível, por exemplo, perceber que “Denise está chamando” (1995), um filme sobre redes sociais funcionando por telefone, pouco se diferencia de “A rede social” (2010), drama que caracteriza o princípio da maior rede social atualmente, o Facebook. Quinze anos separam os dois filmes, mas o tema é comum - o avanço das telecomunicações impactando as relações sociais.

Embora mais restritivo, Pires (2009, p. 11) também considera o ciberespaço mais do que simples internet: “é o fruto da combinação avançadas das redes de comunicação e de informação, as infovias”. Foca, portanto, nas novidades apresentadas pelas redes de computadores.

As variações do conceito de ciberespaço são captadas por Featherstone e Burrows (1996) e descritas em três níveis. O primeiro deles compreende a rede de computadores (Barlovian Cyberspace); o segundo delas trata-se das interações virtuais proporcionadas por softwares específicos, explorando os sentidos humanos (Virtual Reality); por fim, o terceiro, mais complexo, simula o mundo físico em ambientes virtuais, criando uma nova realidade espacial (Gibsonian Cyberspace). É, pois, o ciberespaço ainda tributário da estrutura de ficção científica na qual foi originalmente pensada pelo romancista William Gibson e consagrada no cinema em filmes como a trilogia Matrix e 13º Andar.

Assim, se tomado o conceito de ciberespaço para aquém da internet (Barlovian Cyberspace), não há novidade alguma no front. Ciberespaço constitui-se

enquanto componente do espaço comunicacional, e uma geografia das telecomunicações - ou da comunicação, mais apropriadamente, como prefere Jansson (2005) - apresenta mais vigor teórico-conceitual que uma hipotética cibergeografia que se desperta para chamar o ciberespaço de seu objeto de investigação. Em concordância, Motta (2011, p. 12) explica que mesmo os entusiastas pelo ciberespaço em sua dimensão barloviana reconhecem que o ciberespaço não apresenta novidade:

O que aqueles autores chamam de “ciberespaço” não nos parece fundamentalmente diferente do velho conceito de topologia, ou mesmo de rede, apenas aplicado a um tipo recente e inovador. Dessa forma, seguindo esse raciocínio, teríamos que considerar também, no estudo da rede telégrafos no século XIX ou do correio francês do século XVIII, como redes criadoras de “ciberespaços”, já que, afinal, tratavam-se de NTICs de seus tempos, formando redes técnicas próprias, com suas topologias particulares.

Quando confrontado o ciberespaço com o espaço, o conceito perde força na Geografia. O espaço geográfico, embora revolucionado pelo meio técnico-científico-informacional, possui densidade material que escapa ao seu homólogo eletrônico, especialmente se entendido como uma entidade autônoma à realidade concreta. Não se trata de conjecturar sobre a condição etérea do ciberespaço. O ciberespaço é concreto, mas percebido “em escala microscópica, atômica, quiçá mesmo subatômica, [em] lugares específicos no mundo – mesmo que a física em sua vertente de incerteza apresente os elétrons como probabilidade de existência em algum lugar e em algum momento” (SILVA, 2013, p. 57). Dessa maneira, “a palavra espaço que compõe o termo ciberespaço tem um sentido mais abstrato do que quando referido aos espaços físicos” (NUNES, 2014, p. 93).

Assim, e mesmo se inscrevendo na esfera das obviedades, o termo espaço, da composição “ciberespaço”, se aproxima muito mais do conceito de “espaço comunicacional”, no sentido atribuído por Levy (1999, p. 92), “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores”, ou Rüdiger (2016, p. 19), “novo campo de comunicação da sociedade”, do que, de fato, de um “espaço geográfico”, compreendido no sentido de Santos (2004, p. 21) “como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”, ou Gomes (2012, p. 171), ao arrazoar que “em primeiro lugar, o espaço geográfico é sempre uma extensão fisicamente constituída [...] É composto do dialético mantido entre a disposição física das coisas e as ações ou práticas sociais que aí tem lugar”. Esclarece Silva (2013, p. 66):

Fora do ciberespaço, as coisas, assim como a disposição das mesmas, podem ser lidas tanto por sua função utilitária, quanto por sua função simbólica, sendo

que, em ambos os casos, a coisa em si é preenchida por outros signos que não ela mesma, para, assim, ser carregada de diversos matizes: ideológicos, estéticos, religiosos, mágicos, etc. Dentro do ciberespaço, as coisas são propriamente signos, quando não, são simulacros das coisas de fora do ciberespaço, mas ainda assim representados simbolicamente.

O fascínio da ciência da informação, da antropologia, da sociologia, da crítica literária, da comunicação social, pelo conceito de ciberespaço tem muito mais razão de ser do que, apropriadamente, da Geografia. Para a Geografia, o conceito de ciberespaço não passa de uma metáfora, e mesmo que seu uso tenha decrescido na última década, o termo ainda tem sido utilizado frequentemente como sinônimo de internet (GRAHAM, 2013). Motta (2011, p. 16) converge também a esta posição, uma vez que o ciberespaço, especialmente quando tomado em sua dimensão de Virtual Reality ou do Gibsonian Cyberspace, “parece ser mais uma metáfora do espaço realmente existente, um simulacro, do que um conceito realmente operacionalizável”. Santos (2000, p. 1), a esse respeito, já alertara sobre o uso do conceito de ciberespaço na Geografia: “não sendo um conceito, a metáfora, tomada isoladamente, está longe de fornecer um guia de entendimento e, por não permitir um verdadeiro esforço analítico, sua aplicação também não faz sistema”. Ainda mais incisivo, aponta: “sem dúvida, ele [o ciberespaço] se apóia no espaço real, genuíno, de nossa definição como geógrafo, mas ele próprio não é espaço” (SANTOS, 2001, p. 1). É, em parte, baseado nisso a crítica de Cruz (2007), que vê no termo uma poderosa metáfora e apropriada para o que se convencionou a chamar de “alucinação consensual” a criar “mundos alternativos”, muito mais próximos, portanto, da ficção científica do que, apropriadamente, da ontologia e epistemologia geográficas.

A dificuldade para se operacionalizar o conceito de ciberespaço se agudiza porque, como se viu, esse trabalho se inscreve entre aqueles que consideram a virtualidade como uma dimensão da realidade. Não há uma realidade virtual concorrendo com a realidade concreta. Não existem duas realidades. Há uma só. Discorda-se, portanto, do conceito de Capel (2001, p. 83), em que pontifica que “esse espaço virtual é um espaço totalmente novo, que não existia antes. Uma realidade paralela a real”⁶⁹, e de Pires (2009, p. 8), de que o ciberespaço é um “território articulado e estruturado pela primazia de sua estrutura social de acumulação”, definição que, ao olhar à primeira vista, desloca o *espaço do ciberespaço* para o que seria um território.

⁶⁹ “esse espacio virtual es un espacio totalmente nuevo, que no existía antes. Una realidad paralela a la real”.

Em razão disso, preferiu-se, nessa tese, mencionar “internet” e “redes sociais” para, mais precisamente, apontar ao universo empírico da pesquisa.

8.3 Redes sociais na internet

Utilizar as redes sociais como um recorte para análise de narrativas na internet não é fortuita, uma escolha feita ao acaso. É nas redes sociais que a interação virtual acontece com mais intensidade e maior fluidez. Embora bastante popular na linguagem cotidiana, em função do sucesso das redes virtuais, a atenção das ciências sociais sobre as redes sociais não é recente. Enne (2004) e Brumes (2010) apresentam importantes mapeamentos dos estudos já produzidos sobre rede social; ambas autoras identificam em Barnes (1954) um marco no que tange à rede como um instrumento de análise das interações sociais. Para Barnes (1954, p. 43),

cada pessoa tem um número de amigos, e esses amigos têm seus próprios amigos; alguns dos amigos de uma pessoa se conhecem, outros não. Acho conveniente falar de um campo social deste tipo como uma rede. A imagem que tenho é de um conjunto de pontos que são unidos por linhas. Os pontos são pessoas, ou às vezes são grupos, e as linhas indicam quais pessoas interagem entre si. Podemos pensar, naturalmente, que toda a vida social é geradora de uma rede desse tipo⁷⁰.

É dessa definição que esse trabalho se apropria. Portanto, uma rede social é constituída pela relação entre nós (vértices, pontos, atores) e pontes (linhas, arestas, ligações). As pontes se formam na relação entre os participantes, conectados aos seu *clusters* ou a outros da rede por meio da interação, permitindo, dessa forma, trocas culturais e simbólicas entre núcleos diferentes. As pontes, entendidas por Granovetter (1983) como laços, podem ser fortes ou fracas. Laços fortes são representativos de maior proximidade, de mais afetividade; as informações transitam em maior velocidade. É o papel desempenhado pela consanguinidade, por exemplo. Laços fracos são representativos de menos afetividade, mais distanciamento e representa maior possibilidade de trazer novidades. Os colegas de trabalho ou contatos profissionais corresponde a esse tipo. Se, por um lado, os laços fortes constituem os nós da rede, a segurança, a mesmidade, são os laços fracos que permitem maior troca cultural. Isso

⁷⁰ “each person has a number of friends, and these friends have their own friends; some of any one person’s friends know each other, others do not. I find it convenient to talk of a social field of this kind as a network. The image I have is of a set of points some of which are joined by lines. The points of the image are people, or sometimes groups, and the lines indicate which people interact with each other. We can of course think of the whole of social life as generating a network of this kind”.

acontece em virtude de os laços fracos funcionarem como elos entre diferentes grupos de nós. Granovetter (1983 , p. 211), ao estudar o impacto desses laços na empregabilidade, percebeu que pessoas que conseguiam emprego por intermédio de laços fortes “eram muito mais propensas a ter um período de desemprego do que entre aqueles que conseguiram empregos utilizando laços fracos”⁷¹; a estabilidade na vida social moderna, depende, portanto, muito mais dos laços fracos do que dos laços fortes. E as trocas entre os laços fracos são uma importante característica das comunidades virtuais. Daí reside a riqueza da conversação na internet, ao intensificar as trocas entre os laços fracos. Como ressalta Kaufman (2012, p. 208), “os laços fracos são vitais para a integração dos indivíduos à sociedade”, porque, afinal, são eles que conectam os nodos clusterizados a outras posições na rede.

Redes sociais organizadas em torno de processos comunicativos não são recentes. O pen pal, antiga prática de troca de cartas, foi, em tempos pré-internet, uma importante metodologia de ampliação das redes sociais, valorizando especialmente a criação de novos laços fracos. Muito utilizadas na aprendizagem de línguas, as trocas de cartas atuavam também como um importante instrumento na formação cultural do estudante, ao permitir contato com outras culturas, às vezes bastante diferentes da sua. The International Pen Friends Program, fundada na Suécia em 1920, é dada como a primeira organização a promover e estimular essas redes de troca de cartas entre pessoas localizadas em diferentes países e regiões do mundo (HILL, 2012). As cartas nada mais são que a forma mais elementar da atual comunicação moderna, baseada em mensagens trocadas em meio eletrônico. O fundamento e o efeito são o mesmo; entretanto, as distâncias são virtualmente diminuídas e a assincronicidade reduzida em seu nível máximo, para tempos praticamente simultâneos. Além disso, permite um sem-número de participantes de modo que, a um só tempo, distâncias sejam superadas, mais pessoas sejam incluídas na conversação e a assincronicidade das intervenções não se torna obstáculo à comunicação (RECUERO, 2012).

Tendo antes sua intensidade influenciada pela distância, as redes sociais – agora fortalecidas pela informática - passam a tê-la em menor importância. São as assim denominadas redes sociais na internet – popularmente conhecidas como virtuais, também reconhecidas como digitais (CASTELLS, 2013) ou, ainda, eletrônicas (ANTOUM, 2014) – definidas, tais quais suas congêneres *off-line*, como “um conjunto de dois elementos:

⁷¹ “were far more likely to have had a period of unemployment between jobs than those using weak ties”.

atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais)” (RECUERO, 2009).

As redes sociais virtuais se beneficiam do favorecimento de interconexões de usuários de diferentes lugares. Os debates acontecem em ágoras virtuais de amplo alcance de público, nas quais os participantes têm voz, exibindo, porém, graus diferentes de publicidade de sua identidade – do *fake* (assunção de uma falsa identidade nas redes sociais, garantindo-lhe o anonimato), ao, mais comum, semianonimato, em que o usuário seleciona as características de sua face a ser exibida para desconhecidos. A propósito, a sensação de anonímia favorece especialmente discursos mais contundentes, em que seus proferidores sentem-se livres para expressarem o que pensam sem nenhum constrangimento, legal ou moral (SILVA, BRAGAGLIA, 2016).

Falta de polidez, aliás, acontece no meio virtual em quantidade e intensidade maiores do que na conversação presencial. A polidez é entendida aqui como “um conjunto de estratégias utilizado no contexto da conversação como forma de cooperação, de modo a permitir que a conversação atinja os objetivos dos atores envolvidos” (RECUERO, 2012, p. 90). Usuários da internet tendem a aplicar com menos rigor regras consensuais no convívio *off-line*, como o não uso de palavrões e a parcimônia no sarcasmo, na ironia, no cinismo. Diferentemente das intuitivas hierarquias sociais que afloram na conversação *off-line*, na internet os debates tendem a colocar todos na horizontalidade. As referências de atuação são ainda mais cambiantes, uma vez que, nas conversações eletrônicas, o Outro é uma incógnita: dele nada sei e do que me apresenta desconfio não ser verdade. As interações, mesmo sendo mais dinâmicas, possuem durações menores. São mais rápidas e fluidas. Não há tempo de se negociar a polidez (RECUERO, 2012). Polidez que, para ser construída, carece de referências, um contexto claro, uma especificação da “situação comunicativa na qual os interagentes tomam parte” (RECUERO, 2012, p. 96). Em ambientes *on-line*, a assincronicidade da conversa é um obstáculo a essas referências, uma vez que os papéis ocupados pelos sujeitos são vagos, pouco definidos. Para um contexto ser bem definido, duas dimensões precisam ser desenvolvidas e articuladas. Uma microcontextual, primeiramente, em que se considera a particular interação ocorrida, o ambiente em que a conversação se deu, como a interação foi negociada, etc. A outra, macrocontextual, se organiza em torno de experiências coletivas históricas, geográficas e sociais que se impõem, de um lado, mas não somente; o histórico de engajamento dos personagens em conversações anteriores e o procedimento do grupo em

relação a determinados comportamentos e discussões não podem ser ignorados na constituição do macrocontexto.

Enfim: a conversação vulgarmente incluída na condição de “realidade virtual” não se mostra menos real do que uma conversa presencial, embora, evidentemente, não possa ser desconsiderada a polidez (seu enfraquecimento, na verdade) e sua dificultada negociação em uma conversação *on-line*. A lembrar da metáfora da teatralização das relações sociais em Goffman (2002), e forçando comparações, o que há agora, na conversação digital, é um elevado grau de complexidade na constituição do cenário, dos atores e da construção negociada de suas falas quanto à forma e conteúdo. Mas não torna a conversação *on-line* mais superficial ou ilusória do que sua congênera *off-line*. Levy (1999, p. 72) expressa bem essa condição, e usa uma metáfora próxima da Geografia, ao se referir às possibilidades abertas pelas inovações na telemática como “da família dos mapas e não da família das cópias ou das ilusões”.

Talvez as *comunidades virtuais* sejam os melhores exemplos do novo padrão moderno de comunicação. A internet surge como um novo espaço de fala em que, diferente de todos os outros meios de comunicação, se percebe maior possibilidade do ato comunicacional se constituir de forma simétrica. Há uma horizontalidade contrastante com o que ocorre na mídia tradicional (TVs, rádios e jornais). Organizadas em torno de afinidades e interesses comuns, as comunidades permitem trocas de ideias e conversações sobre temas dos mais variados. Não é uma conversação “fria”, em oposição aos diálogos travados na forma convencional, pessoalmente, tête-à-tête. As conversações em comunidades virtuais são mais complementos do que tentativas de substituição do contato físico. Portanto, expandem-se as possibilidades de interação.

8.4 Comunidades virtuais

O conceito de comunidade, embora possa se digredir a Aristóteles e Platão, ainda na filosofia clássica, é recorrido mais comumente à proposta de Ferdinand Tönnies, importante sociólogo alemão do final do século XIX. Não obstante sua pouca divulgação no Brasil, o conceito de comunidade, por aqui, é dele tributário. É de Tönnies a defesa de que a vontade humana poderia resultar em dois tipos de associação: a comunitária (*gemeinschaft*) e a societária (*gesellschaft*). De modo geral, a comunidade resulta de laços próximos, seja sanguíneos, seja de vizinhança. A afetividade é uma característica fundamental. Comunidade pressupõe um grupo de pessoas compartilhando valores e

tradições. A sociedade, por sua vez, é mais etérea. É uma associação artificial (Quadro 7).

Quadro 7 – Comparação entre comunidade e sociedade, segundo Tönnies (1995)

Comunidade	Sociedade
Tradição	Modernidade
Vida real e orgânica	Representação virtual e mecânica
Família/Aldeia	Nação
Privado, íntimo	Público, mundo
Interação	Justaposição
Relações pessoais	Relações impessoais
Velho	Novo
Durável	Aparente
Estabilização de conflitos	Deflagração de conflitos
Rural	Urbano
Acordo	Convenção
Organicamente unidos	Organicamente separados
Solidariedade	Reciprocidade
Unidos, APESAR de toda separação	Separados, APESAR de toda ligação

Fonte: Organizado por Gonçalves, J. R. (2017) com base em Tönnies (1995).

As ideias de Tönnies estão ancoradas em seu contexto. No final do século XIX, as principais cidades europeias cresciam intensa e desordenadamente, contrastando espacialmente com o campo. Os limites da comunidade não se afastariam muito da dimensão de uma aldeia. O trabalho fabril e a instauração do capitalismo, na métrica do “*time is money*”, permitiu também uma outra percepção sobre o tempo. A análise de Tönnies está, contudo, presa a seu conservadorismo romântico. Vê no crescimento das cidades prejuízo a sociabilidade, em função da supressão progressiva da comunidade em favor da sociedade. Compreensão que será, pouco mais de uma década depois, analisada com mais profundidade por Georg Simmel (1973)⁷², também sob a lente do pessimismo em relação a urbanização e ao avanço da técnica.

No conceito de comunidade tönniesiano se articulam consanguinidade, geografia e religião. Ou, dito de outra maneira, a comunidade somente se torna possível

⁷² Ambos foram fundadores da Sociedade Alemã de Sociologia, ao lado de Max Weber e Werner Sombart.

a partir do preenchimento de determinados requisitos: “é somente nos laços de sangue que se apresenta de maneira mais imediata a unidade, e, em decorrência, a possibilidade de uma comunidade de vontades humanas. Segue-se a aproximação espacial, e, enfim, a aproximação espiritual” (TÖNNIES, 1995, p. 244). São estruturas dadas, condições de tácita aceitação. Família, aldeia, religião. Como correspondência, nas comunidades virtuais a família, a aldeia e a religião também estão presentes, mas reconfiguradas. As redes sociais servem para manter contato entre parentes geograficamente distantes. Organizam-se fóruns para debater o bairro, a cidade, o país. Os vínculos comunitários se pulverizam, se complexificam, tornando-se um mosaico de fragmentos do “eu”, manifestados em diferentes comunidades em que ingressa.

O conceito de comunidade saiu da esfera do familiar, do íntimo, da vida em aldeia, a partir do momento em que a sociedade urbano-industrial capitalista tornou-se hegemônica. O senso de pertencimento se reconfigurou, agora com tendência à uma outra escala. O fortalecimento dos estados-nação, no final do século XX, trouxe consigo o emergir do conceito de comunidade nacional. Para muito além dos limites da aldeia, a comunidade passa a existir enquanto “imaginada” (ANDERSON, 2005). Tradições comuns, genealogias étnicas, passado mítico, tudo isso compõe os mitos fundadores da nação enquanto uma unidade, dando sentido às narrativas. A comunidade se virtualizou, uma vez que “se constrói não apenas a partir dos contatos imediatamente concretos, presentes, mas abre-se potencialmente a todo um conjunto de outros indivíduos que, imagina-se, compartilhem um repertório de valores e representações do mundo” (CAZELOTO, 2009, p. 5).

A sociologia contemporânea tem relido os clássicos e proposto novos rumos. No entanto, tal qual a sociologia clássica, enxerga a comunidade como uma herdade em franca deterioração. Bauman (2003), por exemplo, sugere que a comunidade pode ser vislumbrada em dois horizontes: em um passado, mesmo que mítico, ou em um futuro, certamente utópico. Mocellim (2011, p. 127), ao cotejar dois sociólogos clássicos (Tönnies e Durkheim) e dois contemporâneos (Bauman e Maffesoli), reconhece que os primeiros

estavam muito preocupados em compreender as mudanças pelas quais passavam as sociedades em um período em que as consequências da modernidade começavam a deixar suas marcas de modo mais evidente. Sua preocupação era o modo de vida instaurado pelas sociedades industriais e a ruptura com uma sociedade orientada pelas tradições. Na Sociologia contemporânea, com maior distanciamento cronológico dessas questões, o problema passa a ser encontrar onde estariam as comunidades e se, após tantas

mudanças radicais e incessantes, não pudessem ser encontradas, o que haveria em seu lugar.

Bauman (1999), nesse sentido, reconhece que a comunidade de antanho se constituía especialmente pela discrepância existente entre a comunicação interna e externa, isto é, enquanto a informação transitava em alta densidade e velocidade no interior da aldeia, o mesmo não acontecia entre essa comunidade e os arredores. As antigas comunidades se tornaram fantasmagóricas porque a relação entre o local e o global, entre o “dentro” e o “fora”, diluiu as relações de pertencimentos que eram mantidas isoladas do contato externo. Na modernidade, conforme atesta Giddens (1991), prevaleceu, em decorrência desse processo, o desencaixe. Mesmo as relações de pertencimento que existem na modernidade são “salpicadas de influências muito distantes” (GIDDENS, 1991, p. 131). É por essa razão que, em função do enfraquecimento da comunidade, o foco se desloca dessa para a identidade.

Não significa, entretanto, a destruição da comunidade; o que ocorre é que, ao contrário da aniquilação, se tem agora uma reconfiguração das relações comunitárias. Na complexa cartografia de relações humanas possíveis na cidade, nós se articulam em rede indiferente ao distanciamento físico. O sentido do familiar, antes tendo a proximidade geográfica como importante fator, é agora percebido em “um sentido freqüentemente mediado pelo distanciamento tempo-espço” (GIDDENS, 1991, p. 141). Na sociabilidade urbana contemporânea, essa rede é favorecida pela telemática. Basta, como nos diz Bauman (2011, p. 46), compartilhar os números privados dos aparelhos telefônicos celulares (que não estão disponíveis à consulta pública) para que o sentimento de pertença aflore. As pessoas estão distantes, mas, ao mesmo tempo, próximas.

O desaparecimento das comunidades em seu sentido clássico não tem relação direta com a emergência dos novos padrões de sociabilidade instituídos a partir das inovações nas telecomunicações. A individualização da sociedade é um processo antigo. Como assevera Castells (2003, p. 109), “não é a internet que cria um padrão de individualismo em rede, mas seu desenvolvimento que fornece um suporte material apropriado para a difusão do individualismo em rede como forma dominante de sociabilidade”.

Não é que o conceito de comunidade de Tönnies não se aplica a comunidade virtual; antes disso, há de se reconhecer a dificuldade em aplica-la em qualquer ambiente,

atualmente⁷³, uma vez que a sociedade mundial presenciou – e ainda presencia, especialmente nos países mais pobres - um processo de urbanização intenso. A propósito, não deixa de ser irônico o fato de que, em tempos pós-industriais, emerge no cotidiano de milhões de pessoas uma nova sociabilidade, na forma da agora denominada de “comunidade virtual”, que anseiam por mais interação do que já apresentada em suas redes sociais *off-line*.

Hoje, com o avanço da telemática, a dimensão espacial, um dos fundamentos do conceito de comunidade, perdeu em relevância enquanto fator definidor das relações humanas; hoje, “as pessoas não formam seus laços significativos em sociedades locais, não por não terem raízes espaciais, mas por selecionarem suas relações com base em afinidades” (CASTELLS, 2003, p. 106). A nova sociabilidade, firmada na individualização, emerge a partir “do início do século XX, com as formas de presença transferida. As pessoas começam a ver o social à distância” (MARCONDES FILHO, 2012, p. 148). Se esse pessimismo pode ser confirmado quando no centro da análise estão as velhas mídias (rádio, jornal, tv), verticais, centralizadas, não se pode, por outro lado, imaginar ingenuamente que são as tecnologias de comunicação clássicas o vetor da imobilidade. As mídias são apenas parte do processo.

Um espaço de trocas materiais e simbólicas é o que caracterizou a cidade desde o seu princípio. O acúmulo de pessoas e de atividades sociais deveria ser traduzida em maior sociabilidade. Entretanto, Sennett (1988), Oldenburg (1997) e Bauman (1999), por exemplo, são concordantes quanto a retração da sociabilidade urbana na cidade pós-industrial. Para Sennett (1988), o espaço público na cidade contemporânea degenera em decorrência do privilégio do movimento (as vias urbanas são para passagem, não para encontros) e, principalmente, pela exposição exagerada das pessoas visando, paradoxalmente, a impessoalidade do espaço. “Aumentem o contato íntimo e diminuirão a sociabilidade”, alerta Sennett (1988, p. 29). Analisando especialmente o subúrbio das cidades americanas após a II Grande Guerra, Oldenburg (1995, p. 6) também identificou a diminuição da sociabilidade urbana, quando muitas áreas residenciais foram construídas tendo como princípio a proteção, e não a conexão, dos moradores com a comunidade.

⁷³ Embora Töennis (1995) tenha construído um modelo teórico que inspirou toda uma geração de cientistas sociais, a procura por tal comunidade tradicional se mostrou vã. Robert Redfield, renomado antropólogo americano, atuante na primeira metade do século XX, até propôs um modelo teórico (folk society). A descrição de uma dessas comunidades (Tepoztlan), entretanto, contrastou com os resultados da pesquisa de um outro antropólogo, também americano, Oscar Lewis. Para Redfield, uma comunidade (*gemeinschaft*); para Lewis, uma sociedade (*gesellschaft*). A polêmica instaurada enfraqueceu o conceito de comunidade, tal qual propunha Töennis e Redfield.

Retraiu-se, a partir daí, o que ele denomina de “terceiros lugares”, que nada mais são do que locais públicos de encontro informal - a expressão “terceiros lugares” “deriva da consideração da casa como primeiro lugar de nossas vidas e os locais de trabalho como o segundo”⁷⁴. Oldenburg (1995) insiste na importância dos terceiros lugares para a constituição das comunidades: afinal, são eles que aproximam a vizinhança, servem como referência aos neófitos na comunidade, promovem debates políticos informais, são ponto de encontro de pessoas de diferentes idades e servem de base para a solidariedade na comunidade. O papel do planejamento urbano, na sociedade contemporânea, concorreu também para a diminuição da sociabilidade, mesmo quando, contraditoriamente, a intervenção era voltada para aumentar a interação (no que, talvez, o caso Pruitt-Igoe⁷⁵, em sua curta vida, seja o exemplo mais contundente). Dar ao espaço um caráter mais homogêneo para “torná-lo ‘lógico’, ‘funcional’ ou ‘legível’ redundaram na desintegração das redes protetoras tecidas pelos laços humanos, na experiência fisicamente devastadora do abandono e da solidão” (BAUMAN, 1999, p. 52). Confirmando a defesa de Simmel a respeito da vida na metrópole, Bauman (1999) aponta para a contradição da cidade que, ao agrupar pessoas, não une, mas celebra a fuga e promove o distanciamento, o medo do contato com o outro.

Sennett (1988) indica que a diminuição da frequência e disposição de espaços públicos na cidade moderna é um processo principiado a partir do domínio político da burguesia, na Europa do século XVIII, no qual a sociedade capitalista caminhou para

⁷⁴ “derives from considering our homes to be the ‘first’ places in our lives, and our work places the ‘second.’”

⁷⁵ O condomínio de Pruitt-Igoe, em Saint Louis, Missouri, foi resultante da concretização de um projeto influenciado pela mesma fonte teórica que culminou na construção de Brasília: o urbanismo modernista. Os primeiros edifícios do Pruitt-Igoe foram concluídos em 1955. Ao todo, foram 33 prédios, cada um com onze andares. O aspecto funcional e racional da organização do espaço sugeria que aquele projeto seria duradouro. Os espaços livres entre os edifícios eram destinados a lazer e espaço de convivência entre os moradores. Projetado por Minoru Yamasaki, arquiteto que tem em seu currículo as torres do World Trade Center, Pruitt-Igoe tinha a ousada intenção de reproduzir Manhattan na maior cidade do estado do Missouri. No entanto, Pruitt-Igoe sequer chegou a “vida adulta”. Depois de dezessete anos, em 1972, o imenso complexo habitacional foi dinamitado. Os motivos do fracasso não são consensuais; as explicações mais recorrentes envolvem a política de segregação racial da época (uma espécie de confinamento dos negros; Pruitt recebia apenas negros, enquanto Igoe era um conjunto misto. No entanto, em poucos anos as famílias brancas começaram a mudar, reflexo e reforço da estigmatização do conjunto habitacional) e o encolhimento populacional da cidade no período de 1950/1970 (a cidade perdeu mais de duzentos mil habitantes). O fato é que o condomínio nunca alcançou lotação completa. “Qualidades modernistas” foram questionadas e alçadas a problema, como, por exemplo, o fato de nem todos os andares serem servidos pelo elevador (uma medida destinada a aumentar o nível de sociabilidade dos moradores, obrigados a trafegarem pelas escadas). Apartamentos abandonados se transformaram em pontos de tráfico de drogas. Em 1971, apenas 600 pessoas ainda moravam no conjunto. Dezessete edifícios estavam abandonados e devidamente lacrados. A falência desse projeto habitacional abriu um debate – que ainda se mantém atual – sobre os cuidados que o Estado deve ter em suas políticas públicas urbanas, especialmente aquelas que tratam de equacionar o problema da moradia (LAWSON, 2007).

progressiva valorização da privacidade e da intimidade em ambientes urbanos. Paralelamente a essa perda de sociabilidade, Hobsbawm (2003, p. 416) anota que “jamais a palavra ‘comunidade’ foi usada mais indiscriminada e vaziamente do que nas décadas em que as comunidades no sentido sociológico se tomaram difíceis de encontrar na vida real”. O sentido de comunidade é resgatado em outras bases, ressignificando o conceito. Abandona-se a perspectiva tonniesiana a favor de uma outra, gerada a partir de “um crescente sentimento de falta de coesão e uma percepção mais nítida do caráter fragmentário da identidade os sujeitos. [Em função disso] passaram a formar novas e conscientemente, como projeto político, econômico e social, ‘comunidades’” (POLIVANOV, 2015, p. 116-117). Comunidade, agora, se aproxima da identidade: ou quando se configura como uma estratégia de resistência coletiva (CASTELLS, 1999), ou à emergência dos “grupos de identidade”, agrupamento associado a pertencimentos por vínculos – culturais, de gênero, etc. (HOBSBAWM, 2003), ou, simplesmente, porque agora a identidade se apresenta, em tempos fluidos, como substituta da segura e estável comunidade supostamente oferecendo os mesmos benefícios - coesão, proteção, aconchego, segurança (BAUMAN, 1999).

As “novas comunidades” são constituídas não tendo mais, necessariamente, o vínculo espacial enquanto um de seus pilares. Diversificam-se, fragmentam-se espacialmente. Frequentemente expressam uma unidade, espontânea e cambiante, em torno de um vínculo comum: comunidade de gênero, comunidade religiosa, etc, de modo que o indivíduo possa participar de tantas quantas lhe interessar, evidenciando as diferentes dimensões da sua identidade. Ou seja, “tudo serve para celebrar um estar junto cujo fundamento é menos a razão universal do que a emoção compartilhada, o sentimento de fazer parte. É assim que o corpo social se fragmenta em pequenos corpos tribais” (MAFFESOLI, 2010, p. 38). Sociólogos perceberam, conforme Wellman e Gulia (1999, p. 169), que as comunidades não precisavam se constituir em torno de “grupos solidários de vizinhança densamente unida, mas que também podem existir como redes sociais de parentes, amigos e colegas de trabalho que não moram nos mesmos bairros”⁷⁶. As comunidades, portanto, entrelaçam pessoas pela lógica da rede, sublimando (mas sem desconsiderar ou rejeitar) a base territorial (material) contígua.

É nesse sentido também que foi elaborada uma das primeiras definições de comunidade virtual. Para Rheingold (1994, p. 5), as comunidades virtuais são

⁷⁶ “solidary groups of densely-knit neighbors but could also exist as social networks of kin, friends, and workmates who do not necessarily live in the same neighborhoods”.

“agrupamentos sociais que emergem na internet quando as pessoas desenvolvem discussões públicas por tempo suficiente, com sentimento humano suficiente, para formar redes de relações pessoais no ciberespaço”⁷⁷, um arranjo conceitual muito próximo daquele construído por um dos primeiros teóricos, no Brasil, a estudar as comunidades virtuais (Primo, 1997, p. 4): “as comunidades virtuais seriam baseadas em proximidade intelectual e emocional em vez de mera proximidade física”, isto é, quando comparadas às comunidades clássicas, apenas a dimensão espacial se esmaeceria. Rheingold (1994), retornando às três dimensões do lugar identificadas por Oldenburg (1995), considera que a emergência das comunidades virtuais foi favorecida pelo enfraquecimento da sociabilidade, entendida aqui como enfraquecimento dos terceiros lugares ou, ainda mais radicalmente, na deterioração progressiva do espaço público na contemporaneidade⁷⁸.

As primeiras comunidades virtuais foram criadas ainda nos anos 1990. Foi no cenário de popularização da internet que as redes sociais encontraram terreno fértil para seu desenvolvimento e, com elas, o fortalecimento das comunidades virtuais. Usuários, muitos deles herdeiros da contracultura dos anos 1960 e 1970, se reuniam em torno de listas de discussões por e-mail, da criação dos primeiros fóruns de debate *on-line*, do desenvolvimento e participação em plataformas para chats, no desenvolvimento de jogos multiusuário, exercitando o espírito comunitário emanado das décadas anteriores. Daí que se extrai, segundo Castells (2003, p. 48-49), os dois princípios básicos das comunidades virtuais: a comunicação horizontal (Todos-Todos, na perspectiva de LEVY, 1999) e a “formação autônoma das redes”, isto é, caso o usuário não se conecte às redes existentes, ele mesmo poderá criar a sua própria à espera de conexão dos demais usuários. Levy (1999) descreve a cibercultura assentada também em dois princípios que se aproximam bastante da concepção de Castells: interconexão como valor absoluto e agrupamento de pessoas por afinidade de interesses. Por mais que essa interconexão e esse agrupamento

⁷⁷ “social aggregations that emerge from the Net when enough people carry on those public discussions long enough, with sufficient human feeling, to form webs of personal relationships in cyberspace”.

⁷⁸ Gomes (2012, p. 183) polemiza, sugerindo o contrário: a cada vez menor vivência dos espaços públicos, hoje, é em decorrência do ‘confinamento social’ imposto pelas novas tecnologias: “o lazer, as necessidades de abastecimento e a comunicação social são assim cada vez mais intermediados por máquinas que permitem um deslocamento solitário e virtual”. Dada a dinâmica do urbano e da confluência da tecnologia na sociedade humana, os dois argumentos parecem alimentar uma explicação tautológica; mas são dois processos que interagem dialeticamente na produção do espaço contemporâneo. Ademais, como demonstram Jayme e Neves (2010, p. 610), a morte do espaço público é um debate interessante, “já que, se, por um lado, é possível relativizar a ideia de morte do espaço público, percebendo que existem diversos lugares que realmente têm usos os mais variados - embora, muitas vezes, se note, nesses locais, a busca por uma sociabilidade entre iguais -, por outro lado, não se pode negar o fato de que há espaços aos quais certas camadas da sociedade definitivamente não têm acesso”.

se adense nas redes sociais, é “raro que a comunicação por rede de computadores substitua pura e simplesmente os encontros físicos: na maior parte do tempo, é um complemento ou adicional” (LEVY, 1999, p. 128).

A contradição apresentada pelo sujeito pós-internet, baseada em alto grau de interação em redes sociais digitais e pouca interação social *off-line*, não passa de um mito, adverte-nos Levy (1999). É assim que Castells (2003), valendo-se de descobertas de várias pesquisas realizadas, reafirma o intenso entranhamento que a vida social *on-line* provoca na vida *off-line* (sendo a recíproca também verdadeira): o uso de e-mail provoca fortalecimento das relações sociais *off-line*, internautas tendem a possuir maiores redes sociais (*off-line*) que pessoas que pouco – ou nada – utilizam internet, assim como o engajamento político entre usuários de internet é maior. Em síntese, se alguma coisa pode ser dita, é que “a internet parece ter um efeito positivo sobre a interação social, e tende a aumentar a exposição a outras fontes de informação” (CASTELLS, 2003, p. 102). Mais de uma década depois, Castells (2013, p. 129-130) comprovou empiricamente, e também como ativista, a dimensão política dessa interação *on-line/off-line*, ao mapear as diversas manifestações públicas no mundo organizadas e pensadas nas redes sociais sobre problemas concretos de seus usuários, ao reconhecer que “o espaço do movimento é sempre feito de uma interação dos fluxos na internet e nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos visados em seus atos de protesto”.

Massey (2012) identifica, por trás da notoriedade dessas comunidades virtuais, o despertar de uma espécie de “purificação do espaço”. É uma forma de expurgar o diferente, o indesejável. Nesse sentido, os nós da comunidade se tornam aparentemente mais homogêneos. A mixofobia, o horror a se misturar, é uma tendência crescente na contemporaneidade, manifestada na “difusa e muito previsível reação à impressionante e exasperadora variedade de tipos humanos e de estilos de vida que se podem encontrar nas ruas das cidades contemporâneas” (BAUMAN, 2009, p. 43). Se se observava, no medievo, a construção de muralhas para defender a cidade e os cidadãos de ameaças externas, presencia-se, agora, a transformação dos concidadãos em o Outro a se evitar. Proliferam-se os condomínios fechados, um espaço que emula a cidade, mas evita o inesperado, o inusitado, o contato com o diferente. Em todo caso, não se trata, como quer Marcondes Filho (2012), de entender as comunidades virtuais como um fenômeno de busca da exclusão do conflito e do constrangimento da proximidade física a favor de uma comunicação utópica, equalizada, onde os indivíduos vêm a si mesmos harmonicamente

no outro. Como bem lembra Levy (1999, p. 128), “a vida de uma comunidade virtual raramente transcorre sem conflitos”. É o que se verá, mais adiante, no estudo de duas comunidades virtuais.

Assim, a internet se converte em um “grande local de encontros semióticos” (MARTINO, 2010, p. 185). As motivações, as ideologias e os posicionamentos, como na vida *off-line*, não são necessariamente os mesmos. Da mesma forma, portanto, que pessoas se reúnem na praça para uma partida de dominó não expressa homogeneidade, assim também não o são nenhuma comunidade virtual que se estabelece sob o vínculo comum do gostar de uma banda britânica de rock ou algum anime japonês. Como bem pontua Levy (1999, p. 130), “uma comunidade virtual não é irreal, imaginária ou ilusória, trata-se simplesmente de um coletivo mais ou menos permanente que se organiza por meio do novo correio eletrônico mundial”. As comunidades virtuais apresentaram um novo conceito de interação, baseada na facilidade da comunicação mediatizada pela internet. As interações realizadas nas comunidades virtuais funcionam de forma bastante semelhante a qualquer outra comunidade (Quadro 8).

Quadro 8 - Comparação entre redes sociais on-line e off-line

Laço	Definição	Exemplo on-line	Exemplo off-line
Básico	Composto por cada uma das pessoas conectadas à rede. Comunicação em díades.	Pessoa em conversação por e-mail.	Pessoa em conversação presencial.
Desenvolvido	Desenvolvido a partir do anterior, mas para receptores relativamente próximos do agente (ego). A comunicação não é só em forma de díades.	Grupo de familiares em aplicativo de troca de mensagens (WhatsApp, Telegram, Messenger).	Reunião familiar para ver um álbum fotográfico da última viagem de férias.
Generalizado	É um laço individual que emite informação de interesse para o público em geral (embora a informação possa ser especializada).	Texto escrito em um grupo do Facebook sobre promoção de técnicas agroecológicas.	Mínicurso ministrado em uma feira agropecuária.

Fonte: Silva (2003, p. 7), com modificações.

Nesse caso, a internet é entendida como um *artefato cultural*. Isto é, a internet não está à parte da cultura. Dessa forma, o virtual não se contrapõe à concretude da realidade. A virtualidade está entronizada e amarrada na estrutura social compreendida e vivida em estado *off-line*. Assim, as “fronteiras entre *on-line* e *off-line* são fluidas e ambos interatuam” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p. 42). Há uma relação

indissociável entre ambas, de modo que “a vida ‘virtual’ atua como força transformadora da vida ‘real’. E certamente o mesmo acontece no sentido inverso” (NICOLACI-DA-COSTA, 2006, p. 35).

Mesmo que a internet seja um veículo propício para que as pessoas vivam suas fantasias, como que desconectadas de sua vida cotidiana (excetuando a intensidade da interação, nada diferente de outras virtualidades, como a literatura e artes em geral), não é possível, a não ser por recurso analítico, diferenciar uma vida real de uma outra virtual. Ambas são dimensões da vida. Exemplo disso é, a partir da criação de uma identidade *fake*, principiar a realização, na internet, de atos que, por serem condenáveis “na vida real”, encontrem sobrevida no cotidiano *on-line*. Contudo, e julgando, como faz Levy (1999), da ilusória oposição real/virtual, talvez não seja possível distinguir tão radicalmente a fantasia da realidade. A fantasia é um componente do real. Para constatá-la, basta, como recomendam Corso e Corso (2017, p. 19), apenas “um pouco de sinceridade para verificar que a fantasia ocupa um lugar maior na vida do que admitimos”, em um cenário há muito já descoberto pela psicanálise de que “o homem sonha a maior parte do tempo, e em certos momentos, geralmente a contragosto, acorda”. O vizinho tranquilo, pacato e querido que foi visto sendo preso por pedofilia na internet não cultivava duas identidades (um homem ‘do bem’ e um perigoso corruptor de menores); a presumida garantia do anonimato serviu de segurança para que ele, à título de fantasia, liberasse suas tendências pedófilas que já existiam muito antes de sua ação na internet.

Dessa forma, a imersão no mundo digital não cria uma realidade paralela. Não há uma estrutura *on-line* concorrendo à vida *off-line*. Isso contraria tanto analistas otimistas, para os quais a internet revolucionaria radicalmente o mundo cotidiano, quanto os mais pessimistas, para os quais a internet serviria para intensificar a alienação já proporcionada por outras mídias. Assim, “a internet não parece ter um efeito direto sobre a configuração da vida cotidiana em geral, exceto por adicionar interação *on-line* às relações sociais existentes” (CASTELLS, 2003, pp. 100-101). A própria construção da ‘face’, nos perfis das redes sociais, não difere da construção da imagem que o sujeito quer dispor aos outros participantes de sua rede social *off-line*. A conversação, seja ela por qual forma se der, exige a articulação de “impressões que são projetadas por eles [os atores] e que constituem também a visão de que é o ator e o modo como os outros o percebem” (RECUERO, 2012, p. 88).

As comunidades virtuais, portanto, constituem redes densas de encontro das conversações em rede. Assume-se um outro sentido, agora sem amarras de localização

geográfica, para o termo “comunidade”. A barreira do espaço é, de certa maneira, amenizada, contornada. Mediadas pela comunicação, as comunidades se formam em relações sociais construídas cotidianamente. A novidade agora é o agrupamento de características em comum dos participantes em torno de comunidades virtuais. Isto é, se antes uma comunidade era constituída tendo um conjunto de características mais ou menos compartilhadas por todos, em função das tradições sedimentadas por gerações (costumes, hábitos) como consequência de tempo acumulado em um espaço geográfico, agora as comunidades proliferam em função de alguma característica em evidência: clube de futebol do coração, o gosto por um refrigerante específico ou o ódio por algum estilo musical (MARTINO, 2010). São as múltiplas identificações do indivíduo, apresentadas em suas mais variadas “personas”, “agregações que não mais se devem a uma programação racional, mas, ao invés disso, repousam sobre o desejo de estar com o semelhante” (MAFFESOLI, 1995, p. 55).

Essa participação em diferentes comunidades virtuais expressa bem a complexidade da questão identitária acentuada nos dias atuais. Como reforça Maffesoli (2011, p. 23), ao mesmo tempo em que se percebe a fragilidade da identidade, há um revigoramento nas identificações múltiplas. Entretanto, não são as redes sociais digitais que se apresentam como força motriz da fragmentação. Com efeito, as redes sociais digitais, na verdade, são produtos de uma sociedade cada vez mais fragmentada. Hall (2006) exemplificou, há mais de três décadas atrás, a pulverização identitária através do caso Clarence Thomas, um juiz negro conservador indicado por George Bush para a Suprema Corte americana (1991). Antes da posse, uma ex-colega de Thomas o acusara de assédio sexual. Homens, mulheres, feministas, conservadores, liberais se dividiam em lados opostos a partir de maior ou menor identificação no caso. Sexismo, racismo e política fraturaram a sociedade americana em diversos grupos possíveis: desde mulheres brancas conservadoras apoiando Thomas à feministas negras opondo-se a indicação do presidente republicano. Em análise similar, Martino (2010, p. 36) esclarece que “um indivíduo x pode ser corintiano, protestante e de direita; seu vizinho y pode ser um católico palmeirense de esquerda. Cada uma dessas preferências está ligada a uma categoria [...] que é contraditória internamente, mas não nas relações umas com as outras”. Tal fragmentação exige um esforço hercúleo na constituição da identidade, uma vez que haverá sempre de se manifestar como uma entidade ideal, modelar e se movimentando para atingir o impossível: “diferentes, mas os mesmos; separados, mas inseparáveis; independentes, mas unidos” (BAUMAN, 2005a, p. 16).

Em se tratando de identidade territorial, acrescenta-se uma outra variável, ainda bastante sublinhada nas discussões sobre a virtualidade. Como a internet age de forma a desterritorializar os sujeitos (ao menos virtualmente), é à primeira vista irônico constatar a existência de comunidades virtuais que existem exatamente para agregar participantes com a mesma identidade territorial. Ressalta-se, aqui, a tentativa de marcar fronteiras nas redes sociais? Sim, mas a “marcação de fronteiras” não é um simples ato de delimitar espaços, à moda do cartógrafo medieval que traçava os domínios do reino. Isso porque as fronteiras são, cada vez mais, fluidas, opacas, transitórias. Vallerius (2011, p. 87), em pesquisa de mestrado com título bastante revelador de suas conclusões (“Identidades (nem tão) virtuais”), reconhece tanto a interdependência entre os “mundos” *off-line* e *online* quanto a frequente amplificação de “preconceitos, intolerâncias, tensionamentos e hostilidades reproduzidos [do mundo *off-line*] [...] [e favorecidos] pela segurança que a capa (perfil) concede a quem a veste”.

Essas características são notáveis no contexto das duas redes sociais escolhidas para esse estudo, e apresentadas mais pormenorizadamente nas duas próximas seções. Na comunidade do Orkut presenciou-se uma discussão sobre o espaço de Brasília focado na identificação de sua população. No grupo do Facebook, por sua vez, o debate se dá no mover discursivo sobre as indefinições conceituais do próprio espaço de Brasília. Em questão, a identidade de Brasília perpassa todas as conversações.

9 IDENTIDADES FRATURADAS: a comunidade “Brasília” no Orkut

*Essas redes sociais
são uma coisa impressionante
viciaram todo mundo
de empresário a comerciante
repórter, músico, pedreiro
vendedor e carpinteiro
garçom e comediante.*
João Igor

Fundado em 2004 pelo engenheiro de software turco Orkut Büyükkökten, o Orkut foi uma aposta do gigante Google nas redes sociais virtuais. Tornou-se a primeira rede social de grande alcance entre internautas brasileiros. Foi no Brasil que alcançou sua maior popularidade. Até 2012, era o mais acessado site de relacionamentos sociais no Brasil (G1, 2012). Embora um produto originalmente americano, sua posição nos Estados Unidos foi secundária, preterido em favor do Facebook e MySpace, majoritariamente (NUNES, 2014). Em outubro de 2014, o site foi descontinuado. Todas as comunidades ficaram arquivadas no site orkut.google.com até maio de 2017, quando foram apagadas dos servidores do Google. Não obstante, e reflexo de sua importância no imaginário social brasileiro, ainda hoje recebe atenção de pesquisadores de redes sociais, como, por exemplo, Guisordi (2017).

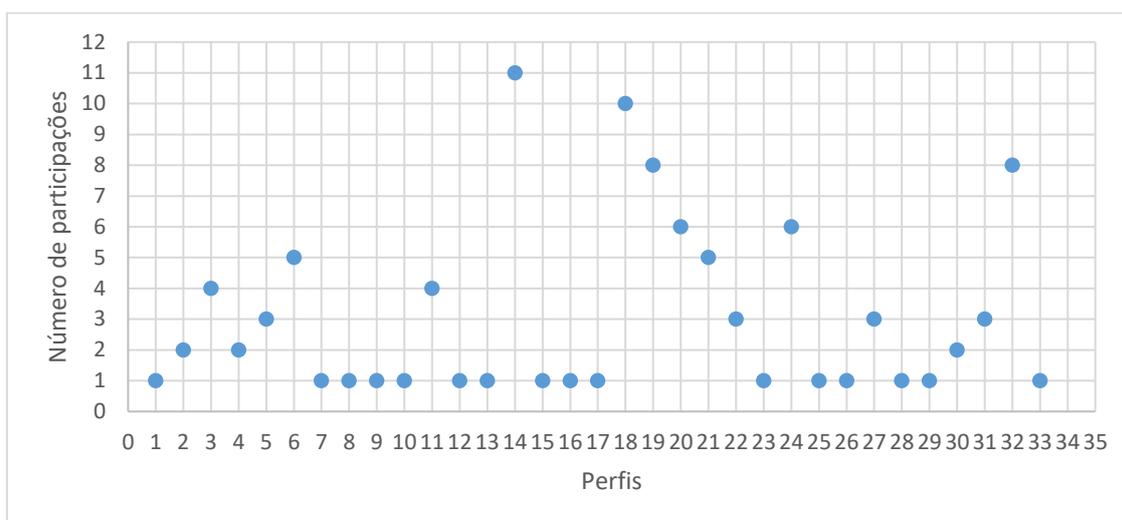
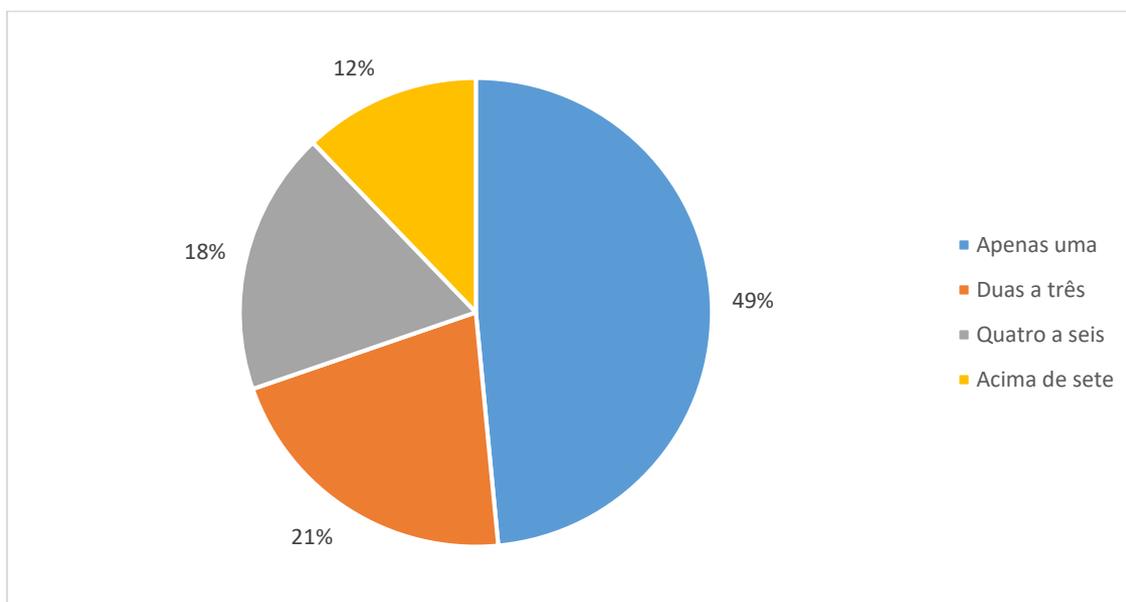
A popularidade do Orkut em solo nacional rendeu, em 2014, diversas manifestações contrárias ao encerramento da plataforma; reconheciam, nessa rede social, um caráter único quando comparado com outras redes sociais virtuais: “as comunidades organizadas em fóruns de discussão no Orkut são um espaço considerado por parte dos sujeitos como único e insubstituível, dentre os sites existentes” (CRUZ, 2014, p. 50). A singularidade do Orkut é, no entanto, parcialmente verdadeira: o Facebook instituiu, desde 2010, os “grupos” (FACEBOOK, 2010), organizados em formato muito semelhante às comunidades do Orkut. Entretanto, o grupo estava limitado a um pequeno número de participantes, restrito a, no máximo, cinco mil associados. Tal barreira foi quebrada com o passar dos anos. Se antes a principal diferença entre o Facebook e o Orkut pudesse ser dada para o foco maior nas redes formadas tendo como nós os perfis, no primeiro caso, e as comunidades, no segundo caso, as melhorias no Facebook acabaram por diluir essa distinção: atualmente, é possível organizar grupos com centenas de milhares de participantes, tal qual era possível nas comunidades do Orkut de outrora.

Na popularização do Orkut no Brasil esteve, também, o germe de sua decadência. Há de se considerar, evidentemente, o desinteresse do Google, seu

mantenedor, ao lançar uma nova rede social (Google Plus, em 2011) e valorizar plataformas que apresentavam maior taxa de crescimento (Blogger e Youtube, hospedagem de blogs e vídeos, respectivamente). Soma-se a isso o que Recuero (2010) identificou, no então recente crescimento do Facebook no Brasil, a manifestação de preconceito de classe. Com a inclusão digital, motivada pelo investimento em telecomunicações e aumento do potencial de consumo da sociedade brasileira (que redundava em mais acesso à internet), a base da pirâmide social ingressou em massa no Orkut. Para esses novos usuários, participar do Orkut era “um modo de estar no mundo” (BARROS, 2011, p. 5). Não demorou para florescer a tese de que a “favelização do Orkut” foi responsável pelo seu fim, fator determinante no processo de migração de usuários para o Facebook (CRUZ, 2014).

O Orkut funcionava como qualquer outro site de relacionamentos: o participante, ao se cadastrar, construía um perfil com base em suas informações pessoais. Essas informações poderiam ser visualizadas por outros usuários da rede. Além das relações organizadas em torno das amizades, os participantes se agrupavam em torno de temas específicos – as comunidades. A comunidade “Brasília”, por exemplo, contava com a participação de quase duzentos mil perfis em setembro de 2013.

O tópico selecionado contou com cento e uma participações. O tema inicial do tópico era a diferença entre brasilienses, candangos e “invasores”. As discussões renderam um importante material para se perceber como a identidade do brasiliense é formulada. Participaram do debate 33 membros da comunidade, em nível de participação variada (Gráficos 2 e 3). Um pouco menos da metade, entretanto, entrevistou apenas uma vez no tópico, manifestando opinião e não promovendo e retroalimentando o debate. Não se pode, no entanto, tecer considerações conclusivas sobre os motivos pelos quais o debate não se deu mais efetivamente. Nem sempre os participantes se sentem à vontade para participar ativamente. Entretanto, e como bem demonstrado na pesquisa de Souza (2015), o impacto dos debates nas redes sociais digitais se estendem para o cotidiano *off-line* e dificilmente pode ser dimensionado ou mensurado. Na condição de leitores, os participantes formam sua opinião através das conversações desenvolvidas e replicam, em seu dia-a-dia, o aprendizado construído a partir do que percebeu *on-line*. As redes sociais funcionam, então, como formadoras de opinião, quebrando o monopólio exercido até pouco tempo pela assim chamada grande mídia.

Gráfico 2 - Distribuição dos perfis por número de intervenção**Gráfico 3 – Quantidade de intervenções por perfis**

A condição de capital federal permeia todo o tópico. A política, especialmente a local, marca presença na conversação, como esperado. Considerações sobre o espaço urbano de Brasília integram os discursos dos participantes. Constituída por migrantes, a identidade do brasiliense se mostra híbrida e em constante tensão. A marca do desenraizamento e a fragilidade da identidade são marcantes. Articulam-se estranhamento, com reduzida empatia e baixo grau de polidez, e cosmopolitismo, com louvores a Brasília enquanto a cidade da diversidade, a síntese do Brasil. Evidentemente, a cidade não se encontra em um desses polos, mas oscila entre um e outro, tensionada

estática; o movimento, a mudança, é demasiadamente erosivo, e por essa razão, posições essencialistas são sempre conservadoras. Na tentativa de cultuar uma essência, lançam mão de “boa dose de ‘saudosismo’ histórico, que faz com que as pessoas se transportem para um passado que já não existe mais, ou melhor dizendo, existiu somente no imaginário coletivo” (RAJAGOPALAN, 2002, p. 80). É assim no trecho abaixo, no qual se registra menção positiva a uma autêntica cultura brasiliense no passado que, atualmente, encontra-se sufocada:

A imagem do brasiliense anda negativa Brasil a fora. Generalizou-se sobre a falta de urbanidade, cordialidade e educação. Na verdade os filhos de pioneiros nascidos em Brasília têm sim sua cultura própria, ocorre que essa cultura hoje está totalmente sufocada ou invisível devido a explosiva quantidade de migrantes que chegaram à capital nos últimos anos. O problema é os turistas de todo o Brasil chegarem aqui sem saberem disso, concordam?? Estamos generalizados!! E pra pior, uma pena... Isso poderia ser revertido? São Paulo e Rio de Janeiro sempre pagaram um preço caro por conta da migração em massa, mas eles mantiveram sua cultura e inclusive impuseram!! Aqui parece que o efeito é o contrário, estamos nos desaculturizando e com isso desfigurando totalmente nossa identidade.

Perfil O14⁸⁹

Assim, para o Perfil O14, a identidade brasiliense, além de possuir uma essência, deve garanti-la frente aos migrantes, o estrangeiro que por aqui chega. A inserção do Outro no seio da cultura local, de acordo com o participante, deveria se dar semelhantemente a um processo de fagocitose. O migrante renuncia suas tradições, suas experiências anteriores e assume uma nova identidade. Se, por um lado, essa explicação dificilmente encontra exemplos reais, dada a complexidade do fenômeno, não há como negar, por outro, a perspectiva conservadora e, no limite, xenófoba dessa reação ao migrante. A considerar a origem essencialmente migrante do brasiliense, a ideia soa ainda mais deslocada.

A separação entre candango e brasiliense pela linha social é rapidamente percebida pelos demais participantes do tópico. Esse diferencial social, como indica Holston (1993), cindiu a população instalada em Brasília desde sua construção. A espacialidade da capital estaria, dessa forma, historicamente marcada pela distinção socioeconômica, malgrado o desejo de Lúcio Costa de que porteiros e funcionários de alto escalão se encontrassem, como residentes, na mesma superquadra em Brasília. A morfologia espacial brasiliense, inicialmente caracterizada por um tecido urbano segmentado, fragmentado e disperso, reforçaria essa desigual condição. As áreas

⁸⁹ Os participantes das conversações foram listados em ordem alfabética e numerados em seguida. A letra que precede o número, O ou F, indica a rede social pesquisada – Orkut e Facebook, respectivamente. Nas transcrições das falas foram mantidas a grafia e a pontuação de acordo com o original.

periféricas sempre estiveram mais propensas à ocupação irregular, especialmente se cotejadas com a vigilante ação do Estado na proteção das áreas centrais da capital e sofreram um processo de adensamento populacional considerável, especialmente nos anos 1990. A constituição territorial da cidade de Brasília auxilia, portanto, na fratura da identidade brasiliense: não se trata, porém, apenas da distância em relação ao centro, como identificado por Cidade e Moraes (2004). A distância é importante, porque, historicamente, a população mais pobre foi alocada em cidades-satélites construídas distantes do centro da cidade; entretanto, a requalificação da periferia nos últimos anos, com o aparecimento de condomínios de classe média e classe média alta, possibilitou a valorização imobiliária de áreas antes acessadas tipicamente por pessoas de baixa renda. Assim, conforme bem ressalta Sposito (2016, p. 141), a periferia, antes destinada a pobreza, se mostra agora fragmentada em “segmentos sociais com níveis desiguais de poder aquisitivo e com diferentes interesses de consumo”. O candango, assim como a periferia clássica, continua estigmatizado, como pode ser percebido, ironicamente, no comentário abaixo:

Eu não sabia que havia diferença entre 1 brasiliense e 1 candango... o brasiliense é rico e o candango é pobre, é? Rs... só em Brasília mesmo... o terror de todo brasiliense é ser chamado de candango... o cara não se ofende com nada (bicha, brocha, maconheiro, ladrão, fdp) mas se chama “candango”, o cara se sente ofendido no mais profundo de sua alma rs... coisas de Brasília.
Perfil O21

Como visto na seção 4, o termo “candango” passou por múltiplos significados ao longo da história. Essa metamorfose semântica se dá, segundo Videsott (2008, p. 26), em função do “tempo, dos hábitos, das propagandas, das ideologias, dos discursos, das apologias e das poesias que operaram então uma mudança de significado, a qual incluía a apropriação de novas dimensões e o abandono de outras”. Tentativas de distinguir candangos, pioneiros e brasilienses aparecem em outros depoimentos. Assim, se não é possível identificar candangos simplesmente com a massa de trabalhadores pobres que migraram para cidade desde sua fundação, pois muitos deles ascenderam socialmente (mais uma prova da identificação negativa ao candango), os brasilienses legítimos seriam apenas aqueles que viriam na geração seguinte, ao nascerem em Brasília, conforme participação de outro Perfil:

Isso não tem nada a ver, tem muitos candangos que se deram bem, conseguiram emprego na Câmara, Senado, Tribunais... aonde se aposentaram com altos salários, depois os legítimos brasilienses (que nasceram aqui) substituíram com estudos ou indicações, seja lá como for essa teoria é mentirosa. Quem veio pra cá recentemente e não conseguiu nada tendem a reclamar mais da cidade, pois se acham incapazes de se dar bem em cima dos brasilienses nos estudos ou na

formação profissional, aqui não é só serviço público, empresas privadas também exigem boa mão de obra; e aqueles que chegam para tomar posse no serviço federal já estavam cientes pelo edital que a vaga era daqui, se fez o concurso e passou, assumiu o risco, agora aguento, é assim que funciona.

Perfil O32

Todavia, deve ser levado em conta que, no imaginário social, Brasília responderia, desde seus primeiros anos, a uma maior possibilidade de ascensão social aos migrantes. É um dos motivos, e talvez o mais comum deles, que impulsiona a migração: a elevação do padrão de vida. Assim, ao emigrar de um lugar, o sujeito tem consciência que parte de seu pertencimento ao mundo está sendo deslocado. A expectativa é de que o desenraizamento seja compensado pelas novas possibilidades abertas, “ao contrário do que ocorre com aquele que fica, e que, no geral, permanece no mesmo patamar da estrutura social [...] De fato, a ascensão pode não ocorrer imediatamente, mas ocorrerá com os filhos ou descendentes” (NUNES, 2004, p. 90).

A indistinção entre candango e brasiliense, segundo outro participante, seria um reforço do olhar do goiano sobre a capital federal, parte então de um esforço em constituir uma identidade atribuída. Empreitada fracassada, porém. Sugere, portanto, a convicção da identidade atribuída pelo vizinho goiano a constituição da identidade do morador do Distrito Federal. “Para todo goiano, o brasiliense é candango e ponto final” (Perfil O24).

A pouca idade de Brasília é também lembrada como referência para uma cultura incipiente, tal qual pesquisas acadêmicas consultadas e resenhadas na seção seis. Entretanto, isso é compreendido mais como positividade do que negatividade. Brasília, ao mixar partes do Brasil, atrairia para si o senso de capitalidade, de síntese do país, da identidade nacional brasileira. Restabelece, aqui, o outro eixo da discussão sobre a identidade brasiliense. Antes, a discussão se centrava na amorfa constituição da identidade brasiliense, uma não-identidade; agora a forma definida é constituída por uma síntese do Brasil: “acho que o pessoal esquece que o DF tem pouco mais de 50 anos, ou seja estamos ainda em construção para ter uma ‘cultura’ própria, aliás prefiro que seja assim como é hoje, essa mistura toda aí” (Perfil O26).

Invertendo a negatividade esperada para o termo “invasores”, e antecipando a discussão sobre eles, outro participante expande o sentido do termo e inclui todos os brasilienses nessa condição. “Brasilienses são os próprios invasores, invadiram o estado de Goiás” (Perfil O23). Goiás, para esse participante, seria a maior vítima na instalação de Brasília, uma vez que, após a década de 1960, o entorno imediato do Distrito Federal

receberia considerável afluxo de população. Não houvesse Brasília, argumenta, o bolsão de pobreza que se forma na região centro-leste do Estado jamais existiria. É nessa sensação de desencanto, de percepção da falha do Estado em cumprir com sua obrigação de melhorar as condições sociais e econômicas de uma região que se propaga interesses autonomistas, muitos deles meramente oportunistas, arregimentando forças políticas para a criação de uma nova unidade federativa.

O criador do tópico intervém em seguida. Numa tentativa de retomar o foco, apresenta sua categorização apenas desenhada no início da discussão. Agora sim, as categorias candango, pioneiro, brasiliense e “invasor” recebem conceituação mais clara e precisa. A distinção entre candangos e pioneiros não difere daquela apresentada por Holston (1993) e Videsott (2008) e historicamente constituída desde a construção da capital. A novidade, agora, é a formulação ainda mais restritiva do conceito de brasiliense (candangos e pioneiros não são brasilienses) e do, à primeira vista, pejorativo “invasor”:

Candangos – os que vieram trabalhar na construção civil de Brasília, especificamente a mão de obra, ou seja, os pedreiros, marceneiros, carpinteiros, cozinheiros, garçons, etc.

Pioneiros – em sua maioria eram os servidores públicos do Rio de Janeiro que, com a transferência da capital, tiveram que vir morar em Brasília. Servidores públicos ou profissionais com formação de outros estados também poderiam estar incluídos neste.

Brasilienses – os nascidos e criados no Plano-Piloto e regiões centrais com a administração de seus bairros realizados pela RAX de Brasília. Ex: Além das Asa Sul e Norte, Lago Sul e Lago Norte, a Octogonal, o Cruzeiro, Núcleo Bandeirante e alguns outros eram administrados pela administração de Brasília até terem às suas próprias administrações.

Já quem nasceu nas cidades-satélites como Taguatinga-DF por exemplo, é taguatinguense, Samambaia – samambaense, Recanto das Emas – recantinense e por aí vai.

Invasores – os nascidos em outros estados, com o título de eleitor de outros estados, que não tinham emprego, formação, de baixa escolaridade e que resolveram ficar em Brasília à força, invadindo áreas públicas ou de preservação ambiental. Muitos que não conseguiram ocupação profissional acabaram por contribuir para com a violência e a diminuição da qualidade de vida em Brasília.

Perfil O14

Espaço e tempo se expressam explicitamente nessa tentativa de identificação do brasiliense. Espacialmente, o brasiliense estaria restrito aos originários das áreas centrais da cidade; temporalmente, apenas o seria aqueles que tivessem vínculos naturais (“nascidos”) e sociais (“criados”) com Brasília, entendida aqui em seu sentido restrito. A delimitação de Brasília restringe-se às áreas centrais. Exclui-se, portanto, o cotidiano vivido por milhares de pessoas que não estão situados geograficamente nas áreas mais centrais da capital. Coopera, nesse sentido, a definição dada por Lassance (2002), Leite

(2011) e Leite; Filice (2015), de uma Brasília com territórios mais reduzidos, limitando-se a RA-I.

Assim, o discurso sobre uma Brasília restritiva articula duas perspectivas: uma de ordem político-administrativa e jurídica e outra de natureza geo-histórica. A seção cinco tratou das idas e vindas da legislação sobre Brasília, demonstrando o quão são frágeis as convicções baseadas na interpretação jurídica. Quanto a natureza geo-histórica, a evolução do tecido urbano de Brasília evidenciou que, do ponto de vista do crescimento da cidade, a capital se comportou como qualquer outra grande urbe brasileira, ampliando-se a ponto de desconfigurar sua origem polinuclear e anunciando a formação de uma metrópole regional. Ainda há, porém, uma relação de dependência entre as cidades-satélites e o Plano Piloto, expresso na concentração de empregos, de atividades culturais, etc. Isto é, a vida do brasiliense das satélites está intimamente ligada ao Plano Piloto. Solicita-se, aqui, uma perspectiva de compreensão mais ampla do lugar, desvencilhando da compreensão de uma mera localidade ou do entorno mais imediato. Não é possível, como garante Haesbaert (2014, p. 47), classificar o lugar cartesianamente, de forma absoluta, uma vez que “as diferentes lógicas espaciais, zonais e reticulares se imbricam assim para moldar distintas configurações de territórios e lugares”. O lugar pode ser a rua, pode ser o bairro, pode ser toda a cidade. Ao consumir cotidianamente a paisagem urbana de Brasília, do centro da cidade às satélites, o brasiliense da periferia vive-a, se não na sua inteireza, pelo menos enquanto apropriação simbólica. Como bem demonstra Castelo Branco (2008), embora residindo há vários quilômetros do centro da cidade, os moradores das cidades-satélites fazem uso dos monumentos localizados no Plano Piloto como ancoragem de seu pertencimento a Brasília.

Na perspectiva da fala supracitada do Perfil O14, a definição de invasor está condicionada à dimensão social. É, pois, uma armadilha ideológica: a ela corresponde a população pobre que, em massa, tem proporcionado o desordenado crescimento do tecido urbano, muitas vezes com o olhar complacente (e as vezes cúmplice) do Estado (PENNA, 2003). A falta de empatia ao invasor, o Outro, ameaçador a cultura e ao bom convívio urbano, é explicado por Gomes (2012, p. 63) pelo temor constante de “ser objeto de uma ‘invasão’ ou sofrer um permanente processo de enfrentamento ou ameaça”. Outros participantes questionam exatamente essa perspectiva, apontando tanto o preconceito social quanto a existência de invasões também em áreas nobres por população de alta renda:

Ou seja, a diferença entre candango e pioneiro é o preconceito social. Tem invasão também no Lago, Arniqueiras, Vicente Pires, mas como são de luxo ninguém fala, hahahahahahahahaha, me abro. Engraçado chamar quem vem morar aqui de invasor, Brasília foi construída por nordestinos, mineiros, goianos e agora querem falar que são invasores, fala sério!!!

Perfil O22

Há o apelo em trazer a discussão para a esfera legal: ora, se qualquer nascido nos hospitais do Distrito Federal recebe, nos cartórios, o gentílico de brasiliense, logo o problema parece ser mais simples do que parece. Entretanto, como visto na seção cinco, a definição de Brasília é mais complexa: para alguns, restringe-se às áreas centrais da cidade, coincidindo com o Plano Piloto projetado por Lúcio Costa e adjacências, em núcleos urbanos que fazem (ou fizeram) parte da Região Administrativa I; para outros, os limites de Brasília são mais amplos, compreendendo toda área urbana do Distrito Federal. Muitos participantes argumentam a favor de Brasília em sentido mais amplo. É assim, por exemplo, em três depoimentos destacados abaixo.

Apesar do Distrito Federal ser subdividido em regiões administrativas, todo e qualquer cidadão que seja nascido dentro dos limites distritais é Brasiliense.

Perfil O26

Qualquer pessoa que nasce dentro do perímetro da unidade distrito federal, chamada de Brasília, é um brasiliense e, portanto, cidades-satélites, lagos etc. são Brasília e que podem ser considerados e chamados também de candango, palavra que homenageia os trabalhadores que vieram no início da construção da cidade.

Perfil O31

Sou candango com muita honra, já que nasci em Brasília e em uma cidade satélite, e que apesar de se chamar de cidade, são como bairros da cidade Brasília, cidade que é o Distrito Federal, ou seja, a capital do Brasil. Como Distrito Federal não nos enquadramos como município e sim igual a uma unidade da Federação, se equiparando então como um estado federado a União, no caso, ao país da República Federativa do Brasil. Por isso temos um governo e não uma prefeitura, e a deputados distritais e não edil ou vereadores. Esta condição nos leva a ter desde deputados federais até senadores da república. Nascidos em Brasília são brasilienses e também chamados de candangos, situação válida para todos os nascidos no perímetro de Brasília-DF.

Perfil O4

Na mesma perspectiva, outro participante (Perfil 15) condena a distinção entre brasiliense e candango. Acusa, assim, a presença de preconceito social nessa diferenciação. Em sua narrativa, agrega ao debate o mix cultural inerente à identidade espacial brasiliense. Brasília seria a mais cosmopolita cidade brasileira, uma vez que nasceu deliberadamente da mistura de migrantes das mais diferentes porções do território nacional. Tal defesa remete a problematização realizada por Vasconcelos (2011, p. 133) entre os conceitos de cosmopolitismo e marginalidade, articulando respectivamente Kant e Florestan Fernandes, enquanto par dialético: “A identidade desenvolvida na nova capital

pode ter sido cosmopolita ou marginal, uma vez que a ideia de cosmo abrange a de margem. Nesse entendimento, um conceito necessita do outro e, por isso, são complementares”. Assim, ao mesmo tempo em que, de um lado, se argumenta desfavoravelmente à presença do migrante, de outro advoga-se em defesa de Brasília enquanto uma cidade cosmopolita. Ambos são brasilienses criando narrativas sobre a cidade e sobre si mesmos. Cosmopolitismo e marginalidade associados, portanto.

Mudou agora a geografia social????????????? Todo brasiliense é um candango e todo candango é um brasiliense. Fato. Será que o abastado acha que o nativo do DF, sendo pobre é candango e sendo classe média alta é que é brasiliense? No que ele chama de “cultura”, somos fruto do cosmopolitanismo originados dos fluminenses e cariocas egressos da ex-capital, e do ruralismo vindo com habitantes vizinhos: goianos e mineiros, além dos nordestinos que migraram.

Perfil O15

A recuperação do sentido etimológico de candango foi responsável pela exaltação dos ânimos. A origem do termo candango, como já visto, possui sentido depreciativo. Como resposta, um dos participantes postou link de videoclipe de uma banda de música eletrônica britânica, *The Prodigy*, intitulada “*Invaders must die*” (Invasores devem morrer). Os versos da música repetem o título por toda sua execução. Invasão, filhos da invasão, candangos... símbolos da exclusão que marcam a brasiliensidade como uma identidade em disputa. A ausência da polidez na conversação conduz, por sua vez, a falas mais ríspidas.

Candango... [do quimb, kangundu, dim.de kingundu “ruim”, “ordinário”, “vilão”, com metátese e assimilação.] s.m. Bras. 1. Designação que os africanos davam aos portugueses. V. galego (4). 2. Desus. Indivíduo ruim, ordinário. 3. Pessoa que tem mau gosto. Extraído do Aurélio.

Perfil O21

Invasores devem morrer. <http://www.youtube.com/watch?v=gTw2YvutJRA>

Perfil O3

Se você não é invasor, seus pais são, idiota. Candango!

Perfil O21

*[Perfil O21], essa é uma das definições, que creio não cabe aqui. Você vive denigrando, maldizendo, debochando de Brasília e dos brasilienses (ou candango, como queiram) faz o seguinte vaza daqui, volta pro “paraíso” de onde veio.

Perfil O19

Aqui, “invasores” talvez seja um termo que se equipara, pela carga pejorativa, ao “candango”. À moda da metáfora do vagão humano⁹⁰ (ENZENSBERGER, 1993), o

⁹⁰ Enzensberger (1993) constrói a metáfora do vagão humano para explicar a sociabilidade do migrante. Nesse caso, os primeiros ocupantes se sentem donos do vagão; na medida em que outros passageiros

nativo de amanhã é o invasor de hoje – ou, na mesma proporção, o nativo de hoje foi o invasor de ontem. Mas, sendo todos os brasilienses “de fora”, direta ou indiretamente, como identificar a cultura brasiliense? Um dos participantes faz uma aposta – aposta que é, na linguística, assumida por um grupo de pesquisadores⁹¹: o brasiliense tende a não ter sotaque. Curiosamente, podem ter a mesma opinião sobre seu próprio falar (isto é, considerar a si mesmos como titulares de uma fala sem sotaques) maranhenses (MIRANDA; SANTOS, 2013) ou os maringaenses (BOTASSINI, 2009):

Meus pais não são invasores, nem os pais deles, nem os pais dos pais deles. Mas concordo com umas coisas que o *[Perfil O14] diz (e olha que pra eu concordar com esse doido devo tá mais doido do que ele). Temos 50 anos de cultura própria sim! Mas a maioria do pessoal tá falando igual a goiano e baiano. Brasilienses assim como eu, não tem sotaque carregado de nada.

Perfil O27

Todos são estrangeiros (ou descendem de) nessa terra. Entretanto, *alguns estrangeiros são mais estrangeiros que outros*. O preconceito de origem sócioespacial mantido em grandes metrópoles – à moda do paraíba e do baiano, nomenclatura depreciativa reservada aos nordestinos no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente – sucede também em Brasília. A identidade territorial tem laços íntimos com as variações regionais de fala, e preconceitos sociais manifestam-se espacialmente também. Já havia sido mencionado, na seção seis, o estudo de Barbosa (2002) e a aposta feita pela autora que a avaliação da positividade ou não dos sotaques está relacionada ao *status* proporcionado pelo desenvolvimento econômico de determinada região. Em Brasília, as vítimas do preconceito são, agora, os goianos e os nordestinos. O sotaque pernambucano, representando a região nordeste, foi o mais negativamente percebido entre os brasilienses, segundo Melo (2010), seguido pelo sotaque goiano (em uma cidade de migrantes, a cultura goiana, mais próxima geograficamente – um *insider*, praticamente – é convertida na representação do Outro...) Baseado no uso do “r” retroflexo (pronúncia em que a língua se dobra para trás), a pronúncia da fala goiana, segundo Scherre (2008, p. 13),

conduz a piadas, risos, cochichos, olhares enviesados, e até a observações explícitas e constrangedoras, quando o falante usa o “r” retroflexo fora de seu espaço geográfico [...] Trata-se, sem dúvida, de uma atitude preconceituosa dos ouvintes. Os brasilienses [...], por exemplo, discriminam os falantes goianos pelo uso do “r” retroflexo. Percebo isto no meu dia-a-dia em Brasília.

chegam, os novos ocupantes vão, paulatinamente, sendo incorporados à massa nativa. Todos são estrangeiros, mas vale o princípio da antiguidade para se sentirem donos do vagão. Depois de algum tempo, os novatos de ontem, incorporados aos ‘nativos’, destinam aos recém-chegados de agora o mesmo tratamento de estranheza que receberam, perpetuando, assim, o clima de xenofobia.

⁹¹ Cf. Bortoni-Ricardo, Vellasco e Freitas (2010), livro organizado com participação de quinze pesquisadores e estruturado em catorze capítulos.

A essa altura, o autor do tópico intervém para enfatizar o eixo das discussões na identidade. É assim que se traduz, certamente, sua intenção em discutir o “onde viemos, de onde somos e para onde vamos”. Tal intervenção se repetirá, em termos bastante semelhantes, ao final do tópico.

Essas discussões são saudáveis para colocarmos em pauta de onde viemos, de onde somos e para onde vamos... Brasília tem apenas 50 anos!!! Essa discussão é importante como uma forma de cada um expressar sua visão de ser, pertencer e morar na cidade. No Rio eles deixam claro quem é carioca, quem é fluminense, quem é de Niterói, quem é da região Serrana e por aí vai... O povo aqui só sabe xingar e dizer comentários agressivos... Aprendam a ser mais diplomatas e menos extremistas! Todos saem ganhando! Muitos têm que aprender que democracia é isso! Tolerância com o ponto de vista do outro e assim por diante... Bah!!!

Perfil O14

Nesse sentido, nada melhor do que aproximar a identidade de uma certa homogeneidade cultural. Gomes (2012, p. 62) ressalta essa importância, quando afirma que a identidade só pode existir “quando definida em relação a um território, real ou mítico, de homogeneidade [...] e de pleno desenvolvimento do espírito de grupo”. Retorna-se à busca por uma essência. É o que faz um dos participantes:

Uma forma de identificar uma sociedade é através de seus mitos, suas vestes características, sua culinária. Aqui não temos folclore; comida típica muito menos, talvez o hambúrguer. Roupa... normal...

Perfil O6

Há uma dificuldade, assim, em captar um sentido peculiar a cultura brasiliense. Arruda (2008, s/p), porém, alarga as possibilidades, em um inventário de práticas culturais essencialmente brasilienses, embora tenha foco apenas nas atividades tipicamente desenvolvidas nas partes mais centrais da capital:

o churrasquinho no fim do dia que permite uma considerável aglomeração de pessoas nas (áreas) comerciais das quadras; a criação e o passeio compulsivos com cachorros nas entrequadras; as vias, ao invés de ruas; as siglas, invés de nomes; um sotaque peculiar já em estudo por lingüistas; a memória de uma Capital do Rock (anos 80); a formação de uma Capital do Choro (na atualidade); a presença enorme de Parques e de Natureza (cerrado); a visita à Esplanada (por moradores das cidades-satélites e por um turismo cívico crescente); e a freqüente ida a bares tradicionais: pontos típicos de vários grupos sociais e lugar quase obrigatório para levar visitantes.

Pode-se levantar como hipótese que as práticas levantadas pela autora estão tão internalizadas que os internautas nem se dão conta da originalidade delas e buscam a identidade brasiliense na maneira como outras cidades designam seus moradores e os não moradores, como se faz no Rio de Janeiro, segundo a fala retrocitada do Perfil O14. Talvez por isso o participante dê uma designação particular para os moradores de cada

cidade-satélite e os diferencie de quem mora ou nasceu na RA-I, o que é contestado pelos outros internautas.

Mesmo essas práticas mais restritas ao centro da cidade são vivenciadas por populações que vivem em relativa distância, no entorno do Distrito Federal. Catalão (2008, p. 95), após analisar depoimentos de diversos moradores de Cidade Ocidental, município goiano localizado ao sul do Distrito Federal, assevera que, se há uma distinção clara entre o espaço onde estão os serviços, o lazer, o trabalho, de um lado, e a residência, de outro, “no cotidiano, ambos os espaços estão de tal forma conectados que permitem o sentimento de apropriação”. Há uma relação muito próxima entre a existência de um tecido urbano empobrecido no entorno de Brasília e a capital federal. É, antes de tudo, um *continuum* urbano, uma área conurbada, enfim, uma metrópole. Esse reconhecimento possibilita, vez por outra, que se avenge a possibilidade de incorporação, ao Distrito Federal, dos municípios limítrofes⁹² ou criação de novos estados. Um dos participantes levanta essa ideia, após um arrazoado síntese sobre a diferença entre brasiliense e candango.

Quem nasce em Brasília é brasiliense, mas não vejo motivos de ficar indignado em ser chamado de candango. De uma maneira geral os brasileiros conhecem brasilienses como candangos. Invasores quem são? São todos, brasiliense, imigrante, rico, pobre, branco, negro, etc. Um cara falou que os goianos ficaram indignados com Brasília, pelo contrário. Brasília só trouxe benefícios para o Goiás, que é a cidade que mais consome a produção do estado. Questão do Entorno se trata de um filho de Brasília. Os goianos da capital e do interior poucos são prejudicados, pois os problemas recaem em Brasília. O DF deveria anexar esses municípios, criando assim novos bairros, ou seja, novas RAs.

Perfil O5

Em processo de especulação imobiliária constante, a requalificação da periferia de Brasília força a expansão das franjas da cidade para além dos limites territoriais do Distrito Federal. Cidades como Águas Lindas, Novo Gama e Cidade Ocidental receberam afluxo de milhares de pessoas que, não tendo condições de morar em Brasília, dirigiram-se para seu entorno. França e Cordeiro (2013), por exemplo, identificaram nos dados estatísticos de 1991 a 2010 decréscimos nas taxas de recebimento de migrantes em Brasília, ao passo que, no Entorno, houve progressivo incremento. No interregno de 2005 a 2010, enquanto catorze mil pessoas se mudaram do entorno para o

⁹² É o caso, por exemplo, Projeto de Decreto Legislativo nº 298 de 2002, propondo a criação do Estado do Planalto Central a partir da área do Distrito Federal e mais 25 municípios goianos e quatro mineiros, ou da Proposta de Emenda à Constituição nº 422, de 2009, que objetivava incorporar os municípios goianos do Novo Gama, Valparaíso, Cidade Ocidental, Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto e Planaltina de Goiás ao território do Distrito Federal.

Distrito Federal, 62 mil pessoas fizeram o trajeto inverso. Contudo, as propostas de incorporar os municípios goianos limítrofes ao território do Distrito Federal não são consensuais nem entre os brasilienses nem entre os goianos participantes no tópico, como demonstrado nas falas a seguir:

*[Perfil O5], você deve estar louco! Anexar municípios goianos ao DF. Meu, a cidade já está caótica e sem orçamento pra tanta demanda, imagine anexando esses municípios!!! Só iremos ter mais e mais problemas!!! Fora de cogitação!!!

Perfil O14

*[Perfil O14], meu caro... o Entorno nunca será do DF. Fique tranquilo. Ali é Goiás e as autoridades goianas garantem isso. Pouca gente no DF sabe, mas Luziânia, Cristalina e Formosa são municípios produtores. Ali o agronegócio é forte, região produtora de soja e feijão, ou seja, arrecadam alto e rendem boa tributação ao governo de Goiás. Nunca o Palácio das Esmeraldas em Goiânia deixaria aquilo ir de graça para o julgo candango!

Perfil O24

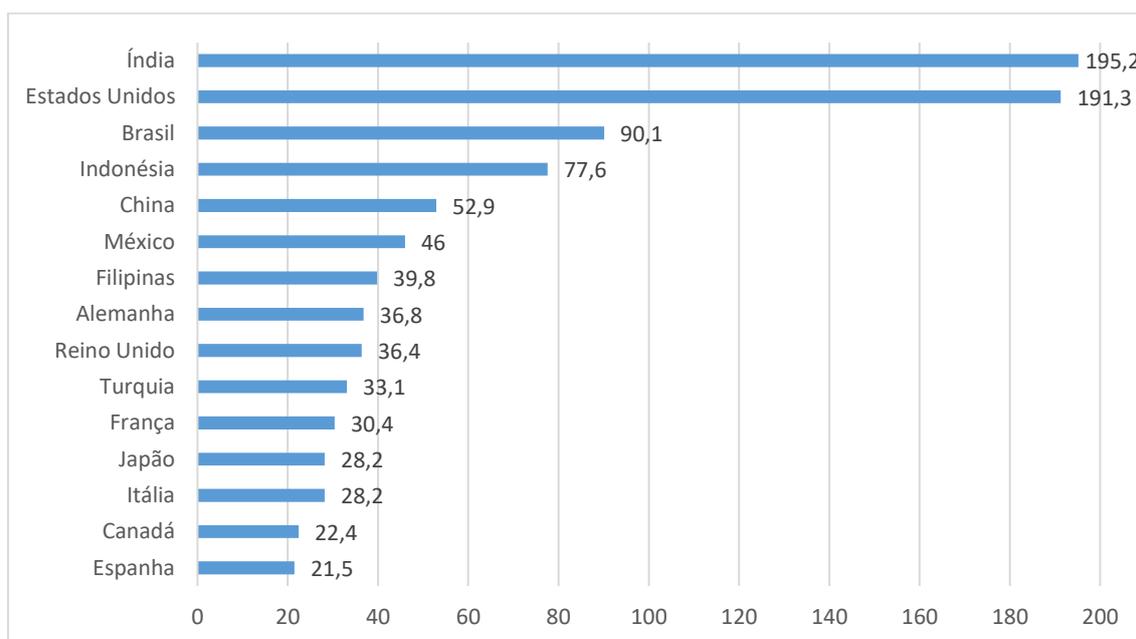
Para além das contradições sociais que Brasília e seu desordenado crescimento encetou está o fato de que, em seu sentimento cosmopolita, a cidade resgata muito o senso de capitalidade (a ideia da capital como síntese da nação). Sua identidade está firmada em sua espacialidade dispersa e amorfa, sugerindo que, em última instância, a suposta ausência de identidade – tida como um constructo cultural mais ou menos homogêneo - é exatamente a sua impressão digital identitária. Dados colhidos de outra rede social, o Facebook, substituta do Orkut na liderança das principais redes sociais no Brasil, também lidam com essa questão, como se verá na seção seguinte.

10 A CIDADE PARTIDA: o grupo “Nós que amamos Brasília” no Facebook

*Facebook tem de tudo
Nem precisa olhar pro lado
Gente morta e sumida
Cachorros abandonados
Povo que vai e que fica
Você curte e clica
Cleber Sardinha*

O Facebook é a maior rede social digital mundial, com quase dois bilhões de usuários cadastrados. O Brasil está na terceira posição em número de usuários (Gráfico 4), com 90,1 milhões (2016), superado apenas por Índia e Estados Unidos, e projeção de ultrapassar os cem milhões de inscritos na plataforma em 2019.

Gráfico 4 - Países com maior número de usuários do Facebook, 2016 (em milhões)

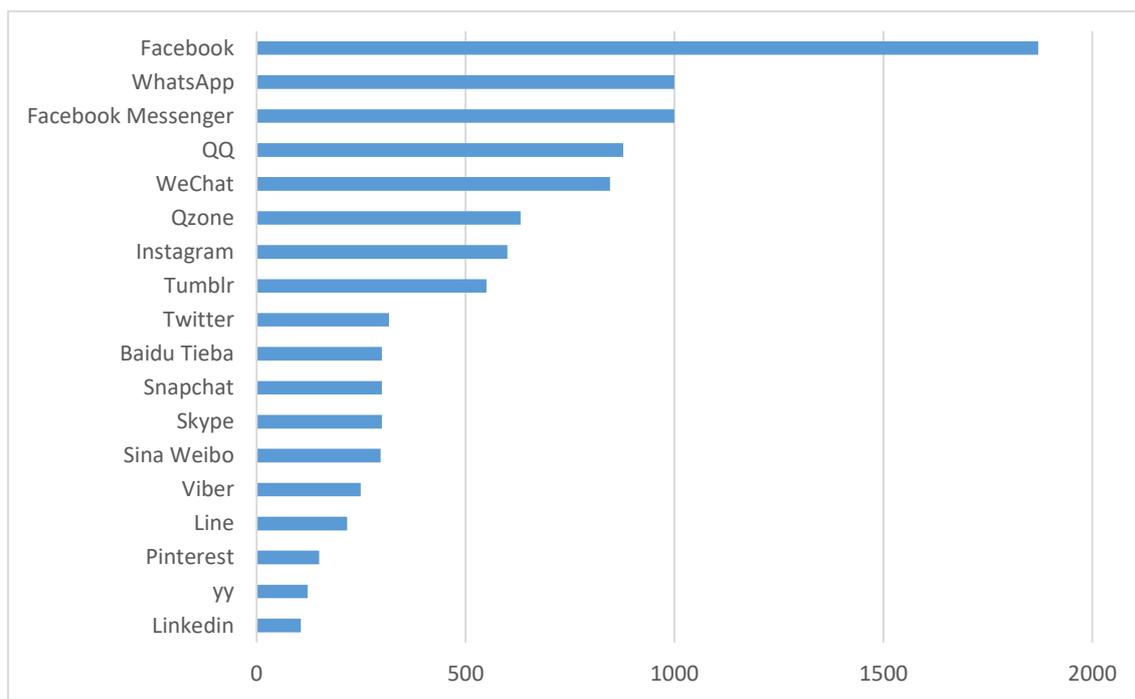


Fonte: Statista (2016a).

A ideia inicial do Facebook era manter ativa uma rede on-line de estudantes da Universidade de Harvard como forma de manter contatos e compartilhar informações sobre o cotidiano do campus (KIRKPATRICK, 2011). A proposta foi bem aceita pelos estudantes e, em pouco tempo, expandiu - se para além das fronteiras de, meramente, uma rede de contatos universitários, permitindo, a partir de 2006, o cadastro de qualquer usuário. Em 2010 foi lançado “A rede social”, um filme de bastante sucesso de crítica e

de público⁹³. Em uma das cenas há um diálogo entre o atual presidente Mark Zukemberg e o brasileiro Eduardo Saverin, ambos participantes do time de desenvolvedores da rede social, que é bastante revelador da pretensão do Facebook: “nessa rede todas as experiências sociais serão colocadas on-line”. O crescimento da rede social atingiu números globais, sendo hoje a maior rede social utilizada no mundo (Gráfico 5).

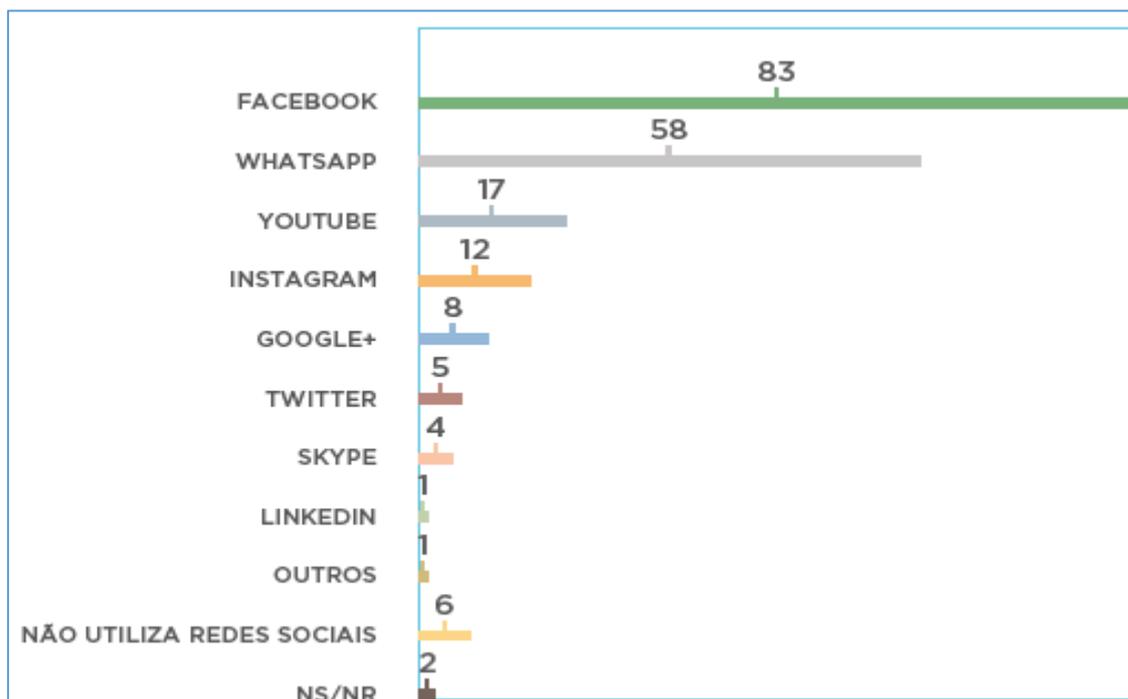
Gráfico 5 - Redes sociais mais utilizadas no mundo (em milhões de usuários)



Fonte: Statista (2016b).

No Brasil, o sucesso obtido globalmente se repete. É a maior rede social entre os brasileiros atualmente (Gráfico 6). A força do Facebook se expressa para além de seus domínios. A segunda e quarta principais redes sociais em uso no Brasil, Whatsapp e Instagram, foram recentemente adquiridas pelo Facebook, em clara estratégia de controle de mercado.

⁹³ No site *Rotten Tomatoes* (www.rottentomatoes.com), que agrega as críticas de cinema publicadas por especialistas, o filme alcançou aprovação de 96%. No site *IMDB* (Internet Movie Database, www.imdb.com), expressando a opinião do público internacional, o escore atingiu 7,7 numa escala de zero a dez.

Gráfico 6 - Redes sociais mais utilizadas no Brasil (2014)

Fonte: Brasil (2015).

O grupo “Nós que amamos Brasília” nasceu ainda nos tempos áureos do Orkut. No Facebook, o grupo foi organizado em 2014, acompanhando a tendência de emigração do Orkut. O acompanhamento das atividades do grupo se deu de janeiro a dezembro de 2015. Auxiliado pelos softwares NodeXL e Netvizz, foi possível monitorar as interações realizadas. Os tópicos foram categorizados em seis marcadores (*tags*), observando a dimensão do assunto tratado: política, de uma forma geral (*tag* política), questões ambientais (*tag* ambiente), conversações sobre a paisagem brasiliense, frequentemente ilustradas com fotografias da cidade (*tag* paisagem), mensagens de convocação a ajuda ou reflexão sobre um problema específico (*tag* utilidade pública), discussão sobre problemas gerais do cotidiano da cidade (*tag* cotidiano) e debates sobre o próprio grupo (*tag* interno). Observa-se a interação entre os participantes por meio de curtidas (*likes*), compartilhamentos (*shares*) e comentários (*comments*). A medição do engajamento leva em consideração todas essas ações interativas entre os usuários. Assim, no período supracitado foram destacados os cinquenta tópicos com maior engajamento, expressos no Quadro 9.

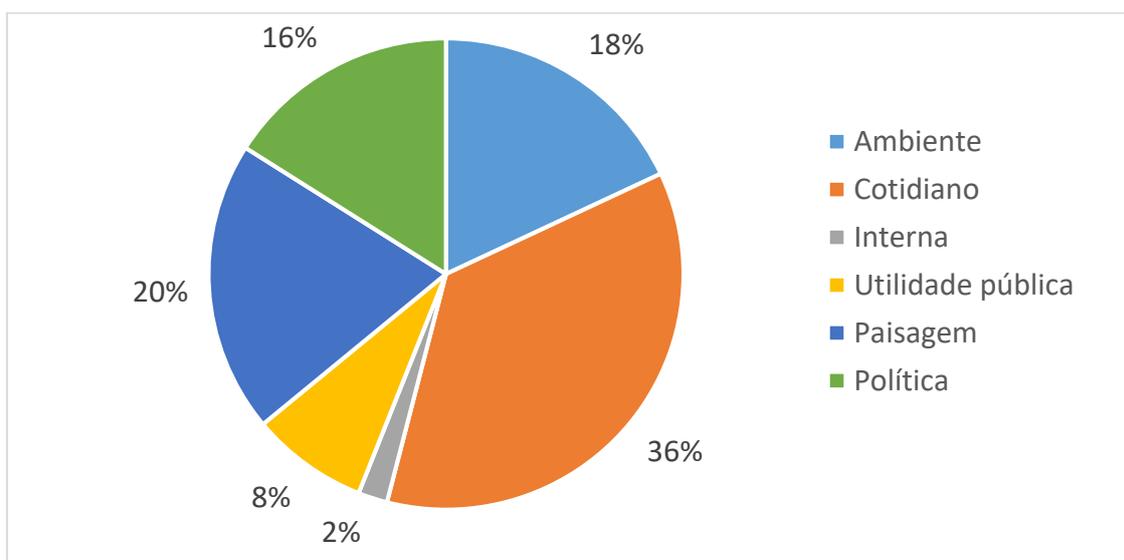
Quadro 9. Tópicos com maior engajamento no grupo (2015)

Tópico	Tag	Publicação	Curtidas	Comentários	Compartilhamentos	Engajamento
Os ladrões vem de fora	Política	08/08/2015	1363	70	4625	6059
E quantas terão que nascer com microcefalia? [imagem contra acúmulo de criadouros do aedes egypti]	Utilidade Pública	06/12/2015	412	9	3578	3999
Como está na época em que eles começam a aparecer vale o alerta [proteção aos gambás]	Ambiente	14/10/2015	502	34	3433	3970
Bom dia Brasília! [imagem] Uma de nossas marcas registradas: as tesourinhas, pela lente de Breno Fortes.	Paisagem	23/11/2015	1064	69	1161	2294
[Imagem de Brasília]	Paisagem	16/08/2015	1100	156	184	1440
BRASÍLIA PARA SEMPRE Lugares que deixaram saudade...	Cotidiano	21/04/2015	242	1058	10	1310
A guerra do Balaio [Lei do Silêncio]	Cotidiano	29/05/2015	152	766	27	945
Maravilhosa! [foto aérea de Brasília]	Paisagem	12/10/2015	643	25	266	934
NÓS QUE AMAMOS BRASÍLIA [comemoração pela comunidade atingir 20000 membros]	Interna	11/09/2015	604	43	211	858
E como fica isso? [vaga de estacionamento ocupada por foodtrucker]	Cotidiano	14/08/2015	387	320	0	707
[Imagem da superlua]	Paisagem	27/09/2015	402	35	198	635
Fonte Luminosa voltará a encantar turistas e moradores de Brasília	Cotidiano	08/09/2015	486	38	110	634
[foto aérea de Brasília]	Paisagem	10/10/2015	569	33	0	602
E aí Brasília? Vamos ficar de braços cruzados? [Notícia: deputados se organizam contra desocupação da Orla do Paranoá]	Cotidiano	20/08/2015	230	89	265	584
#TáFalado☹️<3 [Imagem: "Chamamos de meio ambiente porque destruímos a metade?" Laura, 9 anos]	Ambiente	27/11/2015	247	10	301	558
Confira o mapa dos pomares de Brasília por Gabriela bandeira	Ambiente	13/10/2015	255	23	264	542
Península o parque é de quem? [fechamento do Parque da Península por condônimos]	Cotidiano	30/06/2015	251	99	190	541
E o pau ta quebrando em frente ao Palácio do Buriti [manifestação dos servidores]	Política	24/09/2015	320	51	168	539
Aqui em se plantando tudo dá! [Foto de árvore brotando em concreto]	Ambiente	04/12/2015	491	37	1	529
A proliferação de quiosques em Brasília	Cotidiano	10/07/2015	177	291	20	488
Reportagem da Revista Carta Capital [Lei do Silêncio]	Cotidiano	26/05/2015	79	390	8	477
#NovaMarca "Brasília é todo o DF. Todo o DF é Brasília"	Cotidiano	18/04/2015	289	184	1	474
[imagem de Brasília]	Paisagem	17/08/2015	349	51	62	462
Nunca pensei que professores seriam tratados com tamanho desrespeito!!	Política	29/10/2015	188	205	59	452
Queda do muro Xeque! [derrubada dos muros na Orla do Paranoá]	Cotidiano	24/08/2015	329	70	47	446
[propaganda de comércio recém-instalado de refugiados sírios]	Utilidade Pública	03/10/2015	366	73	1	440
Olha que notícia boa! [MP pede bloqueio de bens de Agnelo]	Política	15/01/2015	346	87	0	433
A elite do Lago Sul não gosta da elite dos condomínios do Jardim Botânico	Cotidiano	22/08/2015	281	103	39	423
Brasília deu um show de democracia e civilidade! [Manifestação a favor do Impeachment de Dilma]	Política	15/03/2015	304	116	1	421
[imagem: "é vexatório ver tantos órgãos sendo deslocados para o Lago como se fôssemos bandidos"]	Cotidiano	24/08/2015	137	254	29	420

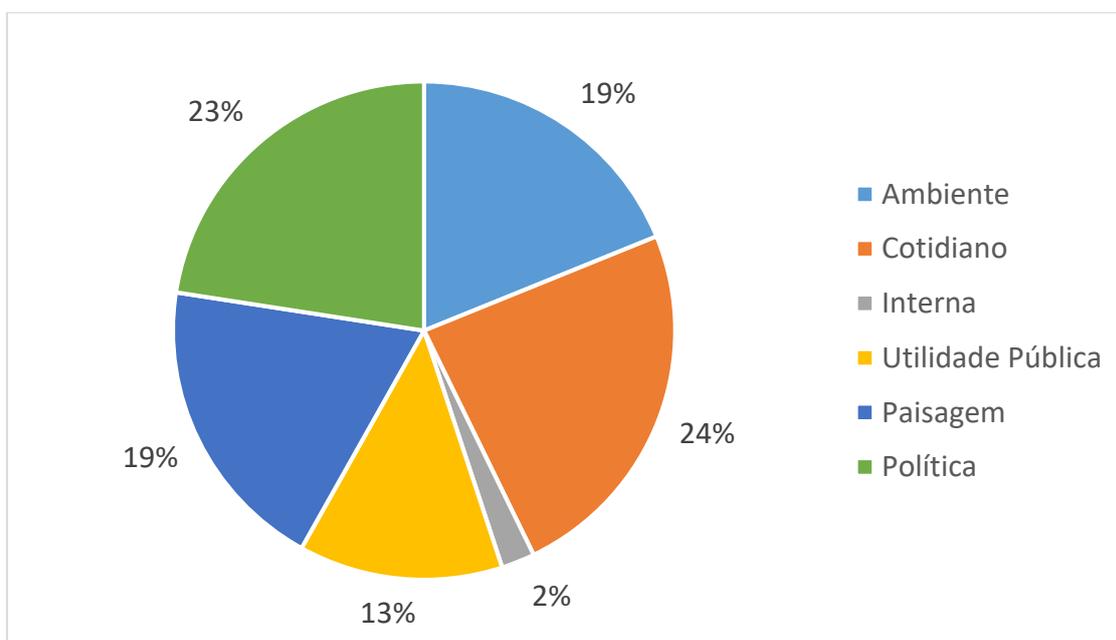
Trilha na Quermesse do Templo Budista	Cotidiano	01/08/2015	227	187	0	414
Identificação de frutas	Ambiente	17/07/2015	162	249	1	412
Nossa realização mais bela nesse ano. Quem quer plantar sua árvore?	Ambiente	06/12/2015	349	53	0	402
Crianças usando tampão em um olho em solidariedade ao colega.	Utilidade Pública	24/11/2015	363	36	0	399
Vamos fazer esta campanha para o DF? [acessibilidade]	Utilidade Pública	26/08/2015	124	8	267	399
Dos acusados suspeitos e condenados quantos são brasilienses??	Política	01/12/2015	357	35	0	392
Essa gente não tem noção de ridículo?! [grupo quer Costa e Silva de volta no nome da Ponte no lago sul]	Política	04/10/2015	183	197	0	380
Corujinha na 315 Sul	Ambiente	11/10/2015	332	29	15	376
Adicione à sua administração o Ipê Amarelo de Brasília. Viva o belo! Viva a Vida!	Ambiente	24/07/2015	361	14	0	375
Eu já sabia! [Imagem noturna de Brasília]	Paisagem	09/10/2015	315	30	0	345
Brasília é uma cidade fantástica!!! [Único cine drive-in do Brasil]	Cotidiano	17/08/2015	210	25	110	345
O horizonte da Ermida Dom Bosco	Paisagem	28/04/2015	142	194	4	340
MISTÉRIO BRASILIENSE [intervenção artística nos pontos de ônibus]	Cotidiano	25/03/2015	296	29	15	340
Bares e a lei do silêncio	Cotidiano	28/05/2015	42	294	2	338
Aos inimigos: a lei. Aos amigos: a interpretação da lei. A revisão da Lei do Silêncio	Cotidiano	21/06/2015	81	257	0	338
BRASÍLIA [poema e imagem - Arco Iris e Brasília]	Paisagem	21/04/2015	299	27	10	336
Só lembrando... [Incentivo a plantar mais árvores]	Ambiente	27/12/2015	319	15	0	334
Texto da filha de uma amiga. Achei lindinho demais!	Cotidiano	17/09/2015	289	38	0	327
Brasília é linda demais! [Ipê-terapia]	Paisagem	11/07/2015	293	21	0	314
Bando de vândalos - isso sim! Deveriam estar presos! [invasão de hotel abandonado no centro]	Cotidiano	15/09/2015	89	213	0	302

Fonte: Organizado por Gonçalves, J. R. (2017).

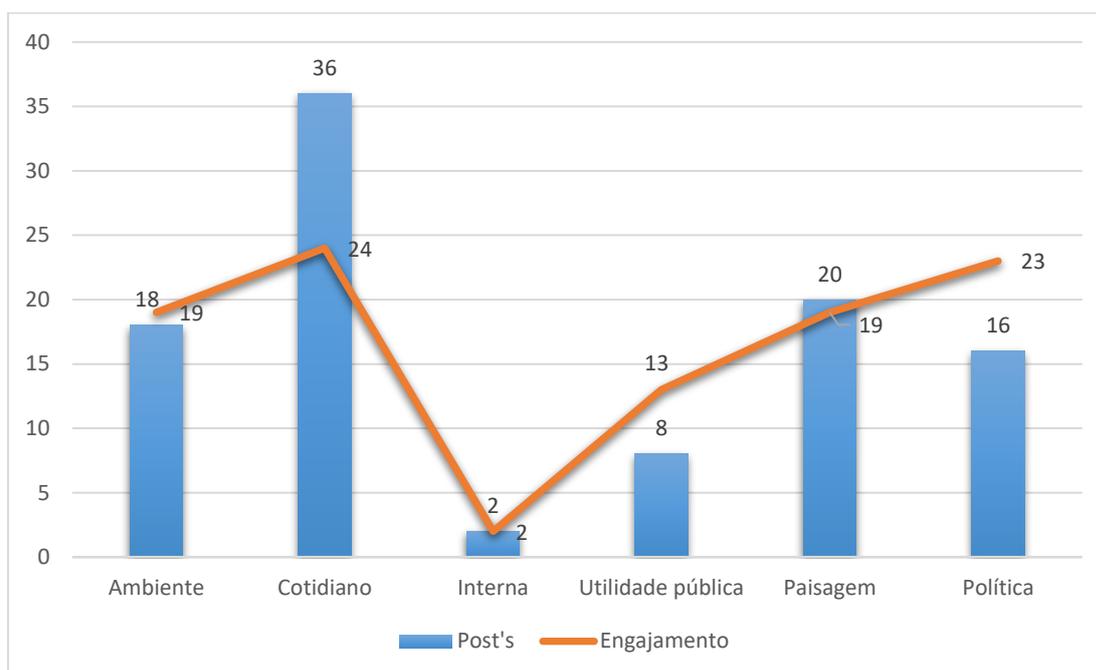
O tópico selecionado para análise pormenorizada, “#NovaMarca: ‘Brasília é todo o DF. Todo o DF é Brasília’” oferece, dentre os demais, maior densidade textual, uma vez que aborda diretamente a relação entre território e identidade brasiliense, facilitando, assim, uma maior profundidade de análise. Depoimentos refletem, de forma mais contundente, como o espaço urbano fragmentado de Brasília imprime sua marca na identidade territorial do brasiliense. O tópico está marcado na *tag* cotidiano. Essa *tag* reúne o maior número de tópicos e também é a *tag* com mais engajamento (Gráficos 7 e 8). É notável, contudo, como as conversações sobre política e utilidade pública agrega maior interação, contabilizadas em compartilhamentos, comentários e curtidas (Gráfico 9).

Gráfico 7 - Tags com maior número de tópicos

Fonte: Organizado por Gonçalves, J. R. (2017).

Gráfico 8 - Tags com maior engajamento

Fonte: Organizado por Gonçalves, J. R. (2017).

Gráfico 9 - Relação entre número de tópicos e nível de engajamento (%)

Fonte: Organizado por Gonçalves, J. R. (2017).

Em dezembro de 2014, no mês anterior ao início do monitoramento das redes, e também com uso do NodeXL e do Netvizz, a mineração de dados e posterior confecção do grafo possibilitou um retrato do grupo. Os dados referem-se às interações travadas durante o mês. Identificaram-se 1.027 nós, estabelecidos em rede de 106.389 conexões, entre relações de amizade, curtidas, comentários e compartilhamentos. Para analisar essa rede, utilizou-se cinco métricas, três para nós (centralidade de grau, PageRank e centralidade de intermediação) e duas para rede (coeficiente de clusterização e densidade). Os dados obtidos estão expressos na Tabela 6.

Tabela 6 - Métricas e valores para a análise do grupo “Nós que amamos Brasília” (Dez. 2014)

Tipo de métrica	Descrição	Variação	Valores (medianos)	Métrica	
				rede	nós
Centralidade de grau	Indica número de relações de cada nó	-	71,0		X
PageRank	Estima importância dos nós a partir de suas conexões	-	0,669		X
Centralidade de intermediação	Mede o quanto o nó é ‘ponte’ entre outros grupos de nós.	-	490,100		X
Coefficiente de clusterização	Identifica a possibilidade de nós se conectarem	0 a 1	0,856	X	
Densidade	Indica conectividade da rede	0 a 1	0,114	X	

Fonte: Organizado por Gonçalves, J. R. (2017).

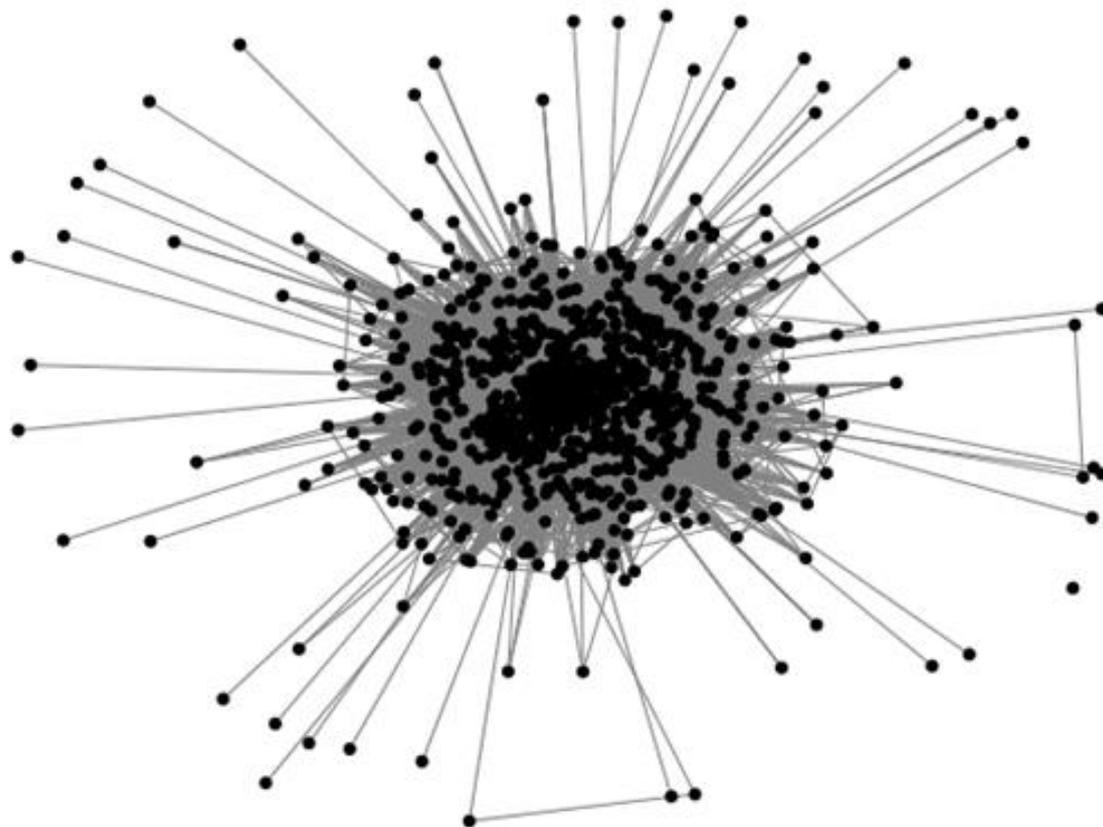
Os nós apresentam considerável centralidade de grau. Os valores obtidos indicam que cada nó teve, em valores medianos, 71 relações com outros nós. Se um nó apresentar baixos valores de centralidade de grau não significa, necessariamente, pouca importância. É o caso, por exemplo, de um nó que, embora com pouca conexão, suas ligações possibilitem vincular grupos de nós distintos. Nesse caso, sua importância será dada pela centralidade de intermediação. Já na métrica PageRank, a mediana foi obtida entre valores de 0,000, que diz respeito a um nó com pouca importância na rede, isto é, com baixa interatividade, a 8,870, apresentado por um nó que possui intensas conexões com os mais importantes nós da rede.

Quanto às métricas de rede, percebe-se o coeficiente de clusterização elevado, que avalia também as conexões recíprocas que, ao serem estabelecidas, proporcionam a formação de pequenos núcleos dentro da rede. A rede em questão possibilita, portanto, maior aproximação de nós que apresentem determinadas semelhanças ou interesses em comum. A densidade da rede, embora em um valor baixo, apresenta apenas a relação entre conexões existentes dentre aquelas possíveis. Se, por exemplo, o valor atingisse 1, os nós se conectariam com todos os outros da rede. Em tese, apenas 11,4% das conexões possíveis são realizadas.

Para a organização dos grafos, utilizou-se o algoritmo Fruchterman-Reingold, oferecido pelo *software* NodeXL, caracterizado sobretudo por combinar “forças de aproximação [...] e repulsão [...] entre os nós, de forma a distribuí-los no espaço”

(RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015, p. 101). O grafo do grupo “Nós que amamos Brasília” está representado na Figura 14.

Figura 11 - Grafo do Grupo “Nós que amamos Brasília” (Dez. 2014)



Fonte: Organizado por Gonçalves, J. R. (2017).

Fez-se um recorte da rede do grupo objetivando retratar as interações ocorridas especificamente no tópico selecionado. Nesse recorte foram identificados 372 nós interagindo-se por meio de 42.222 conexões. As métricas utilizadas foram as mesmas mobilizadas para análise do grupo como um todo. Os dados auferidos encontram-se na Tabela 7.

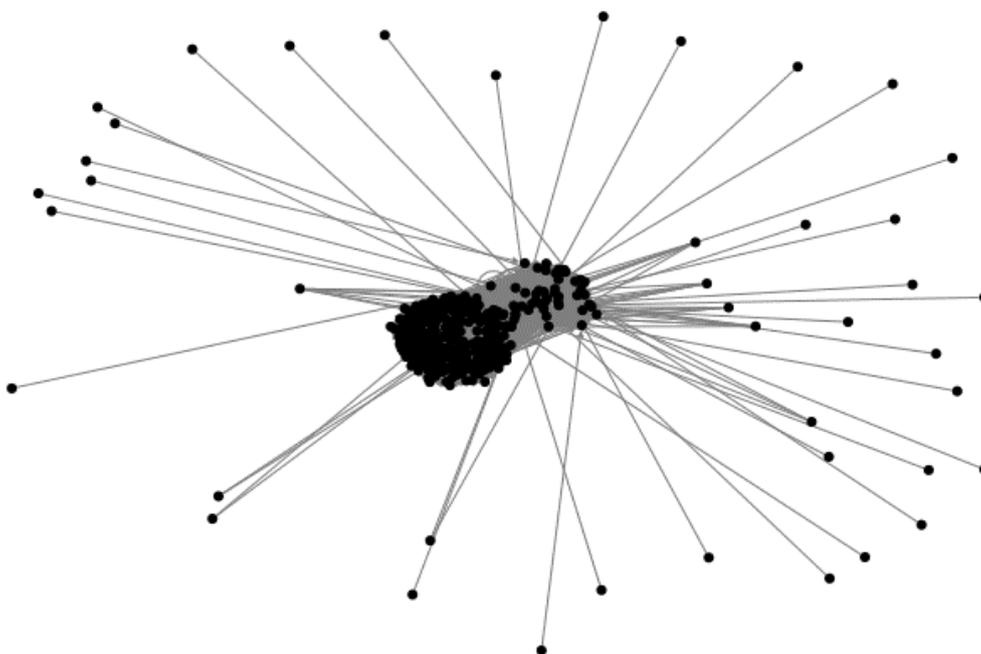
Tabela 7 - Métricas e valores para a análise do tópico “#Nova Marca” (2015)

Tipo de métrica	Descrição	Variação	Valores	Métrica	
				rede	nós
Centralidade de grau	Indica número de relações de cada nó	-	279,000		X
PageRank	Estima importância dos nós a partir de suas conexões	-	1,120		X
Centralidade de intermediação	Mede o quanto o nó é ‘ponte’ entre outros grupos de nós da mesma rede.	-	192,66		X
Coefficiente de clusterização	Identifica a possibilidade de nós se conectarem	0 a 1	0,503	X	
Densidade	Indica conectividade da rede	0 a 1	0,305	X	

Fonte: Organizado por Gonçalves, J. R. (2017).

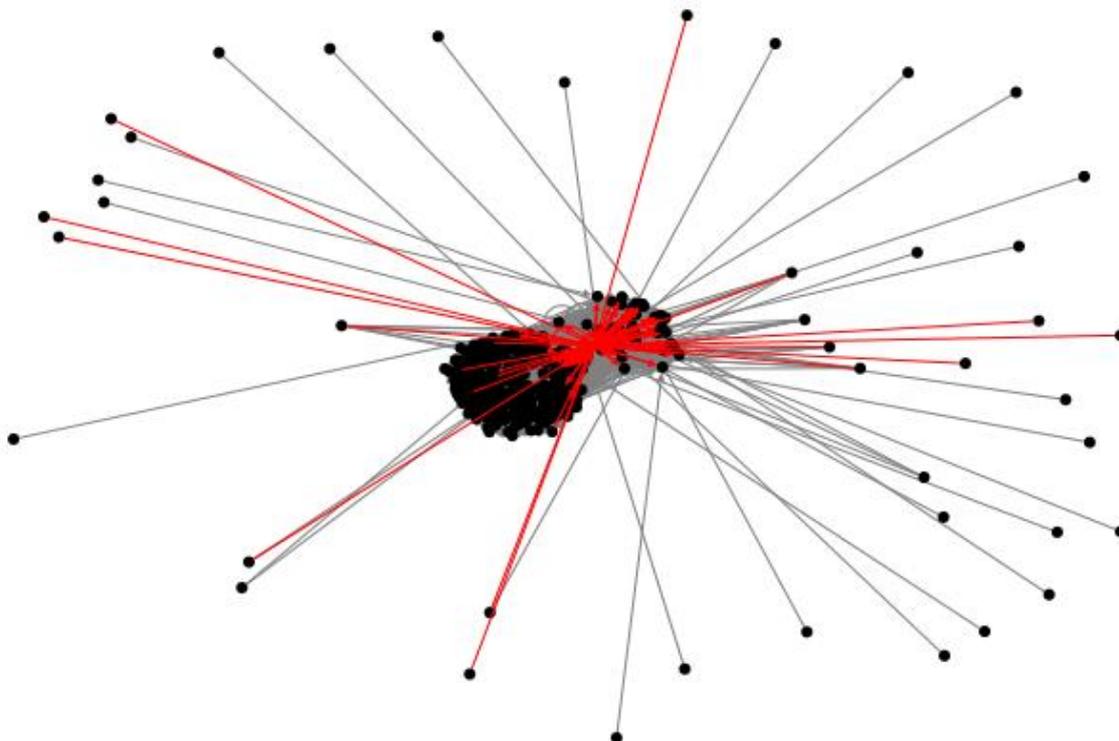
Cotejar os resultados das métricas aplicadas ao tópico “#Nova Marca” com os dados do grupo (Tabela 6) suscita algumas notas. Em primeiro lugar, a rede do tópico se mostra mais densa, o que é natural, já que todos aqueles que se inserem no debate são, de alguma forma, instados a interagirem. O coeficiente de clusterização diminuindo sugere uma maior planificação da rede, isto é, há uma diminuição na formação de aglomerados. A densidade maior da rede se reflete também no aumento da centralidade de grau, ampliando o número de relações por nó. O valor do PageRank também se dilata, evidenciando a qualificação das conexões realizadas entre os nós mais importantes. É, no entanto, na centralidade de intermediação que se verifica um contraste interessante: mesmo com grau menos elevado, percebe-se a importância de 72 nós com relevante papel de intermediação na rede, conectando nós que não participaram, diretamente, do tópico em questão e, até, nós que não fazem parte do grupo “Nós que amamos Brasília”, representado no gráfico em localizações mais dispersas (Figura 15). Quando se foca em um desses nós com maior grau de intermediação no tópico fica mais evidente a importância do mesmo para a rede - caso do nó representando o perfil F41 (grau de intermediação 6828,415) - ou mesmo o autor do tópico, perfil F7 (grau de intermediação 2488,512), ilustrados no grafo, respectivamente, nas Figuras 16 e 17.

Figura 12 - Grafo do tópico “#Nova Marca” (2015)

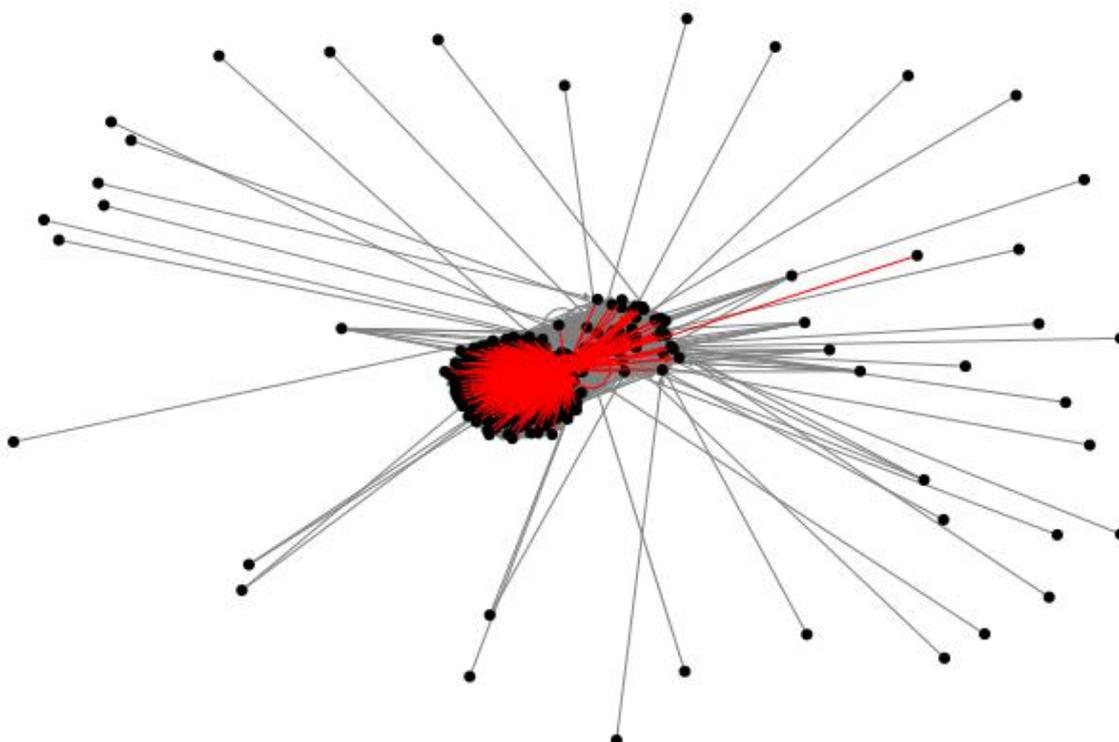


Fonte: Organizado por Gonçalves, J. R. (2017).

Figura 13 - Grafo do nó representativo do perfil F41



Fonte: Organizado por Gonçalves, J. R. (2017).

Figura 14 - Grafo do nó representativo do perfil F7

Fonte: Organizado por Gonçalves, J. R. (2017).

Com a utilização do aplicativo WordCloud foi possível identificar as principais expressões veiculadas nos discursos dos participantes no tópico em questão (Figura 18). A discussão sobre o novo slogan do governo distrital, “Governo de Brasília”, foi a proposta inicial do tópico. O debate intenso sobre os limites da cidade é expresso na frequência dos termos mais utilizados: “cidade”, “cidade-satélite”, “cidades”, “Plano”. O conceito de cidade é posto em questão. A conversação é sustentada em outros fundamentos quando comparados com aqueles realizados no Orkut, mas o resultado geral é bastante semelhante. Na comunidade do Orkut a discussão sobre a identidade brasiliense exigia o equacionamento da questão sobre os limites territoriais de Brasília, ao passo que no grupo do Facebook é a própria cidade de Brasília e o plácido entendimento de sua morfologia que a colocam no centro do debate.

constituição? Ou isso aí é só pra fazer um jogo marqueteiro com a classe média do Distrito Federal?”. Ao vislumbrar o caráter político da medida, o supracitado perfil percebe a condição de boa reputação social que o Plano Piloto possui, em função dos elevados índices de qualidade de vida, e intui que chamar todo o Distrito Federal de Brasília é uma medida ilusória, forçada até, do Estado para estender o orgulho de ser brasiliense a moradores das áreas mais periféricas. A intenção aparentemente crítica é, no entanto, mais conservadora do que parece ser, na medida em que compreende territorialmente Brasília como um reduto reservado apenas às classes sociais de renda mais elevada, restrita apenas ao plano inicial para a cidade. Assim, continua,

por que mudar o nome de algo que a gente já estava conquistando emocionalmente como nosso patrimônio? É porque ser rico é mais bonito - Brasília é rica. É porque ser chique é também é mais bonito - e Brasília é chique. É porque ser branco é melhor - e Brasília tem uma maioria branca. É porque ser patrão é melhor que ser empregado - e é em Brasília que os patrões estão reunidos. Assumir as contradições de um Distrito Federal diverso e regionalizado é o mínimo que este governo deveria fazer.

Perfil F15

Apelar às leis como fundamento da argumentação a favor de um conceito mais restritivo de Brasília, como faz insistentemente Lassance (2002), é recorrente. Entretanto, não é só em bases jurídicas que os defensores de uma Brasília territorialmente mais reduzida se apoiam. Arrazoando sobre as peculiaridades da capital federal, o perfil F42 assim se pronuncia:

quanto ao DF, eu me questiono que tipo de cidade nasce de uma hora pra outra já com uma área de 5.700 km²? Cidade com área rural? Isso não é uma cidade na íntegra. Washington tem a mesma extensão que o Distrito de Columbia e ainda foi reduzido de pouco mais 200 km² para uma área de 177 km². A cidade de São Paulo tem 1.500km² e chegou a este tamanho crescendo de dentro pra fora, como toda e qualquer cidade, durante mais de 460 anos. O Rio de Janeiro levou 450 anos para chegar ao tamanho de mais de 1.200 km². Essas de fato são cidades com suas regiões ou bairros descendentes de um núcleo. Então, isso com o DF atual é absurdo. [...] O DF de hoje tem mais de 5.700 km² enquanto o seu antecessor Município Neutro que posteriormente passou a ser DF possuía o tamanho do município da cidade do Rio. Então, de repente surge uma cidade no extremo sudoeste do DF, distante absurdos 67 km de Brasília e vai ser tratar de um bairro da mesma cidade? Culturalmente é impossível se tratar da mesma cidade, não importa se a constituição determina isso ou não. [...] Além do mais, o viés de injustiça ou insensatez também faz parte das leis, mas isso já é outro assunto.

Washington possui origem compartilhada com Brasília: ambas foram construídas essencialmente para serem sedes do poder federal. O Distrito de Colúmbia assemelhando-se ao Distrito Federal enquanto base jurídico-territorial da cidade não pode ser desconsiderada. O Perfil 42 se atenta unicamente ao tamanho dos limites territoriais

da cidade, o que é inapropriado, especialmente agora, quando a megalópole BosWash (Boston e Washington) se irrompe em setecentos mil quilômetros de área conurbada. A comparação com cidades tradicionais, como São Paulo, também não parece ser adequada, uma vez que a origem e evolução urbana são distintas (espontâneas a partir de núcleos centrais versus planejada a partir de polinucleamentos).

Ao analisar a periferia de Brasília, seja marcada pela importância econômica (Taguatinga, por exemplo), seja pela requalificação urbana (Jardim Botânico, por exemplo), percebe-se obstáculos à simplificada compreensão de que as cidades-satélites sejam, ainda hoje, espaços estigmatizados. Parte disso se deve a valorização das áreas periféricas, conforme discutido na seção cinco. Vários condomínios fechados destinados a classe média se instalaram nos interstícios rurais do Distrito Federal. Colabora, nesse caso, para a maior fragmentação da cidade, uma vez que privilegia uma “mistura de usos desconectados, mal articulados pelas infraestruturas de transporte” (VASCONCELOS, 2016, p. 22). As distintas concepções sobre os limites territoriais de Brasília repercutem aqui novamente, salientando a importância que as fronteiras imprimem nas identidades territoriais. Um dos participantes, por exemplo, defende que

não é governo de Brasília é Governo do Distrito Federal como está na Constituição Federal. [...] As pessoas hj se orgulham de suas cidades-satélites! [...] com esta marca ele [o governo] quer Brazilizar o DF que tem culturas totalmente diversificada em cada Satélite.

Perfil F61

A alusão a “brasilização” das cidades-satélites é compatível com a tese levantada por Leite (2011). Para a autora, as diferentes identidades territoriais construídas nas cidades-satélites do Distrito Federal são sufocadas frente ao processo de hegemonização da identidade brasiliense. É também essa a posição do Perfil 42, quando reconhece que tratar Brasília em sentido *lato sensu* “ignora o problema da identidade do cidadão com o lugar em uma região imensa para o porte de uma cidade”. Entretanto, como debatido na seção três, o lugar é mais do que simples localidade, possuindo uma multiescalaridade notável. Posteriormente, o referido Perfil detalha melhor sua posição:

Muito já se debateu sobre isso [o que é Brasília]. Muitos se apegam ao apelo emotivo do pertencimento e se esquecem de que já pertencem a centros urbanos com origem, identidade e existência própria. Brasília e Plano Piloto não são a mesma coisa, muito menos DF [...]. Portanto o que é previsto na constituição, o que inclusive não é a definição de cidade, é apenas uma definição político-administrativa para que na prática a capital possa existir dentro da Federação, mas não mudam na íntegra os conceitos que realmente definem uma cidade. Portanto, em minha opinião, as cidades no DF, na prática, não são nada mais além do que cidades, cada qual com a sua identidade e importância.

É preciso, contudo, considerar tanto a multiescalaridade do lugar quanto a correspondente multiescalaridade do pertencimento. Assim como o sentimento de pertencimento transita da casa ao mundo, a formação identitária semelhantemente se processa. Não há incoerência, como mesmo Leite (2011) reconhece na conclusão de sua pesquisa, entre se sentir brasiliense e, ao mesmo tempo, cultivar forte identidade com sua cidade-satélite. Reforça, aqui, a distinção provocada pelo conceito restritivo de Brasília coincidindo com os limites territoriais da Região Administrativa I. Tal conceito restritivo é, para alguns participantes, aplicado com mais rigor. É o caso do perfil F11, ao afirmar que “Brasília é Asa Norte e Asa Sul”. Na mesma direção, o perfil F2 narra que “toda vez q estou viajando e conheço alguém de Cidade Satélite, eles falam q moram em Brasilia... Ai pergunto qual Asa? Aí vem a resposta verdadeira... mas diz q é Brasilia...”. Os sentidos de Brasília, muitas vezes díspares e até contraditórios, se manifestam modelarmente na fala de outro participante, como se verifica no excerto abaixo:

Há que separar as coisas, Brasília é Brasília e cidades-satélites, são cidades-satélites! Nada contra as satélites, muito pelo contrário, apesar de ser brasiliense nascido e criado, hj moro em Sobradinho, uma cidade satélite que adotei no meu coração e gosto muito daqui. Tava até rolando umas conversas de que Sobradinho ia virar um bairro de Brasília e deixar de ser uma cidade, não sei se era verdade isso, mas ainda bem q isso não aconteceu, pq hj como cidades, as satélites recebem bem menos investimento que Brasília, imagina se virarem bairro.

Perfil F56

Essa dificuldade em operar com o conceito de cidade, no discurso dos brasilienses, confirma a complexidade em que a capital federal se insere no imaginário das pessoas. Os referenciais são móveis, cambiantes. A fala do Perfil 56 expressa bem essa condição. De um lado, se tem a convicção de que Brasília, aqui entendida como sua parte central, é favorecida em relação aos investimentos do governo local; de outro, a preocupação manifestada pela suposição de que, se transformada em bairro da privilegiada Brasília, a posição de Sobradinho no conjunto urbano do Distrito Federal seria diminuída. Os limites da cidade de Brasília estão postos em questão. Barth (2000) já alertara quanto a importância das fronteiras na constituição da identidade. Se, por um lado, a identidade se encontra em uma arena de disputa quando os limites e fronteiras estão claros, é compreensível que, quando as fronteiras estejam em contestação, o apego aos limites territoriais seja ainda mais tenaz. A esse respeito, esclarece Gomes (2012, p. 63):

Como o grupo se define pelo mecanismo de exclusão, tendo em vista uma característica demarcadora qualquer, ele sempre se vê

ameaçado pelos elementos oriundos de fora dele, e essas fronteiras, ainda que fluidas, são territórios de conflito, reivindicação e reprodução da ideologia central da diferenciação.

No Brasil, a cidade é tradicionalmente compreendida como um tecido urbano contínuo. É assim, por exemplo, que o Perfil 42 argumenta sobre o conceito de cidade: “não faz sentido, dentro do conceito do qual uma cidade se constitui, considerar ser a mesma cidade núcleos urbanos distintos, separados geograficamente e que não surgiram do mesmo agrupamento social e cultural”. Está aqui evidente a incompreensão da multiterritorialização pós-moderna, em que a contiguidade espacial dá lugar ao território fragmentado, descontínuo e, em algumas circunstâncias, simultâneo (HAESBAERT, 2012). A distinção entre agrupamentos sociais, aliás, permitiria a compreensão que se trata, aqui, de uma apologia a naturalização de uma cidade marcada pelo fenômeno da segregação espacial - em maior ou menor grau, e como qualquer outra localizada especialmente em país subdesenvolvido. É o que reclama o Perfil 25:

O debate eh político e inclui preconceito e segregação. Quem dos que acham q Brasília eh apenas o Plano Piloto acha q Águas Claras, Lago Sul, Lago Norte e Sudoeste são ‘cidades satélites’?.

É um justo incômodo, afinal, como se viu, não é incomum considerar cidade-satélite, enquanto um conceito da urbe moderna, parelha ao mero recurso de reordenamento político-administrativo representado pelas regiões administrativas. Há uma diferenciação social também, muito bem captada pelo participante: tradicionalmente, as cidades-satélites são compreendidas como núcleos urbanos ocupados por pessoas da base da pirâmide social. Numa tentativa de clarear esse entendimento, o Perfil 13 argumenta que

“hoje as satélites não são de pessoas pobres, estas migraram para invasões ou entorno. Negócio de RA's foi criação de burocrata que não tinha o que mudar e deixou sua idiota marca. A Suíça, em volta de grandes cidades como Zurich, dentre outras tem também cidades-satélites, por sinal muito bem cuidadas, não como aqui. Questão cultural e não nominativa”

Entre os urbanistas é ponto razoavelmente pacificado a compreensão de uma morfologia polinuclear como caracterização de uma cidade. Aliás, no cenário das grandes cidades brasileiras a capital federal não está só. Rio de Janeiro e Florianópolis, por exemplo, são duas cidades também caracterizadas por tecidos urbanos esparsos, polinucleados e não contínuos. A comparação de Brasília, cidade planejada de forma polinuclear, com as demais cidades tradicionais, espontâneas e originalmente mononucleares, se repete frequentemente, como pode ser exemplificada na fala abaixo:

Não dá para imaginar uma única cidade legítima surgindo de vários núcleos urbanos distantes uns dos outros. Isso vai contra o princípio fundamental do que é a essência de uma cidade. Brasília pode ser diferente de tudo mais tradicional, mas da essência básica do que é uma cidade ela não pode fugir e muito menos os outros núcleos urbanos do DF, mesmo que não possam assim ser definidos por lei.

Perfil F42

Brasília é uma cidade legítima, mesmo sendo uma criação deliberadamente planejada? Dificilmente urbanistas responderiam negativamente a essa pergunta. É o que faz o Perfil 41: “Brasília deveria ser diferente, sim! Pois o plano era que as diversas classes sociais morassem na mesma superquadra... No mesmo bloco... Foi o Lucio Costa quem disse...”. A utopia de uma cidade em que as diferenças sociais fossem amenizadas é registrada também por outro participante, ao lembrar que, no plano original de Brasília havia a ideia de que a cidade deveria permitir “conviver o contínuo da repartição com o Senador e o Diretor Geral” (Perfil F13). De fato, o urbanismo moderno atribui ao planejador urbano, em particular, a condição de demiurgo cidadão, com poderes e conhecimentos técnicos suficientes para contribuir na construção de uma nova sociedade a partir do traçado planejado para uma nova cidade (MARQUES, 2010; HOLSTON, 1993).

A condição *sui generis* do Distrito Federal - não é Estado, não é município - provoca ainda mais confusão, como é de se esperar. Assim, o Distrito Federal é tomado como sinônimo de estado (Perfil F2); os bairros de Brasília são as cidades-satélites (Perfil F13); Brasília, considerada em sua perspectiva restrita, é vista como um bairro de si mesma (Perfil F15); cidades-satélites são entendidas como bairros de Brasília (Perfil 18); Lago Sul, área nobre de Brasília, é identificada como uma cidade-satélite assim como o Setor Habitacional Sol Nascente, parte de Ceilândia e recentemente considerada a maior favela da América Latina⁹⁴ (Perfil 21); cidades-satélites foram substituídas por regiões administrativas, que são o mesmo que bairros de Brasília (Perfis 36 e 41):

Brasília fica no DF...então não haverá mais o Distrito Federal.... então Minas Gerais inteira vai ser Belo Horizonte???? As outras cidades viram Bairro???? Não concordo!!!!

Perfil F2

Tudo para mim é um município chamado Brasília, com bairros, denominados satélites, como Taguatinga e outros.

Perfil F13

⁹⁴ Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/09/28/interna_cidadesdf,390588/maior-favela-da-america-latina-sol-nascente-toma-posto-da-rocinha.shtml. Acesso em 31 mar. 2017.

Sobre essa discussão só digo o seguinte: Planaltina tem 155 anos. Brasília fará 55 anos amanhã. Se fosse tão lógico chamar todo o DF de Brasília, Brasília deveria abarcar e levar com ela a idade de todas as RAs ou cidades-satélites, como queiram. Uma vez que isso não é possível, Brasília se torna só mais um bairro do Distrito Federal, que tem Planaltina, Sobradinho, Paranoá, Gama, Ceilândia, Taguatinga, São Sebastião, Sol Nascente... Sem mais para o momento!

Perfil F15

As cidades-satélites, nada mais é do que bairros de Brasília, pq não têm vereadores, nem prefeitos, muito menos orçamento/recursos individualizados, então o governador está certo!

Perfil F18

E eu gosto da nomenclatura original, Brasília é o Plano Piloto e todas as outras cidades, são satélites. Gosto do nome "cidade satélite". Moro no Lago Sul e acho que Lago Sul é cidade satélite sim! O Cruzeiro, Sudoeste, Águas Claras, Ceilândia, a favela Sol Nascente, tb. Vcs precisam se conformar que o Distrito Federal é apenas a região que abriga a capital administrativa e política do país.

Perfil F21

Não existem cidades-satélites. São regiões administrativas. E Brasília não é só o Plano Piloto. É tudo. Gostemos ou não gostemos é isso. Ceilândia, Gama, etc, não são cidades, são bairros ou RAs.

Perfil F36

Taguatinga, Ceilândia, Sobradinho, Paranoá e as demais são REGIÕES ADMINISTRATIVAS, não são cidades, são BAIRROS! são parte da região metropolitana do DF. Elas, as "cidades satélites" (termo errado que discordo ser usado no DF desde o princípio) não tem nenhuma autonomia, política, financeira e nem administrativa. Não são municípios, e nem distritos municipais! Portanto, são bairros! Espero ter sido clara!

Perfil F41

Tomada pela profusão de sentidos encontrados, como já ressaltada na seção cinco e exemplificada nos excertos acima, a situação dúbia de Brasília é auxiliada ainda pelas idas e vindas da legislação. Na conversação é percebida, com ironia, também em uma fala de um dos participantes: “só precisa criar uma lei para não mudar mais [as leis]” (Perfil F47). Nesse contexto de disputa de sentidos, as leis caracterizam-se pela inocuidade, especialmente quando o Estado quer regular topônimos já consolidados no cotidiano da população. Cidade-satélite, por exemplo, foi um termo proscrito em documentos oficiais em 1998, por força do Decreto Nº 19.040, aparentemente motivado por entender que cidade-satélite era um termo pejorativo e depreciativo (SABBAG, 2012). Não escapa, também, da análise de um participante:

A expressão cidade satélite já foi proscrita há tempos. Dando aulas sobre o tema, sempre nos referimos às RAs. E quando viajamos para outros lugares, ninguém diz: sou de Taguatinga ou de Sobradinho. A pessoa diz: venho de Brasília.

Perfil F64

Entretanto, cidade-satélite continua em uso, tal qual a referência ao centro de Brasília como Plano-Piloto. A reação ao impedimento da nomenclatura “cidade-satélite”, mesmo passado tanto tempo da publicação do decreto, é marcada por espanto e contrariedade, como demonstrado nas intervenções feitas pelos perfis F13 e F45, respectivamente:

Quem foi o governador da asneira? Pejorativo é entorno. Deve ser algum analfabeto que nunca leu sobre a história da cidade que governava, pensou apenas em agradar eleitores e não mostrar que satélite não é pejorativo.

Adoro o nome ‘cidade-satélite’. Apenas alguns países possuem. O termo ‘Região Administrativa’ vai se tornar pejorativo daqui a alguns anos. E depois vão chamar de que? E proibir de usar um nome ou termo é erradíssimo.

Ao analisar topônimos de Brasília, Paviani (2005, s/p) considera que sendo “a população que consolida a denominação, não há como deixar de acatar a Geografia e a toponímia por ela criada”. Ora, é sabido que o topônimo “estabelece um vínculo de identidade entre o termo escolhido e o lugar nomeado” (SIQUEIRA, 2011, s/p), de modo que, em muitas situações, o nome oficial, imposto por lei, concorre com outro, consagrado pelo cotidiano das pessoas. É assim, efetivamente, que o plano-piloto de Brasília se transformou em Plano Piloto, o topônimo designado popularmente para o centro de Brasília, e também assim reconhecido por Lucio Costa, a mente criativa por detrás da ideia urbana da cidade (COSTA; LIMA, 2009). Na toponímia, portanto, se estabelece uma evidente disputa identitária. A propósito, o slogan do pioneiro Simpósio Internacional Pan-Americano de Toponímia⁹⁵, realizado no Rio de Janeiro em 2017, expressa bem essa condição: “um nome, um lugar, uma cultura, uma identidade”. Uma vez considerando a cultura, no geral, e identidade, no particular, como arenas em disputa, os topônimos representativos dos lugares também o são. Basta, por exemplo, perceber a crítica feita ao Plano Piloto enquanto topônimo, vista especialmente entre aqueles que defendem um conceito mais restritivo de Brasília (Lassance, 2002). É assim, por exemplo, que se manifesta o Perfil 42, quando advoga que

“Plano Piloto” é uma concepção popular errônea e uma forma inadequada de referir-se à cidade de Brasília. Na arquitetura e urbanismo, “plano piloto” é o nome dado aos projetos iniciais de um empreendimento e normalmente consta nos planos com o nome “Plano Piloto de tal empreendimento”. Goiânia, Belo Horizonte e várias outras cidades planejadas tiveram os seus Planos Pilotos e nem por isso assim são chamadas. A constante exposição dos planos de Lucio

⁹⁵ O evento foi uma organização conjunta da União Geográfica Internacional (UGI), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do Instituto Pan-americano de Geografia e História (IPGH) e da Associação Cartográfica Internacional (ICA).

Costa na mídia cooperou para essa interpretação popular ajudada pela coincidência no formato do desenho, no qual muitos ainda inadvertidamente, acreditam ser inspirado em um avião.

De outro lado, e para reforçar a condição dissensual do tema em questão, o Perfil F46 pondera favoravelmente sobre o Plano Piloto enquanto topônimo:

Pensem só um pouquinho antes de falar besteira. Mira: PLANO PILOTO de Brasília. É um projeto, a partir dele a cidade acontece, não é a cidade propriamente dita. Não tem como errar. A Constituição diz claramente que o DF não é dividido em municípios, Brasília é uma coisa só.

A indivisibilidade do Distrito Federal em municípios, uma regra constitucional, é um argumento adequado, como se viu na seção cinco para o reconhecimento da existência de uma única cidade no quadrilátero. Mais que isso: reconhecer a cidade como um organismo que nasce, cresce, se desenvolve e, em alguns casos, após uma espiral decadente, morre, envolve perfilhar o projeto da cidade, sendo ela planejada, como o ponto inicial de sua expansão. O objetivo do plano urbano para uma cidade a ser construída é levantar a infraestrutura básica a partir de um planejamento; no caso de uma capital, além da infra-estrutura urbana, é necessário pensar o espaço de alojamento do poder. Tal qual aconteceu em Brasília: das pranchetas dos arquitetos brotaram os palácios, a alocação das diversas atividades urbanas organizadas em setores e a intenção de organizar o alargamento das fronteiras da cidade em um tecido urbano descontínuo ao projeto original, protegido que seria por um cinturão verde. É nesse sentido que converge as argumentações feitas pelos perfis F41 e F48, respectivamente:

Brasília é o Distrito Federal, não é apenas o Plano Piloto desenhado por Lucio Costa! O erro é chamar regiões administrativas, de cidades! cidade-satélite é um termo urbanístico não se refere a configuração política-administrativa!

Brasília é toda a malha urbana dentro do Distrito Federal. A área tombada é apenas o centro histórico do que ficou conhecido como sendo o Plano Piloto de Brasília.

É na perspectiva de uma Brasília em sentido *lato sensu*, mais inclusivo, portanto, que o slogan da gestão distrital 2015/2018 se firmou. Para o Perfil 64, o propósito da iniciativa foi louvável: “o símbolo é, como o nome já diz, simbólico da intenção. Acho legal ter esta afirmação formal do compromisso com todas as RAs. Torçamos para que se efetive na prática”. É uma forma de entender Brasília por inteiro e colocar o Estado a serviço da cidade como um todo, assegura. Na mesma direção, outro participante reconhece na iniciativa do slogan “um governo q começa a tratar a cidade como metrópole” (Perfil F25).

A compreensão de que o centro da cidade recebe mais cuidado, e não somente do Estado, mas da sociedade organizada, é percebida na fala de outro participante:

Moro na Asa Norte, e é assim que percebo os moradores do bairro Plano Piloto: só olham pro próprio umbigo. Tanto que em diversas discussões a respeito de como melhorar o espaço urbano daqui, ao verem ameaças ao tombamento até quando não há, muitas vezes rechaçam alternativas, algumas vezes até bem interessantes, com o argumento ‘quer fazer isso, que faça nas satélites’, como se as demais regiões de Brasília fossem depósitos de rejeitos.

Perfil F46

Embora o debate não seja tão tenso quanto aquele registrado na comunidade “Brasília”, no Orkut, os marcadores de polidez são explícitos quando, para amenizar pontos de vista extremos, outros participantes inserem uma perspectiva de conexão entre os opostos. É o que faz o Perfil 48, ao perguntar “quem aqui não se considera um Calango do Cerrado independentemente de onde moram e com suas diversidades? Galera, o negócio é unir, seja do Plano, Sobradinho, Ceilândia, Gama (putz que forró gostoso) e todos os demais”. A unidade proposta é intermediada pela tensão latente entre identidade atribuída e identidade reivindicada (DUBAR, 2008). Afinal de contas, reconhece outro participante, “quem não conhece Brasília acha que aqui é apenas a Esplanada, Congresso, política e funcionário público com altos salários” (Perfil F49). Para que a identidade atribuída, de forte efeito negativo, não se torne hegemônica, é preciso que a identidade reivindicada se fortaleça. Nesse sentido, o Perfil F25 arrazoa, coerentemente, que

enquanto não apresentarmos ao Brasil a cidade cosmopolita que somos com a ocorrência de variados aspectos culturais seremos sempre vítimas do preconceito, desprezo e ódio do resto do Brasil q tbm acha que somos apenas a Esplanada dos Ministérios.

Onde estaria, então, a natureza desse cosmopolitismo sublinhado como característica de Brasília nessa conversação? O perfil F13 defende o caráter cosmopolita de Brasília pode ser observado uma vez que ela “é a capital de todos os brasileiros. Esta foi a concepção da cidade. Veja o discurso de Juscelino ao aprovar, no Congresso, a construção da cidade”. Provavelmente, refere-se ao discurso de Kubitschek na solenidade de hasteamento da bandeira quando, ao receber a chave simbólica da cidade, o presidente afirmou que era apenas “guardião desta chave. Ela é tão minha quanto vossa, quanto de todos os brasileiros” (KUBITSCHEK, 1961, p. 141). Povoada por brasileiros de diferentes origens, Brasília agrega, do ponto de vista cultural, os diferentes brasis. É dos choques entre os diferentes, do margear desses brasis no singular espaço de Brasília que se constrói a identidade brasiliense, tributária a herança cultural brasileira como um todo.

Por fim, repete-se no t3pico do Facebook a mesma sa3da apontada na comunidade do Orkut para os cada vez mais volumosos problemas urbanos em Bras3lia e no seu entorno: a cria33o de um novo Estado. Assim como no Orkut, no grupo do Facebook a ideia 3, como em todo o debate sobre Bras3lia, pouco consensual, como demonstrado nas falas dos perfis F25, F49 e F62.

“A solu33o eh criar o Estado do Planalto..Taguatinga .a Capital..Sou a favor..Deixemos Bras3lia para seus burocratas..e pol3ticos com sua chatice e sisudez” Frase de um feirante de Ceilandia rejeitando Bras3lia como se Ceilandia fosse outro “pais”

Perfil F25

J3 ouvi dizer que h3 proposta no Congresso Nacional que prop3e o desmembramento de Bras3lia e as cidades-sat3lites, juntamente com alguns munic3pios do entorno, tornarem um estado na qual, a capital seria Taguatinga.

Perfil F49

Essa hist3ria de "Estado do Planalto" 3 t3o mal cheirosa quanto a constru33o de um novo centro administrativo do DF em Taguatinga! [...] Querem mais c3maras, vereadores, deputados estaduais, assembl3ias e toda a estrutura administrativa que isso exige? Pra qu3, pra quem? Em que isso vai melhorar a situa33o da sociedade? Vai ser preciso mais dinheiro pra todos esses pol3ticos. Menos dinheiro pra resolver os problemas. A unidade 3 a melhor maneira de usar os recursos financeiros, administrativos...

Perfil F62

A ideia de cria33o de um novo estado compreendendo munic3pios goianos, mineiros e cidades-sat3lites de Bras3lia n3o 3 recente. J3 tramitou no Congresso Nacional proposta de cria33o do estado do Planalto Central, apresentado inicialmente em 2002 (Projeto de Decreto Legislativo n. 298/02) com capital em Taguatinga, cidade-sat3elite de Bras3lia, e reapresentado em 2013 (Projeto de Decreto Legislativo n. 1127/13); e, mais recentemente, do Entorno (Projeto de Decreto Legislativo n. 246/15). Desde 2011 se articula o Estado do Itiquira, defendido por algumas lideran3as goianas, mas sem projeto em tramita33o no Congresso Nacional. O novo estado abrangeria munic3pios do nordeste de Goi3s e parte norte do Distrito Federal, com capital em Formosa (GO). Todos os projetos encontram-se, atualmente, arquivados. Para Holanda (2010, s/p), isso 3 positivo, uma vez que criar um novo estado, e restringindo a capital federal 3 RA-I, agora sem autonomia, exatamente como antes da Constitui33o Federal de 1988, n3o passa de “exumar cad3veres”, sendo, portanto, uma iniciativa marcada pelo retrocesso e, certamente, in3cua na promo33o do desenvolvimento da regi3o.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*bem, o Sr. já nos mostrou
os blocos, as quadras,
os eixos, os palácios...
será que dava pro Sr.
nos mostrar a cidade
propriamente dita?*
Nicolas Behr

As identidades essencialistas há muito já foram questionadas. Tratar de identidade, hoje, prescinde da busca da mesmidade, de uma essência imutável imanente a um determinado grupo social. A identidade nunca está “pronta”. É um devir constante, em que tradições são combinadas e recombinaadas com novos elementos. Identidade em construção é um pleonasma, uma vez que é o inacabamento uma característica correspondente a toda identidade. Em um mundo com mudanças cada vez mais rápidas e intensas, a marca da fluidez se torna patente nos processos sociais hodiernos (BAUMAN, 2004). Mobilizadas pelos avanços da técnica e conseqüente aumento de fluxos (informações, pessoas, mercadorias), as reordenações territoriais implicam, inexoravelmente, em mudanças sociais. As identidades não estão incólumes, pelo contrário: assumem notável fluidez e a inerente disputa por sentidos se agudiza.

As cidades pós-industriais também colaboram na fluidez da identidade, uma vez que a fragmentação é uma de suas marcas. Caracterizada pela descontinuidade, densidade, tecido esparsa, a tendência das cidades atuais é apresentar dois atributos que são aparentemente contraditórios, mas funcionam como par dialético: de um lado, o inclusivo e receptivo cosmopolitanismo; de outro, o fechado e refratário provincianismo. Pessoas das mais diversas origens (geográficas/culturais) constroem, a partir de suas diferenças e semelhanças, uma identidade territorial na medida em que se apropriam simbolicamente do espaço vivenciado.

É sob o signo da hibridização que a identidade brasileira, pensada e construída desde o final do século XIX, foi forjada. Brasília, a capital construída, tornou-se símbolo dos discursos em busca da brasilidade promovida pelo Estado. A nova capital representava os esforços de unificação da nação em uma perfeita conjugação entre povo - o mestiço cognominado candango, o arquétipo do brasileiro - e a ocupação do território via interiorização. O desejo de um Brasil do futuro e a negação de um Brasil do passado são refletidos no processo que resultou na criação de Brasília. Por essa razão, investigar a identidade brasiliense é também pesquisar a identidade nacional. Como capital, Brasília expressa bem as contradições do país e de sua identidade.

A cidade de Brasília possui, desde sua gênese, uma ambiguidade conceitual. Tal fato colabora para as múltiplas identidades que a cidade propicia. Viver Brasília (“qual Brasília”?) implica imediatamente na condição do ser brasiliense. Colabora tanto o caráter migrante de origem do brasiliense - seja ele próprio, seja sua ascendência - quanto a espacialidade, especialmente se observada sob perspectiva histórica. Assim, a confluência de população de diversas posições geográficas do território nacional, enquanto cidade que atraiu – e ainda atrai – brasileiros de diferentes lugares do país, permitiu um adensamento cultural notável. O nascimento da cidade, por sua vez, se deu morfológicamente em polinucleamento, um conjunto entre um núcleo central e cidades-satélites ao entorno. O crescimento vertiginoso a partir dos anos 1970 resultou em um tecido urbano cada vez mais contínuo, em função da conurbação, espreado-se para além dos limites territoriais do Distrito Federal.

O fato de conubar-se não arrefeceu o crescente processo de fragmentação da cidade, representado em maior grau pela proliferação dos condomínios residenciais horizontais. Agrega-se, ainda, o fato de que a tensão social brasileira foi vivida em Brasília em grau ainda maior, caracterizado sobretudo pela presença de um espaço planejadamente segregado – não obstante o mito inicial do ministro e seu motorista morando na mesma superquadra. A periferização da capital avançou para além das fronteiras do Distrito Federal, em um fenômeno comum às cidades brasileiras: a transferência das massas pobres da população para lugares cada vez mais distantes do centro da cidade. Os agentes imobiliários, convertendo terras baratas da periferia de Brasília em lucrativos condomínios fechados, foram um dos responsáveis pelo processo de gentrificação da capital e, conseqüentemente, ampliação das franjas urbanas da cidade para o estado goiano.

Há uma notável dificuldade em entender Brasília fora das tradicionais esferas estado/município. Combinada a nem sempre clara legislação, os significados possíveis do que é ser brasiliense embaralham-se ainda mais. Nesse tensionamento, diferentes atores marcam posições na flexão da identidade brasiliense. De um lado, IHGDF, trabalhando no intuito de condensar uma memória sobre a cidade em seus limites mais estritos. De outro, os urbanistas e geógrafos ligados à academia, abraçando a perspectiva de uma cidade para além do Plano Piloto. Tais perspectivas encontram rebatimentos no levantamento do estado da arte, possibilitando consolidar hipóteses de trabalho.

De fato, ao observar as diferentes pesquisas já realizadas sobre Brasília e sobre a identidade brasiliense tornou-se possível agrupá-las em duas categorias, mais ou

menos homogêneas, seja quanto a interpretação da cidade, seja quanto a compreensão do perfil identitário. Em relação a concepção da cidade, duas vertentes se abrem. Primeira, a concepção mais restritiva (Brasília *stricto sensu*), fundamentada especialmente em bases legais. Segunda, a concepção mais ampla (Brasília *lato sensu*), fundada no olhar para o crescimento e metropolização de Brasília.

A identidade brasileira, por sua vez, tem relação direta com essas concepções sobre a cidade, metamorfoseando-se em função de qual delas é levada em consideração: as vezes mais restrita, as vezes mais inclusiva. Além disso, colabora para a complexidade da identidade brasileira a natureza da origem migrante do brasileiro. Forma-se um caldo de culturas na capital do Brasil. No olhar para essa complexidade, os pesquisadores dividem-se em caracterizar a identidade brasileira ou como amorfa (uma **não-identidade**), fazendo lembrança a curta história da cidade para justificar a falta de sedimentação de características singulares que a diferenciasse de outras identidades, ou como uma **identidade-mosaico** (ou identidade síntese), caracterizada pela mixagem de pedaços do Brasil em seu espaço. Para a primeira, Brasília carece ainda de um modo de vida urbano, de uma cultura que lhe seja peculiar. Já a segunda reconhece no colorido cultural brasileiro manifesto em Brasília o cerne de sua identidade.

Incluir as redes sociais como campo empírico de pesquisa agregou novos valores à reflexão sobre o tema. Do ponto de vista metodológico, a netnografia respondeu bem a expectativa da pesquisa, na medida em que possibilitou com êxito a seleção, descrição e interpretação do material coletado. Associada a ela, a Análise de Redes Sociais permitiu, no caso do Facebook, uma melhor compreensão da dinâmica da interação realizada. A elaboração e interpretação dos grafos permitiram a compreensão do conjunto da rede e da importância de alguns atores em suas relações com os demais membros da comunidade. É nesse painel interessante que se movimentou a pesquisa proposta sobre a identidade brasileira.

A propósito, não foi o intuito dessa pesquisa caracterizar uma identidade brasileira por uma “mesmidade”, por uma “essência”, como posto pelo conceito essencialista de identidade. Compreendê-la como um constructo social em trânsito, relacional, fluido, permite apenas uma noção, sempre provisória, do que se apresenta como identidade territorial. A esse respeito, concorre para a formação da identidade brasileira sua curta história. A transitoriedade marcada pela migração, a fragmentação da cidade, a superposição de sentidos, inclusive territoriais, são, em Brasília, marcas da pós-modernidade, expressos no urbanismo por uma bricolagem de estilos (HOLANDA,

2010). Se para Maffesoli (2014) o Brasil é um laboratório da pós-modernidade, Brasília melhor o representa através da pluralidade, das diferentes representações culturais, da estrutura de identidade-mosaica que se estabelece.

No universo empírico da pesquisa, constituído pelas duas redes sociais, o debate intenso sobre a cidade de Brasília e a identidade brasiliense, marcada sobretudo pela dificuldade em estabelecer consensos, evidencia a complexidade do tema. As conversações giravam em termos bastante semelhantes à categorização feita por especialistas, conforme averiguada nas seções cinco e seis.

Dois macrotendências se revelaram no debate sobre a cidade no Facebook: uma Brasília restritiva, de um lado, compreendida desde as mais radicais interpretações (como apenas o Plano Piloto, essencialmente), às mais inclusivas, adicionando áreas vizinhas ao centro da cidade; e, de outro, uma Brasília em sentido amplo, compreendendo todos os núcleos urbanos do Distrito Federal ou, ainda mais simplesmente, a cidade se coincidindo territorialmente com a própria unidade federativa.

Em relação a concepção de uma Brasília restritiva (*Brasília stricto sensu*), o apelo às leis foi uma constante, acompanhando Lassance (2002), talvez o mais referenciado defensor dessa tese. Nesse caso, Brasília se torna limitada pela área territorial da RA-I. Há concepções mais restritivas, como a citada Brasília restrita ao Plano Piloto. Já na concepção mais ampla, mais inclusiva (*Brasília lato sensu*), os participantes do debate reconheceram a parte histórica da cidade, construída a partir do projeto de Lúcio Costa, apenas como a área central da cidade. As cidades-satélites são componentes de Brasília.

Ocorre que a monumentalidade de Brasília impressiona, esparramada que está entre os cinco mil quilômetros quadrados do Distrito Federal e com tecido urbano já conurbado a municípios goianos. Nas diferentes cidades-satélites de Brasília se cultiva o multipertencimento. Na medida em que os lugares se manifestam em múltiplas escalaridades, os múltiplos pertencimentos territoriais se sucedem. Não há incoerência entre se sentir pertencendo a cidade-satélite de Sobradinho e, também, a Brasília.

De todo modo, a territorialização em Brasília é caracterizada pela fluidez exatamente pela manifestação de fronteiras dúbias, questionáveis, fragilizadas pela debilitada compreensão dos limites da cidade. Os limites oficiais de Brasília são imprecisos, como demonstram as placas de boas-vindas aos visitantes nas rodovias que dão acesso a cidade (Figuras 19, 20 e 21). O sentido fluido da cidade atinge também as subdivisões urbanas. Bairro, cidade-satélite, cidade, região administrativa... A depender

da circunstância, parte de Brasília pode ser assim designada no senso comum sem prejuízo a compreensão do ouvinte. O polinucleamento da cidade responde por essas dubiedades, em parte, já que o tecido urbano esparso provoca realmente essas dúvidas.

Figura 16 - Placas indicativas do limite entre Valparaíso e Brasília/Goias e Distrito Federal (BR-040)



Fonte: Gonçalves, J. R. (2017)

Figura 20 - Placa de boas-vindas a Brasília, a 2km de Planaltina (BR-020)



Fonte: Gonçalves, J. R. (2017)

Figura 17 - Placa de orientação sinalizando acesso a Brasília, a 13km do Plano Piloto (DF-001)



Fonte: Gonçalves, J. R. (2017)

No Orkut, por sua vez, a conversação focada na identidade evidenciou as múltiplas faces do brasileiro. A conversação se mostrou tensa, com baixo grau de polidez. Centrada na busca de uma identidade essencialista, os diálogos demonstraram o quanto uma metrópole sustenta perspectivas tão distintas, variando do cosmopolitismo, aderente a tese de que a mistura, a miscigenação, a hibridez é um fator positivo na construção identitária, ao provincianismo preocupado em delimitar e reconhecer o Outro, o estrangeiro, como uma ameaça. Considerar, numa cidade formada por migrantes, a categoria “invasor” é uma demonstração disso.

Desde sua fundação, Brasília se caracterizou como ambiente para epítetos depreciativos. É o caso do mais famoso deles, o “candango”, marcado originalmente pelo preconceito social. O “invasor” parece responder ao mesmo contexto. É o Outro a ameaçar a presumida pureza do espaço e da cultura brasileiro. Por outro lado, insistir na distinção entre candango e pioneiro é uma tentativa de discriminação de cidadãos em duas classes – estratégia compreendida e denunciado por alguns participantes do grupo. Os candangos, depois de construir Brasília, foram removidos dos acampamentos e favelas nas proximidades do centro para as cidades-satélites construídas às pressas. Ao centro, os pioneiros; às bordas, os candangos. A massa que chegou depois, embalada pelo ideal da

“capital da esperança”, inseriu-se precariamente em assentamentos urbanos sem nenhuma infraestrutura nas proximidades das cidades-satélites. Essa segregação e estigmatização histórica do espaço urbano de Brasília contribuiu na fratura da identidade brasiliense, não obstante se assistir nos últimos anos um processo de requalificação da periferia da capital.

As falas dos participantes da comunidade podem ser agrupadas também em duas macrotendências, ecoando-se aqui caminhos narrativos já realizados na investigação do estado da arte: de um lado, a compreensão de que Brasília apresenta uma não-identidade; de outro, o entendimento de que a identidade de Brasília existe, mas na forma de justaposição de várias identidades. Na seção sete apontou-se para a possibilidade de uma falsa oposição entre essas duas compreensões, com uma observação: na complexa interação em Brasília, não se pode dizer que as culturas entranhadas na cidade se conectam, em fidelidade e intensidade, às que são produzidas em seus locais de origem. Em outras palavras: as especificidades do tecido urbano de Brasília e as interações praticadas entre os grupos sociais e desses com o espaço geográfico produz, indefectivamente, uma singularidade. Não é incomum o migrante radicado em Brasília se sentir um estrangeiro ao retornar a sua terra de origem.

De qualquer forma, no centro da discussão da identidade brasiliense está a importância do migrante e de sua cultura. É a centralidade que ele representa na identidade brasiliense que está em debate. O traslado de partes do Brasil para Brasília e sua acomodação cultural, carregada de tensão, é a marca da cultura brasiliense. Não se pode esquecer, por outro lado, de como a história e o espaço geográfico brasilienses servem como contexto, e ao mesmo tempo atuam como protagonistas, na urdidura da identidade dos moradores da capital. Brasília, como ressaltada ao longo da tese, é carregada de simbologia. Uma **identidade-mosaico** reforça a condição simbólica de Brasília enquanto cidade que efetivamente representa a nação brasileira. Uma **não-identidade** eleva a condição de singularidade que a identidade brasiliense, no conjunto das demais identidades urbanas, possui no conjunto das cidades brasileiras.

Em Brasília, há um hiato enorme entre a identidade atribuída e a identidade reivindicada. Nas redes sociais, os brasilienses reclamam frequentemente da atribuição à cidade dos aspectos políticos, majoritariamente negativos. Insistem para que o olhar do brasileiro ultrapasse a dimensão político-administrativa da cidade. A considerar que parte ínfima dos deputados (8/513) e senadores (3/81) são legítimos representantes de Brasília e que a maioria está representando outras unidades federativas, a reclamação é pertinente. As negociatas, os malfeitos, a corrupção congênita... se têm em Brasília o reconhecido

palco, só o é por conta de, no centro do Brasil, a capital representar em essência a identidade político-partidária do país. Brasilidade e brasiliensidade se entrelaçam intimamente.

A identidade brasiliense, desta forma, se mostrou em franco tensionamento. As disputas pelos sentidos que expressam essa identidade parecem ser muito mais litigiosas em Brasília. Na capital federal, a manifestação da identidade brasileira recheia a identidade local de fragmentos de brasis que, à primeira vista, ludibria o brasiliense com uma não-identidade. Em meio a tantos desvios semânticos, é possível, portanto, concluir que o brasiliense, como tal, tem nessa constituição polimorfa e dual (a não-identidade e a identidade-mosaico) a tessitura de sua própria identidade, construída sob o signo da não-permanência, fragmentada, móvel, polissêmica.

Como em uma gigantesca, aberta e acessível agora, o fórum virtual se caracterizou sobretudo pela possibilidade de promover conversações similares a um debate convencional. Não é mais ou menos importante que uma discussão formal, numa roda de boteco ou em torno de uma mesa de jantar. As novas tecnologias possibilitaram novas formas de relacionamento para a velha ansiedade do homem: se comunicar com o outro para, na medida em que se perceba nele, construir suas próprias ideias, em um processo de rejeição e aquisição constante de novos elementos identitários.

Por fim, as redes sociais ocupam fundamental papel na vida contemporânea. Ancoram movimentos sociais, dinamizam a economia, influenciam eleições. O perfil criado on-line permite ao indivíduo se projetar para além das limitações postas a seu corpo e a sua localização física. Os pontos de encontro de conversação nas redes sociais – grupos, comunidades – traduzem a potencialidade de expansão da interatividade social manifestada *off-line*. As redes sociais se tornaram um gigantesco espaço público de debates, tornando-se possível interagir com conhecidos e desconhecidos em rapidez e eficiência jamais vista antes, amplificando a ressonância dos debates e questões da atualidade.

IPÊS COLORIDOS E ÁRVORES RETORCIDAS

*Isto é
Brasília*



[FB.COM/GOVDF](https://www.facebook.com/GOVDF)



GOVERNO DE
BRASÍLIA

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Patrícia da Cunha. **Curta Brasília**: a imagem da cidade no olhar do cinema. 2009. 181 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

ALBUQUERQUE, José Pessoa Cavalcanti de. **Relatório Final da Comissão de Localização da Nova Capital**. Rio de Janeiro, 1955.

ALMEIDA, Marina C. **Identidade Territorial**: A geografia das construções e dissoluções culturais urbanas. 2005. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Lucina. Netnografia como aporte metodológico na pesquisa em comunicação digital. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 20, dez. 2008.

AMARAL, Luis. **História geral da agricultura brasileira**. Vol. 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

AMARAL, Luiz. Brasília, Distrito Federal, Capital Federal. **Âmbito Jurídico**. 2001. Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5723>. Acesso em 23 dez. 2016.

AMORIM, Lara S. de. Tradições ressignificadas e o ofício de brincante da cultura popular em Brasília. In: 29ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA, 2014, Natal. **Anais... Natal**, Natal, 2014. Disponível em <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402023086_ARQUIVO_ArtigoGT55RBA2014.pdf>. Acesso em 13 fev. 2014.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 2005.

ANDRADE, Carla C. **Entre gangues e galeras**: Juventude, violência e sociabilidade na periferia do Distrito Federal. 2007. 276 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ANDRADE, Edgleuba de Carvalho Queiroz de. **A construção identitária do 'Brasiliense'**. 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ANTOUN, Henrique. **Web 2.0**: participação e vigilância na era da comunicação distribuída. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

ARAUJO, Rodrigo Ulhoa Cintra de. **Sobre causas do desmembramento da Federação Iugoslava**. 116 f. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ARAUJO, Tiago Gomes de. **A identidade nacional brasileira na Guerra do Paraguai (1864-1870)**. 283 f. 2012. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

ARRUDA, Patrícia Cabral de. Brasília: marcas identitárias sobre a cidade, marcas urbanas sobre a identidade. **Revue Interdisciplinaire de Travaux sur les Amériques**, v. 1, p. 2, 2008.

ASSUMPCÃO, Gleice Aparecida de. **As representações sociais do rap brasileiro na mídia regional da cidade**. 295 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARBOSA, Adriana de Oliveira. **Brasilienses e a ideia do não-sotaque no processo de formação de identidade linguística**. 83 f. 2002. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

BARNES, John. Class and Committees in a Norwegian Island Parish. **Human Relations**, v.7, n. 1, p. 39-58, 1954.

BARRAL, Gilberto L. Lima. **Brasília, espaço de culturas jovens: o caso de bares**. 2006. 133 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Urbana) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BARROS, Carla. Interações e alteridade nas apropriações de redes sociais e games: um estudo em lan house popular. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 12, p. 1-14, 2011.

BARROSO, Eloisa Pereira. **Brasília: as controvérsias da utopia modernista na cidade das palavras**. 2008. 236 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Ciências Sociais, 2008.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tomke (Org.). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p. 25-67.

BASTOS, Marco. Verbete Virtual. In: MARCONDES FILHO, Ciro (Org.). **Dicionário da Comunicação**. São Paulo: Paulus, 2009. p. 355-356.

BAUDRILLARD, Jean. **L'impuissance du virtuel**. Disponível em: http://www.liberation.fr/tribune/1995/06/06/l-impuissance-du-virtuel_135530. Acesso em 14 nov. 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. Entrevista a Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke. **Tempo Social**, v. 16, n. 1, p. 301-325, 2004.

_____. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005a.

_____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005b.

_____. **44 cartas do mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BECK, Ulrich. **The Cosmopolitan Vision**. Malden: Polity, 2006.

BECELLI, Ricardo Sequeira. **Metamorfoses na interpretação do Brasil - Tensões no paradigma racial** (Silvio Romeiro, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna). 2009. 420 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

- BERDOULAY, Vincent; ENTRIKIN, Nicholas. Lugar e Sujeito: perspectivas teóricas. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (Orgs.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 93- 116.
- BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia cultural: um século**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002. p. 83-131.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maria; VELLASCO, Ana Maria de Moraes Sarmiento; FREITAS, Vera Aparecida de Lucas (orgs.). **O Falar Candango** – Análise sociolinguística dos processos de difusão e focalização dialetais. Brasília: Editora da UnB, 2010.
- BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia. Crenças e atitudes linguísticas quanto ao uso dos róticos. **Signum**. Estudos de Linguagem, v. 12, p. 85-102, 2009.
- BRASIL: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2015. p. 61. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-equalitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2016.
- BRUMES, Karla. **Redes em espaços migratórios**: Uberlândia-MG. 2010. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.
- CABELLO, Sebastian; PHILLIPS, Tom. **Relatório: Observatório Móvel Brasil 2012**. Londres: Deloitte, 2012. Disponível em: <<http://www.gsmworld.com/publicpolicy/public-policy-resources/mobile-observatory-series/>>. Acesso em: 08 abr. 2016.
- CAMARGO, Jean C. Gomes. **Os medos e os processos de segregação socioespacial na cidade de Brasília**. 2010. 125 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- CAMPOFIORITO, Ítalo. **Olhares sobre o moderno**: arquitetura, Patrimônio, cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.
- CAPEL, Horacio. **Borges y la geografía del siglo XXI**. San Juan: Effa, 2001.
- CARDOSO, Adauto L. O Urbanismo de Lúcio Costa: contribuição brasileira ao concerto das nações. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert. (Org.). **Cidade, Povo e Nação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 95-122.
- CARDOSO, Adauto L.; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert. (Org.). **Cidade, Povo e Nação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 53-78.
- CARLOS, Ana Fani A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo-SP: Labur Edições/GESP, 2007.
- CARVALHO, Alberto R. Câmara de. **Migrantes em Brasília**. Os motivos, as dores e os sonhos numa perspectiva clínica. 2008. 192 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CARVALHO, Bernardete A. **Brasília literária: de quem para quem**. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado em Literatura). Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CASTELLO BRANCO, Maria Cecília Campos. **Brasília: narrativas urbanas**. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**. Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Redes de indignação e de esperança**. Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

CATALÃO, Igor de França. **Brasília: metropolização e espaço vivido**. Práticas Espaciais e Vida Quotidiana na Periferia Goiana da MetrÓpole. 2008. 198 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

_____. **Diferença, dispersão e fragmentação socioespacial**: explorações metropolitanas em Brasília e Curitiba. Presidente Prudente, 2013. 190 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

CAVALCANTE, Sylvia; ELIAS, Terezinha F. Apropriação. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (org.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 63-69.

CAZELOTO, Edilson. A virtualização das comunidades: apontamentos para uma crítica dos vínculos sociais no capitalismo contemporâneo. In: SIMPÓSIO NACIONAL ABCIBER, 3, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ESPM, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CHAVES, Weber J. Neiva. **Brazlandia, agricultura e identidade**: fragarias, da festa do morango e da reificação triunfante da mercadoria ao simulacro e à venda sem charme dos ambulantes. 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

CIAMPA, Antonio Carlos. **A estória do Severino e a história da Severina**. Um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CIDADE, Lúcia Cony Faria. Qualidade ambiental, imagem de cidade e práticas socioespaciais. In: PAVIANI, Aldo; GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. (Org.). **Brasília: Controvérsias Ambientais**. Brasília: Editora UnB, 2003. p. 157-180.

CIDADE, Lucia Cony Faria; MORAES, Luciana B. de. Metropolização, imagem ambiental e identidade de cidade no Distrito Federal. **Geografia**, Rio Claro, SP, v. 29, n. 1, p. 21-37, 2004.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **GEOgraphia**, Niterói, UFF, ano I, n. 2, p. 7-26, 1999.

CLIMACO, Magda de Miranda. **Alegres dias chorões**. O choro como expressão musical no cotidiano de Brasília. 2008. 394 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CODEPLAN. **Delimitação do espaço metropolitano de Brasília** (Área Metropolitana de Brasília). Nota Técnica nº 01. Brasília: Codeplan, 2014.

COELHO, Djalma Polli. **Relatório Técnico – contendo a justificação da resolução final tomada pela comissão, quanto a localização do novo Distrito Federal**. Rio de Janeiro, 1948.

CORSO, Mario; CORSO, Diana. **A psicanálise na terra do nunca**. Porto Alegre: Artmed, 2017.

COSTA, Cléria. Nos jardins da memória: Brasília nos anos 1960 e 1970. In: COSTA, Cléria; BARROSO, Eloísa. (Org.). **Brasília: diferentes olhares sobre a cidade**. Brasília: Editora UnB, 2015. p. 29-57.

COSTA, Hipolito José da. Miscelânea. **Correio Braziliense**, Londres, mar. 1813. p. 373-376.

COSTA, Lúcio. **I Seminário de estudos dos problemas urbanos de Brasília**. Brasília: Comissão do Distrito Federal do Senado Federal, 1974.

_____. **Brasília revisitada**. Brasília: Diário Oficial do Distrito Federal (Decreto Nº 10.829 de 14 de outubro de 1987).

_____. **Brasília, cidade que inventei**. Relatório do Plano Piloto de Brasília. Brasília: GDF, 1991.

COSTA, Maria Elisa; LIMA, Adeildo. Brasília 57-85: do plano piloto ao Plano Piloto. In: LEITÃO, Francisco et al. **Brasília 1960-2010: passado, presente, futuro**. Brasília: Iphan, 2009. p. 45-67.

COSTA, Graciete Guerra da. **As regiões administrativas do Distrito Federal de 1960 a 2011**. 2011. 536 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

COSTA, Everaldo Batista da; SUZUKI, Júlio Cesar. A ideologia espacial constitutiva do Estado nacional brasileiro. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de noviembre de 2012, vol. XVI, nº 418 (6). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-6.htm>>. Acesso em 02 dez. 2014.

COUTO, Edvaldo. ROCHA, Telma. Identidades contemporâneas: a experimentação de “eus” no Orkut. In: _____. **A vida no Orkut: narrativas e aprendizagens nas redes sociais** (org.). Salvador: EDUFBA, 2010. p. 13-31.

CRULS, Luis. **Relatório parcial da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil**. Rio de Janeiro, H. Lombaerts, 1893.

CRUZ, Edgar. **Las metáforas de internet**. Barcelona: UOC, 2007.

CRUZ, Valter do C. R-existências, Territorialidade e Identidades na Amazônia. **Terra Livre**, v. 1, p. 63-89, n. 2006.

_____. Uma proposta metodológica para o uso/operacionalização dos conceitos na pesquisa em Geografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, UFRGS, 2010. Disponível em: <www.agb.br/evento/download.php?idTrabalho=2847>. Acesso em 05 mai. 2015.

CRUZ, Ruleandson do C. **Cultura informacional e distinção**: a orkutização sob o olhar social da Ciência da Informação. 2014. 228 f. Tese (Doutorado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. 33. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1992.

DEMO, Pedro. Tecnofilia & Tecnofobia. **Boletim Técnico do SENAC**. Senac Departamento Nacional. v.35, n.1. jan./abr., p.5-17, 2009.

DESIDERIO, Plabio M. Martins. **O discurso sobre a homossexualidade em Insensato Coração**: ressonância nos comentários de internautas em websites. 2013. 237 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação, Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

DHOLAKIA, Nikhilesh; ZHANG, Dong. Online Qualitative Research in the Age of E-Commerce: Data Sources and Approaches. **Forum Qualitative Sozial forschung / Forum: Qualitative Social Research**, v. 5, n. 2, 2004. Disponível em <<http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs0402299>>. Acesso em 22 mai. 2016.

DIAS, Giuslaine. **Skateboard para além do esporte: manifestação social e movimento cultural**. 2011. 190 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

DINIZ, Frederico V. Torres. **A Brasília, as Brasília**s – localizando a narrativa comum nos usos da cidade. 2013. 110 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

DISTRITO FEDERAL. **Código de obras e edificações**. Brasília: Secretaria de Obras, 1993.

DOLHNIKOFF, Miriam O projeto nacional de José Bonifácio. **Novos Estudos**. CEBRAP, São Paulo, v. 46, p. 121-142, 1996.

DOYLE, Hélio. Governo de Brasília sim. E do DF também. **Brasil 247**. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/blog/heliodyole/306552/Governo-de-Brasília-sim-E-do-DF-também.htm>. Acesso em 29 set. 2017.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades**. A interpretação de uma mutação. Porto: Afrontamento, 2006.

ENNE, Ana Lúcia. Conceito de rede e as sociedades contemporâneas. **Comunicação e Informação**, v. 7, n. 2, p. 264-272, jul./dez. 2004.

ENZENSBERGER, Hans Magnum. O vagão humano. In: **VEJA 25 anos**: reflexões para o futuro. São Paulo: Abril, 1993. p. 91-107.

EYSENBACH, Ghunter; TILL, James E. Ethical issues in qualitative research on internet communities. **British Medical Journal**. Vol. 323, p. 1103-1105, Nov. 2001.

FACEBOOK. Nova função do Facebook permite criar pequenos grupos para compartilhar informações. Disponível em <https://www.facebook.com/FacebookBrasil/videos/1544398803213/>. Acesso em 11 jan. 2017.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder**: Formação do Patronato Político Brasileiro. São Paulo, Globo, 2001.

FEATHERSTONE, Mike; BURROWS, Roger. Cultures of Technological Embodiment. In: _____. **Cyberspace/Cyberbodies/Cyberpunks**. Cultures of Technological Embodiment. London: Sage, 1996. p. 1-15.

FICHER, Sylvia et al. Brasília, uma história de planejamento. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPUR, 2003. v. 1. p. 1-18. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/41307836-Brasilia-uma-historia-de-planejamento.html>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

FICHER, Sylvia et al. Os blocos residenciais de Brasília. In: Francisco Leitão. (Org.). **Brasília 1960-2010, passado, presente e futuro**. Brasília: Seduma, 2010. p. 255-269.

FISCHER, Michael. **Futuros antropológicos: redefinindo a cultura na era tecnológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRANÇA, Mônica de Oliveira; CORDEIRO, Lucilene Dias. **Dinâmica Migratória na Área Metropolitana de Brasília – AMB entre 1991 e 2010**. Brasília: CODEPLAN, 2013.

FRANCISCONI, Jorge G. Da Insustentabilidade do Plano Piloto. **Mcd. Revista de Arquitetura e Urbanismo**, 2011. Disponível em: <http://mdc.arq.br/2011/02/17/da-insustentabilidade-do-plano-piloto>. Acessado em: 15 de janeiro de 2016.

FREIRE, Claudia. **Método de monitoramento de redes sociais: epistemologia, técnicas e propostas de mineração de banco de dados para conteúdos gerados por fãs de telenovelas em redes sociais**. 2015. 399 f. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências da Comunicação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FREITAS, Conceição. As outras Brasília: conheça os lugares que poderiam ter recebido a capital. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 nov. 2013. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2013/11/24/interna_cidadesdf_399959/as-outras-brasilias-conheca-os-lugares-que-poderiam-ter-recebido-a-capital.shtml. Acesso em 02 nov. 2015.

G1. Facebook passa Orkut e vira maior rede social do Brasil, diz pesquisa. Disponível em <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/01/facebook-passa-orkut-e-vira-maior-rede-social-do-brasil-diz-pesquisa.html>>. Acesso em 12 set. 2015.

GAHYVA, Helga. O bom filho a casa torna: Gobineau refugiado na hierarquia familiar. **Tempo soc.** 2013, vol.25, n.1, pp. 235-256.

GAUGE. **Além das faces do Facebook**. 2013. Disponível em: <<http://www.gauge.com.br/alemdasfacesdofacebook/completo.pdf>>. Acesso: 10 mar. 2015.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 10. ed. Petropolis: Vozes, 2002.
- GOMES, Ana L. de Abreu. **Brasília: de espaço a lugar, de sertão a capital (1956-1960)**. 2008. 351 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- GOMES, Clara. **Ciberformance: a performance em ambientes e mundos virtuais**. Lisboa: CECL, 2015.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana**. Ensaios de geopolítica da cidade. 4. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2012.
- GRAHAM, Mark. Geography/Internet: Ethereal Alternate Dimensions of Cyberspace or Grounded Augmented Realities? **The Geographical Journal**, v. 179, n. 2, p. 177-182, 2013.
- GRANDE, Carolina. O urbanismo como modo de construção das várias identidades dos moradores de Brasília. **Interações – Cultura e comunidade**, v. 2, n. 2, p. 119-135, 2007.
- GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties: a network theory revisited. In: COLLINS, Randall. **Sociological Theory**. San Francisco: Jossey-Bass, 1983. p. 201-233.
- GUERRA, Lemuel. A relação entre teoria e pesquisa nas ciências sociais. **Raizes** (UFPB), v. 32, p. 9-26, 2012.
- GUISORDI, Patrícia C. **Os Impactos da Internet sobre os Processos de Mobilização Política**: Uma análise da lei da Ficha Limpa. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
- HAESBAERT, Rogerio. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.
- _____. Identidades territoriais. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1999. p. 169-190.
- _____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná E.; CORREIA, Roberto L.; GOMES, Paulo C. da Costa (Organizadores). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 165-206.
- _____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, Álvaro et al. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade**: a ressignificação da relação do humano com o espaço. Canoas e Porto Alegre: Editora da ULBRA e Editora da UFRGS, 2008. p. 19-36.
- _____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi- territorialidade. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- _____. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HAESBAERT, Rogerio; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Etc: Espaço, Tempo e Crítica**, Niterói, UFF, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago de 2007.
- HAGIHARA, Marcio T. **Brasília e a invenção da arquitetura-arte**: transformações estéticas na noção espacial da obra de arte. 2011. 299 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 7-72.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 19. ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2010.

_____. Espaço como palavra-chave. **Revista GEOgraphia**, Rio de Janeiro, UFF, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012.

HILL, Marcie. International pen pals engaging in a transformational early childhood Project. 2012. 240 f. Tese (Doutorado em Filosofia), The University of Alabama at Birmingham, Birmingham, 2012.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

_____. **A era do capital: 1848 - 1875**. 9.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **A era dos extremos: o breve século XX**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HOLANDA, Frederico de. **Brasília – cidade moderna, cidade eterna**. Brasília: FAU UnB, 2010a.

_____. Exumar cadáveres. **Minha cidade**. Vol. 10, abr. 2010b. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/10.117/3399>. Acesso em 05 out. 2015.

HOLSTON, James. **A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território** (Rio de Janeiro), ano III, n.3, p.77-85, 1997.

IBGE. **Sinopse preliminar do censo demográfico**. VIII Recenseamento Geral – 1970. Distrito Federal. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD**. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2013 Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv93373.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD**. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2014 Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95753.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD**. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2015 Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99054.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

JACQUES, Maria da Graça C. Identidade. In: STREY, Marlene N. et al. **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis, Vozes, 2013.

JANSSON, Andre. For a geography of communication. **Kulturstudier i Sverige**. Nationell forskarkonferens. Norrköping: Linköping University Electronic Press, 2005. p. 491-506. Disponível em <http://www.ep.liu.se/ecp/015/040/ecp015040.pdf>. Acesso em 12 set. 2016.

JAYME, Juliana; NEVES, Magda. Cidade e espaço público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 605-617, dez. 2010.

JESUS, Monica Ramos. **Estudo preliminar de migrantes Kalungas no Distrito Federal**. 2007. 96 f. Dissertação (Mestrado em em Geografia), Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

KAUFMAN, Dora. A força dos “laços fracos” de Mark Granovetter no ambiente do ciberespaço. **Galaxia** (São Paulo, Online), n. 23, p. 207-218, jun. 2012.

KEEN, Andrew. **Vertigem digital**: por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

KIRKPATRICK, David. **O efeito facebook**. Os bastidores da história da empresa que conecta o mundo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

KOZINETS, Robert. The Field Behind the Screen: Using Netnography for Marketing Research in Online Communities. **Journal of Marketing Research**, 39, Fev., 2002, 61-72. Disponível em: <http://www.nyu.edu/pages/classes/bkg/methods/netnography.pdf>. Acesso em 01 abr. 2016.

_____. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica on line**. Porto Alegre: Penso, 2014.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch, 1975.

_____. **Discursos, 1956**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1957.

_____. **Discursos, 1957**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1958.

_____. **Discursos, 1958**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1959.

_____. **Discursos, 1959**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1960.

_____. **Discursos, 1960**. Rio de Janeiro: 1961.

LASH, Scott; FRIEDMAN, Jonathan. Introduction: subjectivity and modernity's Other. In: LASH, Scott; FRIEDMAN, Jonathan . (org.). **Modernity and Identity**. Oxford: Blackwell, 1992. p. 1-30.

LASSANCE, Adalberto. **Brasília & Distrito Federal: imperativos institucionais**, Brasília: Verano Editora, IHGDF, 2002.

LASSANCE, Antonio. **O presente de grego do GDF no aniversário de Brasília**. Disponível em <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-presente-de-grego-do-GDF-no-aniversario-de-Brasilia/4/33315>. Acesso em 03 jul. 2015.

LAWSON, Benjamin A. **The modernism, social control, and the failure of public housing, 1954-1976**. 2007. 99 f. Dissertação (Mestrado em Arte) – Oklahoma State University, Stillwater, 2007.

LAUBÉ, Vitor. Distrito Federal: organização e natureza jurídica decorrentes da constituição de 1988. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 27, n. 105, p. 47-64, 1990.

LEITE, Cristina. **O Lugar e a Construção da Identidade**: os significados construídos por professores de Geografia do Ensino Fundamental. 2011. 222 f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

- LEITE, Cristina; GARCIA-FILICE, Renisia. O ensino de história e geografia no DF: percalços e percursos de uma única história de Brasília. **Revista História e Diversidade**, v. 6, n. 1, p. 64-76, 2015.
- LEMOS, André. A crítica da crítica essencialista da cibercultura. **Matrizes**, v. 9, p. 29-51, 2015.
- _____. Arte Eletrônica e Cibercultura. **Revista da FAMECOS**, n.6, PUC-RS, Porto Alegre, maio 1997.
- _____. Estruturas Antropológicas do Ciberespaço. **Textos de Cultura e Comunicação**, v. 35, Facom/Ufba, julho 1996.
- LENCIONI, Sandra. Observações Sobre o Conceito de Cidade e Urbano. **GEOUSP - Espaço e tempo**, v. 24, p. 109-123, 2008.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LEWGOY, Bernardo. A invenção da (ciber)cultura: virtualização, aura e práticas etnográficas pós-tradicionais no ciberespaço. **Civitas** (Porto Alegre), v. 9, p. 185-196, n. 2009.
- LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.
- LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil**: Por uma antropologia da territorialidade. Universidade de Brasília: Brasília, 2002.
- LOPES, Wilon. Governo do DF ou Governo de Brasília. **Brasília Capital**, Brasília, p. 2, 8-14 jul. 2017.
- LOYOLA, Juliana S. Glissant, o menino Benjamim e a literatura do caos-mundo. In: OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de; PALO, Maria José (Org.). **Agamben, Glissant, Zumthor - voz, pensamento, linguagem**. São Paulo: EDUC, 2013, p. 197-216.
- LUIZ, Edson Beú. **Os filhos dos candangos: exclusão e identidades**. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- LYRIO, Emmanuel. Distrito Federal: pessoa política e o exercício de suas funções administrativa, legislativa e judiciária. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 20, n. 77, p. 259-268, 1983.
- MAALOUF, Amin. **Identidades asesinas**. Madri: Alianza Editorial, 1999.
- MACDONALD, Sharon. Museums, national, postnational and transcultural identities. **Museum and society**, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2003.
- MACHADO, Jorge; MORETTO, Marcio. Riscos e incertezas no uso do Facebook como plataforma de ativismo político. **Cadernos Adenauer**, v. 16., n. 3, p. 113-132.
- MACHADO, Murilo. **Por dentro do Anonymous Brasil**: poder e resistência na sociedade de controle. 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, Santo André, 2013.
- MACHADO, Nayara. Brasília fora do plano. **Jornal do Planalto**. Vol. 13, n. 151, abr. 2014.
- MAFFESOLI, Michel. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.
- _____. **Notas sobre a pós-modernidade**. O lugar faz o elo. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

_____. **Saturação**. São Paulo: Iluminuras, 2010.

_____. Pós-modernidade. **Comunicação e sociedade**, v. 18, 2011, p. 21-25.

MALINI, Fabio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARANDOLA JR., Eduardo. Lugar enquanto circunstancialidade. In: MARANDOLA JR., Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia (Orgs.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 227-247.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Fascinação e miséria da comunicação na cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

MARQUES, Marcia. **Modelo de ação comunicativa e de informação para redes sociais em ambientes digitais**. 2015. 353 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MARQUES, Monique. **Subjetividades e singularidades urbanas**: na construção de um “devir” outro arquiteto urbanista. 2010. 304 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Comunicação e identidade**: quem você pensa que é? São Paulo: Paulus, 2010.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MELO, Antonio. **Não existe plano piloto em Brasília**. Disponível em: <http://antoniomartinsmelo-advogado.blogspot.com.br/2015/04/nao-existe-plano-piloto-em-brasilia.html>. Acesso em 07 jul. 2015.

MELO, Djalma. Cavalcante. Atitudes linguísticas com relação a sotaques regionais no Brasil. In: BORTONI-RICARDO, Stella Maria; VELLASCO, Ana Maria de Moraes Sarmento; FREITAS, Vera Aparecida de Lucas (orgs.). **O Falar Candango** – Análise sociolinguística dos processos de difusão e focalização dialetais. Brasília: Editora da UnB, 2010. p. 33-63.

MENEZES, Heitor. Defensores de Brasília. **Roteiro Brasília**, Brasília, v. 14, n. 235, p. 20-22, jan. 2015.

MENDES, Estevane de P. Pontes; SILVA, Juniele M. Abordagem qualitativa e Geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: MARAFON, Gláucio et al. (Org.). **Pesquisa qualitativa em Geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013, p.227-238

MESQUITA, José de. A política nacional do Rumo ao Oeste. **Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio**. Ano X, Nº 111, Novembro de 1943.

MIGUENS, Sofia. Problemas de identidade pessoal. **Revista da Faculdade de Letras** – Série de Filosofia, n. 18, p. 139-163, 2002.

MIRANDA, Antonio Luiz Alencar; SANTOS, Valdinete Vieira dos. As atitudes linguísticas: o que dizem os maranhenses sobre a língua maranhense. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - SEMIC / UEMA, 25, 2013, São Luís. **Anais...** São Luís: Editora UEMA, 2013. v. Único. p. 391-393.

- MOCELLIM, Alan. A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. **Plural**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, p.105-125, 2011.
- MONTE-MÓR, Roberto L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, Clelio; CROCCO, Marco (org.). **Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 61-85.
- MORAES, Antônio Carlos R. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 166-176, 1991.
- MORTON, Helen. Computer-Mediated Communication in Australian Anthropology and Sociology. **Social Analysis Journal of Cultural and Social Practices**, v. 45, n. 1, pp. 3-11, 2001.
- MOTA, Ariana Timbó. **O cinema brasileiro em uma narrativa antropológica**. 2006. 403 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- MOTTA, Marcelo. **Geografia da internet no Brasil: redes técnicas e espaço**. 2011. 176 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- NASCIMENTO, Alessandra S. **A construção da nação arco-íris: problematizando o quesito raça/cor (1936-1960)**. 2005. 227 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, 2005.
- NEGROPONTE, Nicholas. **El mundo digital**. Barcelona: Ediciones B, 1995.
- NEIVA, Ivany Câmara. **Imaginando a capital: cartas a JK (1956-1961)**. 2008. 345 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Internet: uma nova plataforma de vida. In: ____ (Org.). **Cabeças digitais: o cotidiano na era da informação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Edições Loyola, 2006. p. 19-39.
- NOGUEIRA, Daniel. **Introdução a teoria dos grafos: proposta para o ensino médio**. 2015. 114 f. Dissertação (Mestrado em Matemática) - Instituto de Ciências Exatas, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- NUNES, Brasilmar. A lógica social do espaço. In: PAVIANI, Aldo; GOUVEA, Luiz Alberto. **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: EdUnb, 2003. p. 75-102.
- _____. **Brasília, a fantasia corporificada**. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- NUNES, Brasilmar; COSTA, Arthur Trindade Maranhão. Distrito Federal e Brasília: Dinâmica urbana, heterogeneidade social e violência. **Cadernos Metrópole** (PUCSP), v. 17, p. 35-57, n. 2007.
- NUNES, Jefferson. **Vivência em rede: uma etnografia das práticas sociais de informação dos usuários de redes sociais na internet**. 2014. 307 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.
- OLDENBURG, Ray. Our Vanishing “Third Places”. **Planning Commisioneurs Journal**, v. 25, p. 6-10, 1997.

OLIVEIRA, Cristina de. **O pilotis e seu significado em Brasília**. 2014, 267 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Bandeirantes e Pioneiros: as fronteiras no Brasil e nos Estados Unidos. **Novos Estudos**. CEBRAP, São Paulo, n.37, p. 214-224, 1993.

OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília: o mito na trajetória da nação**. Brasília: Paralelo 15, 2005.

OLIVEIRA, Paulo Agrello Nunes. **Cover: performance e identidade na música popular de Brasília**. 2011, 127 f. Dissertação (Mestrado em Musicologia) – Instituto de Artes, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

OLIVEIRA, Susana Kramer de M. **A afetividade da família migrante**. Um estudo sociodramático. 2008, 199 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed., 3ª reimpressão. São Paulo, Brasiliense, 2001.

PADUA, Andreia A. Silva de. A sobrevida da marcha para o Oeste. In: **Estudos**, Goiânia, v. 34, n. 7/8, p. 623-643, jul./ago. 2007.

PANITZ, Lucas Manassi. Geografia e música: uma introdução ao tema. **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 30 de mayo de 2012, Vol. XVII, nº 978. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-978.htm>>. Acesso em 01 abr. 2016.

PAVIANI, Aldo. Ambiente urbano com desemprego. In: PAVIANI, Aldo; GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. (Org.). **Brasília: Controvérsias Ambientais**. Brasília: Editora UnB, 2003. p. 29-55.

_____. Brasília: conceito urbano especializado? **Arquitextos**. Vol. 5, set. 2004. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.051/552>. Acesso em 05 out. 2015.

_____. Brasília, capital complexa. **Minha cidade**. Vol. 5, abr. 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/05.057/1979>. Acesso em 05 out. 2015.

_____. A metrópole terciária: evolução urbana socioespacial. In: PAVIANI, A. et al (Org.). **Brasília 50 anos: da Capital a Metrópole**. Brasília: Editora UnB, 2010a. p. 227-251.

_____. **Brasília, a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização**. 2a. ed. Brasília: Editora UnB, 2010b.

PELUSO, Marília L. O potencial das representações sociais para a compreensão interdisciplinar da realidade: geografia e psicologia ambiental. **Estudos de Psicologia**. Natal, RN, v. 8, n.2, p. 321-327, 2003a.

_____. Brasília: do mito ao plano, da cidade sonhada à cidade administrativa. **Espaço & Geografia**. Brasília, v. 6, n. 2, p. 1-29, jul./dez. 2003b.

_____. Reflexões sobre ambiente urbano e representações sociais. In: PAVIANI, Aldo; GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. (Org.). **Brasília: Controvérsias Ambientais**. Brasília: Editora UnB, 2003c. p. 181-198.

_____. O indivíduo como sujeito de conflitos sociais: identidade e território. **Espaço & Geografia**, v.8, n.1, p. 23-50, 2005.

PELUSO, Marília L.; CANDIDO, Washington. **Distrito Federal: paisagem, população e poder**. 2. ed. Brasília: Candido Calazans, 2012.

PENNA, Nelba A. Fragmentação do ambiente urbano: crises e contradições. In: PAVIANI, Aldo; GOUVEA, Luiz Alberto. **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: EdUnb, 2003. p. 27-73.

PESCATORI, Carolina. Cidade compacta e cidade dispersa: ponderações sobre o projeto do Alphaville Brasília. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 17, n. 2, p. 40-62, ago. 2015.

PETROV, Vanessa. **A problemática da identidade cultural em Um Rio chamado Tempo, Uma Casa chamada Terra, de Mia Couto, e Le Ventre de l'Atlantique, de Fatou Diome**. Lisboa: CLEPUL, 2014.

PILATI, Alexandre. Amálgama cultural. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 5 - 5, 10 abr. 2010.

PIMENTEL, Antonio Martins de Azevedo. Histórico da Mudança da Capital Federal para um sítio do interior do Brasil. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 1910, Tomo LXXXIII, parte 1, pp. 279 – 291.

PINTO, Frederico R. Costa. **Um caso peculiar de unidade do diverso: um olhar sobre a apropriação de espaços públicos em áreas residenciais do Plano Piloto**. 2011, 190 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2011.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Reflexões sobre o advento da cibergeografia ou o surgimento de geografia política do ciberespaço: contribuição a crítica à geografia crítica. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 2, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <<http://enhpgee.files.wordpress.com/2009/10/hindenburgo-pires.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

POLIVANOV, Beatriz. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. **ESFERAS - Revista Interprogramas de Pós-graduação em Comunicação do Centro Oeste**, v. 2, p. 61-71, 2013.

_____. Reapropriações do conceito de comunidade na contemporaneidade. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 11, p. 110-120, 2015.

PRIMO, Alex. A emergência das comunidades virtuais. In: INTERCOM 1997 – CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 20, 1997, Santos, 1997. **Anais...** Santos: Disponível em: http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/comunidades_virtuais.pdf. Acesso em: 03 Junho. 2016.

_____. O Aspecto relacional das interações na web 2.0. **Compós**, Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, v. 9, p. 1-21, ago. 2007.

QUEIROZ, Cristina. **Estigma, gueto e gentificação: a segregação homossexual em Brasília**. 2008. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A construção de identidades e a política de representação. In: FERREIRA, Lúcia M.A.; ORRICO, Evelyn G. D.. (Org.). **Linguagem, Identidade e Memória Social**. Rio de Janeiro, RJ: DP & A, 2002. p. 77-88.

RECUERO, Raquel. **Orkut x Facebook: Divisão de classe no Brasil?** 2010. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/arquivos/orkut_x_facebook_divisao_de_classe_no_brasil.html>. Acesso em: 16 dez. 2016.

_____. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

_____. **Sobre memes e redes sociais**. 2015. Disponível em: http://www.raquelrecuero.com/arquivos/sobre_memes_e_redes_sociais.html. Acesso em 28 out. 2015.

_____. **A conversação em rede**: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na Internet. Porto Alegre: Sulina, 2012.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marcos; ZAGO, Gabriela. **Análise de redes para mídia social**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006a.

_____. **As Identidades do Brasil 2**: De Calmon a Bomfim. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006b.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? (Conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1882). **Revista Aulas**, Campinas, n. 1, p. 1-21, 2006. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2014.

RHEINGOLD, Howard. **The Virtual Community: Homesteading on the Electronic Frontier**. Nova Iorque: Harper-Perennial, 2014.

RIBEIRO, Gustavo. **Tecnotopia versus tecnofobia: o mal-estar no século XXI** (Série Antropologia). Brasília: UnB, 1999.

ROCHA, Paula Jung; MONTARDO, Sandra Portela. Netnografia: incursões metodológicas na cibercultura. **E-Compós** (Brasília), Brasil, v. 4, p. 1-22, 2005.

ROCHA NETO, Osvaldo Assis. **Mobilidade urbana e cultura do automóvel na singularidade da metrópole modernista brasileira**. 2012. 172 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2012.

RODRIGUES, Maria Alexandrina de S. **A Brasília dos pioneiros**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

RODRIGUES, Marlene. **Polícia e prostituição feminina** – um estudo de caso. 2003. 369 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

ROMANCINI, Richard. A ética da pesquisa na rede. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 33, 2010, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: 2010.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da cibercultura**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2016.

SABBAG, Juliane Albuquerque Abe. **Brasília, 50 anos: do Urbanismo Moderno ao Planejamento Estratégico**. 207 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

- SAKAMOTO, Leonardo. **Nove dicas para identificar um perfil falso nas redes sociais**. 2016. Disponível em: <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2016/06/01/nove-dicas-para-identificar-um-perfil-falso-nas-redes-sociais/>. Acesso em 16 set. 2016.
- SANGUIN, André-Louis. Fim da geografia ou vingança da geografia? As sociedades humanas entre um mundo liso, um mundo pontudo ou um mundo plano, **Confins [Online]**, v. 22, 2014. Disponível em: <http://confins.revues.org/9809>. Acesso em 12 abr. 2015.
- SANTOS, Milton. **Há mesmo um espaço virtual?** São Paulo, 2000. Disponível em: http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/livros/Ha-mesmo-um-espacovirtual_Milton-Santos.pdf. Acesso em 20 dez. 2016.
- _____. O Dinheiro e o território. **Geographia**. Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF. Ano 1, No. 1. 1999. pp. 7-13.
- _____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, Tiago Borges dos. **Lira Pau-Brasília. Entre fardas e superquadras: poesia, contracultura e ditadura na capital (1968-1981)**. 2008. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- SCHWARCZ, Lilian M. **O espetáculo das raças**. Ciências, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. As tiranias da intimidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- SERPA, Angelo. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A Produção do Espaço Urbano - Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 97-108.
- SEYFERTH, Giralda. Identidade Nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil. In: ZARUR, George de C. Leite. (Org.). **Região e Tradição na América Latina**. Brasília: Ed. UnB, 2000, p. 81-109.
- SCHERRE, Maria Marta. Sobre preconceito lingüístico, variação lingüística e ensino: entrevista a Jussara Abraçado. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 36, p. 11-26, 2008.
- SILVA, Luiz Sergio Duarte da. **A Construção de Brasília: modernidade e periferia**. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.
- SILVA, Adelina M. Pereira da. **Mundos reais, mundos virtuais. Os jovens nas salas de chat**. Porto: UA, 2003.
- SILVA, Helio Mendes da. **De “espaço provisório” a um lugar de experiência identitária**: paisagem cotidiana, práticas e representações do Núcleo Bandeirante/Cidade Livre (anos 50 do séc. XX – Tempo presente). 2011a. 103 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília. 2011a.
- SILVA, Maxçuny Alves Neves da. **Flor em ferro e cimento armado**. Manifestações do ser e do espaço em poemas sobre a cidade de Brasília. 2011b. 116 f. Dissertação (Mestrado em Literatura). Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2011b.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da igualdade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2011c. p. 73-102.

SILVA, Gilmar Elias R. da. **Valparaíso de Goiás: migração e dinâmica socioespacial – 1995/2010**. 2012. 195 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

SILVA, Guilherme Carvalho da. **O ciberespaço como categoria geográfica**. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SILVA, Renata; BRAGAGLIA, Ana Paula. A máscara obscura do ódio racial: preconceito, segregação e violência nas redes sociais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 39, 2016. **Anais...** Caxias do Sul, 2016.

SILVA, Tarcísio. **O que se esconde por trás de uma nuvem de palavras?** 2013. Disponível em: <http://tarciziosilva.com.br/blog/o-que-se-esconde-por-tras-de-uma-nuvem-de-palavras/>. Acesso em 12 jan. 2016.

SILVA NETO, Napoleão. **Lúcio Costa e a nação: a construção da nacionalidade brasileira através da arquitetura**. 269 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Redes cibernéticas e tecnologias do anonimato. **Comunicação & Sociedade**, v. 1, p. 113-134, 2009.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio. **O fenômeno urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 11-25.

SIQUEIRA, Kênia Mara de Freitas. Estudo toponímico: âmbitos e perspectivas de análises. **ReVEL**, v. 9, n. 17, 2011. Disponível em http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_17_estudo_toponimico.pdf. Acesso em 13 jul. 2017.

SOARES, Frederico dos Santos. **Mapeamento cultural: uma proposta de leitura do espaço**. 2010. 90 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SOBRAL, José M. O Norte, o Sul, a raça, a nação — representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX). **Análise Social**, vol. XXXIX (171), 2004, 255-284.

SODRE, Nelson Werneck. **Panorama do Segundo Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

SOJA, Edward. **The political Organization of Space**. Washington: AAG Commission on College Geography, 1971.

_____. Para além de Postmetropolis. **Revista UFMG**, v. 20, p. 137-167, 2013.

SOUZA, Candice Vidal e. **A pátria geográfica. Sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia: EdUFG, 1997.

SOUZA, Joanicy Maria Brito G. de Sousa. **Redes sociais temáticas na Internet: instrumentos facilitadores da interação entre cientistas, técnicos agrícolas e produtores rurais**. 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA,

Roberto Lobato (Org). **Geografia: Conceitos e temas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 77-116.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, Eliseu S. Geografia e Filosofia. **Contribuição ao ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.233-253

_____. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A Produção do Espaço Urbano - Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2016. p. 123-145.

STATISTA. Leading countries based on number of Facebook users. 2016a. Disponível em <<https://www.statista.com/statistics/268136/top-15-countries-based-on-number-of-facebook-users>>. Acesso em 02 jan. 2017.

STATISTA. Most famous social network sites worldwide. 2016b. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/272014/global-social-networks-ranked-by-number-of-users>>. Acesso em 10 fev. 2017.

STEPAN, Nancy. L. **A hora da eugenia**. Raça, gênero e nação na América Latina Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

SZKLAROWSKY, Leon. Distrito Federal: município ou estado e a lei de responsabilidade fiscal. **Revista do TCU**. Brasília, v. 32, n. 89, p. 62-67, 2001.

TEIXEIRA, João Gabriel L. C. **Brasília 50 anos: arte e cultura**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 5a ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidade e sociedade**. In: MIRANDA, Orlando de (org.). Para ler Ferdinand Tönnies. São Paulo: Edusp, 1995.

TUAN, Yu-Fu. **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 1983.

_____. Geografia humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo, Difel, 1995. p. 143-164.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. 2. ed. Londrina: Ed. UEL, 2012.

TURKLE, Sherry. Fronteiras do real e do virtual. Entrevista a Federico Casalegno. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 11, p. 117-123, 1999.

VALLERIUS, Daniel. **Identidades (nem tão) virtuais assim: um olhar sobre a construção das identidades territoriais no ciberespaço**. 2011. 95 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **A Questão da Capital: Marítima ou no Interior?** Viena D'Áustria, Imp. Do Filho de Carlos Gerold, 1877.

VASCONCELOS, Pedro. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, Pedro; CORRÊA, Roberto L.; PINTAUDI, Silvia M. (Orgs.). **A Cidade Contemporânea – segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 17-35.

VASCONCELOS, Maria Paula de Almeida. **Sonho, memória e educação: a construção do brasileiro**. 2011. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

VELHO, Gilberto. **Capitalismo autoritário e campesinato**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

_____. Metrópole, cosmopolitismo e mediação. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 16, n. 33, p. 15-23, Jun, 2010 .

VIANA, Oliveira. **Ensaio inédito**. Campinas: Universidade de Campinas, 1991.

VIDESOTT, Luisa. Os candangos. **RISCO: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 7, v. 1, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44721>. Acesso em 13 set. 2015.